

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura

Daniel Westrupp

A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação

RIO DE JANEIRO

2019

DANIEL WESTRUPP

A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação-ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para realização da Defesa, para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Co-orientadora: Dra. Marianna de Araújo e Silva

RIO DE JANEIRO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Westrupp, Daniel

A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação / Daniel Westrupp. Rio de Janeiro, 2019.

348 f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

Co-orientadora: Dra. Marianna de Araújo e Siva

1. A educação e o neoliberalismo. 2. A defesa midiática da educação privada. 3. Análise de conteúdo de documentos jornalísticos. I. Coutinho, Eduardo Granja. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

WESTRUPP, Daniel. A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação. 2019. 348p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação (ECO), Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

Daniel Westrupp

A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação

Banca Examinadora

Professor Dr. Eduardo Granja Coutinho (orientador)

Professora Dra. Maria Lívia de Sá Roriz Aguiar

Professor Dr. João Paulo Carrera Malerba

Professor Dr. José Isaias Venera

Professora Dra. Leila Salim Leal

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Eduardo Granja Coutinho, não apenas por ter me orientado, mas por ter sido uma das pessoas responsáveis pelo meu amadurecimento acadêmico, por ter me acolhido, pela sua paciência no processo de orientação e principalmente por ter me ajudado a enxergar nuances que sozinho eu não teria conseguido.

À minha co-orientadora doutora Marianna de Araujo e Silva por suas críticas construtivas e oportunas que me conduziram a reflexões que não eram possíveis de serem imaginadas no início desta tese.

Aos professores do PPGCOM que sabiamente me auxiliaram na construção de conhecimentos.

Aos meus queridos parceiros e parceiras de Dinter: Silvio, Gilberto, Sirlei, Eduardo, Eliziane, Wilson e Jucilei, conviver com vocês me fez muito bem.

Aos meus pais Adelson e Marlene pelo amor e dedicação com que me criaram e por estarem sempre e incondicionalmente ao meu lado.

Às minhas irmãs Daniela e Daiane por sinceramente sempre torcerem por mim e pelas minhas conquistas.

À minha esposa Morgana pelo constante apoio, motivação e companheirismo, por tudo e um pouco mais.

Aos meus filhos Helena e Bernardo por serem a luz dos meus dias, por serem inspiração para a minha vida, por todos os sorrisos e loucuras sãs, porque no final das contas, essa tese é por eles e para eles.

RESUMO

WESTRUPP, Daniel. A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação. 2019. 348 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação (ECO), Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O processo de privatização do Ensino Superior no Brasil é pauta constante nos principais veículos de mídia de massa do país. Propõe-se observar o posicionamento que os principais veículos de mídia de massa impressa do país assumem sobre o tema e busca-se evidenciar de que forma essa mídia atua como incentivadora do Ensino Privado e das Políticas Públicas Privatistas da Educação. Por meio da análise de artigos e reportagens expõe-se como as informações são manipuladas para atingir a consciência coletiva em prol dos interesses de cada um dos sujeitos envolvidos. Como resultado obtido foi possível evidenciar a participação de grupos de interesses econômicos nas políticas públicas privatistas para a Educação no país.

Palavras-chave: Privatização do Ensino Superior, Mídias de Massa, Manipulação de informações

ABSTRACT

WESTRUPP, Daniel. A mídia comercial como propulsora das políticas privatistas da educação. 2019. 348 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação (ECO), Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The privatization process of universities in Brazil is a constant agenda of the mass media of the country. It is proposed to observe the position that each one of the publications takes on the theme and seeks to highlight how the media acts as a stimulant of private education as well as the private public policies of education. Through the analysis of articles and reports it exposes how information is manipulated to reach the collective conscious in favor of the interests of each part involved.

Keywords: Universities Privatization, mass media, information manipulation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A Educação e o Mercado	156
1.1 Políticas públicas privatistas da educação	189
1.2 O Ensino para o Mercado	42
1.2.1 Precarização da atividade docente	4145
2 A educação na mídia.....	557
2.1 A mídia como instrumento de hegemonia.....	577
2.2 Movimento Todos pela Educação	60
2.3 Fundação Lemmann	64
3 A ideologia oculta no discurso midiático	6767
3.1 Documentos jornalísticos	11867
3.1.1 Privatização do ensino na mídia	12870
3.1.1.1 Revista Veja.....	12871
3.1.1.2 Valor Econômico.....	12874
3.1.1.3 Revista Isto É.....	12875
3.1.1.4 O Estado de São Paulo.....	12875
3.1.2 Análise do discurso e seus argumentos.....	12876
3.1.2.1 Distribuição de verba	12877
3.1.2.2 Crescimento econômico.....	12884
3.1.2.3 Crítica política	12887

3.1.2.4 Dados / Pesquisa	12897
3.1.2.5 Parceria de sucesso com o setor privado	128100
3.1.3 Todos pela Educação na Mídia.....	128101
3.1.3.1 Revista Veja.....	128106
3.1.3.2 Valor Econômico	128109
3.1.3.3 Isto É.....	128112
3.1.4 Fundação Lemmann na mídia.....	128118
3.1.5 Naturalização da idéia de privatização da educação	128126
3.2 Ideologia da privatização	128128
Conclusão	128126
Referência Bibliográfica	128137
Apêndices	128148
Anexos	128155
Tabelas e Gráficos	128348

INTRODUÇÃO

O fato de o Brasil possuir a maior empresa de Ensino Superior Privado do mundo é mencionado como um avanço no âmbito da Educação ao invés de ser questionado como uma solução que surgiu para suprir a necessidade de diplomas de Ensino Superior, atender ao mercado de trabalho e bater metas estabelecidas pelo governo.

A educação brasileira cada vez mais desponta como uma mercadoria, um artefato para resolver problemas específicos de uma demanda de mercado. O foco da Educação ao invés de estar na aprendizagem, para a formação de um sujeito crítico e consciente e na cidadania que esse sujeito pode exercer, está na necessidade de suprir um pré-requisito exigido em troca da empregabilidade.

O indivíduo, produto desse sistema educacional, não é instigado a questionar. Não existe um esforço para atrelar esse sujeito às raízes culturais brasileiras e/ou aquela a que ele está inserido, faltando-lhe assim referências para que encontre sentido naquilo que o sistema tem a lhe oferecer, ficando assim desconectado da realidade a qual ele pertence. Sodré (2012, p. 144) compara o modelo educacional ao sistema de ensino pregador do século XIX, aquele que exige uma escuta religiosa por parte dos alunos, sem que espaço seja dado a eles para questionamentos e argumentações.

Vale se perguntar qual o interesse existente em perpetuar esse tipo de indivíduo que a educação atual produz, ou seja, a quem um cidadão que não questiona, que apenas aceita e reproduz seria lucrativo?

A sensação de pertencimento à sociedade da população brasileira perpassa pelo poder de consumo. Quanto maior o consumo, seja ele de mercadoria ou de serviço (inclui-se aqui a Educação), maior será o acesso aos direitos que os cidadãos brasileiros terão. A afirmação contrária também é verdadeira, quanto menor for o acesso ao consumo, mais limitado será o acesso aos direitos e garantias sociais. Assim, “consumir” uma educação privada de qualidade, tão anunciada pela mídia, dá a esse cidadão a sensação de pertencimento, de garantia de um futuro economicamente seguro.

Como o índice de desenvolvimento humano utiliza-se de dois indicadores oriundos da Educação, para a obtenção de melhores resultados do IDH, existe a constante necessidade de quantificar os dados. Esses resultados acabam se desdobrando em políticas públicas que vão ao encontro dos interesses da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, fomentando por sua vez uma economia de mercado voltada para a Educação Nacional.

Essas políticas públicas para a educação, por influência do discurso midiático, estão voltadas para uma lógica de privatização do Ensino Superior e de todo o sistema educacional brasileiro. Instigada por essa mesma mídia, a percepção coletiva é de que as universidades públicas estão cada vez mais sucateadas no que diz respeito à infraestrutura e o relacionamento entre corpo docente e discente, bem como funcionários administrativos.

Dentre os papéis conceituais designados à imprensa estão, vigiar o poder, aferir a opinião pública, desenvolver ações de responsabilidade social e garantir a liberdade de opinião. Entretanto, essas ações servem apenas para camuflar o motivo principal de atividade da grande maioria da imprensa de massa, que é garantir a manutenção do processo de acúmulo de capital preexistente.

Gramsci (2000) classifica a imprensa como um agente partidário capaz de promover o consenso e a hegemonia, dando ao sujeito a sensação de pertencimento que ele procura.

O indivíduo é induzido a acreditar que só é relevante o que os meios divulgam e, assim, alcançamos o conceito de opinião pública, que por definição seria a representação do pensamento da “maioria”. Entretanto, a opinião pública só passa a existir depois de criada pela imprensa, conforme alegação de Muniz Sodré (2002, p. 43).

Para legitimação da opinião pública, os indivíduos deveriam ter acesso às informações, conhecê-las e discuti-las para, então, opinar a respeito. O que existe, ao invés disso, é uma manipulação técnica de informação que permite que os veículos de comunicação possam defender quaisquer posições que possam lhe interessar. Assuntos e opiniões a serem vinculados são selecionados para virem ao encontro às conveniências políticas e de mercado estabelecidas.

Sobre a atuação dos meios de comunicação, Karl Marx (1977, v. 1: 67) dissertava: “Transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”.

Com isto em mente, o objetivo desta tese é investigar a atuação e influência do discurso da mídia, aqui principalmente representada pela *Revista Veja*, *Valor Econômico*, *Revista Isto É* e o jornal *O Estado de São Paulo*, selecionando textos desde janeiro de 2010 a junho de 2019 no que diz respeito às políticas públicas privatistas voltadas à Educação. Entretanto, ter o direcionamento voltado a estes títulos não nos impedirá de utilizarmos outras mídias para fomentar a argumentação. Buscaremos identificar a tendenciosidade dos assuntos levantados por estes veículos e a forma como estes manipulam a opinião pública, pois, vivemos em tempos difíceis, em que a superficialidade das relações sociais impede um pensamento autônomo e crítico; e, principalmente, impede a criação de um projeto nacional que dê conta de colocar a educação como política de reconhecimento das características das identidades brasileiras.

Como hipótese, estabelecemos que as mídias impressas direcionadas às massas, através de seus recursos de linguagem, buscam influenciar e conduzir o pensamento do leitor para que este vá ao encontro com seus interesses, favorecendo assim a criação de políticas públicas privatistas voltadas à Educação.

Através desta pesquisa, produziremos saber, elaboraremos princípios, estabeleceremos resultados e construiremos processualmente um caminho.

A primeira técnica utilizada será a revisão bibliográfica, esta etapa virá a cumprir dois propósitos da pesquisa (ALVES MAZZOTTI, 2002): a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada, para a concepção do referencial teórico da pesquisa.

Utilizaremos duas formas de pesquisa, a descritiva e a explicativa. Na descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (BARROS E LEHFELD, 2007). Este processo visa identificar, registrar e analisar fatos, características e variáveis que se relacionam com o assunto investigado.

Para complementar utilizaremos a pesquisa explicativa, que faz o registro dos fatos e, então, os analisa, interpreta e identifica suas causas. Essa abordagem

visa ampliar generalizações definir modelos teóricos e gerar ideias por meio de dedução lógica (LAKATOS E MARCONI, 2008).

Considerando a infinidade do material disponível, gerado desde a criação dos programas de pós-graduação no Brasil em 1965, para atingir nossos objetivos traçamos uma estratégia de delimitar os autores que norteariam a pesquisa, para assim utilizarmos artigos mais adequados na construção da argumentação teórica fundamental deste trabalho. Adotaremos a perspectiva teórico-metodológica de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Marilena Chauí e Paulo Freire.

Como segunda etapa dessa fase da pesquisa palavras-chave que serão utilizadas na busca de referências foram escolhidas para nortear a tese. Nós então as selecionamos. “Educação”, “comunicação”, “mídia”, “hegemonia social”, “privatização do ensino”, “Ensino Superior”, “políticas públicas privatistas da educação”, “políticas públicas do Ensino Superior”, etc. Foram essas palavras-chave que observamos serem recorrentes e indispensáveis para a análise do tema proposto dentro das publicações escolhidas. Palavras estas que atravessam o tema sugerido e se articulam a fim de que os devidos recortes do objeto investigado sejam estabelecidos.

O formato de análise dos dados constitui-se basicamente em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase, é estabelecido o primeiro contato com os documentos, objetivando analisar e conhecer o texto a ser analisado, verificando se ele é realmente condizente com o que se é investigado e identificando os trechos de maior significado para a pesquisa. Na segunda etapa, os trechos selecionados foram analisados, buscando evidenciar indícios que comprovassem nossa hipótese. E no terceiro momento deu-se a análise qualitativa das reportagens selecionadas em *Veja*, *Isto É*, *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico* acerca da mídia como propulsora das políticas públicas privatistas da educação, análise esta que é o centro do estudo desta tese, em função disto buscamos além de interpretar, identificar nuances, indícios, indicativos e vestígios visando a elaboração de uma análise de dados consistente.

A análise desse material, para conclusão da tese, será feita no terceiro capítulo, no qual investigaremos se a naturalização da ideia de privatização da educação é realmente um processo instigado pelos veículos de comunicação e como esta ideologia de privatização atua na sociedade.

O primeiro capítulo “A Educação e o Mercado” apresentará a contextualização histórica, pontuando as características do movimento neoliberal e os impactos que o mesmo proporcionou nos diferentes setores da sociedade, principalmente na área da Educação. Para tal nos apoiaremos principalmente em Gramsci e Coutinho.

Para nos aprofundarmos no tema, percorreremos as políticas públicas privatistas da educação, incentivadas inclusive pela Constituição Brasileira e pela criação de diversas Leis de Reforma Educacional, que também serão citadas no decorrer do texto dentro de uma linha de sucessão dos fatos. Abordaremos também a precarização da atividade docente, no intuito de expor os limites que foram atribuídos ao profissional para que este se enquadrasse a ótica neoliberal e como os professores foram limitados a “produzir” alunos para atender ao mercado de trabalho.

A contextualização nos dará embasamento para dissertarmos sobre o principal viés deste trabalho que é “A defesa midiática da educação privada”, o qual mostrará como o Estado utiliza-se do poder de persuasão dos instrumentos de mídia para legitimar suas ações, fazendo uso da credibilidade que estes veículos de comunicação possuem frente à população.

Trataremos da mídia como um instrumento de hegemonia social através dos pensamentos de Gramsci passando pelos conceitos de estado ampliado e sociedade civil e finalizaremos o capítulo buscando comprovar a nossa hipótese de que as mídias desempenhariam o papel de um partido neoliberal frente à sociedade, mesmo que tal atuação acontecesse de maneira “velada”.

1. A Educação e o Mercado

O neoliberalismo passou a ser difundido com mais força a partir da década de 70 com a recessão do capitalismo. Grandes empresas operando abaixo da sua capacidade de produção, baixas taxas de crescimento econômico, alta inflação e desemprego criaram um ambiente propício para a implementação das teses neoliberais.

Para Harvey (2008), conceitualmente o neoliberalismo,

[...] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

A implantação das ideias neoliberais, segundo Harvey (2008), foi um projeto de classe, que visou devolver o poder às elites, enquanto também servia como meio de neutralizar os movimentos comunistas ao redor do mundo.

Os principais princípios neoliberais, segundo Negrão (1996), dizem respeito ao papel que o Estado assume na sociedade e na economia. As premissas propõem a diminuição da atuação do Estado na sociedade (privatizando, demitindo, etc...), a revisão das relações de trabalho (erradicando a estabilidade, criando contratos temporários e diminuindo a carga tributária sobre o capital) e abertura econômica e comercial (possibilitando investimento de capital internacional).

A exploração do trabalho humano é intensificada a visar a maximização da lucratividade, o que refletiu diretamente na condição de vida e trabalho de grande parte da população.

Ainda de acordo com Harvey (2008) os ideais foram implantados visto que os seus defensores exerceriam influência considerável em diferentes segmentos da

sociedade tais como educação, meios de comunicação, instituições financeiras que controlariam as finanças mundiais e organismos multilaterais como Banco Mundial e UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essas duas instituições percebem a educação como solução para a desigualdade social, alívio da pobreza e desenvolvimento econômico.

A Teoria do Capital Humano, desenvolvida principalmente por Theodore Schultz nos Estados Unidos na década de 50, através de uma pesquisa que tinha por objetivo evidenciar a diferença entre os países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, apontou como principal questão a Educação.

A teoria disserta sobre a importância do investimento em saúde e educação para “aprimorar” os indivíduos e torná-los mais produtivos surge a necessidade de melhorar os números apresentados, pois, esses números determinam a taxa de crescimento dos países.

Essa pesquisa, que deu ao seu coordenador o prêmio Nobel de Economia, vai ao encontro dos interesses do capital, além do que as suas bases científicas são questionadas por inúmeros pesquisadores (FRIGOTTO, 1996, p. 41), que a enxergam como uma estratégia de disseminar um novo senso comum que impeça os trabalhadores de conceberem as contradições do sistema capitalista e de se rebelarem contra ele.

Um dos problemas apontados nessa teoria, no que diz respeito à educação é que ela enfatiza que o desenvolvimento econômico-social depende do desempenho individual, excluindo os fatores estruturais que determinam as diferenças de classe.

Apesar de ser datada de 1950, essa teoria ainda é presente nos discursos políticos e nas escolas. Controle da taxa de natalidade, o acesso das mulheres à educação, questões de saúde relacionadas à prevenção e ascensão social através da educação são exemplos de questões levantadas em 1950 e que foram incorporadas na publicação “*Prioridades y Estrategias para la Educación*”, documento esse tido como orientador das políticas educacionais dos países membros da ONU. Este documento traz a afirmação de que os países que não alcançam as metas propostas por ele, não investiram o suficiente no capital humano e/ou possuem uma administração ineficiente da sua área educacional.

Frigotto (1993) alega que a criação da teoria do capital humano nasce de forma sistemática na reorganização do imperialismo, e desqualifica o trabalho pela

crescente tendência de economizar trabalho vivo com a inserção de tecnologias, bem como, dos mecanismos de recomposição da crise capitalista, na qual permeia a miséria, o subdesenvolvimento e o desemprego.

Percebemos que não é por meio do investimento humano que o sujeito aumentará a produtividade econômica de sua localidade e sua renda, as elaborações de Schultz passam por uma teoria instrumental, sem análise das questões sociais, políticas e econômicas, pois, é o próprio movimento do capital que determina as relações sociais e de produção por esse motivo o autor (idem) salienta que o governo deve atuar em áreas como, por exemplo, a educação porque esta gera vantagem social, isto é, garante maior retorno ao governo.

Na Conferência Mundial Educação Para Todos que aconteceu em 1990, da qual fizeram parte organismos internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) além do Banco Mundial entre outros, foi acordado que uma educação básica de qualidade seria prioridade para todos. Esta medida teve por objetivo, reduzir a pobreza, aumentar a produtividade dos trabalhadores, melhorar a saúde e reduzir a fecundidade. Em outras palavras, o acesso à educação básica adaptaria o sujeito a nova demanda de mercado atendendo a demanda neoliberal. As políticas educacionais fariam então a mediação no processo de reprodução do modelo neoliberal.

Tido por muitos como um dos temas mais instigantes no campo da Educação na contemporaneidade, o neoliberalismo que busca a mercantilização universal, sobrepõe os interesses individuais aos direitos econômicos e sociais.

É inevitável afirmar que os processos sociais de representação da forma de produção capitalista mais significativos e a Educação encontram-se, desde sempre, fortemente entrelaçados. Historicamente, a educação sempre desempenhou o papel de mediar os projetos políticos sendo eles “democráticos como autoritários, incluídos ou de exclusão das maiorias, portanto, local onde se articulam interesses diversos e antagônicos, local de disputa ideológica e de hegemonias”. (CORRÊA, 2000, p. 50).

O neoliberalismo considera pais e alunos, como consumidores da educação o que gera uma competição para a melhor oferta educacional entre as escolas o que acaba transformando problemas educacionais em problemas

mercadológicos e a formação crítica é gradativamente trocada por um ensino tecnicista focado na especialização e no estreitamento.

Estratégias de marketing cada vez mais agressivas são utilizadas pelos estabelecimentos de ensino. Desde a promessa da inserção imediata no mercado de trabalho, feita através do uso da imagem de atores e modelos como representantes de pessoas bem-sucedidas até a redução no valor de mensalidades com a intenção de elevar as taxas de matrícula e obter o lucro através da quantidade de alunos trazidos para a instituição, seduzidos pelo preço ao invés da qualidade do serviço oferecido.

Segundo Ball:

No seio desse novo ambiente moral, as escolas e as universidades são induzidas a uma cultura de auto-interesse. As motivações pessoais sobrepõem-se aos valores impessoais. Os procedimentos de motivação inseridos neste novo paradigma de gestão pública elicitam e geram os impulsos, relações e valores que fundamentam o comportamento competitivo e a luta pela vantagem. Assim, aquilo que temos assistido, através da celebração da competição e da disseminação de seus valores na educação, é a criação de um novo currículo ético nas e para as escolas e o estabelecimento de uma correspondência moral entre o provimento público e empresarial. (2001, p. 106 - 107).

Como exemplo temos a criação das primeiras creches, que surgiram com o discurso de terem sido criadas como resposta às reivindicações da classe trabalhadora, mas mais do que isso, também eram utilizadas como um meio de controlar ideológica e culturalmente a população desde sua entrada no sistema educacional.

1.1 Políticas públicas privatistas da educação

O Ensino Superior, visto como elemento de fortalecimento econômico, já apresentava grande expansão. Em 1968, o Brasil contava com 278.295 alunos matriculados no Ensino Superior, apenas 3 anos depois este número foi duplicado e

atingiu a marca de 561.397 e, em 1980, este número subiu para 1.377.286 segundo INEP, 2009.

Esta expansão já vinha acontecendo principalmente devido à iniciativa privada, com o apoio, embora ainda velado, do Estado.

No início do século XXI governo, comunidade acadêmica, estudiosos e atores sociais intensificaram o debate sobre o Ensino Superior, questionou-se se esta modalidade de ensino deveria ser mantida como um bem público, financiado pelo estado, em que o benefício seria refletido em toda a sociedade, ou se deveria ter um caráter privado no qual o indivíduo que investisse em sua própria educação teria o retorno.

Em meio desta discussão o crescimento econômico que havia criado 20 milhões de empregos desde o início do mandato de Lula, mostrou-se frágil frente a crise de 2008. A classe trabalhadora viu-se endividada frente a facilidade de financiamento, os juros subiram a patamares altíssimos e a produção industrial estancou-se devido à baixa demanda do comércio, fechando o ciclo e gerando assim uma queda drástica no número de empregados.

A economia que havia se fortalecido através da sua abertura para investimento externo e saque financeiro se viu abalada quando o Brasil passou a figurar dentre os países que apresentavam alto risco aos investimentos aqui feitos. A vulnerabilidade limita os créditos externos e faz com que o governo penalize tudo o que é público, incluindo-se aqui a Educação.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa criado em 2004 por meio da Medida Provisória n.º 213, de 10 de setembro daquele ano (BRASIL, 2004) implementada no ano seguinte com a edição da Lei Federal n.º 11.096, de 13 de janeiro (BRASIL, 2005). Este programa almeja a inclusão educacional de estudantes brasileiros de baixa renda, através da oferta de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de Ensino Superior em troca de renúncia fiscal pelo governo.

Diferença de renda entre trabalhadores que cursaram Ensino Superior e os que não cursaram:

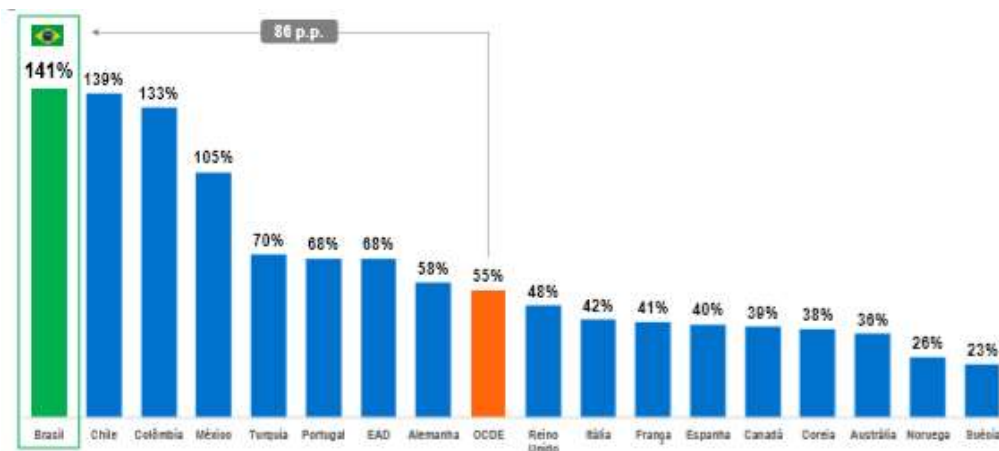


Gráfico 1 - Fonte: OECD (*Education at a Glance*, 2016)

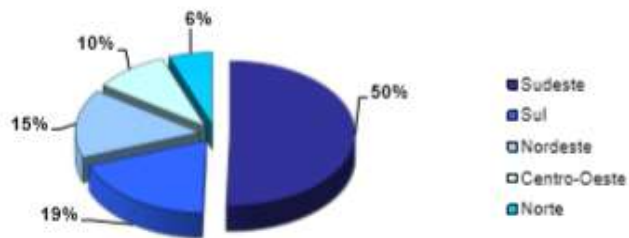
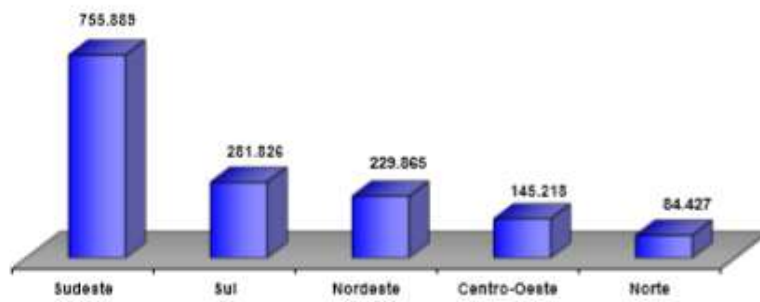
Em 2008 o governo viu no programa a possibilidade de manter as suas políticas públicas voltadas ao Ensino Superior sem que precisasse, no momento de crise, mexer no caixa para isto. Tal manobra reforça a ideia de que políticas públicas são adotadas não só para atender a população, mas também para sanar necessidades do governo e interesses de terceiros. Quando mencionamos terceiros, nos referimos as próprias instituições de Ensino Superior de natureza privada, visto que a ampliação da oferta de vagas por estas instituições, exigia uma demanda de estudantes que não existia devido à dificuldade destes em efetuar o pagamento das mensalidades.

O Ensino Superior foi promovido, o PROUNI foi fortalecido, assim como as IES privadas.

Desde a sua criação em 2004 até 2016 mais de 1,9 milhões de estudantes já haviam sido atendidos pelo programa, sendo que deste total, ao menos 70% dos alunos contavam com bolsas integrais (PROUNI).

Os estudantes, participantes do programa, seguem assim distribuídos:

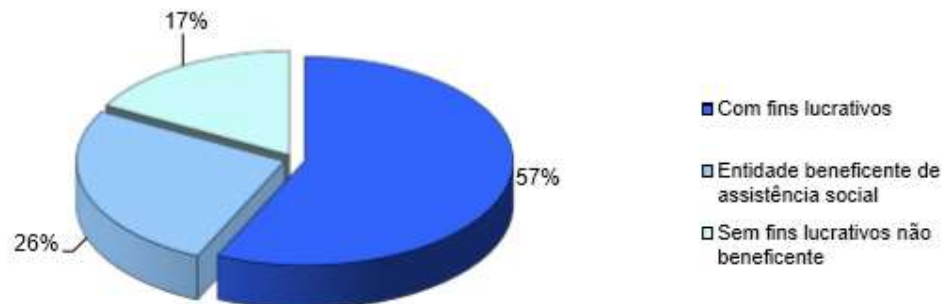
Bolistas por região



Fonte: Sispruni 06/01/2015
Bolistas Pruni 2005-2º/2014

Gráfico 2 – Fonte Sispruni 06/01/2015

Bolsistas por categoria administrativa de IES



Fonte: Sisprouni de 06/01/2015
Bolsistas Prouni 2005-2º/2014

Gráfico 3 – Fonte: Sisprouni de 06/01/2015

A premissa inicial do Programa, que era proporcionar democraticamente o ingresso de alunos sem condições financeiras em Universidades, foi quebrada quando o PROUNI foi estendido para toda e qualquer instituição de Ensino Superior, mesmo as que não dispusessem de programas de pesquisa e extensão. Essa brecha dada, ampliando o número de instituições vinculadas ao programa, deu aos alunos participantes do programa a possibilidade de conseguirem os seus diplomas, mas abriu espaço para questionamentos sobre qualidade do ensino oferecido.

Surgiu então o termo “mercado universitário” para definir o conjunto de oportunidades de atuação das instituições de Ensino Superior privadas, com possibilidade de retorno econômico para estes estabelecimentos.

Assim, o governo permitiu e até estimulou a expansão do Ensino Superior privado, que cresceu vertiginosamente sem, contudo, ter impulsionado a melhoria significativa na qualidade do ensino particular, contribuindo dessa forma, para o crescimento das desigualdades sociais (MELLO, 2013).

Sguissardi (2006) destaca que dentre as instituições que participam do programa, as IES Privadas com fins lucrativos, (que são as mais numerosas como pode ser observado no gráfico apresentado anteriormente) são as que mais se beneficiam.

O programa, pretextando a publicização do privado, na forma como foi aprovado e está sendo implementado, fortalece as instituições privadas comerciais de ensino. Pode-se entendê-la como forma de aplicação lato sensu do espírito das PPPs no campo do Ensino Superior. Em troca da isenção de um conjunto de impostos pelas IES privadas - o programa é muito mais interessante para as instituições com fins lucrativos - aprovou-se a possibilidade de troca de cerca de 10% das vagas ou 8,5% da receita bruta, na forma de bolsas para alunos egressos de escolas públicas (SGUISSARDI, 2006, p. 1043).

De acordo com informações do site do Ministério da Educação/PROUNI, as IES Privadas com fins lucrativos contabilizam 56% de bolsistas. Seguidas pelas entidades beneficentes de assistência social, com 27% de bolsistas; e as instituições sem fins lucrativos não beneficentes, com 17% de bolsistas (BRASIL, 2012) confirmando que a adesão ao programa é realmente maior pelas instituições que mais se beneficiam dele.

Dados estatísticos do Censo 2010 do MEC/INEP, comprovam a expansão das IES privadas através do aumento do número de matrículas que nos cursos de graduação chegaram a atingir 110% em 10 anos. Ainda de acordo com o Censo de um total de 2.377 IES no Brasil, 2.099 são privadas e contabilizam 4.736.001 alunos matriculados, enquanto as 278 instituições públicas respondem por 1.643.029 de matrículas.

O crescimento do Ensino Superior no Brasil passou a atender as exigências do próprio capital na capacitação dos estudantes para o mercado de trabalho enquanto difundia a imagem de uma política educacional inclusiva.

Este incentivo a propagação das instituições privadas e o beneficiamento que isto trouxe aos empresários da educação em detrimento da qualidade do ensino com a precariedade das informações sobre o programa, fornecidas pelo MEC, são as grandes críticas que o PROUNI sofre.

Podemos observar a intervenção destas políticas educacionais como o PROUNI, na teoria do capital humano, cuja perspectiva é associar a escolarização ao crescimento do país, refletida os interesses do capital internacional. Estas políticas visam formar indivíduos, através da educação básica, para serem mercadologicamente exploráveis pelo setor privado enquanto os outros níveis de ensino ficam à mercê da lei da oferta e da procura.

Vemos nas políticas públicas educacionais, um conjunto de medidas propostas pelo Estado que objetiva a reprodução da força de trabalho através da escolarização, qualificação, da proliferação dos ideais e concepções das classes dominantes com o intuito de legitimar o sistema político.

Ao compartilhar a responsabilidade pela Educação com a iniciativa privada, o fato da educação ser uma questão pública, porém, não necessariamente estatal é enfatizado conforme pode ser observado abaixo na Lei federal n.º 9.394/ 1996 - lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Art.2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 7º O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I- Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II- Autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público;

III- Capacidade de autofinanciamento ressalvado e previsto no art.213 da constituição federal.

Art. 19º As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (regulamento)

I- Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administrada pelo poder público;

II- Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Inúmeros são os esforços despendidos, visando enquadrar o Brasil na nova ordem de fortalecer o seu capital humano. O incentivo às Instituições de Ensino Privadas existe desde a Constituição de 1934 que isentava os estabelecimentos educacionais primários e profissionais de do pagamento de tributos. Na Constituição de 1946 este benefício foi estendido a todas as instituições educacionais (inclusive as de Ensino Superior) que se estendeu até a atualidade com a isenção de impostos conforme observado na redação mais atual da Carta Magna de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI – instituir impostos sobre: [...]
c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. (BRASIL, 1988)

Com esta brecha na lei, grandes estabelecimentos de ensino até 1996 foram se fundindo e se transformando assim em grandes universidades sem fins lucrativos até que surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que permitiu o modelo de institucional de estabelecimentos educacionais que visavam o lucro.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:
I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
II – Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)
III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

A legislação apenas evidenciou a até então velada mercantilização da Educação Superior e a transformação da educação em mercadoria, cujo preço é definido pelo mercado em que a obtenção de lucro é o objetivo principal, apesar de as limitações estabelecidas pelo governo federal no que diz respeito aos reajustes das mensalidades e às sanções aos estudantes inadimplentes.

Outra forma de atender a demanda do mercado, não só fornecendo mão de obra qualificada, mas também movimentando economicamente os fornecedores de produtos consumidos pela educação, foi a criação de cursos superiores à distância, a distribuição de televisores e computadores nas escolas, a entrega de milhões de livros, a reformulação do currículo eliminando principalmente matérias relacionadas a filosofia e sociologia, adaptando o método de avaliação das escolas que estimulam o bom desempenho através de premiação.

Os Cursos de Ensino Superior à distância, definidos como uma modalidade de ensino no quais as atividades pedagógicas acontecem com o auxílio de tecnologias de comunicação e informação. Nesta modalidade se faz viável mesmo com alunos e professores presentes em diferentes lugares não dependendo também da sincronicidade de horário.

O EaD vem como uma forma de solucionar os problemas de alto custo com construção de espaços físicos adequados, funcionários para manutenção desta estrutura, mobiliário, biblioteca, contratação de professores, etc., favorecendo a ampliação do lucro obtido pelas instituições de ensino tanto públicas quanto de iniciativa privada. É incontestável a afirmação de que a implantação de cursos EaD são mais economicamente viáveis devido à grande redução dos custos associados se relacionados aos cursos presenciais. Além disto ainda podemos citar a fomentação de mercado que o ensino à distância proporciona ao movimentar os setores de tecnologia da informação e comunicação no que se refere ao comércio e desenvolvimento destas áreas.

Pode-se observar a evolução do acesso à informação nesta modalidade de ensino progredir com o avanço da tecnologia. Dentre os primeiros cursos oferecidos nesta modalidade em território nacional, podemos citar os cursos profissionalizantes

oferecidos pelo Instituto Rádio Monitor, em 1929, e com o Instituto Universal Brasileiro, em 1941 distribuídos através do correio. A popularização desta modalidade veio, entretanto, com o Telecurso oferecidos principalmente pela Fundação Roberto Marinho que eliminou a necessidade de distribuição de material físico, agilizou e tornou ilimitado o alcance reduzindo ainda mais os custos.

Segundo Belloni (2009) são várias as características que fazem da EaD uma modalidade promissora de ensinar, dentre elas o acesso facilitado aos meios de comunicação e informação pelas pessoas interessadas em instrução; a rapidez e a difusão praticamente instantânea da informação promovida por esses meios; e a habilidade já inerente aos indivíduos em manusear os instrumentos tecnológicos (BELLONI, 2009).

A crescente demanda por capacitação de pessoas que enfrentam longas jornadas de trabalho e que buscam alternativas viáveis de acesso ao conhecimento, aliada a popularização da internet fez com que os cursos EaD se difundissem por todo o território brasileiro com a prerrogativa de democratizar o Ensino Superior.

A Educação à Distância, assim como toda a Educação, encontra-se necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza, sendo considerada, sempre, como uma prática social de natureza cultural. A Educação à Distância não deverá ser pensada como algo a parte da organização de ensino, mas como uma modalidade de educação que, em função de suas peculiaridades espaço-temporais, dos tipos de mídias e recursos tecnológicos utilizados e de suas características contextuais, requer a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições necessárias para que o mesmo efetue sua formação (BOLETIM – SALTO DO FUTURO/MEC, 2002, p.101).

Crescimento do número de estudantes de Ensino Superior – Público e Privado
(milhares)

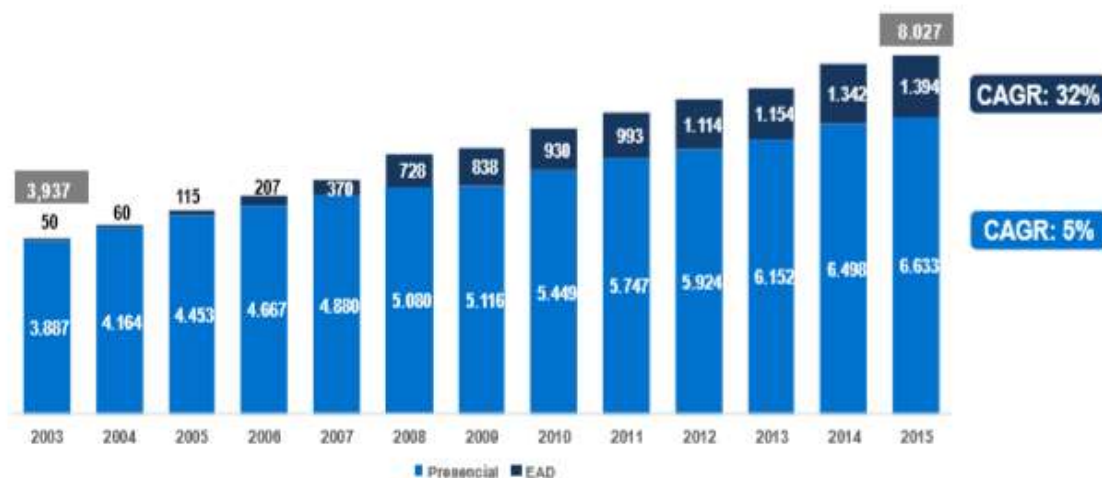


Gráfico 4 - Fonte: Inep/MEC

Entretanto, aliados aos benefícios existe toda a problemática intrínseca ao tema, questões sobre até que ponto o fator financeiro tem mais peso nesta modalidade educacional que o fator social, ou até onde a formação profissional é priorizada em detrimento da formação cidadã, se a qualidade do ensino oferecido através das plataformas tecnológicas é a mesma disponibilizada no ensino presencial (tanto nas instituições públicas quanto privadas) e se a fiscalização das instituições que oferecem esta modalidade seria rígida ao ponto de evitar o sucateamento do processo ensino e aprendizagem.

O processo neoliberal de enquadrar o estudante como cliente e o ensino como mercadoria é facilitada na modalidade EaD, pois o aluno passa a ser um usuário/consumidor do serviço oferecido. A situação é agravada quando o mercado passa a vender “educação para muitos” com “qualidade para poucos”, desviando-se assim do conceito de democratização do ensino que deveria ofertar de forma igualitária a qualidade o acesso à educação, ao contrário, reforça a máxima de que os mais favorecidos financeiramente têm acesso à melhor qualidade de ensino.

Prova desta queda na qualidade do ensino são os resultados dos exames do Enade (Exame Nacional de Desempenho do Estudante) que classificam os cursos em uma escala de 1 a 5 conforme a média das notas obtidas pelos estudantes que se submeteram aos exames. As provas são aplicadas em alunos do Ensino Superior,

tanto de instituições públicas quanto privadas com o intuito de avaliar o rendimento dos egressos em relação aos conteúdos que os cursos se propõe a ensinar além das habilidades e competências que buscam desenvolver durante o processo de formação.

O resultado do ENADE de 2017 apontou que 6,1% dos cursos presenciais obtiveram o maior conceito na avaliação, contra 2,4% dos cursos EAD. A diferença também pode ser observada no indicador IDD (Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado) que mede o quanto o curso agregou para o desenvolvimento do estudante. Nos cursos EAD 6,4% obtiveram notas 4 ou 5, contra 21,6% nos cursos presenciais¹.

Apesar de tais evidências o MEC continua a estimular através de portarias a implementação também de disciplinas EAD dentro dos cursos presenciais. A portaria n.º 1.134, de 10 de outubro de 2016 permitia que 20% da carga horária total do curso fosse ofertada à distância. Essa portaria foi substituída pela portaria n.º 1.428, de 28 de dezembro de 2018 que ampliou esse número para 40% dentro dos seguintes termos:

Art. 3º O limite de 20% (vinte por cento) definido art. 2º poderá ser ampliado para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial, desde que também atendidos os seguintes requisitos:

I - A IES deve estar credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com Conceito Institucional - CI igual ou superior a 4 (quatro);

II - A IES deve possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro), que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela IES;

III - os cursos de graduação presencial que poderão utilizar os limites definidos no caput devem ser reconhecidos, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro); e

IV - A IES não pode estar submetida a processo de supervisão, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018.

¹ <http://www.brasil.gov.br/noticias/educação-e-ciecia/2018/10/estudantes-do-ensino-presencial-conseguem-melhor-desempenho-no-enade> acessado em 12/03/2018)

A educação também constitui um campo fértil para o desenvolvimento de produtos e serviços economicamente vantajosos. A educação é considerada um serviço à venda (BARELLI, 2003). E os estudantes são os consumidores/clientes que permitem o aquecimento da economia educacional e um meio de expansão deste mercado é a indústria de apostilas que possibilita um modelo de ensino franqueado, onde o Sistema Positivo e a Editora Abril, atuam fortemente.

O ponto central deste modelo de ensino franqueado é a venda e a aplicação de um conjunto de material didático apostilado para escolas que se transformam em unidades parceiras ou franqueadas dos autodenominados sistemas de ensino. [...] As escolas franqueadas, por sua vez, não precisam deixar claro para os órgãos fiscalizadores que estão ligadas a qualquer outro grupo de educação privada. [...] Essa situação fantasma torna inviável a obtenção de números totais concretos e confiáveis sobre [...] quantas são as unidades franqueadas dos sistemas de ensino do país (PIERONI, 1998, p. 7 - 23).

A Editora Abril divulga o seu Sistema de Ensino SER como retentor dos “melhores materiais didáticos, serviços para alunos, pais, professores e gestores escolares” (Veja, 11 nov. 2009, p. 189). Já a Editora Positivo se coloca no mercado como provedor de “Soluções Educacionais Completas e Inovadoras”.

Por Sistemas de Ensino entendemos um conjunto de serviços e produtos oferecidos por instituições privadas que tem por atividade produzir e comercializar seu material didático com instituições de ensino conveniadas. A princípio, as escolas que utilizavam estes materiais eram apenas as privadas, que encontraram no sistema apostilado uma forma de reduzir os custos com material didático e também a inadimplência, visto que sendo seriado, o material só era distribuído mediante pagamento das mensalidades.

As empresas, que produziam os Sistemas de Ensino seguindo a lógica do mercado, sentiram necessidade de expansão, mas as escolas públicas, pareciam inacessíveis visto que estas dispunham de livros fornecidos gratuitamente pelo governo federal através do Programa Nacional do Livro Didático.

A Constituição Federal de 1988 (regulamentada pela LDB/96) ofereceu autonomia aos municípios para que elaborassem leis relacionadas a Educação que

favorecessem interesses locais visando a melhoria da educação pública oferecida a população. Contrariando as expectativas, esta brecha na lei favoreceu para que em 1999 fosse fechada a primeira parceria entre o Sistema COC e o Estado de São Paulo conforme registrado no histórico da empresa em seu próprio site: “1999 - Os primeiros municípios do Estado de São Paulo fizeram parceria com a Editora COC, surgindo o Projeto NAME – Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino”.

Em 1997, um dos primeiros municípios a adotar o sistema apostilado foi Orindiúva, no interior de São Paulo. A partir desta data outras prefeituras passaram aderir também às apostilas dos sistemas de ensino e uma nova modalidade de terceirização surge no país: instituições de ensino públicas, administradas pedagogicamente por grupos particulares.

Antunes (2007) afirma que a divisão de tarefas entrega às empresas privadas de ensino o controle sobre a vida acadêmica das instituições, cabendo às prefeituras as atribuições administrativas.

Assim, embora a Constituição Federal de 1988 preveja que o ensino público seja conduzido com base no “[...] pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e na participação” (GARCIA; CORREA, 2011, p. 12) os conteúdos, nas instituições que aderem ao ensino apostilado, acabam ficando limitados e a esfera privada passa assim a gerir as escolas públicas fazendo uso do monopólio da distribuição do material didático para vários municípios.

Nesta lógica, segundo Adrião et al. (2009, p.802) as empresas que produzem o material distribuído as escolas, fornecem muito mais que apostilas, pois “passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo em cada uma das unidades de ensino da rede pública, razão pela qual se tornam parceiras dos governos municipais”.

Mais uma evidência da mercantilização da educação são os cursos tecnológicos que a princípio deveriam ser destinados apenas para profissionais com experiência de mercado como uma forma de aproveitar esta experiência para complementar a formação acadêmica. Por ser um curso de curta duração, o mercado se aproveitou da procura e estendeu a oferta de ingresso para todos com a justificativa de que um investimento em uma Educação cara e demorada era considerado

descabido pelo Banco Mundial e alegando que o mercado é efêmero, destacando que as posições de trabalho disponíveis mudam com grande frequência; porque a maioria (pobres, mulheres, negros e as minorias étnicas) não nasce competente para o exercício de atividades intelectuais (KUENZER, 1999). Para estes, bastavam “[...] rudimentos de leitura e escrita” necessários para que participassem da vida social e produtiva (KUENZER, 1986, p. 22).

O currículo deveria então ser moldado para vir ao encontro dos interesses da classe dominante como uma forma de legitimar a dominação destas classes e reproduzir dentro dela a desigualdade social que existente fora.

Evidencia-se assim que, para o Banco Mundial, são classificadas como políticas educacionais de qualidade aquelas que permitem que os países em desenvolvimento participem do mercado global e que possibilitem à sua população um posicionamento no mercado de trabalho, tais objetivos deveriam ser atingidos com o desenvolvimento de uma aptidão empregatícia flexível do indivíduo. Daí a necessidade de as políticas educacionais serem direcionadas para “[...] garantir a transmissão diferenciada das competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar, nos exigentes mercados de trabalho, pelos poucos empregos disponíveis” (GENTILI, 1998, p. 89). É nesta conjuntura que a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) citados anteriormente acontece, para que tais competências fossem desenvolvidas. Abordando não somente as competências técnicas como era proposto pela qualificação/treinamento, mas também:

[...] competências organizacionais (capacidade de autplanejar-se, auto-organizar-se, de gerenciar seu tempo e espaço de trabalho), competências comunicativas (capacidade de expressão e comunicação, de cooperação, trabalho em equipe, diálogo, exercício da negociação), competências sociais (capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa) e competências comportamentais (iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho). (DELUIZ, 2004, p. 75).

Embora a oferta desses cursos superiores voltados a qualificação profissional, conhecido por tecnólogos possa parecer a solução para o grande

problema social do desemprego e insinuar certa preocupação social, na verdade, o que acontece é que:

[...] com o que se oferece em boa parte desses cursos, os indivíduos pouco escolarizados e subempregados ou desempregados dificilmente conseguirão situar-se consistentemente no mercado. Além disso, tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego, ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado, da sociedade civil e dos empresários, nada resultou, então a responsabilidade não é social, mas individual (FERRETTI, 1999, p. 13 apud VERAS, 2007, p. 47).

Assim o processo de escolarização do trabalhador continua amparado nos interesses dominantes que demandam uma formação para o trabalho simples, para subempregos. Isso significa ajustar as bases do ensino de modo a adaptar os trabalhadores a estas necessidades técnico-operativas e políticas determinadas por uma sociedade que vivencia a intensificação da produtividade, a formação para a competitividade e o agravamento da desigualdade.

O desenvolvimento do Brasil como nação e a direção seguida sempre foram guiados por interesses externos ao nosso país. Vive-se uma economia subsidiária e dependente, focada em atender as necessidades do consumo externo. Ainda hoje, os traços da colonização são nítidos.

Um século depois da abolição, subsistem heranças das formas culturais e de sociabilidade produzidas com o escravismo. E tudo isso está atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado caleidoscópico, no qual a geografia e a história se mostram enlouquecidas (IANNI, 1992, p. 62).

Assim que o golpe militar foi consumado, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) organizou um simpósio dedicado a discutir e definir questões relacionadas a Educação do país. Nesse simpósio, realizado em dezembro de 1964, ficou entendido que a educação seria um vetor do desenvolvimento econômico e que os investimentos aplicados no ensino deveriam trazer como resultado aumento de produtividade e renda ao país.

Na divisão de tarefas, a escola primária ficava responsável pela capacitação de determinadas atividades práticas; o ensino médio teria como função a preparar os profissionais necessários ao incremento econômico e social do país; e ao Ensino Superior eram atribuídos os objetivos de formar a mão de obra especializada para atender à necessidade das empresas e preparar os quadros dirigentes do país (SOUZA, 1981, p. 67 - 68).

O simpósio legitimou assim, a concepção produtivista da educação na era militar. Este pensamento foi fortalecido ao ser incorporado à legislação do ensino, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com as premissas de "máximo resultado com o mínimo dispêndio" e "não duplicação de meios para fins idênticos".

Como sucessão de fatos tivemos a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968) que regulamentava a implantação dos cursos de pós-graduação, o Decreto n.º 464, de 11/02/1969, cujo 2º artigo proibia o funcionamento de universidades ou estabelecimentos isolados, mesmo quando estes estivessem regulamentados, caso não correspondessem às exigências do mercado de trabalho e completando o conjunto de medidas em 11 de agosto de 1971, foi aprovada a Lei n.º 5.692/71, que promoveu a unificação dos denominados primário e ginásio, criando o curso de 1º grau, obrigatório e com duração de 8 anos e estabeleceu a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, com o intuito de atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Essas alterações resultaram em um aumento significativo no número de matrículas nas escolas, visto que a lei obrigava os pais a manterem seus filhos estudando, mas o aumento de verba não foi proporcional.

As Constituições de 1934 e de 1946, determinavam que a União, os estados e os municípios deveriam destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. Este mínimo na Constituição de 1934 havia sido fixo em 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios conforme constituição anterior, porém, elevou o percentual da União para 12%. A Emenda Constitucional n.º 1 (ou Constituição de 69), instituída pela Junta Militar redefinindo o texto da Carta de 67 que havia eliminado a vinculação orçamentária das Constituições anteriores, restabeleceu a vinculação de 20%, entretanto, apenas para os municípios (artigo 15, § 3º, alínea f).

Sem a obrigatoriedade legal do repasse orçamentário, o governo federal progressivamente reduziu os recursos destinados à educação: "desceu de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,20%" (VIEIRA, 1983, p. 215) e manifestou através do §2º do artigo 168 da Constituição de 1967 apoio à iniciativa privada, ao declarar: "Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo", dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (§2º do artigo 176). Assim, uma tendência privatista que já existia antes da ditadura militar se fortaleceu no decorrer deste regime.

A tentativa de qualificar mão de obra através das escolas sem aumento proporcional de recursos, produziu prédios escolares precários sem capacidade necessária para o desenvolvimento da educação, queda na qualidade do ensino (pois, para suprir a demanda foram criados cursos de Licenciatura curta com duração reduzida para habilitar profissionais a lecionarem), favorecendo assim a migração dos filhos das classes mais favorecidas para os colégios particulares. Esse fenômeno de êxodo das escolas públicas fortaleceu as desigualdades sociais oriundas das desigualdades educacionais.

Com o fim da ditadura militar, o Brasil se viu na necessidade de enfrentar o seu maior problema econômico: a inflação.

A estrutura socioeconômica brasileira sofreu grandes mudanças na década de 90. Antes era focada na lavoura e no mercado externo para então se converter em uma sociedade predominantemente urbana voltada para a produção industrial. Nesta mesma época houve a criação de uma nova moeda, mudanças nas leis trabalhistas, os produtos importados começaram a marcar forte presença no mercado brasileiro devido à redução dos impostos relativos à importação.

Inicialmente as medidas, tomadas pelo governo, pareceram assertivas visto que a inflação foi temporariamente controlada. Concomitantemente ofereceu incentivos fiscais em busca de investimentos externos e deu início ao programa de privatização de estatais. A rapidez do processo de abertura econômica fez com que muitas empresas nacionais (defasadas no que dizia respeito aos avanços tecnológicos dos outros países) não conseguissem se adaptar à nova estrutura de mercado, fazendo com que seus proprietários fossem obrigados a optar pela venda ou as associassem a empresas multinacionais.

Concessão da exploração do sistema de transportes, a liberação da participação de empresas estrangeiras no setor de comunicação e a privatização de empresas do ramo do petróleo, energia e mineração foram algumas das medidas adotadas com a alegação de que as empresas enquanto estatais não alcançavam a produção desejada resultando em prejuízo além de serem instituições vulneráveis a corrupção.

O impacto das políticas neoliberais ainda é sentido em setores como educação, setor antes protegido pelo poder público, viram seus investimentos por parte do governo serem cada vez mais reduzidos e a participação do capital privado aumentar gradativamente.

Na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi um governo marcado por inúmeras privatizações e desmonte da legitimidade do Estado no que tange os direitos sociais, o programa Alfabetização Solidária (PAS) possibilitou parcerias do governo com organizações não governamentais no que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos. Este tipo de parceria, no contexto de flexibilização da gestão educacional, possibilita ao governo manter a expansão do ensino, teoricamente reduzindo o analfabetismo e melhorando seus índices relacionados ao capital humano devido ao caráter supletivo, característica da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Entretanto, a universalização do ensino fundamental, almejada por Fernando Henrique Cardoso com o intuito de reduzir os índices de miséria e pobreza, condenou os outros níveis de ensino ao sucateamento, ou às mãos de instituições mercantis.

Chaves (2010) ressalta que a alegação dos organismos internacionais, era que o investimento em educação, em países em desenvolvimento como o Brasil, deveria se pautar, prioritariamente, na educação básica. O Ensino Superior, por beneficiar apenas as elites, deveria ser deixado para controle das instituições privadas.

O Banco Mundial estabelece quatro linhas principais para educação: aumentar a diferenciação entre as instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; diversificar as fontes de recursos para educação superior pública; redefinir o papel do Estado na educação superior, com

ênfase para a autonomia institucional e a prestação de contas; e enfatizar políticas que priorizam objetivos qualitativos e equitativos (LEITE, 2010, p. 358).

Vários outros projetos foram criados durante o governo de Lula e Dilma, como exemplo destas ações temos Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), todos eles com o intuito de inserir ou qualificar o jovem para o mercado de trabalho com a alegação de que tal garantiria o desempenho da sua cidadania.

Uma característica comum destes programas é que, de modo geral, eles são destinados a jovens de 15 a 24 anos considerados vulneráveis por terem a vida escolar marcada por repetências e evasão o que corresponde a um obstáculo a vida produtiva. Ou seja, tais ações tinham como objetivo conduzir tais jovens à inclusão cidadã (leia-se mercado de trabalho) com o intuito de redução da pobreza.

Além disto, o que mais causou impacto no ensino superior, iniciando seu processo de contrarreforma, foi a regulamentação jurídica da Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996, regida pela Lei 9.394/1996, revogada pelos decretos 2.306/1997 e 3.860/2001, e, no governo de Lula, revogada pelo decreto 5773/2006.

Esta lei regulamentou a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus meios de financiamento, possibilitou que as grades curriculares dos cursos fossem fragmentadas e compactadas, facilitou a privatização indireta permitindo a venda temporária de mão de obra e serviços executados nas universidades públicas, ocasionando a perda de autonomia financeira, a expansão em massa do ensino privado, de cursos sequenciais e a distância.

Assim, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ensino Superior pôde ser tratado como uma “entidade comercial”, evidenciando a intenção mercadológica do governo de FHC. A LDB (1996) também viabilizou a venda e fusão de Instituições de Ensino Superior, a abertura de capital educacional na bolsa de valores, assim como a aplicação de capital estrangeiro nas Instituições Nacionais de Ensino Superior.

Como prática já consolidada no mercado educacional brasileiro, grupos educacionais de grande porte aumentam ainda mais sua potência através da aquisição de congêneres de menor grandeza. As transações deste caráter no Ensino Superior, onde o Estado não supre a oferta de vagas e ainda se utiliza de incentivos fiscais para impulsionar ainda mais a iniciativa privada, tem uma incidência muito maior que em qualquer outro segmento da educação.

Como forte atuante nestas negociações, acompanhamos ao longo dos anos a Kroton. Um empreendimento que se iniciou em 1966 com a criação do curso pré-vestibular Pitágoras atendendo 35 alunos. Em 1968 anos o número já havia subido para 600. O crescimento foi comemorado alguns anos depois com os fundadores inaugurando o primeiro Colégio Pitágoras com capacidade para atender 5 mil alunos de primeiro e segundo grau. Além dos colégios da rede, a empresa desenvolveu um sistema de ensino para ser seguido por outras escolas também o que estendeu o alcance da influência do grupo no campo da educação para além dos muros das escolas da própria Kroton. Culminando o sucesso em 2000 então, é inaugurada a primeira Faculdade do grupo e em 2007 o capital da empresa é aberto na bolsa de valores. Em 2010 com a aquisição do Grupo IUNI (instituição que oferece cursos de graduação e pós-graduação) o Grupo Pitágoras consolidou a maior aquisição do setor de educação superior no Brasil. Desde a primeira aquisição outras tantas se seguiram e o grupo através dos incentivos governamentais segue se fortalecendo e expandindo. (Histórico extraído do site da empresa <http://www.kroton.com.br/> acessado em 05/02/2019).

No formulário de referência 2017 da Kroton Educacional S.A. encontramos, definidos segundo a visão da empresa, a diferença entre o Ensino Superior Público e o oferecido pelo Setor Privado, deixando claro no documento a visão mercadológica da instituição.

No Brasil, as instituições de Ensino Superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada. Já as instituições de Ensino Superior privadas voltam suas atenções para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos jovens trabalhadores. (<http://ri.kroton.com.br/wp->

Conforme verificado em tabela abaixo, o crescimento do grupo foi tamanho que em 2013 a Kroton (que hoje já incorpora a Anhanguera já era detentora de 20% do número total de alunos matriculados no setor privado.

Os 12 maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil – 2013

Ordem	Grupo/Instituição	Receita líquida em R\$ milhões	Número de alunos	% Mercado
1o.	Kroton	2.015	519.000	9,5
2o.	Anhanguera	1.812	442.000	8,1
3o.	Estácio	1.731	315.700	5,8
4o.	Unip	1.431	247.520	4,5
5o.	Laureate	1.115	170.000	3,1
6o.	Uninove	584	134.000	2,5
7o.	Unicsul	529	55.000	1
8o.	Anima	461	49.000	0,9
9o.	Ser Educacional	457	98,8	1,8
10o.	Whitney	343	40.000	0,7
11o.	Devry	242	30.000	0,6
12o.	Tiradentes	236	40,7	0,7
Subtotal		10.956	2.141.720	39,3
Total do Setor Privado		32.040	5.448.730	100

Tabela 1 - Fontes: Tabela elaborada com dados de Hoper (apud MAIA, 2014, p. 39).

Dentre as instituições educacionais brasileiras que têm ações na bolsa de valores e/ou parcerias com capital internacional, temos além da Kroton Educacional S.A., citada anteriormente, Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SAMPAIO, 2011).

Além destes temos as denominadas “universidades corporativistas”, ou seja, criadas pelas próprias empresas para apropriação direta do conhecimento

socialmente produzido pelos funcionários. Pode-se citar no hall das Universidades corporativas: Ford, McDonald's, Fiat etc. (CHAVES, 2010).

Nessa perspectiva, as universidades passaram a ser vistas a partir da utilidade dos seus serviços, seja na formação profissional, seja na produção da ciência e da tecnologia, modificando expressivamente as referências da sua finalidade e relevância social (FERREIRA, 2012, p. 461).

Gentili (1996, p. 27 - 36) compara essa nova versão da educação ao funcionamento dos restaurantes *fast foods*, nas duas opções não cabe ao Estado interferir no direito escolha do cidadão/consumidor à mercadoria disponível no mercado nos mais diversos tipos. A empresa McDonald's é um exemplo de *fast food* citado pelo autor, no qual ele menciona que a produção da mercadoria ocorre de forma rápida, com normas e regras de controle para garantir eficiência e produtividade, oferecendo qualidade, limpeza, serviço e preço. Inserir a educação nesse mundo dos negócios significa que:

As escolas devem definir estratégias competitivas para atuar em tais mercados, conquistando nichos que respondam de forma específica à diversidade existente nas demandas de consumo por educação. Mcdonaldizar a escola supõe pensá-la como uma instituição flexível que deve reagir aos estímulos (os sinais) emitidos por um mercado educacional altamente competitivo (GENTILI, 1996, p. 31).

Esse tipo de empresa (McDonald's) tem tido um papel fundamental no desenvolvimento daquilo que poderíamos chamar aqui "pedagogia do fast food": sistemas de treinamento rápido com grande poder disciplinador e altamente centralizados em seu planejamento e aplicação. (Idem, p. 34)

Quando a educação é transferida para o domínio do mercado ela deixa de ser vista como um direito universal e passa a ser um privilégio com característica seletiva e excludente atrelada a um reducionismo economicista do mercado. Segundo Chauí (2003), a educação precisa ser vista como um investimento social e político, e não como gasto público, e isso só será possível se ela for considerada um direito do cidadão, e não como um privilégio de poucos.

A dificuldade de seguir a orientação apontada por Chauí anteriormente, é que o neoliberalismo se coloca como mais do que uma corrente teórica, ele constitui uma ideologia, e tal, ao ser aceita pelo senso comum “pode tornar-se hegemônica como se fosse a única leitura possível e viável para os problemas criados pelo próprio capitalismo” (CORRÊA, 2000, p. 41). Essa “crença” constrói um senso comum orientado pelos valores neoliberais, desenvolvendo, assim, um processo natural de trincheiras sociais, de exclusão e de formas de violência contra grupos e populações marginalizadas.

Coutinho (2014) enfatiza que:

Marx e Engels definiram essa “crença” como ideologia – as ideias particulares da classe dominante de uma época apresentadas misticamente como ideias absolutas, universais – e essa “força” como os mecanismos de coerção e dominação direta – a burocracia, os aparelhos policiais militares, o aparato jurídico, etc. – que constituem o poder do Estado, por meio do qual a classe economicamente dominante se torna politicamente dominante. (p. 16-17)

1.2 O Ensino para o Mercado

No decorrer da história tivemos grandes pensadores na área da Educação, dentre eles Platão que defendia a formação de um aluno que vivesse o prazer em aprender, Paulo Freire que incentivava a autonomia na formação de opiniões por parte dos docentes, mas hoje, discorrer sobre a prática docente em sala de aula, é abordar um tema repleto de nuances e acepções. Obriga a abordar não somente os conhecimentos e saberes profissionais, mas também da sensibilidade, delimitações, métodos e meios para exercer tal profissão de professor que definem a ação de tais profissionais em sala de aula.

As particularidades que permeiam as atividades do professor são múltiplas e complexas. A prática docente no contexto da sala de aula não deveria ser entendida como uma atividade exclusivamente técnica, restrita ao cumprimento de interesses e das imposições curriculares desenvolvidas por outros.

Contrariando a corrente neoliberal que destaca e estimula o individualismo e a competitividade, a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (2009) define a escola como espaço de construção de sentidos, desejos e emoções. O ato de ensinar pelo professor, que se transforma na possibilidade da sua própria construção, e da construção do aluno enquanto participante. O exercício da autoridade competente, a prática democrática, vencendo os preconceitos pelo respeito.

Kant (2005) concorda e ressalta que, a educação não deveria ter como princípio básico o treinamento das crianças e sim o objetivo de ensiná-las a pensar. O autor tem como opinião que, o objetivo da educação é transformar o aluno em um cidadão crítico e autônomo, com habilidade de pensar e refletir sobre a realidade.

O neoliberalismo coloca a educação, “em uma posição estratégica em seu projeto de hegemonia para a regulação e o controle social” (PACIEVITCH et. al 2008). Para Silva (1994):

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresarias e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias [sic] que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal (p. 12).

Saviani (2008, p. 430) destaca como um problema o fato da educação ser entendida como um investimento no capital humano que habilita as pessoas a competirem pelas vagas de trabalho disponíveis sem, entretanto, garantir-lhes emprego até porque não existem posições para todos no mercado de trabalho, e, as altas taxas de desemprego e o grande número de excluídos do processo não impedem que a economia neoliberal continue a crescer.

Para atender a necessidade de suprir as exigências do mercado, a educação, ao deslocar-se do campo social para o campo político-econômico, sofreu alguns impactos, conforme destaca Cardozo (2006)

[...] priorizar a formação de mão-de-obra; realocar verbas públicas do Ensino Superior para a Educação Básica; tornar os direitos universais em educação em bens semi-públicos; estimular a iniciativa privada; estimular a participação dos pais e da comunidade nas escolas; capacitar o corpo docente em serviço e, se possível, a distância; incentivar a concorrência entre as escolas; avaliar a educação em termos do aprendizado dos alunos; cobrir certos déficits que possam afetar o aprendizado, através de ações no pré-escolar, assim como em programas de saúde e nutrição (CARDOZO, 2006).

Instituições de ensino apelam para o discurso de “melhor preparação do aluno para o mercado de trabalho” como justificativa para atrair alunos. Instalações em prédios modernos, tecnologia de ponta, corpo docente jovem e dinâmico, propaganda de material didático são alguns dos argumentos utilizados na promessa de garantia de realização profissional.

Os investimentos financeiros em tecnologias da informação e comunicação são traduzidos como sinônimo de investimento em qualidade. Tal artifício é exemplificado por Chauí (1999)

Quero destacar apenas o modo como a revista descreve essas escolas e explica o sucesso delas: os dados são apresentados em termos de porcentagens sem que se explique qual o parâmetro dos números e por que seriam importantes; os bons colégios são descritos como aqueles que exigem do aluno 2 a 3 horas diárias de trabalho em casa, como se fosse excepcional que o estudante fizesse seus deveres escolares (!); a qualidade da escola é avaliada pelo tamanho (isto é, pelos metros quadrados de área construída e recreativa), pela presença de computadores e videotecas. Nenhuma palavra é dita sobre o conteúdo dos cursos, formação de professores e sua remuneração, conteúdo dos livros em bibliotecas, tipo de atividade realizada em laboratórios, etc. Numa palavra, a qualidade propriamente educacional não é mencionada. São mencionados os desempenhos numéricos em exames vestibulares, o preço dos cursos e a forma de seleção de candidatos a vagas nas escolas (sendo clara a discriminação de classe e étnica) (CHAUÍ, 1999, p. 33-34)

Em tempos de avanços tecnológicos e descobertas científicas que vêm modificando a forma de relacionamento dos homens com o mundo e a percepção que estes possuem da realidade, assim como as formas de ação e interação, a formação

educacional passa a ser vista como um elemento estratégico na busca pelo desenvolvimento.

O mal-estar produzido pela ética mercadológica do neoliberalismo oriundo da prática educativa que apontava para a necessidade de aprender para melhorar as condições de sobrevivência são rebatidos por Freire (2009, p. 17) com uma definição da ética universal do ser humano que:

condena a exploração da força de trabalho, condena acusar por ouvir dizer, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente. A ética de que fala, é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo [...] se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. E é por esta ética inseparável da prática educativa que devemos lutar

Freire ressalta a importância de associar a ética universal do ser humano à educação destacando a importância existente em despertar a percepção dos estudantes para a compreensão dos fatos e das posições mesmo que antagônicas entre professores no enfrentamento dos problemas e na apresentação de soluções. Primeiro é imprescindível que lhes fique evidenciado o respeito e a lealdade com que um membro do corpo docente analisa e critica as posturas dos outros." Essa é a natureza ética da prática educativa.

"Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida, poder reescrever essa realidade (transformá-la)" ou resumidamente "Ler o mundo" segundo a famosa expressão do autor. A alfabetização, para o autor vai muito além de uma possibilidade de melhor colocação no mercado de trabalho, ela é a forma com que os menos favorecidos rompem o silêncio e transformem a própria realidade através da conscientização.

1.2.1 Precarização da atividade docente

O ato de ensinar é muito mais antigo que o surgimento das instituições de ensino e que precede inclusive à escrita.

Na antiguidade, imitação, desenhos ou relatos orais eram utilizados para transmitir conhecimentos considerados importantes, mas o ato de lecionar não era designado a uma pessoa específica da sociedade, ele era desempenhado por todo aquele que detivesse algum ensinamento a repassar. Essa necessidade de responsabilizar uma pessoa pela função surgiu com o interesse de aprimorar os indivíduos fisicamente e intelectualmente nas mais diferentes civilizações antigas, mas foi na Idade Média que a profissão se solidificou. Entretanto, nesse período, e por muito tempo depois dele, as escolas, e por consequência os professores, eram vinculadas às instituições religiosas e era a igreja Católica que estabelecia o que seria estudado.

A educação e o papel do então “professor” era alfabetizar e converter os indivíduos a fé cristã. Este foi o objetivo da vinda dos jesuítas no período de colonização do Brasil, marcando o início da história da profissão no país. O trabalho deles durou até a segunda metade do século XVIII quando a educação laica e enciclopédica foi instaurada por Pombal por uma ação militar que expulsou do Brasil os jesuítas.

O que aconteceu sobretudo foi uma queda na qualidade do ensino oferecido, pois a atividade foi delegada a profissionais mal preparados para tal. Os pré-requisitos necessários para obter a autorização do governo para exercer a função era possuir comportamento moral, ter mais que 30 anos e conhecer o que iria ensinar. Apenas para o ensino das “primeiras letras” era exigido que o candidato soubesse ler, escrever e contar.

Sobre esta transição Nóvoa, (1995) destaca:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre. (p.15).

Em 1820 a primeira instituição para formação de professores no Brasil foi instalada. O método de ensino utilizado era o Lancaster (no qual o professor instruía um grupo de alunos considerados mais capacitados, que repassavam as informações aos demais) com o objetivo de treinar o maior número possível de profissionais para atender a demanda deixada pelos jesuítas.

Com a expansão escolar no século XIX o método Lancaster se mostrou enfraquecido no Brasil principalmente devido à falta de instrumentos pedagógicos e organização e, então, o método de profissionalização da classe foi mais uma vez reformulado criando-se instituições de formação chamadas Escolas Normais. A primeira Escola Normal brasileira foi instituída em abril de 1835 em Niterói no RJ e assim como esta primeira, as instituições possuíam um local específico e organização próprias, mas a estrutura de tais organizações era valorizada em detrimento da qualidade do ensino. O método de ensino adotado foi uma adaptação do método Lancaster, ele permitia que alunos na faixa etária dos 12 anos, com um nível de conhecimento considerado satisfatório, observassem as aulas para que mais tarde, pudessem reproduzir os ensinamentos estimulados por uma pequena remuneração.

O artigo 2º do Decreto N° 10/1835, em redação original, determinava o método e o currículo da Escola Normal:

Artigo. 2º A mesma Escola será regida por hum Director, que ensinará. Primo: a ler e escrever pelo methodo Lancasteriano, cujos princípios theoricos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Arithmetica, quebrados, decimaes e proporções. Tertio: noções geraes de Geometria theorica e pratica. Quarto: Grammatica de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geographia. Sexto: os princípios de Moral Christã, e da Religião do Estado. (BRASIL, 1835)

Próximo à segunda metade do século XIX acontece a feminização do magistério. A profissão que era exercida basicamente por homens até então, por acreditar-se que as mulheres não seriam aptas a desenvolver o trabalho por falta de capacidade, viu o êxodo dos seus trabalhadores atraídos pela grande expansão do capitalismo e a oportunidade de colocação no mercado de trabalho na indústria.

As mulheres ficaram então responsáveis pela instrução das meninas, tendo a obrigação de ensinar apenas o necessário para que estas fossem capazes de viver

em sociedade e desempenhar as atividades domésticas enquanto os meninos ficavam sob a responsabilidade de professores homens que possuía programas e currículos diferenciados.

Em 1890 o governo dá início a Reforma do Ensino Normal, alegando que sem professores bem preparados e com conhecimento científico adequado o ensino oferecido aos alunos não seria eficaz (BRASIL, 1890). Tal reforma, segundo Teixeira (2012, p. 98), “possibilitou a utilização de novos métodos de ensino e a formação de professores normalistas para a expansão da rede pública estadual”, envolvendo uma melhora nos conteúdos curriculares e destaque, na prática.

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente, a necessidade de instituições que oferecessem um ensino de qualidade também cresceu, tornando o magistério de formação primária incompatível com nível de capacitação dos profissionais de educação.

O magistério primário, preparado em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, às vezes misto, com seus cursos geral e de especialização profissional, não recebe, por via de regra, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ela deve basear-se. A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades. (MANIFESTO de 1932, 2006, p.200).

Ou seja, cada vez que ocorre uma mudança ou reestruturação na sociedade surge o reflexo disto, na maneira de organizar a educação e na formação dos profissionais que atuam no ensino. Tais transformações são pautadas nos conceitos de escola, ensino e currículo que também são mutáveis de acordo com o contexto no qual se inserem.

A partir da definição de cada um destes conceitos, desenvolvem-se imagens e metáforas que pretendem definir a função do docente como profissional na escola e na aula. [...] cada uma destas imagens ou metáforas tem subjacente: uma determinada concepção de escola e do ensino; uma teoria do conhecimento e da sua transmissão e aprendizagem; uma concepção própria das relações entre teoria e a prática, entre a investigação e a ação. (GOMEZ, 1995, p. 95 -96).

Sob a ótica neoliberal o professor deve ter seu desempenho treinado e controlado para levar seus alunos a gerarem resultados concretos, dando a educação um sentido de treinamento, priorizando o “como executar” e reproduzindo, no campo pedagógico, experiências e situações próprias das empresas. Segundo Corsetti (2004, p. 71) os programas de qualidade total na educação são uma expressão evidente disto.

Pode-se afirmar que a formação docente prevista pelo neoliberalismo é genérica e superficial, visto que o pensar/refletir não é uma habilidade a ser estimulada pelo professor. Os docentes são incentivados a repetir em sala de aula os conhecimentos produzidos por estudiosos que muitas vezes não tem contato algum com o ambiente educacional e a desprezar a possibilidade de usar a sala de aula como um espaço para discussão e reflexão de problemas. Exemplo de tal conduta das instituições foi a demissão de 1200 professores promovida pelo grupo Estácio em 2017 com a alegação de que tais professores estariam recebendo uma remuneração acima do valor de mercado. Os profissionais desligados foram substituídos por outros contratados em regime CLT com salários reduzidos para garantir a “sustentabilidade” da instituição.

O autor Tardif (2002) contraria essa tendência e aponta a necessidade de

Reconhecer que os professores de profissão são sujeitos do conhecimento [...], que deveriam ter direito de dizer algo a respeito da sua própria formação profissional, pouco importa que ela ocorra na universidade, nos institutos ou em qualquer outro lugar”. (p. 240)

Contrariando a teoria neoliberal a pedagogia de Paulo Freire define a escola como espaço de construção de sentidos, desejos e emoções. O ato de ensinar

pelo professor, que se transforma na possibilidade da sua própria construção, e da construção do aluno enquanto participante. O exercício da autoridade competente, a prática democrática, vencendo os preconceitos pelo respeito.

A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber pois, existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional. (MARTIN-BARBERO, 2002, p. 126)

“O aprendizado deve ser orientado para o futuro, e não para o passado.” (VYGOSTKY, 1998, p. 130). Percebe-se através desta afirmação que para Vygostky é necessário que o professor esteja atento àquilo que o aprendiz ainda está em fase de assimilação. Definindo como boas as atividades de aprendizagem que estão à frente dos alunos, explorando o conhecimento ainda não totalmente conquistado por eles.

(...) O mestre só pode reduzir o afastamento na condição de o recriar constantemente. Para substituir a ignorância pelo saber, tem de caminhar sempre um passo mais à frente, reintroduzindo entre ele e o aluno uma nova ignorância. (...) O mestre não é apenas o indivíduo que detém o saber ignorado pelo ignorante. É também aquele que sabe como fazer da coisa ignorada um objeto de saber, em que momento e segundo que protocolo (...). (RANCIÈRE, 2010, p. 16)

Vygotsky define como ineficiente a forma tradicional de ensino que tem como foco uma transmissão direta de conceitos. Segundo ele, o professor que fundamenta o seu trabalho em uma transmissão direta não atingirá obter bons resultados, ao máximo conseguirá alunos que repetirão o que foi transmitido sem que exista uma reflexão ou internalização do conceito utilizado, resultando em um aprendizado totalmente vazio e sem significado para a vida do sujeito (VYGOTSKY, 1998).

De um lado, temos as instituições de ensino baseadas em normas e disciplina, didática sistematizada do conhecimento, materiais oriundos do conceito tradicional de educação. Na contramão, observamos as redes sociais desmistificando a ideia de que existiria um único detentor do conhecimento representado na escola tradicional pela figura do professor e a construção do saber e da cultura pela massificação informal dos dados (PÉCHEUX, 2008).

Esta nova concepção vem ao encontro do que defende Morin (2010) que defende o “ensino educativo” que teria como objetivo “transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender a nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre” (p. 11).

Diante de um professor que sabe recitar muito bem sua lição, hoje senta-se um alunado que, por osmose com o meio ambiente comunicativo, está embebido de outras linguagens, saberes e escrituras que circulam pela sociedade”.

(...)

A educação tem de ajudar a criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora, desajustadora da inércia na qual as pessoas vivem, desajustadora da acomodação na riqueza e da resignação na pobreza. (MARTIN-BARBERO, 2011, p. 134)

Desta maneira o conhecimento romperia as fronteiras de sala de aula interferindo de forma ativa na realidade e no cotidiano do sujeito, mas para que tal ocorra Ausubel, Novak, e Hanesian (1980) defendem que é preciso atender a duas premissas: primeiramente o indivíduo precisa estar disposto a aprender e ao encontro a isto o conteúdo a ser aprendido precisar ser significativo, desta maneira o aluno deixa de ser passivo no processo e passa a ser agenda da construção do seu conhecimento.

Sob a ótica neoliberal onde a educação é transformada em mercadoria temos, por consequência, o processo de proletarização docente intensificado. Tanto a escola quanto professores são estratificados considerando a lógica empresarial e

classificados como bons ou ruins em função de seu próprio desempenho. A cobrança é maior em cima dos docentes, mas o investimento na formação e capacitação compromete a qualidade intelectual do ensino em prol de uma qualidade mercadológica.

A educação que o país oferece corresponde a necessidade que o capitalismo demanda de força de trabalho qualificada, porém, barata, que possibilite um melhor aproveitamento da mais-valia, inserindo nessa lógica também o professor ou trabalhador docente.

A introdução de novos mecanismos de reprodução significa que o saber deixa de se concentrar no professor, enquanto artesão e passa a concentrar no capital. A ampliação da divisão do trabalho no aparelho escolar e a introdução de novas tecnologias, como meio de produção, cria as condições para a universalização de relações especificamente capitalistas nas atividades educacionais. Não é por acaso que o mito da atividade docente como sacerdócio está definitivamente esgotado, pois, agora, o trabalho docente é simplesmente trabalho, como qualquer outro. (SÁ, 1986, p. 26)

A proletarianização docente não pode ser descrita como “um salto ou uma mudança drástica de condição” (ENGUIITA, 1991, p. 46), ele é, na verdade, fruto de um processo de transformações históricas e econômicas, onde o professor se encaixa como um elemento na reprodução do capital. Um marco desse processo foi o surgimento dos chamados grupos escolares, nos quais os professores são organizados para atender o maior número de alunos possíveis, dentro do menor espaço de tempo, com metas de aprovação a serem cumpridas (muitas vezes independente do desempenho dos alunos), utilizado-se de recursos limitados e desconsiderando os fatores físicos e psicológicos que a atividade envolve principalmente nas séries do ensino fundamental e médio.

Além destes fatores, o trabalho docente se aproxima do trabalho fabril conforme o professor perde o direito de “pensar” o seu trabalho, de preparar as suas aulas, de escolher a melhor maneira de atingir seus alunos considerando as especificidades de cada turma. Cada vez com mais frequência os professores

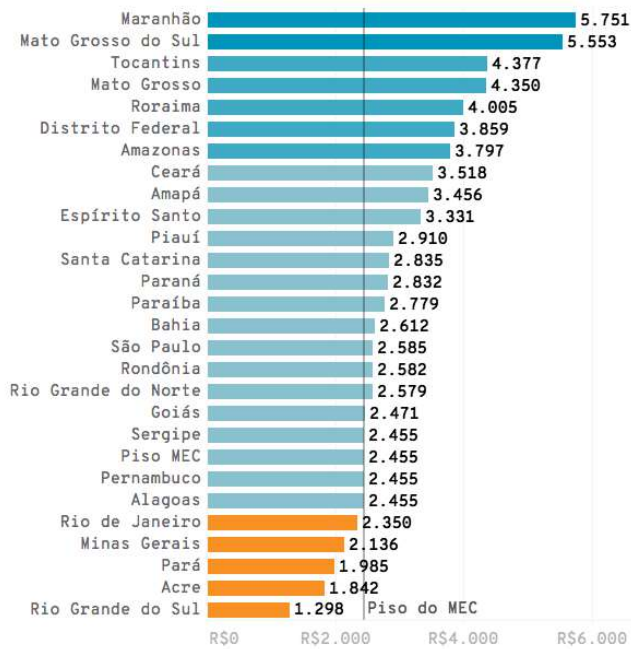
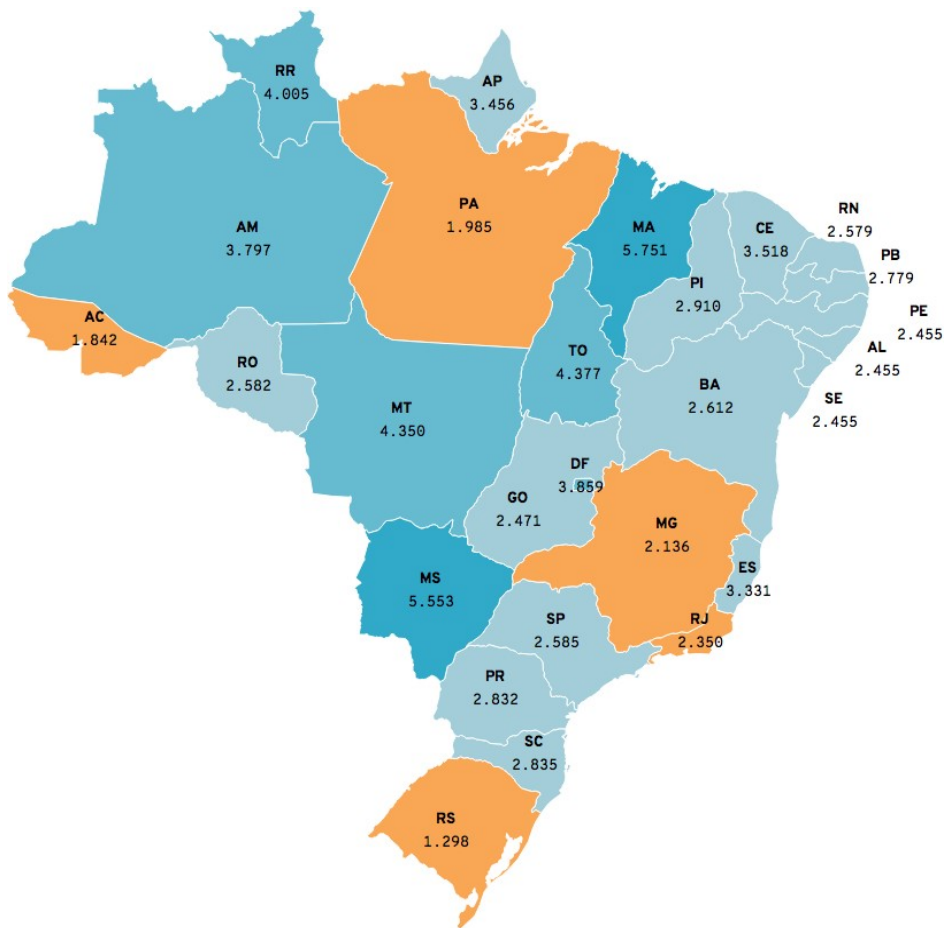
precisam limitar as suas aulas a planos educacionais prontos e a reproduzir o que lhe é solicitado sem lhe ser possível opinar no processo.

Além de todos os pontos citados, ainda temos o fator salarial, tanto no que tange a redução do poder aquisitivo do professor quanto o fato de alguns estados não pagarem a seus profissionais da educação nem o valor estabelecido do piso para a classe.

Em janeiro de 2019, o piso salarial do magistério foi reajustado em 4,17% e fixado em R\$ 2.557,74 conforme determinação do artigo 5º da Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, valor este correspondendo ao salarial de um professor de colégio público de educação básica com carga horária de 40 horas semanais, com formação de nível médio (Portal MEC <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/72571-piso-salarial-do-magisterio-sobe-4-17-a-partir-de-janeiro-valor-sera-de-r-2-557-74> acessado em 02/05/2019).

Como pode ser observado no infográfico a seguir (com informações de 2018 das secretarias estaduais e sindicatos da categoria que foram coletadas pelo jornal GAZETA DO POVO publicado na edição de 05/04/2019), apesar de alguns estados pagarem acima do piso, outros não chegam a cumprir o valor mínimo estabelecido pelo Ministério da Educação. O Rio Grande do Sul ocupa a última colocação no ranking, pagando um salário que beira a metade do piso.

Piso dos professores em 2018



* ACRE: Carga horária mínima do estado é de 30 horas semanais

** RORAIMA: Até 2016, carga horaria era de 25 horas semanais. A partir de 2017, houve aumento para 40 horas, o que incidiu no salário.

*** MARANHÃO: Estado não tinha professores na carga horária de 40 horas semanais.

Somente a partir de 2016, houve a adoção.

Gráfico 5 – Fonte: Secretarias estaduais e sindicatos da categoria

Em contrapartida, quando nos referimos ao Ensino Superior, o salário médio de um professor, se comparado com o salário das 9 outras ocupações que mais empregam no país segundo o PNAD, temos os seguintes números:

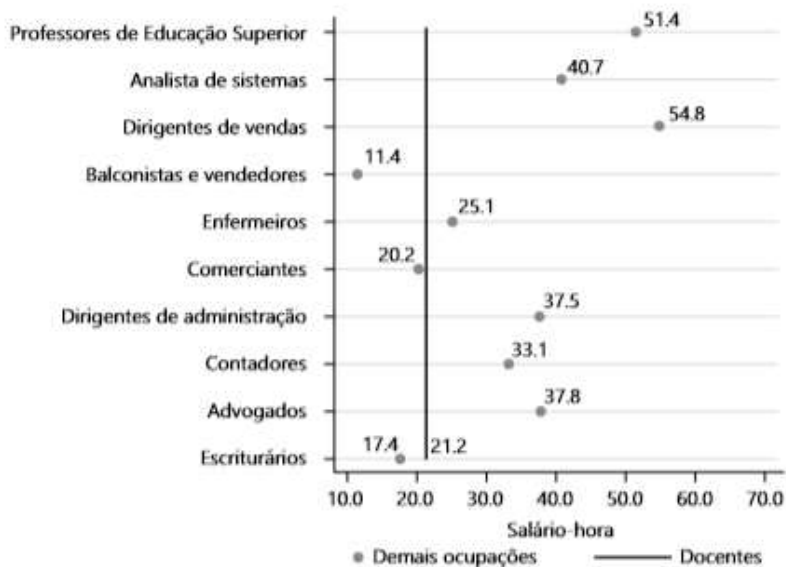


Gráfico 5. Salário-hora médio nas 10 ocupações mais empregadoras e professores – Brasil, 2017. Fonte: PNAD contínua 2017. Elaboração: IDados. 2018.

Gráfico 6

Nesse mesmo gráfico podemos observar que o valor médio de hora aula de um professor de educação básica é de R\$ 21,20 ficando acima apenas de balconistas/vendedores, comerciantes e escriturários.

A ideia de que os professores devam ter os seus salários compatíveis com o mercado e autonomia para desempenhar a sua função está na suposição de que sendo bem remunerados e desempenhando o seu trabalho da forma que se qualificaram para fazê-lo, estes profissionais, motivados, contribuiriam para um melhor desempenho dos seus alunos. Também entendemos ser possível afirmar que carreiras que ofereçam boas condições de trabalho e salários compatíveis atraem profissionais com perfil diferenciado para exercê-las. E fica a pergunta, que perfil de profissionais os cursos de licenciatura estão atraindo hoje, considerando as condições que o mercado oferece?

2 A Educação na Mídia

Os meios de comunicação que atingem a grande massa são os grandes veículos que exercem influência sobre a sociedade e vinculam-se aos processos de produção, circulação e recepção de mensagens. A eles, chamamos de Mídia. O surgimento da mídia como um facilitador da comunicação coletiva é oriundo da necessidade da sociedade de massa no fim do século XIX (SILVEIRA, 2004). A mídia na contemporaneidade engloba os veículos de notícias impressas (jornais e revistas), a área da publicidade, produções audiovisuais e sobretudo a internet.

A comunicação em larga escala teve início com a criação da primeira prensa em 1440. Esse mecanismo permitiu que o conhecimento fosse difundido com mais facilidade, rapidez e menor custo. O primeiro grande desafio da nova invenção foi a impressão da Bíblia, o que preocupou o clero que temia que a imprensa influenciasse os leigos a estudarem os textos religiosos por conta própria ao invés de acatar o que a igreja transmitia-lhes. Percebemos aqui que a influência que a mídia coletiva exerce é tão antiga quanto a sua própria história.

A mídia brasileira tem a sua competência reconhecida internacionalmente. A qualidade dos programas televisivos, os atributos da mídia escrita e as premiadas campanhas publicitárias são incontestáveis para o azar dos brasileiros (ARBEX apud ABRAMO, 2016, p. 19-20).

2.1 A mídia como instrumento de hegemonia

O conjunto de aparelhos privados de hegemonia (mídia, escolas, igrejas, partidos, etc.) é o responsável pela legitimação (ou contestação) das ideologias. Destes, a mídia “é seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas” (COUTINHO, 2012, p. 113).

A comunicação midiaticizada coloca os indivíduos em contato com situações, opiniões e interesses diferentes dos seus, de uma maneira potencializada em relação à comunicação interpessoal.

Nesse contexto, faz-se importante reconhecer o funcionamento da mídia na sociedade contemporânea visto que ela é uma ferramenta que visa não só propagar informações e promover a comunicação entre os indivíduos, mas também um mecanismo de exercer influência sobre o modo que o leitor pensa e age. A mídia tem assim o poder de legitimar (ou não) um determinado discurso visto que a forma com que a informação é abordada e divulgada por essa mídia influenciará a formação da opinião pública, em geral, pode-se afirmar assim que a mídia exerce forte impacto na identidade nacional e na delimitação dos problemas sociais.

Temos em Hilgartner e Bosk (1988) uma conceituação do processo coletivo de definição de um dado problema social: a competição entre diferentes questões sociais algumas se tornam tópicos dominantes de discussão e atenção social. Estes tópicos definidos como “problemas” são formatados conforme o meio no qual se inserem, “definir o problema de um modo ou de outro tem consequências sobre a maneira pela qual se pretende remediá-lo e solucioná-lo” (LAHIRE, 2005, p. 35). Por exemplo, enquadrar a questão da privatização do Ensino Superior como um problema de falta de verba pública a ser direcionada ou como alegação de baixa qualidade do Ensino Superior remeterá a uma diferente solução para a dificuldade.

A definição e delimitação de um problema social feito através dos veículos de mídia consegue dinamizar os mercados de trabalho e de consumo, mas o reconhecimento de tal questão pela população depende da função geradora de representações sociais assumida pelo discurso midiático, atuando assim na produção de sentidos coletivos que interferem nas escolhas feitas pelos sujeitos. Os meios de comunicação, deste modo, atuam como a principal forma de propagação de ideologias.

Na perspectiva de que a mídia se apresenta como a semantizadora central da sociedade o discurso midiático sobre a privatização do ensino assume um papel essencial na construção social do que seja uma educação de qualidade.

O que dá legitimidade a um discurso é o reconhecimento daquele que diz como autoridade para dizê-lo, ou, em outras palavras, conforme Chauí (2003, p. 7),

"não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância".

Assim, a legitimidade das matérias publicadas a respeito da Privatização do Ensino Superior ancora-se na credibilidade do discurso de especialistas nos assuntos abordados, considerando o seu ilusório caráter de verdade absoluta fazendo assim com que os leitores o aceitem e o repitam como verdadeiro tornando-o hegemônico e representativo da forma de pensar coletiva, aspecto no qual reside o poder e o controle social dessa formulação discursiva.

A mídia (assim como as organizações, as famílias, a escola) se enquadra no conceito de Gramsci de aparelhos privados de hegemonia, que são instituições da sociedade civil voltadas à proliferação de um determinado consenso, a hegemonia, no sentido de vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida através da ocupação de espaços ideológicos (GRAMSCI, 2000).

Através destes aparelhos privados de hegemonia acontece a formação do consenso, ou seja, os valores/pensamentos das classes dominantes são legitimados, assumidos e internalizados pelas classes dominadas como seus.

Em busca dessa aceitação de valores, a expressão "opinião pública" é utilizada pelos veículos de mídia para expressar as suas próprias opiniões, pois o discurso torna-se mais convincente se apesar de privada for dada à opinião um caráter público.

Para fortalecer o que é dito, o contra discurso também é utilizado. Além das matérias publicadas que ressaltam os avanços possíveis oriundos de uma privatização do Ensino Superior, existem tantas outras que pregam a demonização da Educação Pública. A Educação deixou de ser vista como uma forma de acesso ao conhecimento e às informações como elementos transformadores e passou a ser enxergada através do prisma da Economia, não que esta lente não seja importante, mas não deveria ser o único motivo pelo qual tais discussões são levantadas.

De acordo com Emir Sader, a estratégia neoliberal foi inteligente ao destacar a suposta contraposição estatal-privado, ao invés da real público-privado (SADER, 2003, p. 3). Esse deslocamento seria extremamente favorável à estratégia neoliberal que demoniza o estatal como sendo ineficiente, burocrático, corrupto, opressor, fonte de extorsão (de impostos) e de má prestação de serviços, e santifica o privado como provedor da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo.

Esta análise, entretanto, não considera a categoria “público”. A “universalização dos direitos”, conclui Sader, é o que compõe a verdadeira essência do público, enquanto a “mercantilização do acesso ao que deveriam ser direito: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer, cultura”, corresponde à essência do mercado ou do privado/mercantil (SADER, 2003, p. 3).

Sistemas de avaliação se fazem necessários para a análise de qualquer tipo de política seja ela pública ou privada, pois, são eles que permitem saber onde se está e a distância da situação real para o objetivo traçado, entretanto a manipulação deste tipo de informação é outro meio que a mídia utiliza para reforçar e legitimar o seu discurso sobre a necessidade de privatização do ensino.

Alguns fatores devem ser considerados ao analisar dados estatísticos, como, por exemplo: quem colheu os dados (postura e aparência do entrevistador), onde e por quanto tempo eles foram coletados? Como o grupo de amostragem foi selecionado? Quais as condições de controle do grupo selecionado? Existem interesses políticos e/ou econômicos das pessoas ou entidades que financiaram tal pesquisa? Qual a ordem das questões? etc.

Um número pequeno de entrevistados, entrevistados que pertençam a um conjunto controlado, ou usar um grupo extremamente desigual vai resultar em uma amostra questionável e isso muitas vezes é usado a favor da opinião que se busca propagar induzindo assim à políticas educacionais não assertivas.

2.2 Movimento Todos pela Educação

A Educação Brasileira, tal como se apresenta na atualidade, é fruto da trajetória histórica percorrida de como o Estado lidou desde o princípio com a questão da capacitação dos professores e com a formação de crianças, jovens e adultos.

Durante os dois mandatos do Governo Lula, a educação no Brasil não sofreu significativas mudanças. O valor percentual do PIB nacional direcionado a Educação permaneceu o mesmo (4,3%) desde o Governo Fernando Henrique assim como as Políticas Públicas direcionadas ao Ensino Superior, Profissionalizante e Básico.

Dentre as mudanças que ocorreram as mais significativas, foram durante o segundo mandato. Tais mudanças eram relacionadas ao PNE (Plano de Desenvolvimento da Educação) lançado em março de 2007 com o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” dotado de 28 diretrizes que tinham por objetivo melhorar a qualidade da educação básica ofertada.

Vale ressaltar que o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” é oriundo do Movimento “Todos pela Educação” lançado em São Paulo em setembro de 2006 pela iniciativa privada representada por um grupo de empresários (tendo como principais nomes o Banco Itaú/Unibanco e suas ramificações e o Grupo Gerdau) que utilizaram de suas estratégias de filantropia, voluntariado e de responsabilidade social empresarial para encabeçar uma ação organizada em prol da melhoria da qualidade do ensino oferecido visto que os baixos resultados em avaliações internacionais poderiam diretamente afetar os seus interesses no crescimento econômico do país.

O surgimento do movimento TPE está intrinsecamente ligado a tendência de fortalecimento do relacionamento entre setores da sociedade e o Estado crescente desde 1980. Esta parceria do governo com o terceiro setor tem por objetivo ser eficiente no enfrentamento das questões sociais além de trazer benefícios para ambos.

Os empresários que vieram a encabeçar o movimento, anos antes já estavam envolvidos com outras organizações de menores proporções, mas com o mesmo propósito social. As ações até então eram múltiplas e desarticuladas, a junção deles os fortaleceu, pois, concentrou forças em um só foco e também a pulverização de seus ideais norteados pelo documento “10 Causas e 26 Compromissos” (ANEXO 1) nos mais diversos setores.

Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE

Grupos empresariais ⁶¹	<p>Indústria: Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve S.A, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding S/A, Irmãos Klabin & Cia, Grupo Orsa, Grupo Odebrecht, AMBEV/INBEV.</p> <p>Financeiro: Grupo Itaú/Unibanco, Bradesco, Banco Santander, Citibank Brasil.</p> <p>Comércio e Serviços: Grupo Pão de Açúcar, Grupo Dpaschoal, Grupo Graber, AMBEV.</p> <p>Comunicação: Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo RBS de Comunicação/TV Rede Brasil Sul, TV1, Rede Bahia Comunicação, Grupo Bandeirantes, Grupo Ypy Publicidade e Marketing, Lew¹Lara/Tewa Publicidade.</p> <p>Tecnologia e Telecomunicações: Telefônica, Grupo Promon.</p> <p>Editorial: Grupo Santillana/PRISA (Avalia - Assessoria Educacional).</p> <p>Educação: Grupo Positivo, Yázigi Intermexus.</p>
-----------------------------------	---

Tabela 2 - Fonte: Martins, Erika Moreira, 2013, p. 38

Dada a variedade da natureza de atuação e o porte das empresas mencionadas no quadro acima é impossível mensurar o alcance da influência do movimento assim como dimensionar o compartilhamento de ideias que proporcionam legitimação e contribuem para a consolidação de consensos.

A atuação do movimento é justificada da seguinte forma:

- 1) O país só poderá ser considerado independente se suas crianças e seus jovens tiverem um ensino público de qualidade, capaz de prepara-los para os desafios do século XXI; 2) O ensino só vai melhorar quando pais, educadores, líderes comunitários, conselhos tutelares e promotores públicos souberem valorizar a educação básica, verificar a sua qualidade e cobrar uma oferta melhor nas escolas de sua comunidade (VILLELA, 2006)

No documento oficial do movimento fica explícito a intenção de seus fundadores de “influenciar a demanda da sociedade pela educação – por meio da comunicação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007, p. 30) assim como mobilizar uma educação de qualidade redefinindo este conceito com metas a serem atingidas até setembro de 2022. Como desmembramento destes objetivos principais, foram estabelecidos como objetivos específicos:

Universalizar o acesso e garantir a permanência na escola; assegurar o aprendizado em cada etapa do ensino; avaliar, valorizar e responsabilizar os educadores; ampliar o turno escolar; profissionalizar a gestão com foco na aprendizagem; ampliar a participação da família e da comunidade, bem

como assegurar os recursos, a transparência e o monitoramento da execução das ações públicas (MARTINS, 2013).

Financeiramente, o TPE é custeado por recursos privados dos grupos empresariais que integram o movimento, entretanto:

Sob os regulamentos do grupo, não foram aceitos na diretoria membros que ocupassem cargos políticos, nem verbas do Estado, nem contribuições superiores a US\$150 mil de nenhuma empresa em particular, para que o esforço não acabasse manipulado politicamente pró ou contra o governo, nem terminasse monopolizado por alguma das grandes empresas que o financiavam (OPPENHEIMER, 2010, p. 224-225).

Além do financiamento, para reduzir o seu custo de operação o movimento conta com apoiadores na área de comunicação e dispõe de espaços gratuitos concedidos pela mídia.

Desde o seu lançamento, o movimento busca envolver a mídia, os seus profissionais e formadores de opinião em eventos e cursos no intuito de através deles alcançar segmentos populares da sociedade e se utiliza desta parceria para representar os seus interesses e se fixar no debate político sobre educação, espalhando suas opiniões em escolas, entidades, governo e na sociedade, em geral, visando legitimar as suas propostas.

Além dos cursos de formação oferecidos, o Movimento Todos pela Educação está diariamente diretamente envolvido com meios de comunicação em todo o território brasileiro, dando opinião em matérias relacionadas à educação, elaborando entrevistas, indicando pautas e sugerindo fontes a jornalistas e editores (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007, p. 16).

A importância do envolvimento do TPE com os veículos de comunicação é tamanha que o cargo de coordenador da comissão de comunicação no início do movimento foi Roberto Marinho, um dos principais acionistas da Rede Globo.

Outro meio de difusão dos ideais do movimento, é a interferência na elaboração e distribuição de material didático.

Segundo o site do Movimento, 28% dos alunos recebem o material didático oferecido pelo Governo 2 a 3 meses depois do início das aulas (<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao> acessado em 12/03/2019).

Apesar de autodenominar-se apartidário, o TPE seria considerado um partido visto pela ótica de Gramsci que defende que “os partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de negação dos partidos” (GRAMSCI, 2002, p.326) visto que ele surgiu “para a solução de um problema, ou de um grupo de problemas da vida nacional, ou internacional” (GRAMSCI, 2006, p. 326. Outra característica do movimento que Gramsci enquadraria dentro de sua definição de partido é a força política adquirida através de dirigentes, organizados hierarquicamente que adquirem determinadas capacidades necessárias ao grupo e se articulam de tal maneira a transformar caos em um exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2002, p. 84-85).

2.3 Fundação Lemann

A fundação Lemann é uma fundação que atua na área da educação, sem fins lucrativos. Ela foi criada em 2002, pelo empresário Jorge Paulo Lemann e desde, então, realiza ações na inovação, gestão e políticas educacionais assim como atua na formação do que designam como rede de jovens talentos promovendo cursos para estudantes e professores que podem usufruir da parceria entre a fundação e renomadas universidades estadunidenses para cursar suas especializações.

Há 15 anos, trabalhamos por uma educação pública de qualidade para todos e apoiamos pessoas e organizações que dedicam suas vidas a solucionar os principais desafios sociais do Brasil. Somos uma organização familiar, sem fins lucrativos, e atuamos sempre em parceria com Governos e outras entidades da sociedade civil, de maneira plural, inclusiva e buscando caminhos que funcionam na escala dos desafios do Brasil. FUNDAÇÃO

LEMANN (disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/somos> acessado em 29/05/2019)

Em 2011, com a inauguração do Centro Lemann para a Inovação e Empreendedorismo na Educação Brasileira, a instituição passou a dispor também de um programa chamado Start-Ed, que incentiva financeiramente propostas inovadoras na área da educação e também sugestões de políticas educacionais. O cargo de diretor-executivo da Fundação Lemann é ocupado pelo advogado Denis Mizne, que também é membro da Fundação Roberto Marinho.

3 Análise do conteúdo de documentos jornalísticos

3.1 Documentos jornalísticos

De fácil manuseio e versátil, permitindo ao leitor ler e reler a qualquer hora e lugar sem que seja necessário recorrer à conexões ou dispositivos tecnológicos, o jornalismo impresso apesar de não possuir a instantaneidade de outros meios, tem credibilidade suficiente para fazer com que as pessoas procurem jornais e revistas periodicamente.

Os meios impressos, independente da sua periodicidade, não podem se permitir a fazer apenas um resumo dos acontecimentos que já foram discorridos pela internet, rádio e TV concomitantemente aos fatos. Scalzo discorre sobre a necessidade que as matérias de revista e jornais tem de trazer novos ângulos, já que elas precisam ir além da notícia:

Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limita a apresentar para o leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana. É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, e entender o leitor de cada publicação. (SCALZO, 2009, p. 41)

No editorial do jornal O Globo, datado de 24 de julho de 2016 é apresentado uma matéria jornalística intitulada de “Crise força o fim do injusto Ensino Superior gratuito”. Trata-se de um editorial que ataca um direito constitucional, na justificativa de que por conta de um problema de regulação fiscal, se naturaliza a dinâmica e a lógica do livre mercado para a exploração no campo da educação. Aceitando que o ensino e a aprendizagem sejam ainda mais explorados pelo capital especulativo, como já ocorre com empresas de educação que estão na bolsa de valores.

A reportagem apresenta de maneira superficial, justificativas que teria para que o ensino gratuito fosse custeado por mensalidades dos acadêmicos. Inicia a matéria afirmando sobre o esgotamento da criação e aumento de impostos para a

manutenção dos serviços prestados pelo Estado no Brasil, modelo adotado a partir de 1985 para “irrigar” o tesouro nacional. Conduz o leitor mais desatento a formação de uma crítica de que é necessário tirar a responsabilidade do Estado de investir ou financiar serviços para os cidadãos. Na sequência, coloca a educação superior, pública e gratuita, ofertada pelas universidades federais, estaduais ou mesmo municipais, no mesmo patamar de todos os outros serviços públicos prestados no país, taxando de má qualidade sem nem mesmo citar uma fonte, ou fazer alguma referência. No terceiro parágrafo deste editorial depois de afirmar, sem apresentar dados concretos, da inviabilidade de criação de novos impostos por ter uma carga tributária elevada, e por ter serviços públicos sem qualidade e colocando a educação pública superior na mesma categoria que qualquer outro serviço público que por ventura de fato não tenha qualidade, o jornal apresenta uma alternativa para acabar com a crise fiscal.

Crise força o fim do injusto Ensino Superior gratuito

Numa abordagem mais ampla dos efeitos da maior crise fiscal de que se tem notícia na história republicana do país, em qualquer discussão sobre alternativas a lógica aconselha a que se busquem opções para financiar serviços prestados pelo Estado. Considerando-se que a principal fórmula usada desde o início da redemocratização, em 1985, para irrigar o Tesouro — a criação e aumento de impostos — é uma via esgotada.

Mesmo quando a economia vier a se recuperar, será necessário reformar o próprio Estado, diante da impossibilidade de se manter uma carga tributária nos píncaros de mais de 35% do PIB, o índice mais elevado entre economias emergentes, comparável ao de países desenvolvidos, em que os serviços públicos são de boa qualidade. Ao contrário dos do Brasil.

Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, por que não aproveitar para acabar com o Ensino Superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado. E em países avançados, com muito mais centros de excelência universitária que o Brasil.

Tome-se a maior universidade nacional e mais bem colocada em rankings internacionais, a de São Paulo, a USP — também um monumento à incúria administrativa, nos últimos anos às voltas com crônica falta de dinheiro, mesmo recebendo cerca de 5% do ICMS paulista, a maior arrecadação estadual do país.

Ao conjunto dos estabelecimentos de Ensino Superior público do *Estado de São Paulo* — além da USP, a Unicamp e a Unifesp — são destinados 9,5% do ICMS paulista. Se antes da crise econômica, a USP, por exemplo, já tinha dificuldades para pagar as contas, com a retração das receitas tributárias o quadro se degradou. A mesma dificuldade se abate sobre a Uerj, no Rio de Janeiro, com o aperto no caixa fluminense.

Circula muito dinheiro no setor. Na USP, em que a folha de salários ultrapassa todo o orçamento da universidade, há uma reserva, calculada no final do ano

passado em R\$ 1,3 bilhão. Mas já foi de R\$ 3,61 bilhões. Está em queda, para tapar rombos na instituição. Tende a zero.

O momento é oportuno para se debater a sério o Ensino Superior público pago. Até porque é entre os mecanismos do Estado concentradores de renda que está a universidade pública gratuita. Pois ela favorece apenas os ricos, de melhor formação educacional, donos das primeiras colocações nos vestibulares.

Já o pobre, com formação educacional mais frágil, precisa pagar a faculdade privada, onde o ensino, salvo exceções, é de mais baixa qualidade. Assim, completa-se uma gritante injustiça social, nunca denunciada por sindicatos de servidores e centros acadêmicos.

Levantamento feito pela "Folha de São Paulo", há dois anos, constatou que 60% dos alunos da USP poderiam pagar mensalidades na faixa das cobradas por estabelecimentos privados. Quanto aos estudantes de famílias de renda baixa, receberiam bolsas.

Além de corrigir uma distorção social, a medida ajudaria a equilibrar os orçamentos deficitários das universidades, e contribuiria para o reequilíbrio das contas públicas.

O Globo 24/07/2016

Este é apenas um exemplo de como organizações utilizam-se dos veículos de mídia em massa para consolidar os seus projetos, legitimar as suas opiniões e difundir os seus ideais.

Escolhemos para este estudo, dentre os gêneros jornalísticos, o editorial, com o propósito de evidenciar o emprego da linguagem que visa o convencimento dos leitores sobre as ideias defendidas buscando leva-los a adotar o mesmo posicionamento, replicando-os através das suas ações em sociedade.

Optou-se também por considerar todas as falas como se fossem próprias da publicação mencionada, independente do autor ou repórter que as redigiu, ou editou considerando que opiniões e posicionamentos contrários aos da editora não seriam publicados.

Ao longo de minha experiência como chefe de redação deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono. Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono. (ABRAMO, Claudio. 2003, p. 117)

Para Arbex Júnior (1992, p.91), "os editoriais não refletem apenas a opinião de seus 'proprietários nominais', mas o consenso das opiniões que emanam dos

diferentes núcleos que participam da propriedade da organização". Portanto, partindo desta afirmação, podemos perceber que os editorialistas também representam e refletem o pensamento das publicações que veiculam os seus textos.

Ultrapassando a característica de "impessoalidade", um dos atributos específicos de qualquer Editorial (BELTRÃO apud ARBEX JÚNIOR, 1992), eles apresentam uma nuance didática, na maior parte dos textos, que lhes confere o caráter de "transmissão de informações". Os textos são produzidos orientados por aquilo que se pretende informar, em ao menos dois graus de expressão, primeiramente comunicando e informando para depois então recomendar ou sugerir através de argumentos (nos mais variados graus de objetividade desde uma orientação discreta até o sensacionalismo) que o correto seria se o leitor compartilhasse da mesma opinião.

A Educação por desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento econômico do país se transformou em objeto de disputas políticas. Os veículos de comunicação em massa podem ser grandes aliados nesta disputa porque o discurso jornalístico ampara-se, segundo Benetti (2007) em algumas ilusões:

a) o jornalismo retrata a realidade como ela é; b) tudo o que é de interesse público é tratado pelo jornalismo; c) compromisso com a verdade não se subordina a nenhum outro interesse; d) o jornalismo ouve as melhores fontes; e) os melhores especialistas são aqueles que falam na mídia; f) todos que tem algo relevante a dizer tem espaço no jornalismo dito sério ou de referência; g) jornalismo e propaganda não se confundem.

Ao que Orlandi (2001) reforça, afirmando que a linguagem não é ingênua, e o jornalismo não é um mero operador instrumental. A linguagem é sim, um poderoso eixo de legitimação da autoridade.

3.1.1 Privatização do ensino na mídia

Utilizamos como base para a pesquisa, artigos veiculados na *Revista Veja* (principal fonte de estudo), *Valor Econômico*, *Isto É* e o jornal *O Estado de São Paulo*. A relação dos artigos pesquisados encontra-se no Anexo 2.

Ao falar sobre educação, as revistas constituem a Educação, pois constroem sentidos, criam notícias, anunciam proposições e apresentam matérias que têm a pretensão de dizer o que é importante para os seus leitores e leitoras (ROCHA, 2005, p. 15)

O público alvo destes meios de comunicação em massa não são os estudiosos da área do ensino assim como é evidente que quanto menor a familiaridade do público com o assunto abordado, mais suscetível este público será à opinião expressada e às soluções propostas. Assim, a opinião e expectativa que pais, alunos e qualquer representante da sociedade tenham sobre educação será perpassada ao que é difundido pelos meios de comunicação, influentes agentes no processo de formação de opinião.

Como os primeiros levantamentos nos levaram a um grande número de artigos publicados, muitos apenas citando brevemente o assunto, outros não condizentes com o tema, optamos por refinar a pesquisa priorizando como palavra-chave “privatização do ensino” no intuito de observar as opiniões explícitas e implícitas em cada uma das quatro publicações escolhidas.

Antes de iniciar tal levantamento, julgamos necessário conhecer os grupos comunicacionais, sua história, o contexto no qual foram fundados e por quem, buscando identificar o posicionamento político deles e a linha editorial adotada para as matérias.

3.1.1.1 Revista *Veja*

Criada em 1950, a *Editora Abril* tem atuação diversificada nas mais distintas áreas. Suas publicações mais antigas são as revistas *Claudia*, *Capricho* e *Quatro*

Rodas seguidas por catálogos telefônicos até que em 1970 tornou-se responsável pela publicação dos livros do *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (MOBRAL) e em 1990 passou a se envolver com a publicação de livros didáticos para todo o ensino regular.

A *Revista Veja*, do Grupo Abril, foi lançada em 1968 com um formato editorial baseado no jornalismo investigativo independente. A sua criação coincide com o momento de propagação do capitalismo, avanços tecnológicos e consolidação dos meios de comunicação em massa.

Em um ano, as suas publicações têm uma circulação de 163,8 milhões de exemplares, abrangendo mais de 22 milhões de leitores. Há equilíbrio no sexo dos leitores sendo que 53% são homens e 47% mulheres e quanto ao perfil socioeconômico 30% dos leitores pertencem à classe A e 41% a classe B¹.

No ranking das 10 revistas mais lidas no Brasil, sete são da Editora Abril, sendo que a *Revista Veja* se destaca como um importante meio de circulação de informações. Ela é a revista semanal mais vendida e lida do país e exerce papel relevante na formação de opinião dos leitores brasileiros (BENETTI, 2007). Assim, a *Veja* é considerada o símbolo do grupo e carro-chefe do Grupo Abril, pelo seu peso político ou comercial. A elite política está atenta a ela, que é indicada como uma das três revistas preferidas por mais de 70% dos deputados federais, muito acima de suas concorrentes (FSB COMUNICAÇÕES, 2009, p. 18).

Diante dos dados apresentados, podemos afirmar que muitos enxergam na *Revista Veja* uma importante fonte de informação e que ela ocupa uma posição central na imprensa brasileira, entanto, o estilo de jornalismo utilizado pela revista ultrapassa os limites da imparcialidade. As opiniões são expostas de maneira muitas vezes agressiva, predileções são explícitas e o favoritismo, por certos assuntos, não é disfarçado. Os protagonistas das matérias publicadas recebem tratamento diferenciado baseado na posição que adotam frente a determinados assuntos evidenciando a contaminação do noticiário por interesses políticos ou comerciais.

Se autotransformando como fonte séria e confiável de jornalismo, os veículos de comunicação permitem-se apresentar os fatos conforme a realidade que lhe

¹ Informações em <http://publicidade.abril.com.br> acessado em 15 de fevereiro de 2019.

convém. Um exemplo disto é a *Revista Veja* que manipulando informações, omitindo dados, selecionando fontes ela busca ocultar o “partido Veja”.

Gramsci (2001 p. 24) define como partido “o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais” tendo ele como atribuição:

[...] elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social, nascido e desenvolvido como econômico até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integra, civil e política.

A sagacidade da atuação da *Revista Veja* como partido está na possibilidade desta (assim como os outros veículos de comunicação do gênero) se constituir como sujeito da própria ação partidária assim viabilizando que estes defendam as suas próprias opiniões (mesmo que camufladamente) e se posicionem como “intelectuais orgânicos”.

Sempre tratando a si mesma na terceira pessoa, como “a revista” ou “VEJA”, a publicação cria o “sujeito Veja” que é utilizado para discorrer sobre as “qualidades” e atributos da revista colocando a si mesma como uma facilitadora dos leitores no que diz respeito ao acesso às informações.

VEJA noticia os fatos com objetividade, opina com isenção e mantém sua postura de independência e está interessada tão somente em busca da verdade. (Fonte: O jogo sujo da retaliação. *Veja*. Carta ao leitor, 15/07/1992, p. 13).

VEJA não faz campanha nem age com a intenção de denegrir instituições. (Fonte: Resposta ao General Tinoco. *Veja*. Carta ao leitor, 06/11/1991, p. 17).

VEJA não pretende ter respostas definitivas sobre as questões éticas embutidas nessas reportagens. O que a revista quer é informar o leitor sobre os fatos, o contexto em que se deram e quais as suas implicações. (Fonte: Notícias e implicações éticas. *Veja*. Carta ao leitor, 23/04/1997, p. 7)

Um dos objetivos centrais de VEJA é dar aos seus leitores o maior número de informações relevantes, organizadas de forma que a leitura seja a mais proveitosa possível. (Fonte: As novas seções de VEJA. Veja. Carta ao leitor. 20/05/1998, p. 9)

VEJA vem se esforçando para explicar o imbróglio de forma didática. (Fonte: Conto e ensaio sobre título. Veja. Carta ao leitor. 26/03/1997, p. 7)

Devido à escassez de tempo imposta por vidas cada vez mais repletas de atribuições, a VEJA (de publicação semanal) se coloca como uma conveniente alternativa de atalho na formação de opiniões (elas já são apresentadas prontas), visto que “a cada semana informa aos leitores que não leem o cotidiano, ou que querem ter, a cada semana, um quadro sintético da vida” (GRAMSCI, 2001, p. 234).

Percebemos nos textos analisados (dos quais trechos serão exibidos na sequência) dois tipos de posicionamento diferentes da revista, o primeiro e mais evidente é a postura política da mesma, que adota o lugar de oposição ao o governo do PT, buscando retratar em suas matérias problemas da gestão, apontando defeitos e fraquezas. Um segundo ponto observado é o interesse da revista na privatização do Ensino Superior, embora esta defenda que esta privatização não deva ocorrer da forma que o governo do PT estava promovendo dentro de suas políticas públicas privatistas.

Dentre os textos mais recentes, datados já dentro do período de gestão do partido PSL, a postura de oposição ao governo federal da *Revista Veja* continua a mesma.

3.1.1.2 Valor Econômico

O Jornal *Valor Econômico*, impresso de segunda a sexta-feira, foi lançado no mercado em maio de 2000, fruto da associação entre Organizações Globo e Grupo Folha (responsáveis pela publicação dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, e em

pouco tempo tornou-se o maior veículo impresso de informação econômica, política, financeira e de negócios do país. ¹

No site do Jornal *Valor Econômico*, 12393 artigos são categorizados como Educação, entretanto, dentre estes apenas quatro são resultado da busca pelas palavras “Privatização do Ensino”. Nesses artigos percebemos o posicionamento da publicação contra o governo do Partido dos Trabalhadores, apontando-o como principal causa do sucateamento do Ensino Superior público.

3.1.1.3 Revista *Isto É*

A Editora Três, fundada em 1972 pelo empresário Domingo Alzugaray (ex-diretor comercial da Editora Abril), é a terceira maior editora de revistas do Brasil e possui entre os seus títulos a Revista *Isto É*, de publicação semanal.

No site da Revista *Isto É*, a busca pelas palavras-chave “privatização do ensino” trouxe como resultado cinco artigos, dos quais três referiam-se à situação do México (e por este motivo estão sendo desconsiderados desta análise).

3.1.1.4 O Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, também conhecido por O Estadão é um jornal publicado na cidade de São Paulo desde 1875. Pioneiro na venda de exemplares avulsos, *O Estado de São Paulo*, fundado sob os ideais republicanos mantém a coluna “Notas e Informações” desde as primeiras edições. Esta coluna retratou no decorrer dos anos a postura conservadora do jornal, entretanto, desde 1968 algumas questões mais liberais também têm recebido destaque. No que tange ao posicionamento

¹ Informações obtidas no site da empresa (<https://valor.com.br/valor15anos> acessado em 16 de fevereiro de 2019).

político em 2010, em um editorial intitulado “O mal a evitar” o jornal declarou de forma aberta o seu apoio ao candidato José Serra que disputava eleições contra Luís Inácio Lula da Silva.

Na categoria Educação, 53 artigos foram apresentados na busca pela palavra-chave “Privatização do ensino”.

O posicionamento do jornal *O Estado de São Paulo* não é declaradamente contra a privatização das instituições, mas ele utiliza-se da voz de terceiros para se posicionar contra o assunto e expõe o tema elencando como fatos e dados pontos negativos caso as iniciativas do governo desencadeiem o processo de privatizar o ensino.

3.1.2 Análise do discurso e seus argumentos

Devido à globalização e a necessidade cada vez maior de acesso à informação, a importância da mídia na atualidade atingiu tal patamar de quarto poder, com a função inclusive de regular os três demais (Judiciário, Legislativo e Executivo). Tal status foi atingido por a mídia supostamente promover a democratização das informações assim como a conscientização e mobilização da população acerca aos acontecimentos sócio-políticos de relevância da sociedade (COUTINHO, 2013), entretanto sabemos que:

É utópica a visão de um jornalismo marcado pela verdade, objetividade, neutralidade e, sobretudo pela imparcialidade. Considera-se mídia, hoje, como uma forma de representar o mundo e o que acontece nele. Logo, o papel do jornalismo é a construção de realidades – lembrando que não se pensa aqui em realidade em si, mas numa realidade hegemônica (predominante) que pode ser transformada pelo tempo, porque o que foi hegemônico em determinado período histórico pode deixar de ser (VOIGT, 2011, p. 26).

Assim, além das “verdades” impressas nas páginas das revistas de maior circulação em território nacional, buscamos dentro dos subgrupos temáticos abaixo, identificar a promoção da ideia de privatização do ensino no contexto da realidade fornecida por cada um dos veículos de comunicação.

3.1.2.1 Distribuição de verba

Artigos que demonstram o montante de verba destinado ao ensino público e que comparam esses valores a baixa qualidade da educação oferecida não são raros. Tratando-se do valor que corresponde ao sistema educacional público de todo o território nacional, é óbvio que o número é representado por dígitos que impressionam a população e causam indignação por tamanho investimento não ser capaz oferecer aos brasileiros um ensino público de qualidade.

Direcionando as nossas reflexões para o público alvo das revistas com foco nas massas nos vemos na necessidade de identificar a segmentação do público que elas atingem. Segundo dados do IVC (Instituto Verificador de circulação), responsável pela auditoria de circulação dos principais veículos de mídia impressa no Brasil, 50% dos leitores da *Revista Veja*, por exemplo, é oriunda da classe B (que recebe entre 5 e 15 salários mínimos) seguidos pelos 26% de leitores da classe C (3 a 5 salários mínimos), 3% da classe D (1 a 3 salários mínimos) e nenhum leitor registrado em pesquisa é pertencente a classe E (até 1 salário mínimo), ou seja, a maioria absoluta é pertencente a classe média. É para este segmento da população que as publicações que se referem aos grandes valores destinados à bolsa de estudo e financiamento educacional (para as classes C e D da população) são destinadas. Elas têm o intuito de conquistar a simpatia (e a opinião favorável) destes leitores mostrando o quanto é injusto que eles paguem através de seus impostos um benefício do qual não poderão usufruir.

O GLOBO – Mais alunos e menos verbas, a conta das federais não fecha - Despesas do Ministério da Educação com o Ensino Superior aumentam 40% em 8 anos, mas instituições de ensino vivem crise – publicado em 04/02/2018

Um estudo interno do Ministério da Educação (MEC) obtido pelo GLOBO aponta que os gastos das universidades federais aumentaram 40% em oito anos, de R\$ 33 bilhões para R\$ 46,1 bilhões — em valores atualizados. No entanto, o custo anual médio por aluno caiu, ainda de acordo com o levantamento, de R\$ 38.840 para R\$ 37.551 no mesmo período, entre 2009 e 2016, um reflexo do aumento de 44% no número de estudantes. Despesas obrigatórias ligadas a pessoal, incluindo pagamento de inativos, consomem 86,9% do orçamento das instituições, informa o relatório.

REVISTA VEJA: Lula é agente da privatização cartorial do ensino universitário – publicado em 23/02/2017 - ANEXO 1

O governo Lula está editando uma espécie de “refis da educação privada”. O Refis (Programa de Recuperação Fiscal) é um instrumento já usado algumas vezes para salvar empresas em situação financeira ruim por conta de dívidas com o Fisco. O argumento é sempre o mesmo: é melhor dar condições facilitadas para que as empresas continuem a existir do que endurecer e deixá-las fechar. Toda vez que aparece um Refis alguém do governo solta aquela frase: “Essa é a última vez”. Nunca é.

No caso das escolas superiores privadas, a ideia é ajudá-las e em troca de um incremento do número de alunos matriculados por conta do crédito educativo Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies, e do aumento de bolsistas que conseguem vagas pelo Prouni (Programa Universidade para Todos, destinado a alunos carentes). Faculdades que aceitam certo número de bolsistas do Prouni (por volta de 9% do total da escola) têm isenção fiscal. Ou seja, param de pagar impostos.

O problema eram os impostos não-pagos no passado. Agora, o governo está resolvendo esse problema também. Primeiro, com a possibilidade de parcelar a dívida em 120 meses pelo juro camarada de 12,5% ao ano.

Lula é o maior agente da educação privada que já houve no país. Eu acho isso um mal? Não! Eu sou favorável à privatização até de jardim da infância. Não há nada que o setor privado possa fazer que não saiba fazer melhor do que o estado — desde que seja a sério, para valer.

Acontece que um governo decente, quando quer privatizar, faz leilão público, dá a cara ao tapa, compra a briga. A privatização do Ensino Superior promovida pelo Apedeuta é feita à socapa, com facilidades como as que se veem acima. E não é só isso, não. As faculdades agora podem saldar dívidas fiscais com títulos públicos se receber alunos do crédito educativo. Lula está interessado em números. Abre as burras do dinheiro público para faculdades de quinta categoria porque quer exhibir os seus “muitos milhões” de universitários analfabetos.

A publicação menciona os meios que o governo de Lula se utiliza para privatizar o ensino como argumento para estabelecer uma crítica ao governo. Créditos Educativos, falta de fiscalização da qualidade do ensino ofertado pelas instituições privadas, perdão de dívidas são itens levantados para influenciar a opinião do leitor contra o governo.

A publicação se posiciona contra a privatização no formato que propõe o Governo de Lula, entretanto não se opõe que ela ocorra em um futuro não mencionado o que mantém aberto a possibilidade apoio ao assunto quando for conveniente à mesma.

REVISTA VEJA: É preciso inverter a lógica do ensino no Brasil – publicado em 22/07/2012 – ANEXO 2

Entre os especialistas uma ideia polêmica não é incomum: a privatização total ou parcial das universidades públicas. Eles argumentam que o Brasil deve seguir o exemplo de nações que têm educação pública de qualidade ao longo de quase toda a vida escolar e um Ensino Superior majoritariamente privado, como, por exemplo, a Inglaterra. Este modelo é tido como mais justo, pois os recursos, outrora consumidos pelas universidades estatais, destinam-se a melhorar a base do sistema de educação. Alunos provenientes tanto de famílias pobres quanto de abastadas passam assim a ter a mesmas oportunidades de aprendizagem para, no futuro, concorrer em condições mais equânimes nas instituições privadas. A barreira financeira para uma universidade no setor privado geralmente é vencida com linhas de financiamento de longo prazo com juros subsidiados. “As universidades, mesmo sendo públicas, devem ser pagas. Quem pode pagar, tem de pagar”, disse Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o da presidente Dilma Rousseff pouco avançaram para inverter essa lógica – embora se percebam tanto uma leve queda do gasto público com Ensino Superior enquanto proporção do Produto Interno Bruto (PIB) per capita quanto um crescimento dos dispêndios nos outros níveis.

O Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República escolheu, inclusive, a expansão da educação superior como uma de suas plataformas políticas com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O resultado tem se mostrado um desastre. Universidades foram construídas em localidades com baixa demanda, enquanto outras expandiram o número de alunos sem que houvesse infraestrutura adequada. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), por exemplo, aumentou em 520% o número de vagas, mas faltam laboratórios, refeitórios e até salas de aula nos novos campi criados.

Os escândalos recentes nas universidades federais mostram que ampliar o gasto não é condição suficiente para a reversão dos problemas da educação no país. Antes de tudo, é preciso saber planejar e gerir de forma eficiente os recursos públicos. “Não adianta ter muitas vagas e o ensino estar aquém do mínimo necessário”, disse Nilson Oliveira, do Instituto Fernand Braudel.

A revista busca sensibilizar o leitor usando o argumento de que um Ensino Superior sendo privatizado faria com que os gastos do governo com as universidades públicas fossem destinados à transformação da educação básica adotando a postura de defensora de uma educação de qualidade para o país. O mesmo artigo, entretanto, cita falhas do governo petista ao tentar expandir o Ensino Superior.

Mais uma vez a publicação se coloca como uma aliada no projeto de uma privatização futura do Ensino Superior ao mesmo tempo, que se posiciona contra o fato disso acontecer no governo de Lula.

REVISTA VEJA: Carta a Mayra e aos invasores da USP – publicado em 07/05/2007 – ANEXO 3

Eles não querem dizer em que gastam os generosos recursos que recebem. E vocês aplaudem. Mais ainda: privatização do ensino público é a que promove o governo federal por meio do ProUni, injetando dinheiro público em faculdades que são verdadeiras lojas de conveniência.

Não sei o que andaram lhe dizendo aí na USP, mas ensino universitário “público, gratuito, de qualidade e para todos” não existe em nenhum país do mundo, rico ou pobre, capitalista ou comunista. Sempre há uma seleção e um afunilamento: ou são ditados pelo mérito, ou pela fidalguia, ou pela renda.

Nos países democráticos, quem decide é o mérito. Chegam à universidade, de fato, os melhores. O ensino de Terceiro Grau é o terreno da pesquisa e da investigação científica. Não se confunde com caridade. Sejam em universidades públicas europeias, seja nas instituições privadas americanas (geridas por fundações, com doações de empresas e indivíduos), só atingem esse patamar os realmente melhores. Universidade transformada em supletivo — especialmente as que integram o famigerado ProUni —, só no Brasil.

Vocês, invasores, estão contribuindo para enxovalhar a USP e para jogar água no modelo lulista de universidade. Em vez do “ensino público, gratuito,

de qualidade e para todos”, vocês estão ajudando a consolidar o “ensino privado, pago, sem qualidade e para os pobres”.

A Revista Veja utiliza-se da invasão da Universidade de São Paulo para escrever uma carta aos alunos invasores, posicionando-se publicamente sobre a situação.

O direcionamento excessivo de verbas ao Ensino Superior privado sem que haja cobrança de um nível mínimo de qualidade da educação oferecida, é colocado em evidência. Comparações entre o acesso ao Ensino Superior no Brasil e em países da Europa e Os Estados Unidos são feitas mostrando a discrepância existente e culpando o governo investir mal as verbas destinadas à educação.

VALOR ECONÔMICO – Capitalismo de muro e quadrilha – publicado em 08/12/2017 – Anexo 4

Entrevista com Gustavo Franco (economista)

O Brasil pegou todos os atalhos possíveis e cometeu erros inimaginados na economia. Por falta de alternativas, está agora condenado a fazer a coisa certa. Gustavo Franco explica por que está otimista com o que considera uma guinada liberal que chegará mais cedo ou mais tarde ao país, impulsionada pela geração de estudantes que trabalha o dia todo, paga a faculdade noturna - “porque acredita no investimento” – e não quer saber de “lero-lero de luta de classe” da esquerda brasileira.

Quando estava no Governo Fernando Henrique [...] havia 1,5 milhão de universitários nas escolas públicas e mais ou menos a mesma quantidade no setor privado. A conversa era que a gente precisava crescer o número de matrículas, mas o sistema público não daria conta. E o banco central não teria “funding” para este negócio, daí a briga... De lá para cá já são 25 anos. O número de matrícula nas escolas federais é o mesmo. Agora as privadas foram de 1,5 milhão para quase 7 milhões. É como se tivessem feito uma privatização do Ensino Superior na margem. Você simplesmente deixou para ser feito no sistema privado. É caro, mas as pessoas pagam porque a percepção de retorno sobre o investimento é sólida. O sujeito que tem escolaridade ganha mais. Isso sobreviveu como uma proposta de mercado e muda a demografia da universidade. O Brasil tem hoje 8,5 milhões de estudantes universitários, em que a esmagadora maioria está no sistema privado.

O governo promoveu o aumento do número de matrículas na rede de ensino privado aliando duas ações: deixou de investir nas instituições públicas enquanto através de isenção de impostos permitiu que o ensino privado crescesse.

Como a falta de investimento o setor público e de controle do padrão de qualidade oferecida pelo setor privado, os universitários brasileiros ficam reféns de suas próprias escolhas.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Dúvidas sobre qualidade fazem aluno trocar faculdade pública por particular – publicado em 13/03/2017 – Anexo 5

Embora aprovados em universidades públicas, alunos que saem de escolas particulares estão optando por ficar em instituições privadas. Por medo de encontrar estruturas precárias, falta de professores e corte de recursos em projetos e programas, estudantes de classe média alta preferem pagar pelo Ensino Superior em faculdades particulares de ponta, com mensalidade de mais de R\$ 3 mil.

Com atraso nos repasses do Estado, em crise, a instituição fez nova alteração no cronograma semana passada. “Meus amigos que estudam na Uerj estão tentando sair de lá porque não têm previsão de quando vão terminar o curso”.

No vestibular de 2016, a Uerj teve uma queda de 16,4% de inscritos em relação ao ano anterior – foram 12,3 mil candidatos a menos. Para a sub-reitora de graduação, Tania Maria de Castro Carvalho Netto, houve uma “pequena queda” que pode ter sido influenciada pela grave crise enfrentada pelo governo estadual do Rio e como reflexo do desemprego da população. Tania também afirmou que a universidade não perdeu “seu prestígio” e a atual crise não afetou a qualidade dos cursos.

No entanto, segundo dados da própria universidade, no ano passado o número de alunos que solicitou transferência aumentou 36,7%. Em 2014 e 2015, 512 e 510 estudantes deixaram cursos na instituição. Em 2016, o número subiu para 700.

O artigo selecionou dois alunos que prestaram vestibular para universidades públicas e privadas e embora tenham passado nas duas, optaram por pagar mensalidades e atender às aulas na rede particular por terem receio de que devido à greve, falta de professores entre outros problemas, não fossem conseguir concluir o curso no tempo estimado se optassem pela rede pública.

Apesar de o artigo apresentar dados sobre número de matrículas e transferências, não há embasamento em dados estatísticos de quantos estudantes estariam fazendo o mesmo, ou seja, tendo a opção de ter passado nos dois vestibulares, escolherem o ensino particular pelos mesmos motivos apresentados no artigo.

A publicação desta vez não se posiciona abertamente a favor da privatização, mas elenca inúmeros pontos negativos do setor público.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Aprendizagem destravada – publicado em 01/08/2015 – Anexo 6

NIGÉRIA - O aspecto da Ken Ade Private School não é lá essas coisas. Suas salas de aula, cada qual dividida em duas séries, estão instaladas em barracões de ferro corrugado, espalhados pelas ruas malcheirosas de Makoko, a mais famosa favela de Lagos. As janelas não têm vidros, e nos soquetes do sistema de iluminação não se veem lâmpadas. As pás dos ventiladores de teto permanecem imóveis. Por volta das dez da manhã, na hora do lanche, as professoras organizam danças e jogos educativos e o ambiente é dominado por uma cantoria ensurdecadora. As lousas soletram o abecê do dia. A pouca distância dali, há um bonito prédio de dois andares, que abriga uma escola da rede pública de ensino. Em seu interior, as crianças estão sem fazer nada. Os professores não apareceram para dar aula.

A publicação busca na Nigéria um exemplo para invocar no subconsciente coletivo a situação atual no Brasil onde a privatização é incentivada pelo governo ao restringir verba das instituições públicas de Ensino Superior trazendo como resultado a falta de aulas nestas instituições, situação justificada pelos mais variados motivos que a falta de investimento pode acarretar.

Apresentando como contraponto, escolas privadas que mesmo “aparentando” falta de qualidade poderiam ser melhores que as públicas. A leitura induz a questionar se a falta de qualidade do Ensino Superior oferecido por algumas instituições privadas não seria “menos” ruim que a precariedade das alternativas públicas.

O ESTADO DE SÃO PAULO – ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil – publicado em 19/10/2015 – Anexo 7

Em caso de escassez de recursos, a ONU indica que a educação pública seja priorizada em detrimento à privada. O avanço da privatização da educação, como a adoção por parte de municípios de sistemas de ensino padronizado, é criticado pelo documento. O comitê se coloca contrário ao aumento do número de escolas sob a responsabilidade da Polícia Militar.

Questionado pela reportagem, o Ministério da Educação ressaltou que o PNE prevê a ampliação dos recursos para a educação até o patamar de 10% do PIB ao final de 2024. “Além disso, é estipulado que este patamar seja de 7% do PIB do País no 5º ano de vigência do plano. Ao longo dos últimos anos pode-se observar que houve uma curva crescente no investimento tanto da educação básica quanto do Ensino Superior”, diz o MEC em nota. “Em 2000, o investimento na educação básica era 3,7% e passou para 5,1%, em 2013. No mesmo período, o percentual do Ensino Superior variou de 0,9% para 1,1%. Atualmente, estamos em um patamar de 6,2%, considerando os dados de 2013 para as duas etapas”.

A publicação se apoia na credibilidade da ONU para informar o avanço da educação privada e criticar o governo que deveria destinar os recursos, mesmo que escassos, às instituições públicas.

O artigo é destinado a criticar o governo e os cortes de verba destinados à educação são usados como recurso para tal.

3.1.2.2 Crescimento econômico

Na teoria do capital humano, a educação é valorizada por ser um mecanismo que permite que pessoas sejam mais produtivas e aumentando os seus rendimentos, tendo assim, o nível de qualificação da população influenciando no progresso econômico do país.

Aprender a má qualidade da Educação fornecida pela rede pública a dificuldade de crescimento econômico pessoal e do país, ou o contrário, associar a educação de qualidade (oferecida pelas instituições particulares de ensino) aos possíveis privilégios financeiros alcançados ao nível pessoal e para o país são

argumentos utilizados a favor da privatização do ensino em prol da “melhoria na sua qualidade” como fator indispensável para a melhora da economia do país.

REVISTA VEJA: Para brasileiros, educação é a chave para o desenvolvimento – publicado em 20/08/2010 – ANEXO 8

Em todos os níveis – fundamental, médio e superior -, as instituições privadas apresentam as melhores médias de avaliação na pesquisa

Sem investir na educação, o Brasil jamais será capaz de se transformar num país desenvolvido. Essa é a percepção da população brasileira sobre o assunto, sinalizada numa pesquisa divulgada nesta sexta-feira pelo Ibope e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo traça um panorama da educação no Brasil e faz parte da série *Retratos da Sociedade Brasileira*.

O ensino particular é considerado melhor do que o público. Em todos os níveis – fundamental, médio e superior -, as instituições privadas apresentam as melhores médias de avaliação, mesmo entre o público de baixa renda e com menor escolaridade. Em uma escala de 0 a 100, as escolas privadas foram consideradas melhores na educação fundamental (76,4 pontos contra 58,6), no ensino médio (75,6 pontos contra 59,3), na educação profissionalizantes (75,6 pontos contra 63,9) e na educação superior (75,6 pontos contra 66).

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa aplicada pelo IBOPE sobre a Educação no Brasil. Dois pontos desta pesquisa são destacados no texto: que para grande parte da população brasileira o crescimento econômico do país é veiculado a educação e o quanto o ensino particular é melhor que o ensino público. Conectando estes dois pontos, não sobra espaço para outra interpretação que não seja: A formação do indivíduo dentro do sistema privado de ensino é essencial para crescimento econômico do país.

REVISTA VEJA: O futuro da universidade pública – publicado em 5/08/2018 – ANEXO 9

No Ensino Superior, há instituições que, pela sua qualidade, poderiam estar localizadas em países desenvolvidos, e há departamentos, em várias instituições, que se destacam pela qualidade diferenciada. Mas ninguém nega que, em grande parte, o modelo único de universidade e a falta de mecanismos adequados para estimular a eficiência e a qualidade criam enormes distorções e desperdícios. Os justos pagam pelos pecadores. E o contribuinte paga a conta.

Em meio a tantos outros problemas gravíssimos, dificilmente esta seria uma conjuntura favorável para tratar da questão da universidade pública – especialmente das federais. As universidades federais, por não gozarem de autonomia de fato, acabam monopolizando o tempo e a atenção dos ministros da educação.

Desde o final do século passado, os países desenvolvidos promoveram profundas mudanças em seus sistemas de Ensino Superior por enxergá-los como estratégicos para o desenvolvimento econômico. Caíram todos os tabus, e há vários exemplos e vários modelos a considerar. Portanto, cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Em véspera de eleição a publicação conecta educação e crescimento econômico mencionando as mudanças promovidas por países desenvolvidos, deixando implícito que foram mudanças positivas já que foram feitas por países desenvolvidos.

Em seguida menciona os problemas do Ensino Superior público e deixa subentendido que existe uma postura adequada a ser adotada pelos candidatos no que se refere a educação e que esta postura será apoiada pela revista.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Análise: Reorganizando a reorganização das escolas – publicado em 08/12/2015 – ANEXO 10

Por que separar as escolas em ciclos? Segundo o governo de SP, porque estas escolas têm melhores resultados nos indicadores de desempenho. Não tenho qualquer dúvida de que os dados do Idesp indiquem isso. Contudo, nem os dados, nem os detalhes da proposta foram, até o momento, disponibilizados ao público para uma análise aprofundada. Com exceção, até onde sei, até o momento, de um estudo.

Não se trata, aqui, de relativizar tudo e negar as evidências. Pelo contrário, trata-se de buscar evidências diferentes, compreendê-las, perceber o que cada evidência pode informar e o que não pode. Só então, começar a relacionar as evidências entre si e criar modelos que as expliquem. Afinal, não é assim que se faz ciência?

Caso contrário, fica a aberta a temporada de teorias da conspiração, nem tão conspiratórias assim. Para Daniel Cara, por exemplo, o programa tem como finalidade não a melhoria da educação, mas a redução de custos. O que não é nenhuma novidade na história das reformas educacionais. Para Luiz Carlos de Freitas, a isto soma-se um projeto de privatização da educação pública, já em andamento em alguns estados brasileiros.

A publicação questiona se a intenção do governo de SP de segmentar os alunos por ciclos para garantir um melhor resultado nos indicadores de desempenho seria apropriada e se utiliza da voz do cientista político Daniel Cara, para questionar com conotação negativa se esta não seria uma manobra do governo para privatizar o ensino e aproveita para afirmar que tal processo já haveria tido início em determinados estados do Brasil.

3.1.2.3. Crítica política

Apesar de se autodenominarem apartidárias, na sua grande maioria, questões políticas sempre estiveram fortemente presentes nas publicações de revistas de como a Veja. Invocando o mito de “publicações sem partido” suas vertentes partidárias, tendenciosas e formuladoras ficam muitas vezes ocultas.

A ideia de privatização aqui ocorre muito mais como uma crítica à conduta do governo quando as publicações mesmo que disfarçadamente se manifestam como atores políticos assumindo em seus discursos conotações de caráter ideológico, políticos e deslegitimadores.

REVISTA VEJA: A lei do Escola sem Partido é, sim, necessária – publicado em 08/02/2017 – Anexo 11

Suponha que, na escola pública do seu filho, o professor de história é fã de Jair Bolsonaro. Ele ensina que o governo militar não foi uma ditadura, e sim uma democracia que fez muito bem ao matar comunistas. Na prova de fim de ano, seu filho dá uma opinião diferente – e leva zero. Você reclama à diretoria, que dá razão ao professor e diz a você:

– Escola sem pensamento crítico não é escola!

No ensino público (falo apenas das escolas públicas; não acho que o governo deve se meter nas escolas privadas), professores são pagos para preparar alunos ao debate, para a tolerância a ideias divergentes. Geralmente contrários à privatização, professores de esquerda privatizam o espaço público quando usam a sala de aula para pregação política. Muitos deles mal percebem a diferença entre ensino e doutrinação.

A revista não precisava citar explicitamente o nome do presidente atual Jair Bolsonaro (então pré-candidato), entretanto, o fez, já no início da matéria, utilizando-o com um exemplo de conotação negativa e critica também os professores de instituições públicas dizendo que estes utilizam salas de aula para defender suas visões políticas e os ideais de seus candidatos e afirma que os alunos que não compartilharem da mesma opinião são prejudicados.

O artigo acusa ainda os professores “de esquerda” de além de serem contrários a privatização ainda tentarem influenciar os seus alunos e deixa nas entrelinhas que no ensino privado, tais problemas não ocorreriam visto que os alunos estariam imunes aos interesses diretos do governo e dos seus defensores.

VALOR ECONÔMICO – Crônica de uma crise anunciada – publicado em 18/08/2017 – Anexo 12

Sob pressão da comunidade, o reitor da UERJ, Ruy Garcia Marques, anunciara no começo do mês a suspensão das aulas dos quase 30 mil alunos, 2425 docentes e 4946 servidores na ativa. Apontara como razão da suspensão as condições precárias da universidade. “O atraso salarial cada vez maior gera um endividamento crescente, insegurança, angustia e

situações de estresse incontroláveis, maximizadas naqueles que se veem impedidos até da simples compra de medicamentos para manutenção básica da saúde”, afirma Garcia Marques.

“Desde o ano passado, Garcia Marques, tem alertado o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), para a insolvência da universidade. “Sempre tive boa ligação com Pezão [...] sempre tive liberdade de mandar mensagem via celular para o Pezão. Ele sempre responde. É certo que nunca com a mensagem que eu queria”, conta Garcia Marques.

Pezão passou 6 meses afastado do governo por doença. O reitor da UERJ [...] foi queixar-se com Francisco Dornelles, governador em exercício. “O Dornelles ouvia minha ladainha e, no final, colocava a mão no meu braço e dizia: ‘Reitor, a UERJ é uma prioridade para mim’. Mas ao fim do mês, não pagava nada. Nunca entendi que diabo de prioridade era essa.” Procurados pelo Valor, Pezão e Dornelles não quiseram comentar.

Ao reitor a revista designa o papel de mocinho, aquele que é forçado a suspender as aulas devido à falta de condições de manter a universidade funcionando, atitude justificada pela falta de verba recebida pelo governo. É dado ênfase no texto ao nome dos políticos envolvidos e ao partido ao qual pertencem.

A publicação não se posiciona acerca da privatização, mas se coloca contra o governo e a precariedade do repasse de verbas para as instituições públicas.

VALOR ECONÔMICO – Privatização do ensino é um atestado de incompetência de governantes - Entrevista com Moura Castro (professor e economista) – publicado em 02/05/2016 – Anexo 13

A privatização é um atestado de incompetência dos governantes. Incompetência para criar leis que permitam a escola funcionar direito, para operar a escola, para usar a cabeça em vez de usar o preconceito ou o que diz o guru. A gente sabe muita coisa sobre a educação e a educação é regida por preconceitos e mitos

Aquilo (referindo-se a expansão das universidades para o interior durante o governo Lula) não se pode dizer que foi um fiasco, fiasco é quando se perde dinheiro. Aquilo não existiu, não teve significado, foi mais conversa que realidade, mais fingimento, muita brincadeira com números

A revista se posiciona abertamente contra a privatização usando para tal a voz do especialista Moura Castro, que atribui a falta de qualidade na educação à

incompetência do governo e aproveita para criticar a forma com que o governo (Lula) lidou com a educação durante os seus mandatos enfatizando que o ensino público poderia ser melhor se o governo fizesse a sua parte.

Mais uma vez vemos o tema educação sendo usado como pretexto para a opinião das publicações, sobre determinados políticos, ser manifesta.

VALOR ECONÔMICO – Quarenta anos de equívocos na educação ainda esperam por soluções – publicado em 02/05/2016 – Anexo 14

Antes de iniciar-se o governo atual, uma instituição da iniciativa privada encomendou a dez especialistas uma exposição sobre o que, a seu ver, seriam os desafios para a educação nos anos próximos e todos, em consenso, relacionaram os mesmos problemas. Formação de professores, currículo do ensino médio, a gestão das políticas educacionais, a resistência das corporações da área e a falta de uma política de mérito.

Não se consegue tirar a educação da política eleitoral, tudo é feito com açodamento para caber no período de uma administração, para chamar atenção na campanha eleitoral seguinte. O Pronatec e o Ciência sem Fronteiras, dois excelentes programas, foram destruídos por isso. Foram derrubados na execução.

A privatização, por sinal, é o grande paradoxo político e a grande discussão que anima o debate de Organizações Não Governamentais da educação, faculdades públicas privadas e entidades de classe. Destaca-se, nessa discussão, o fato de que foi no governo do Partido dos Trabalhadores que os instrumentos aos quais se atribui hoje a mola da privatização do Ensino Superior se ampliaram e transformaram-se realmente em garantia de equilíbrio no financiamento dos complexos escolares privados.

O posicionamento do jornal contrário ao governo deixa explícito sua opinião sobre a incapacidade deste de gerenciar bons projetos devido ao imediatismo com que eles são tratados para servirem de barganha para votos na eleição seguinte.

Menciona-se no artigo que a iniciativa privada foi a responsável por encomendar a pesquisa usada como base para a matéria, estabelecendo-se assim uma comparação entre uma iniciativa privada preocupada x um governo incapaz de gerenciar a educação.

ISTO É – Pezão propõe que estudantes da UERJ trabalhem para o estado depois de formados – publicado em 06/09/17 – Anexo 15

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, disse hoje (6) que vai propor que os alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) trabalhem em instituições do estado, por dois anos, como contrapartida pelos anos estudados gratuitamente na universidade. “Uma pessoa que estudou quatro, cinco anos em uma universidade pública, será que ela não pode, depois, por dois anos, retornar seu trabalho para dentro do estado?”, propôs, durante a apresentação do acordo de recuperação fiscal com o governo federal, no Palácio Guanabara, ao lado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. “Um administrador, um economista, pode vir e ajudar a pagar o que a sociedade transferiu para ele, com políticas de cotas, dando um ensino de qualidade. Precisamos evoluir, abrir parcerias”, defendeu Pezão.

O governador descartou a ideia de privatizar ou acabar com as universidades públicas. “Ninguém vai privatizar a Uerj. Foi uma recomendação, não quer dizer que seguiremos. E isso, se nada der certo. Claro que temos que racionalizar isso. Uma pessoa que estuda anos na faculdade pode dar retorno para o estado no futuro.

De acordo com o ministro Henrique Meirelles, a sugestão do governo federal de privatizar universidades estaduais foi feita somente caso os ajustes já propostos de corte de custos não sejam suficientes para sanar as dívidas do governo do Rio. “Os técnicos sugeriram que, havendo a possibilidade de que uma ou outra medida não surta o efeito esperado ou desejado, já existe uma série de outras que poderão ser estudadas, mas que não são medidas aprovadas”, disse. “Em nenhum momento se fala em privatização do Ensino Superior do Rio de Janeiro, mas eventualmente estudar como tornar isso mais eficiente.

O mesmo governador que propõe que os alunos do Ensino Superior público “paguem” a sua dívida com o Estado por ter cursado uma faculdade gratuita, com a sua mão de obra após conclusão do curso se diz contrário à ideia do governo federal de privatizar faculdades estaduais (por temer redução de repasse de verba a ser gerenciado por sua alçada?).

O pagamento da “dívida” com dinheiro ou trabalho anula o caráter gratuito das universidades públicas, seria esse um modelo intermediário de privatização?

ISTO É (Conteúdo Estadão) – Câmara veta proposta que permitiria universidade públicas a cobrar por pós – publicado em 29/03/17 – Anexo 16

Em um sinal ruim para o governo, o plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta noite a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitia às universidades públicas cobrar pelos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu. Mesmo com a orientação favorável de todos os partidos governistas, a proposta foi derrotada por 304 a favor e 139 contrários. O mínimo necessário para aprovação de uma PEC são 308 votos.

O líder do PSOL na Câmara, Glauber Braga (RJ), argumentou durante a votação que a perspectiva de cobrança de mensalidade abriria espaço para privatização da educação. Segundo a oposição, dirigentes do Ministério da Educação não só apoiavam a proposta como deram sinalizações de que o governo pretende, no futuro, ampliar a privatização do ensino. "Se flexibiliza a pós-graduação agora, depois vão querer privatizar a graduação, o Ensino Médio e a Educação Básica", afirmou Braga.

Aborda-se nesse texto a proposta de cobrança de cursos de extensão e pós-graduação em universidades públicas e se tal artifício não seria o início de um processo de privatização. A revista se coloca ao lado da oposição, reproduzindo sua fala ao criticar proposta e a intenção por trás dela.

Assim como as publicações do Jornal *Valor Econômico* percebemos na *Isto É* um posicionamento muito mais forte contra o governo federal do que contra o processo de privatização. Aparentemente as matérias contrárias a privatização do ensino servem para engrossar os argumentos contra o Governo.

O ESTADO DE SÃO PAULO - No Senado, ministro da Educação admite erro por e-mail, defende cotas e sugere mais alunos nas salas – publicado em 26/02/2019 (Publicação sobre a fala do Ministro da Educação Ricardo Veléz Rodrigues) – Anexo 17

Vélez Rodríguez disse ainda estar preocupado com o orçamento das universidades públicas e destacou que o Brasil passa por dificuldades econômicas. Uma opção para gerir de maneira mais eficaz o patrimônio público, de acordo com o ministro, seria "otimizar" o rendimento das universidades públicas.

"Temos as cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos e que possibilite no final do fundamental e do segundo grau aos jovens que quiserem entrar na universidade em pé de igualdade", disse o ministro aos 26 senadores presentes na audiência. "Nossa dívida não está apenas numa questão de raça, mas de qualidade do nosso ensino básico e fundamental, que no setor público ainda não é da qualidade que deveria ser."

"Nós poderíamos otimizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público. A maior parte das vagas de ensino universitário no Brasil está no setor privado. É uma anomalia. Deveríamos dar à universidade pública mais espaço, mas, certamente, só ocorrerá isso remanejando a gestão da nossa universidade pública, colocando mais alunos em sala de aula. Não vejo por que no Brasil não possamos aumentar um pouco o número de estudantes por sala de aula", afirmou.

Durante a fala do ministro, estudantes integrantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) tentaram se manifestar contrários às recentes falas do ministro, mas foram impedidas por agentes da polícia legislativa. "Não queremos nenhum tipo de projeto que amordace os estudantes. Queremos universidade pública gratuita e de qualidade. Precisamos de mais escolas, mais espaços para os estudantes debaterem. Entendemos que quando se fala de educação para o Brasil os principais afetados são os estudantes brasileiros, que precisam ser ouvidos e escutados", disse ao Estado, a estudante Stefany Kovalski, 19, diretora de comunicação da Ubes.

Ao transcrever a fala do ministro da educação foi dada ênfase negativa (reforçada inclusive no título tendencioso da matéria) à sugestão do mesmo sobre solucionar o problema de recursos destinados à educação aumentando a quantidade de alunos em sala de aula de instituições públicas de Ensino Superior. Para confrontar a eficiência das propostas sugeridas pelo Ministro, foi utilizado a voz da diretora de comunicação da Ubes.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Governo recua e suspende projeto com empresas contra evasão escolar em São Paulo – publicado em 09/04/2018 – Anexo 18

O governo do *Estado de São Paulo* recuou temporariamente de uma proposta que previa, com apoio da iniciativa privada, promover ações para diminuir evasão e reprovação escolar.

O projeto, chamado de Contrato de Impacto Social (CIS), previa a contratação de organizações, por meio de licitação, que desenvolveriam ações de engajamento das famílias no cotidiano escolar dos alunos e motivação estudantil. A remuneração da organização só acontece se a escola atingir as metas de impacto estabelecidas, tendo como métrica a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) e o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

A medida vinha sendo criticada por apresentar uma suposta "privatização" do ensino público. "Assim como agora, no futuro, não aceitaremos que este projeto seja implementado, porque a escola pública é nossa e ninguém toma.

Devemos manter o debate e o esclarecimento com mais atenção em todas as possíveis escolas envolvidas, mas também no conjunto da rede estadual de ensino e junto à sociedade como um todo", diz a Apeoesp, em nota.

A publicação expõe mais uma forma de privatização paralela em andamento em São Paulo. Por projetos oriundos da iniciativa privada a serem aplicados nas escolas públicas o governo abriria espaço para tais instituições dentro das suas escolas.

A publicação endossa a fala do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do *Estado de São Paulo* contra as iniciativas de privatização.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Câmara rejeita PEC que autorizava universidades públicas a cobrar por cursos de pós-graduação – publicado em 29/03/2017 – Anexo 19

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta quarta-feira (29/02/17) a proposta de emenda à Constituição (PEC) 395/14, que autoriza universidades públicas e institutos federais a cobrar por cursos de extensão e pós-graduação lato sensu (especialização).

A proposta autorizava a cobrança pelos cursos a critério de cada universidade.

Algumas universidades públicas já cobram por cursos de especialização, mas a cobrança foi questionada na justiça com base no princípio constitucional da educação pública gratuita. A PEC tinha o objetivo de encerrar a disputa judicial para autorizar as universidades a cobrar pelos cursos de extensão e especialização.

O líder do Psol, deputado Glauber Braga (RJ), criticou a proposta por considerá-la o primeiro passo para o fim do ensino público gratuito.

"Uma PEC para flexibilizar o princípio de que educação pública tem de ser gratuita na mesma semana da fala da secretária-executiva do MEC, que dá a entender que a graduação pode passar por cobrança. Onde a gente vai parar?", questionou. Para Glauber Braga, a proposta abriria um precedente para o fim da gratuidade também na graduação e na educação básica.

A líder do PCdoB, deputada Alice Portugal (BA), também avaliou que a ressalva aos cursos de pós-graduação poderia significar uma ruptura do sistema de Ensino Superior gratuito. "Estariamos abrindo a janela da gratuidade. É temerário", alertou.

Para o deputado Vicentinho Júnior (PR-TO), os alunos que precisam do ensino gratuito sairiam prejudicados caso a proposta fosse aprovada. "A PEC não faz bem à saúde da educação pública brasileira. A República não pode se esvaziar dos seus poderes, terceirizando para quem pode pagar por um curso", afirmou.

Autor da proposta, o deputado Alex Canziani (PTB-PR) afirmou que o dinheiro arrecadado com os cursos seria investido nas instituições. “As universidades públicas, ao longo de todos esses anos, têm se utilizado desses recursos para melhorar a graduação. Esses recursos significam melhores laboratórios, ar-condicionado na sala de aula, melhores estruturas para as universidades”, declarou.

Tal como o artigo da Revista IstoÉ, é destacada as opiniões do deputado do PSOL Grauber Braga, da líder do PCdoB Alice Portugal e do deputado Vicentino Junior do PR, contra a cobrança para os cursos de pós-graduação alegando que esta alternativa seria uma porta para a privatização.

Entendemos que este caminho para a privatização não seria interessante para a O Estado de São Paulo.

O ESTADO DE SÃO PAULO - Depois da Unicamp, Faculdade de Educação da USP repudia a reorganização escolar de Alckimin – publicado em 18/11/2015 (Texto da USP) – Anexo 20

É preocupante constatar, na política adotada, uma intenção irresponsável de economia de gastos públicos que, associada a iniciativas como a da flexibilização do currículo do ensino médio, o fechamento de salas no período noturno, a diminuição da oferta de vagas para Educação de Jovens e Adultos, entre outras, apontam para o descompromisso com a oferta pública da educação, funcionando como estímulo para a privatização do ensino. Pode-se esperar que a reorganização das escolas estaduais desencadeie a ampliação de pequenas unidades privadas que já se espalham nos bairros e para as quais a população se dirige descrente da possibilidade de um serviço público de qualidade. E, como denunciam os nossos colegas da Faculdade de Educação da Unicamp em sua Moção de Repúdio aos atos arbitrários da Secretaria Estadual da Educação, a municipalização tem sido um terreno fértil para os processos de privatização da escola pública, seja com a aquisição dos denominados “sistemas de ensino” de escolas privadas, via o apostilamento, seja para a ampliação das contratações terceirizadas, com as parcerias público-privadas e/ou com os contratos de gestão privada para o ensino público.

A publicação transcreve na íntegra carta de repúdio da USP e menciona a carta anterior da Unicamp onde as instituições levantam inúmeros argumentos contra a nova organização da educação no *estado de São Paulo*, alegando que tais

mudanças incentivam a privatização do ensino seja ela na forma de instituições privadas ou adotando o sistema de ensino apostilado destas empresas.

O posicionamento contra o Governo do Estado é claro.

REVISTA VEJA: As escolas não são públicas. E privatizar não resolve –
publicado em 24/06/2012 – Anexo 21

Os melhores sistemas educacionais do mundo gastam basicamente o mesmo que nós e também têm a maioria de suas matrículas em escolas públicas, como nós. O que falta para iniciarmos a melhoria é demanda popular por uma educação de qualidade. Sua ausência gera falta de ação da classe política, dos gestores de escolas e dos professores.

Uma escola privada de massas precisaria ser financiada pelo governo, já que a maioria dos pais não teria recursos para custear a escola e o sistema bancário é ineficiente na concessão de créditos a alunos de educação básica. O governo pode transferir o dinheiro diretamente aos donos das escolas, como se faz em muitos países europeus e nas escolas charter americanas, ou aos pais dos alunos, através de vouchers, como é ou foi feito no Chile, em alguns estados americanos, na Nova Zelândia e na Colômbia.

Ora, se o dinheiro não vem do bolso do pai, e se esse pai vai continuar tão ignorante sobre como avaliar uma educação de qualidade quanto antes, por que imaginar que ele vai se engajar pela educação do filho de maneira diferente daquela que faz hoje? E, se o dono da escola sabe que poderá continuar engabelando sua clientela da mesma maneira que políticos, diretores e professores o fazem hoje, por que haveria de se esforçar para dar uma educação de ponta? Não faria muito sentido.

A revista transfere para a população a responsabilidade de uma melhoria na qualidade do ensino, alegando que essa só acontecerá mediante cobrança popular.

O mesmo texto descarta a possibilidade de qualidade em um ensino particular financiado pelo governo visto que essa modalidade não traria melhora para educação, pois o nível de cobrança da sociedade continuaria o mesmo.

Há uma crítica pesada aos donos de escola, políticos, diretores e professores por “engabelarem” a sua “clientela” e através dela percebemos que este modo de privatização através do financiamento público de escolas privadas não é o que vem ao encontro dos interesses da revista.

3.1.2.4 Dados / Pesquisa

A utilização de dados apontados por pesquisas de institutos renomados é um artifício ao qual com frequência os veículos de comunicação recorrem para reforçar a autenticidade dos fatos narrados, entretanto, a maneira com que os dados são apresentados, o contexto no qual eles aparecem ou com o que são comparados pode facilmente distorcer a realidade e não representá-la.

Servan-Schreiber (1974) também afirma que a manipulação de informações é uma das práticas mais correntes no exercício do poder. Essa afirmação pode ser mais bem compreendida se respeitado o princípio de que a informação é fundamentalmente relacional e que um recorte dela não pode ser interpretado – ou sequer percebido, fora do contexto no qual ela foi produzida.

[...] fornecimento de produtos informacionais de baixo nível cultural, cuja consequência direta seria a ‘imbecilização’ de setores sociais. Nesta concepção do conceito, setores de elite desinformariam amplamente de maneira a se perpetuarem no poder, concretizando mais facilmente seus próprios interesses (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 2, grifo do autor).

REVISTA VEJA: Ministro da Educação diz que universidades públicas não serão privatizadas – publicado em 14/02/2019 – Anexo 22

O ministro da Educação, **Ricardo Vélez**, afirmou, nesta terça-feira 13, pelo Twitter, que as universidades públicas não serão privatizadas. “As Universidades Públicas são patrimônio da Nação. Não serão privatizadas. Mas serão geridas com total transparência, a fim de que os brasileiros saibam, tintim por tintim, como é utilizado o suado dinheiro que sustenta essas instituições. Menos Brasília e mais Brasil!”, escreveu.

A privatização vinha sendo apontada como solução para a crise financeira pela qual passam essas instituições de ensino, mas o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia se pronunciado oficialmente sobre a questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o país tem hoje 2.448 instituições de Ensino Superior. Dessas, 296 são públicas e 63 são universidades federais, ligadas diretamente ao MEC. As públicas concentram mais de 2 milhões de matrículas, 24,7% do total dos universitários do país.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a lei que estipula metas para melhorar a qualidade da educação brasileira até 2024, o Brasil deve incluir um terço, ou seja, 33% da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior até o fim da vigência da lei. Atualmente, essa porcentagem é cerca de 23%, considerando também os que já se formaram.

Já a taxa bruta de matrícula, ou seja, total de estudantes matriculados, independentemente da idade, deve ser equivalente à metade da população total de 18 a 24 anos. Essa porcentagem é cerca de 35%.

Apesar de o Ministro da Educação negar privatização das universidades públicas, matéria apresenta dados estatísticos que mostram que a maioria esmagadora das instituições já são privadas e como existe a necessidade do aumento do número de vagas no Ensino Superior, a tendência com a falta de verbas direcionadas às universidades públicas é que o setor privado continue crescendo.

REVISTA VEJA: Parem de acreditar em escola pública de qualidade – publicado em 09/02/2017 – Anexo 23

O pior é a crença cega em “escolas públicas de qualidade”. Eles estão há um século rezando e fazendo procissões para que a Escola Pública de Qualidade desça dos Céus à Terra. Há um século seus pedidos dão em nada. No entanto, como seguidores de uma seita fanática, não largam a fé.

Pois deveriam. Escolas públicas, para darem certo, exigem boas pessoas. Políticos, professores e diretores que pensem apenas no bem comum, e não nos seus próprios interesses.

Se uma política pública exige que as pessoas se comportem como santos, pode acreditar: não vai dar certo. As pessoas até são naturalmente benevolentes, mas não são madres-teresas em tempo integral. O desenho de uma política precisa se basear em pessoas reais, não em seres imaginários.

No sistema atual, o cidadão que recebe o serviço não pode deixar de pagar por ele ou procurar uma escola concorrente caso esteja insatisfeito. Os contribuintes são obrigados a pagar pelo serviço mesmo que não gostem dele ou não o utilizem.

Já os professores e diretores são remunerados por uma entidade distante – o Estado – e não pelos clientes diretos. Sabem que não terão prejuízo se faltarem dezenas de vezes por ano ou se os pais ficarem insatisfeitos. Não têm incentivo para inovar, cortar custos, pensar em produtos diferentes. Podem se dar ao luxo de fazer greves que duram um, dois, três meses. Se um aluno desistir de ir à escola, isso é até uma boa notícia para o diretor, que terá um problema a menos com que se preocupar.

E os políticos que coordenam o serviço não precisam melhorar o sistema – apenas fazer parecer, a cada quatro anos, durante a campanha eleitoral, que deram um jeito nas escolas. Ou falar banalidades na televisão que toquem o público mais que as banalidades dos candidatos concorrentes. É como se o

síndico do prédio fosse encarregado da educação dos filhos dos moradores. Uma loucura.

Com incentivos assim, não dar certo é a regra. As notícias de jornal não deveriam tratar de escolas que decepcionaram, mas dos raros casos em que o desempenho é satisfatório. O mistério é descobrir por que algumas escolas públicas funcionam, e não o contrário.

Desculpem cortar o barato, mas já passou da hora de desistir de escola pública de qualidade. Se dependermos apenas de incentivos morais, e não de incentivos financeiros, não vai dar certo. Não adianta mudar os políticos. Não adianta gastar ainda mais em educação. É preciso mudar os incentivos. Em vez de gastar tanto em escolas ineficientes e professores que mais faltam do que aparecem, é melhor transferir o dinheiro diretamente para a família de alunos pobres, em forma de vales, ou pelo menos passar as escolas para gestores privados.

A matéria afirma não existir escola pública de qualidade argumentando que salários baixos na rede pública geram profissionais insatisfeitos e que os políticos só tentam fazer parecer que a Educação melhorou em busca de votos para uma próxima eleição.

O texto sugere, então, que ao invés de financiar escolas o governo deveria repassar o dinheiro às famílias e dar a elas liberdade de escolha para definir onde os filhos estudarão, ou seja, a privatização de qualquer maneira é incentivada.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Desigualdade do início ao fim: Ensino Superior ainda é para poucos – publicado em 25/05/2018 – Anexo 24

No Brasil, a conclusão da Educação Superior garante expressivos ganhos de renda em comparação com os demais níveis de escolaridade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017 sobre rendimentos, informam que as pessoas com Ensino Superior completo alcançam rendimentos 3 vezes maior que o das pessoas que têm o nível médio e 6 vezes o daqueles sem instrução.

Entretanto, em 2017, apenas 15,7% da população de 25 anos ou mais havia concluído o nível superior. Quando observamos a distribuição a partir da raça/cor dos brasileiros dessa faixa etária, eram 22,9% dos brancos e 9,3% dos pretos e pardos. A restrição ao acesso à Educação tem sido fator de produção e reprodução das desigualdades, em particular as de renda e raça/cor. A média dos países da OCDE é de 34% da população adulta com Ensino Superior concluído. O Brasil está abaixo de outros países da região, como o Chile (21%), Colômbia (22%), Costa Rica (18%) e México (19%).

A meta 12 do PNE é dedicada a elevar a proporção da população nessa etapa de ensino (Ensino Superior). Para acompanhar os dados são utilizados três

indicadores. [...] O terceiro indicador mede se a proporção das novas matrículas corresponde à meta: 40% delas em instituições públicas. Esse indicador é muito relevante pois, seguindo tendência que se acentua desde os anos 1990, cresce a presença do setor privado que, agora, detém o triplo das matrículas com relação ao público. Em 2016, 75,3% dos estudantes estavam em instituições particulares enquanto as públicas atendiam a 24,7%. Em 2015 apenas 5,5% de novas vagas foram criadas no setor público. O setor privado da Educação e economistas da corrente ortodoxa defendem aumentar a já elevada privatização da Educação Superior. A justificativa é que o expressivo ganho individual alavancado pelo diploma é razão suficiente para que o custo desse nível de ensino seja investimento privado, ainda que subsidiado por créditos públicos. Mais da metade das matrículas das instituições privadas estão em empresas com fins lucrativos. Seus interesses educacionais estão restritos ao atendimento mínimo dos padrões exigidos para manter os financiamentos públicos que o PROUNI e o FIES garantem.

A publicação menciona que a conclusão do Ensino Superior garante aos trabalhadores (segundo pesquisa) um aumento significativo nos seus salários o que incentiva os leitores a buscarem esta qualificação, mas a qualidade da educação privada, responsável pela maior parte dos diplomas, é questionável visto que essas buscam apenas atender os requisitos mínimos estabelecidos pelo MEC e os seus interesses mercantilistas.

Assim temos crítica à situação atual em que as Universidades Públicas têm pouca representatividade, mas também crítica às universidades privadas que visam lucro.

3.1.2.5 Parceria de sucesso com o setor privado

Enquanto estudantes reclamam que não são ouvidos pelo governo no que diz respeito às questões de seu interesse acerca da educação, os grupos aos quais empresários e fundações educacionais particulares pertencem tem total liberdade de opinar e são inclusive incluídos nas audiências públicas.

A princípio a participação de tais empresários não traria problemas para os debates, mas é preciso que haja o entendimento do tipo de educação de qualidade que estes empresários visam, quais os interesses destes grupos em participar de tais discussões e de que forma eles podem lucrar direcionando as decisões.

Além disto, a influência e/ou domínio que estes mesmos grupos exercem sobre a mídia de massa é inquestionável, o que nos faz, com facilidade encontrar artigos que defendam a atuação do setor privado no campo da educação, publicações que se utilizam da voz de integrantes destes grupos como autoridades no assunto e que sugerem que a privatização do ensino ocorra apoiados em “exemplos de sucesso” vindos desse setor.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Estado busca empresários para adotar escolas paulistas e garantir melhorias – publicado em 30/08/2016 – Anexo 25

A Secretaria Estadual da Educação está buscando apoio de empresários, associações de classe e até da Igreja Católica para que “adotem” escolas estaduais e colaborem com a melhoria das unidades, até com recursos financeiros.

Apesar das propostas, o secretário descarta a possibilidade de terceirizar as escolas ou propor modelos de privatização, como “voucher” (espécie de bolsa de estudos em escolas privadas) ou escola “charter” (com administração terceirizada).

A aproximação de grupos privados em escolas estaduais não é novidade no Estado. Desde 2005, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Parceiros da Educação, presidida pelo banqueiro Jair Ribeiro, presidente do Banco Indusval, reúne empresários que têm interesse em investir em escolas públicas do Estado. O suporte varia de R\$ 150 mil a R\$ 250 mil anuais, usados principalmente em treinamento dos professores.

Artigo relata a necessidade e sucesso de parcerias com o setor privado (modalidade de privatização) para melhorar condições oferecidas por escolas públicas enquanto afirma, através da voz do secretário do estado, que estas parcerias não levarão à privatização do ensino.

3.1.3 Todos pela Educação na mídia

Como com a pesquisa da palavra-chave “privatização do ensino” não conseguimos validar a nossa hipótese, optamos por investigar uma outra ramificação do assunto, buscando nas mesmas quatro publicações (Veja, *Valor Econômico*, *Isto*

É e O Estado de São Paulo) matérias sobre o Movimento Todos pela Educação com o intuito de verificar se o interesse da mídia comercial na privatização do ensino não poderia se dar de outra forma.

Dentre as publicações analisadas anteriormente acerca do discurso referente a privatização do ensino, duas delas tem ligação explícita e apoio declarado ao Movimento Todos pela Educação: *O Estado de São Paulo* e *Revista Veja*.

O Estadão é citado em destaque no site “Todos na Mídia” do Movimento (https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/atuacao/#bloco_87 acessado em 12/03/2019). Na citação, o Movimento aponta Editorial do Estadão de 03/06/2018 intitulado Iniciativa Sensata, que destaca e enaltece a ação do Movimento perante os pré-candidatos à presidência.

Iniciativa sensata

Estão pressionando os pré-candidatos a presidente da República a prometer que, se eleitos, farão da educação básica a prioridade de sua gestão, sem concessões a modismos e medidas populistas

Numa iniciativa que não pode passar despercebida, pedagogos, consultores legislativos, líderes de movimentos sociais, ex-gestores do sistema educacional e antigos secretários e ministros da Educação estão pressionando os pré-candidatos a presidente da República a prometer que, se eleitos, farão da educação básica a prioridade de sua gestão, sem concessões a modismos e medidas populistas. A ideia é mobilizar o poder público, a partir de 2019, a adotar medidas responsáveis para assegurar “um salto de qualidade e equidade com repercussões no desenvolvimento econômico e social”.

O grupo é articulado pelo movimento Todos pela Educação, entidade sem fins lucrativos integrada por representantes de diversos setores da sociedade e que tem por objetivo assegurar o direito ao ensino básico de qualidade para todos os cidadãos até 2022, data de comemoração do bicentenário da independência do País. O grupo já se reuniu com os coordenadores das campanhas de Marina Silva, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin e pretende entregar aos demais candidatos, até julho, várias propostas. Uma delas é uma agenda para os 100 primeiros dias de gestão do próximo chefe do Executivo federal, a partir de 1º de janeiro de 2019. Outra proposta é um conjunto de diretrizes para nortear as decisões dos governos estaduais e federal na área educacional. A proposta mais importante é um plano estratégico de longo prazo dividido em sete áreas fundamentais: primeira infância, alfabetização, formação docente, implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reestruturação do ensino médio, gestão de redes e escolas e governança e financiamento do sistema escolar.

“Diferentemente de outras áreas que são mais controversas, a educação tem muita convergência. Todos concordam, por exemplo, que é preciso melhorar a formação dos professores. Mas como? É justamente isso que detalhamos no plano”, afirma a presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz. Segundo ela, apesar de 55% das crianças na faixa etária de 8 anos serem

analfabetas e somente 7% dos jovens que concluem o ensino médio terem aprendizagem mínima adequada em Matemática, o nível de indignação da sociedade com a péssima qualidade da rede pública de ensino básico é muito baixo. Por isso, o grupo articulado pelo Todos pela Educação quer sensibilizar os cidadãos, a fim de que se mobilizem para pressionar os candidatos eleitos a montar equipes competentes para a área educacional e exigir medidas para enfrentar a assustadora crise de aprendizagem das novas gerações, que tem sido evidenciada pelos mecanismos nacionais e internacionais de avaliação de desempenho de estudantes.

Essas mudanças são fundamentais para que as novas gerações possam se emancipar culturalmente e para que o Brasil forme o capital humano de que precisa para voltar a crescer. Vários são os fatores decisivos para a retomada do desenvolvimento de um país, como ambiente saudável de negócios, logística adequada, livre concorrência e segurança jurídica. Uma educação de qualidade é um fator tão importante que sua ausência pode pôr a perder qualquer esforço para que a economia aumente a produtividade, adote novas tecnologias e ocupe espaços cada vez maiores no mercado mundial.

O baixo nível de ensino proporcionado a milhões de crianças e jovens é o resultado da maneira errática como os quatro governos petistas trataram a educação. Em vez de cuidar com seriedade da formação básica, concentrando os esforços no ensino de Português, Matemática e Ciências, eles tomaram iniciativas sem coerência e pertinência, desperdiçaram recursos escassos com programas não prioritários e fizeram concessões ideológicas e corporativas. A decisão do grupo articulado pelo Todos pela Educação de pressionar os presidentiáveis a agir com responsabilidade é uma tentativa de assegurar programas educacionais que revertam esse quadro. E é por isso que merece aplauso.

<https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,iniziativa-sensata,70002334921>
acessado em 12/03/2019

Outra publicação citada no site do Movimento é a *Revista Veja* que traz nas suas Páginas Amarelas uma entrevista de 19/06/2018 com a presidente-executiva do Movimento, Priscila Cruz, que relata, no decorrer das perguntas, sua interação com os pré-candidatos à presidência nas eleições de 2018 e a importância que a mesma dá ao papel do professor.

O foco deve começar no professor

Presidente do Movimento Todos pela Educação se reúne com presidentiáveis e defende que políticas públicas devem começar no docente, investindo na formação e melhores salários

Há duas semanas, a presidente do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, tem se encontrado com os pré-candidatos à Presidência da República. O objetivo dos encontros é apresentar o Educação Já, documento que traça as rotas para que o país alcance a tríade da educação com equidade: ter todas as crianças e jovens na escola, com aprendizagem adequada e na idade correta.

Mestre em administração pública pela Universidade Harvard, Priscila defende uma reformulação nas políticas públicas: "O resultado é no aluno, mas o foco

deve começar no professor. Precisamos investir na formação, pagar bem o docente, propiciar que ele tenha uma jornada em uma escola só. Infelizmente, quase dobramos o investimento por aluno do ensino médio e o resultado é declinante”.

Em entrevista a VEJA, a especialista afirma ainda que é preciso redistribuir recursos e apoio técnico, colocando os melhores professores e infraestrutura à disposição dos mais pobres, algo que enfrenta resistência da classe média.

O Todos Pela Educação já se reuniu com todos os pré-candidatos?

Começamos os encontros há cerca de dez dias e já conversamos com Ciro Gomes, Marina Silva, com a equipe de Alckmin e devemos buscar o Guilherme Boulos. Já temos uma conversa agendada com Manuela D'Ávila e com Paulo Guedes, que é o economista responsável pelo plano de governo do Bolsonaro.

Não tentaram um encontro direto com o candidato? Não. Como Bolsonaro tem tido abordagens mais radicais em relação à educação, queremos primeiro ter uma conversa com Paulo Guedes para depois avaliar se haverá abertura para debater uma educação que prioriza os mais pobres, que é plural no sentido de respeitar as diversidades, e que acolhe o debate geral e irrestrito. Se houver a adesão a esses valores, a gente prossegue a conversa com o Bolsonaro.

O Educação Já é uma forma de fazer com que o Brasil cumpra o Plano Nacional de Educação (PNE)? Das vinte metas do PNE a ser alcançadas até 2024, só uma foi cumprida até agora.

O PNE é a expressão dos desejos e daquilo que precisamos conquistar no Brasil. Foram mais de quatro anos de tramitação no Congresso, com intensa participação da sociedade, de especialistas e de representantes de governos. Só que ele não é um plano estratégico, não tem uma rota de navegação. O Educação Já mapeou as trajetórias que temos de trilhar para chegar ao norte, que é toda criança e jovem na escola, com aprendizagem adequada e na idade correta. Fizemos um debate que incluiu pessoas de um arco muito amplo de opiniões e visões de educação, do PT ao PSDB, e que mostrou que é possível convergir quando a discussão é feita a partir de evidências.

Em quais evidências está estruturado o documento? A gente considerou três fontes para os nossos diagnósticos e para os caminhos que estamos propondo: a literatura especializada, as experiências exitosas no Brasil e fora daqui e o PNE. A partir disso, traçamos os planos estratégico, de execução e jurídico e normativo. No estratégico, mapeamos as áreas fundamentais, como políticas voltadas a docentes, primeira infância, alfabetização, gestão e financiamento. No de execução, explicamos como fazer acontecer, inclusive com os custos e sugestão de alocação de recursos. Por fim, a parte normativa sinaliza se há implicação jurídica para o cumprimento de alguma das ações, como legislação que tenha de ser revogada ou alterada.

O documento é uma forma de blindar a área das mudanças de rota a cada gestão?

Do jeito que está, um para e o outro recomeça de outro ponto ou interrompe o que estava sendo feito. Se houver um plano de Estado, e não de governo, quem entra pega o bastão e continua a corrida de obstáculos. Porque tem um monte de dificuldades, mas saber a rota é o mínimo. É óbvio, mas parece que no Brasil a gente ainda acha que o fato de ter metas é o bastante. Não existe cumprir metas sem saber como chegar a elas. E, no caso da educação, ela nunca foi prioridade. Até hoje, o ministro da Educação não está no topo das preocupações de nenhum presidente da República. Nunca foi um cargo como ministro da Fazenda, do Planejamento ou da Casa Civil, apesar de ser a área mais determinante para o desenvolvimento social e econômico do país. É esse tipo de quase esquizofrenia que vivemos no

Brasil. O que a gente tem são ministros da Educação que fazem melhor ou pior o seu trabalho, alguns ficam mais ou menos tempo. Mas, de verdade, prioridade da gestão nacional a gente não vê.

Qual perfil deve ter o ministro da Educação? Queremos que seja um profissional da educação, com excelência técnica, mas que ao mesmo tempo seja politicamente forte, capaz de negociar, que consiga colocar o Congresso para trabalhar com ele. E mais importante: que ele não seja rifado, não seja moeda de troca do governo. A pasta da Educação precisa ter o mesmo status de importância do ministério da Fazenda. Tanto que, nas conversas com os candidatos, perguntamos como ele ou ela vai escolher o ministro da Educação. Porque o da Fazenda é rapidamente anunciado, e isso, claro, é reflexo da prioridade da área. Quantas vezes se viu um presidente visitar escolas públicas, conversar com professores, ficar indignado publicamente porque o país tem 55% de crianças analfabetas? Mas isso só vai mudar se tivermos um acordo ético e moral dos gestores e da sociedade em que todos concordem que precisamos priorizar os mais pobres, que haja uma consciência de que o Brasil não vai melhorar se a educação da criança pobre do interior do Maranhão, que você nunca vai ver na vida, importa tanto quanto a de seus filhos.

Mas isso implica mudar a forma de distribuição de recursos. É preciso mudar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)? O Educação Já propõe um Fundeb mais distributivo, um sistema de gestão que funcione de forma que as escolas que atendem os alunos mais pobres recebam mais recursos para que tenham infraestrutura adequada, professores e diretores com formação etc. Hoje, as políticas de educação parecem um pano que jogamos para todo mundo, indiscriminadamente, o que gera mais desigualdade, porque trata de maneira igual os diferentes. Tem de atrelar o investimento a um plano com foco obsessivo nos mais pobres. Precisamos elevar o resultado da base. Se a gente melhora a base, as desigualdades diminuem. E teremos como efeito as futuras gerações da base da pirâmide partindo de um outro patamar. Todo mundo ganha.

No mundo, há iniciativas como a de alocar os melhores professores em escolas mais vulneráveis. Por que não fazemos isso aqui? Essas propostas enfrentam resistência forte, que vai dos governadores dos estados mais ricos, que não querem abrir mão de recursos, às famílias que não apoiam essa redistribuição, porque os filhos estão na escola que atende a classe média. A fila de creche é um exemplo. Quando aparece uma gestão com a intenção de priorizar as crianças mais pobres, muitas famílias entram na Justiça para poder furar a fila. Precisamos realmente passar por uma grande reforma ética, porque ética não é só combate à corrupção, mas as escolhas que fazemos por querer o bem coletivo, e não apenas o individual.

Apenas redistribuir recursos é insuficiente para cumprir o PNE. O valor investido em cada aluno no Brasil é muito menor do que aquele feito nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Somos totalmente favoráveis ao aumento do investimento por aluno no Brasil, mas é preciso atrelá-lo a um plano estratégico, com a boa escolha da alocação dos recursos. Daí, penso que o investimento no professor tem de vir antes de todo o resto. Há uma ideia de que precisamos ressignificar, segundo a qual o aluno é o foco das políticas públicas em educação. Não. O resultado é no aluno, mas o foco das políticas deve começar no professor. Precisamos investir na formação, pagar bem o docente, propiciar que ele tenha uma jornada em uma escola só. Infelizmente, e falo com muito pesar, quase dobramos o investimento por aluno do ensino

médio, mas o resultado é declinante. A gente tem uma juventude em que 93% dos que concluem o ensino médio não aprenderam o mínimo adequado em matemática. Estamos em uma trajetória totalmente irresponsável, antiética, perversa. Fazemos o genocídio desses jovens de forma lenta e invisível.

Como viabilizar o Educação Já se persistir a PEC do teto dos gastos públicos? No cenário com a PEC, temos de combater as ineficiências, tanto as de percurso quanto as alocativas. A ineficiência alocativa é quando se investe o dinheiro em políticas sem resultado ou com resultados muito pequenos. A formação de professores em grandes eventos com palestrantes, por exemplo, demanda um dinheirão, tira o professor da sala de aula e é algo que não dá resultado. Ele volta para sala de aula e não muda nada em sua prática. Além disso, o recurso vai se perdendo na trajetória do gabinete até a sala de aula. Isso sem contar os desvios. Sabemos que merenda, transporte e uniforme são áreas com muitos desvios. Esse é um ponto em que a sociedade civil deveria ficar mais alerta. A família tem de se perguntar: “Meu filho não comeu carne na semana, mas a prefeitura diz que o cardápio tem carne em três dos cinco dias. Então, onde ela está? ”.

Briga-se pouco por educação? Sim. Tivemos esse caso da greve dos caminhoneiros, em que o governo precisou arranjar dinheiro, e uma das áreas prejudicadas foi a educação. Se temos um teto de gastos e educação é realmente importante e impacta positivamente em todas as áreas, ela deveria ter sido excepcionada da regra. Educação não pode estar sob ameaça porque um presidente ou outro decidiu que tem uma área naquele momento que é mais prioritária. Até por isso usamos o nome Educação Já. Porque o brasileiro já sabe que é importante, mas nunca é urgente. Isso precisa mudar. <https://complemento.veja.abril.com.br/entrevista/priscila-cruz.html> acessado em 12/03/2019

Além destas duas publicações linkadas no próprio site do Movimento Todos pela Educação, buscamos outras evidências do apoio da mídia a esta organização privada as quais reproduziremos textos abaixo.

3.1.3.1 Revista Veja

A publicação além de textos de apoio ao Movimento, traz o discurso de integrantes do Todos pela Educação em meio a assuntos diversos acerca do ensino como Autoridades capazes de validar a sua opinião.

Artigo 1: Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais – publicado em 02/07/2015 – Anexo 26

Um novo mapeamento da educação no Brasil comprova que uma porcentagem ínfima de jovens conclui os estudos do ensino básico com os conhecimentos adequados em língua portuguesa e matemática. Tomando como base dados de 2013 divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano passado, o movimento civil e apartidário Todos Pela Educação, que traçou metas para a melhoria do ensino no país até 2022, aponta que somente 9,3% dos estudantes brasileiros se formaram no Ensino Médio com aprendizado adequado em matemática no período focado pelo estudo.

Sem fôlego, o sistema de ensino deixa de atrair os jovens em fase final de formação, sobretudo os com baixa renda familiar. A consequência é uma alta taxa de evasão nacional. Cerca de 8,1% dos alunos desistiram do Ensino Médio em todo o país no período focado pelo estudo.

O movimento Todos Pela Educação prevê que, em 2022, apenas 76,9% concluirão o Ensino Fundamental e 65,1% se formarão no Ensino Médio com até um ano de atraso. O prognóstico fica longe das metas traçadas pelo movimento para daqui sete anos: 95% dos jovens de 16 anos com Ensino Fundamental e 90% dos que fizeram 19 anos com Ensino Médio.

A publicação enfatiza o fato do Movimento Todos pela Educação ser apartidário e antecipa o anúncio da previsão de não atingimento das metas estabelecidas para a Educação. O anúncio partindo do Movimento procura isenta-lo da responsabilidade sobre o não atingimento das metas com a alegação de existirem outras variáveis que não caberiam a iniciativa privada resolver.

Artigo 2: Haddad inaugura campanha com debate sobre educação e visita a Lula – publicado em 16/08/2018) – Revista Veja - Anexo 27

O primeiro compromisso de Haddad é um debate sobre educação promovido pelo movimento Todos Pela Educação (TPE). Trata-se de um compromisso importante, já que ele foi ministro da área por sete anos, entre 2005 e 2012, nos governos de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff e esse deve ser um ativo importante na divulgação do seu nome quando a hora de assumir a chapa chegar.

Batizado de “Diálogo Educação Já”, o evento do TPE é uma série de sabinas para que candidatos apresentem propostas para a área. Antes de Haddad, os candidatos Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) também já participaram. Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Alvaro Dias (Podemos) ainda não chegaram a um acordo a respeito da data na qual comparecerão. Os demais não foram convidados.

Nas entrelinhas a publicação demonstra a importância do Movimento TPE no processo eleitoral e a autoridade do mesmo no âmbito educacional. Com isso a iniciativa privada se fortalece, ganhando força e autoridade sobre o assunto.

Artigo 3: Só 12% das Famílias se Empenham na Educação dos Filhos – publicado em 06/11/2014 – Anexo 28

Apenas 12% das famílias brasileiras demonstram estar totalmente comprometidas com a educação de seus filhos, revela pesquisa feita pelo Ibope e pelo Instituto Paulo Montenegro divulgada na noite desta quinta-feira. Encomendada pela ONG Todos Pela Educação e outras cinco organizações não governamentais, a pesquisa considerou mais de 2.000 entrevistas com pais, mães e outros responsáveis por estudantes de 4 a 17 anos.

“Atitudes como checar a lição de casa, levar à escola e ir buscar, ir às reuniões e conversar com os professores são apontadas em vários estudos como um dos fatores importantes para o aprendizado, do mesmo modo que é necessário passar mais tempo junto ao estudante e dialogar com ele sobre o que gosta de estudar e em que deseja trabalhar no futuro”, explica Alejandra Meraz Velasco, coordenadora geral do Todos Pela Educação.

No início do mês, o Todos Pela Educação iniciou uma campanha para envolver os pais na educação das crianças. A ação inclui a realização de pesquisas para entender o nível de comprometimento das famílias com as escolas. Além disso, o grupo também definiu cinco atitudes que os pais podem tomar para melhorar esse relacionamento. Nas escolas públicas, os pedagogos também receberão material de apoio com sugestões de atividades para aumentar a participação das famílias. O conteúdo pode ser visualizado na internet na página da campanha.

O artigo traz dados da pesquisa feita pelo IBOPE por encomenda do Movimento Todos pela Educação sobre o comprometimento da família com a vida escolar dos filhos e a importância desse comprometimento para o sucesso dos alunos. Como o resultado da pesquisa é baixo (informação já sabida antes da pesquisa ser contratada), oportunamente o Movimento TPE apresenta suas medidas para a reverter a situação se colocando como responsável por criar metas e, portanto, no direito de opinar sobre a educação do país e propor soluções de acordo com o que considera apropriado.

O currículo escolar funciona como um roteiro para a sala de aula, demarcando o conhecimento que o professor deve passar ao aluno em cada disciplina, ano a ano. É peça básica para estabelecer metas e ambições acadêmicas, um norte sem o qual se navega no escuro, ao sabor de crenças individuais sobre o que a criança precisa saber. Muitas rodas da educação brasileira sempre torceram o nariz para a criação de um documento que fincasse objetivos em comum para todas as escolas do país. O argumento era que seria como uma camisa de força, ferindo a liberdade de ensinar. No sistema em vigor, estados e municípios ora têm o próprio currículo, ora nenhum, e os colégios particulares adotam os seus, mirando os vestibulares e o Enem. Recentemente, o Ministério da Educação soltou um texto que é ponto de partida para o primeiro currículo nacional único, iniciativa que alinha o Brasil com um sistema que já se provou essencial nos países de boa educação básica.

Todos os estudantes brasileiros, independentemente de suas habilidades e pendores, são obrigados a percorrer o mesmo caminho, pavimentado por muita matéria e pouca profundidade. É um sistema inflexível, único no mundo. O currículo em questão não inviabiliza uma futura mudança, mas, definitivamente, não a encara. “Não há ali nenhuma pista de como tornar o ensino mais atraente, sintonizado com o mundo de hoje e menos voltado para os processos de seleção”, observa Ricardo Falzetta, do movimento Todos pela Educação. Esse é um gargalo para o desenvolvimento do país, já que o sistema atual acaba expelindo a metade dos jovens da escola durante o ensino médio: são novas gerações incapazes de produzir e inovar.

Apesar de um aspecto negativo da padronização ser rapidamente citado, os prós são apresentados com muito mais propriedade. O formato do ensino médio atual é criticado e a voz de um integrante do Movimento Todos pela Educação é usada para reforçar o discurso.

Quais os benefícios que essa padronização traria? De imediato podemos pensar na distribuição de apostilas em larga escala. Teria o Movimento TPE interesse nesta questão?

3.1.3.2 Valor Econômico

Artigo 1: Bancada evangélica veta o nome de Mozart Ramos para Educação - publicado em 21/11/2018 – Anexo 30

A bancada evangélica vetou a possível nomeação de Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, para o ministério da Educação do futuro governo de Jair Bolsonaro. Essa manifestação levou o presidente eleito a recuar da nomeação, que era dada como certa.

O deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), um dos líderes da chamada "bancada da Bíblia", disse ao Valor que soube da indicação pela imprensa e se dirigiu ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o governo de transição, para demonstrar seu desagrado ao futuro ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Cavalcante disse considerar Ramos um "esquerdista", mas não apontou motivos que pudessem comprovar a posição ideológica do educador. Ele afirmou apenas ter ouvido o colega deputado Silvio Costa (Avante-PE) elogiar a indicação por ser "de esquerda".

A pedido da equipe de transição de Bolsonaro, Ramos, chegou a entregar a Onyx, na última quarta-feira (dia 14), um diagnóstico da educação básica no Brasil com sugestões de medidas a serem tomadas no próximo governo. O documento foi preparado por Mozart Ramos e pelo economista-chefe do instituto, Ricardo Paes de Barros. Os dois estão entre os mais respeitados estudiosos de políticas públicas de Educação do país. Ao lado de Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, e de Priscila Cruz, presidente do movimento Todos pela Educação, o diagnóstico foi apresentado a Onyx Lorenzoni e a dois técnicos do setor de educação da equipe de transição. A jornalista Joice Hasselmann, deputada eleita pelo PSL, também participou da reunião.

Uma suposta nomeação é pauta para o artigo que flui dentre suposições não comprovadas e achismos. Entretanto, o Instituto Ayrton Senna e o Todos pela Educação são citados como os responsáveis pela elaboração de um plano de ação para o próximo governo a ser seguido, independente do nome do ministro a ser nomeado. Ou seja, não importa a relevância do assunto abordado pela publicação, o que vale é enaltecer o valor das iniciativas privadas dentro do âmbito educacional.

Artigo 2: Desigualdade social freia os avanços na Educação – publicado em 16/02/2016 – Anexo 31

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acaba de divulgar um novo relatório sobre educação com boas e más notícias para o Brasil. O estudo sobre estudantes de baixo desempenho constatou que o país é um dos nove que reduziram o número de jovens com maus resultados em matemática entre 64 nações analisadas entre 2003 e 2012. O esforço, no entanto, não foi suficiente para tirar o Brasil do segundo posto em número de estudantes com baixo desempenho simultaneamente em

matemática, leitura e ciências, após a Indonésia. O estudo também constatou que o Brasil está entre os dez países em que a desigualdade social mais influencia a performance dos estudantes - sinal pouco animador para o futuro. Como nem sempre o dinheiro explica tudo, o estudo da OCDE busca analisar porque esses estudantes "ficam para trás" e como podem ser ajudados. O baixo desempenho cria um círculo vicioso que leva ao desinteresse, repetência e evasão, o que agrava os problemas e repercute no mercado de trabalho, na produtividade e na competitividade dos países.

Para a diretora do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, em entrevista ao Valor (2/2), "ter uma renda baixa significa para o aluno uma situação de pobreza, de vulnerabilidade, de violência, de falta de livros, de falta de lugar para estudar, vocabulário empobrecido (...), mais tempo no transporte escolar, alimentação pior". A situação se agrava se o aluno for negro, mulher, morar na zona rural ou na periferia das grandes cidades.

A Base Nacional Comum Curricular pode contribuir para reduzir a desigualdade uma vez que vai uniformizar programas, conteúdos e práticas didáticas.

O Bolsa Família certamente ajuda na melhoria desses números uma vez que colabora para reduzir a desigualdade; e a OCDE encontrou iniciativas semelhantes em outras partes do mundo como Portugal, que oferece refeições nas escolas, e Chile, que injeta investimentos extras nas escolas de locais mais pobres. A solução, como aponta a OCDE, depende de um conjunto de medidas como o apoio às famílias, aos estudantes e às escolas em desvantagens não só estritamente financeiro, mas também pelo desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

O artigo pontua que as políticas públicas voltadas a Educação não são de qualidade e utiliza a voz de autoridade no assunto da diretora do Movimento Todos pela Educação para dar destaque a situação dos alunos de baixa renda, o que ela faz superficialmente e generalizando. As soluções apontadas para o problema como padronizar base curricular e manter bolsa família também são rasas para solucionar um problema tão complexo.

O que se sobressai é mais uma vez o contraponto entre o governo e seu fracasso para gerenciar os problemas relacionados a educação e as organizações privadas que apresentam soluções para todos os problemas.

Artigo 3: Educação, a única saída – publicado em 27/04/2018 (escrito por Ana Maria Diniz, presidente do Conselho do Instituto Península) – Anexo 32

Muito se discute sobre qual reforma, dentre as tantas necessárias no Brasil atual, o próximo presidente irá priorizar após tomar posse, em janeiro de 2019. Como se sabe, os primeiros cem dias de um governo são preciosos - um momento crucial para se emplacar grandes mudanças estruturais que

poderão ditar os rumos do país não só durante o novo mandato, mas também nas próximas décadas.

Mas qual é a reforma mãe? A que colocará, de fato, o Brasil em outro patamar de desenvolvimento e de inserção no mundo? Para mim, só há uma resposta: a reforma educacional. Estamos num ponto que, se não encararmos de frente o problema da educação, vamos parar no tempo. Como nos mostra a história, não há país que tenha saído de um ciclo vicioso de pobreza, corrupção e violência para outro, virtuoso, de desenvolvimento, igualdade e justiça social, sem investir em capital humano, ou seja, sem oferecer ao seu povo uma educação qualificada e digna. Temos falhado muito nesse sentido.

Desde os anos 90, nossa política educacional tem o mérito do aumento no número de vagas nas escolas. Mas não oferecemos um bom ensino. Nossos índices são sofríveis. Segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização, 55% dos alunos até o 3º ano do Ensino Fundamental não estão aptos a ler, escrever e interpretar estruturas simples. Ou seja: crianças de 9 anos não sabem responder que um porco é um porco ao olharem para uma figura de um porco. Simples e assustador assim.

Eu, assim como especialistas na área, acredito que esta é a última chance que temos para colocar a educação em primeiro lugar no nosso país. Para isso, precisamos desenhar um plano estratégico para a educação brasileira. Um plano com etapas e passos bem definidos, não só na implementação, mas também na continuidade. Um plano desses, ambicioso, deve contemplar um horizonte de pelo menos três mandatos. Estudos do movimento Todos Pela Educação mostram que é possível mudar a cara da nossa educação em doze anos.

Artigo escrito pela presidente do conselho do Instituto Península (Organização Social fundada pela família do empresário Abilio Diniz) sobre o futuro da Educação no país. O seu discurso, pautado nas fraquezas das políticas públicas voltadas a educação, se apoia em declarações do Movimento Todos pela Educação.

Espaço para promoção e exposição de ideias destas organizações é concedido em troca de que?

3.1.3.3. Isto É

Nas publicações em que o Movimento Todos pela Educação é mencionado, esta menção se faz mais em uma necessidade da Revista de utilizar-se de uma voz com representatividade para defender seu posicionamento.

Artigo 1: Especialistas dizem a Onyx que novo governo não pode perseguir professores (Conteúdo Estadão) – publicado em 14/11/2018 (Conteúdo Estadão) – Anexo 33

Viviane Senna, irmã de Ayrton Senna e presidente do instituto que leva o nome do piloto, e outros especialistas em educação que participaram de um encontro nesta quarta-feira, 14, em Brasília, com o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, deixaram claro que o governo Jair Bolsonaro não pode ter como pauta a perseguição de professores.

Ela foi enfática em afirmar que Bolsonaro deveria adotar como grandes causas a alfabetização de crianças na idade certa e a valorização do professor no País. Segundo as últimas avaliações nacionais, mais da metade das crianças de 8 anos não sabem ler e escrever de maneira satisfatória. Só 13% chegaram ao nível considerado desejável de alfabetização. Estudos internacionais têm mostrado que a qualidade do professor é determinante para o desempenho do aluno e até para sua vida adulta.

Viviane havia sido chamada por Onyx para um encontro e foi ela quem sugeriu o formato e convidou os outros participantes. A reunião começou com uma apresentação do cenário brasileiro na educação feita por Paes de Barros. Em seguida, Priscila falou do Educação Já, um plano elaborado pela sociedade civil, com a liderança do Todos pela Educação, que recomenda 7 medidas prioritárias para a próxima gestão federal. Entre elas, estão a alfabetização das crianças, a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um novo modelo de ensino médio e a valorização do professor. Segundo quem estava na reunião, Onyx elogiou o trabalho da sociedade civil e disse concordar com as medidas propostas.

A publicação usa a voz de especialistas da educação para acusar o governo de Jair Bolsonaro de perseguição aos professores, sem explicar de que maneira esta perseguição ocorreria.

São apresentados dados sobre educação que mostram uma realidade precária em meio a um texto em que a iniciativa privada, na qual consta o Todos pela Educação, é enaltecida.

Artigo 2: Estados e municípios pedem Fundeb permanente e mais recursos da União – publicado em 12/09/2018 – Anexo 34

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) esperam que a

próxima legislatura do Congresso Nacional, a ser eleita em 7 de outubro, torne permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para acabar em 2020.

De acordo com o vice-presidente do Consed, Fred Amancio, “existe consenso” sobre a importância do fundo e “o fim do Fundeb não é mais uma preocupação”. Segundo ele, “o fundo é uma garantia de recursos permanentes para a educação”.

A expectativa de estados e municípios, tratada nas discussões das duas emendas, é que a União aumente gradativamente os seus repasses e, em dez anos, a complementação suba dos atuais 10% e alcance entre 30% e 40%.

O fundo cobre toda a educação básica, da creche ao ensino médio, é a principal fonte para o pagamento dos professores da rede pública em todo o país e ainda pode ser usado para a manutenção de escolas, aquisição de material didático e capacitação dos docentes, entre outras despesas. Em 2017, o Fundeb movimentou R\$ 145,3 bilhões (dado do Tesouro Nacional).

“Os mecanismos de financiamento da educação básica deveriam ser uma das prioridades do governo federal. Por causa do vencimento em 2020, a discussão terá que ser feita em 2019. Infelizmente vem sendo pouco debatido nesse período eleitoral”, avalia Gabriel Corrêa, gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação.

Voz de “especialista na área da educação” de integrante do Movimento Todos pela Educação é utilizada como argumento para pressionar governo federal sobre os meios de financiamento da educação básica, dando a entender que a iniciativa privada entenderia melhor do assunto que o governo.

Artigo 3: MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático – Conteúdo Estadão – publicado em 10/01/2019 – Anexo 35

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadao.com.br nesta quarta-feira, 9. Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia

que os livros deveriam dar “especial atenção” ao compromisso educacional com “a agenda da não violência contra a mulher”.

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que “os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018”. Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que “não pode se responsabilizar” pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. “Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso”, afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Doria (PSDB), em São Paulo.

A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao jornal, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a “verdade” sobre o “regime de 1964”.

A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação, acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

Mesmo que as alterações no edital tenham sido canceladas, não foi deixado claro no texto qual governo teria sido responsável pela alteração do edital utilizado como norteador da seleção do material didático. Fica subentendido, devido ao conteúdo das alterações propostas que ele teria sido elaborado pelo Governo de Bolsonaro, apontado com frequência na mídia por ter um comportamento que não privilegiaria as minorias. Nesse artigo mais uma vez um integrante do Todos Pela Educação é utilizado para reforçar o pensamento que a publicação defende.

Artigo 4: Piora no Ensino marca administrações – Conteúdo Estadão – publicado em 09/09/2018 – Anexo 36

Dos 16 governadores que tentam a reeleição, 7 registraram piora em suas redes de ensino entre 2015 e 2017.

Especialistas em educação e em direito defendem o conceito de responsabilidade educacional, para que governantes sejam punidos em caso de retrocesso na área durante sua gestão. Um projeto de lei sobre o assunto está parado no Congresso.

“É muito injusto com crianças e jovens que políticos sejam reeleitos entregando a educação pior do que receberam”, diz a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz. Ela defende que haja proibição de reeleição quando um Estado piora no Ideb. “A política social deveria estar no mesmo patamar da econômica. Da mesma forma que temos responsabilidade fiscal no País, precisamos ter responsabilidade educacional.”

Voz da Presidente executiva do Movimento Todos pela Educação é utilizada para questionar regras de reeleição incentivando a proibição de candidatura dos candidatos que tiveram a qualidade da educação reduzida durante seus mandatos.

Além destes textos, encontramos referências positivas e apoio ao Movimento em sites de empresas como Vale do Rio Doce.¹

(<http://www.fundacaovale.org/Paginas/Edu-Apoio-Todos-Educacao.aspx> acessado em 26/03/2019).

As críticas ou menções negativas relacionadas ao Movimento não foram registradas como vindas de um veículo de comunicação de massa, ou de grandes grupos empresariais. As críticas partem de Organizações e Especialistas da Área da Educação e Ensino. Identificamos uma Carta Aberta direcionada ao Movimento Todos pela Educação redigida pela UNE - União Nacional dos Estudantes² que trata da preocupação da Organização Estudantil acerca dos objetivos do Congresso Internacional “Educação: uma agenda urgente” empreendido pelo movimento. No documento destacamos os seguintes trechos:

Toda iniciativa interessada em colocar a agenda educacional em evidência é louvável. Contudo, compreendemos que algumas referências precisam balizar os debates sobre o tema, pois afirmam determinações constitucionais e refletem processos engendrados nas ações para a consolidação da democracia brasileira.

Em oposição a qualquer tentativa de negação dos avanços já conquistados até aqui, as entidades signatárias desta Carta consideram que os desafios da

¹ <http://www.fundacaovale.org/Paginas/Edu-Apoio-Todos-Educacao.aspx> acessado em 26/03/2019).

² <https://une.org.br/2011/09/carta-aberta-ao-movimento-todos-pela-educacao/> acessado em 26/03/2019)

educação brasileira estão fundamentalmente inscritos no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que, em sua Seção I, trata da Educação.

Como o Brasil ainda não foi bem-sucedido na implementação de políticas públicas capazes de fazer cumprir os ditames constitucionais e considerando que a Conae aponta os caminhos mais evidentes para superação dessa situação histórica, as entidades signatárias desta Carta solicitam que os debates do Congresso Internacional organizado pelo movimento “Todos pela Educação” tomem como referência o Documento Final da Conae, sintetizado pela referida Carta-compromisso, no sentido de que ele expressa a mais legítima e urgente agenda da educação brasileira, historicamente negligenciada.

As entidades e movimentos signatários desta Carta Aberta compreendem que é imprescindível perseguir os desafios já identificados nesses dois documentos, evitando a busca de atalhos e demonstrando a coragem de trilhar os caminhos mais promissores e justos, porém mais longos, em um exemplo equivalente à luta do povo brasileiro para buscar a estabilidade econômica e superar as desigualdades sociais. Inclusive, por uma questão de eficiência, também consideram ser imprescindível o investimento em fóruns e espaços legítimos e já criados, impedindo a dispersão de energia e evitando a ineficaz sobreposição de iniciativas.

Caso aceite solidariamente os apontamentos desta Carta Aberta, a mobilização empresarial – que lidera o movimento “Todos pela Educação” – poderá ser uma importante aliada para o Brasil romper com o baixo investimento em políticas públicas educacionais

Manifestações de especialistas foram encontradas também no site da FAI

- Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico ¹

O papel desempenhado pelo “Movimento Todos pela Educação”, de base empresarial, cuja pretensão é formular programas e estabelecer metas para as escolas como se fossem empresas, tem sido um dos principais alvos de críticas dos especialistas, como a professora Virgínia Fontes, docente da pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela explica que essas entidades vendem projetos de gestão, além de programas educativos e de avaliação aos estados.

A adoção legal de escolas públicas por empresas privadas e a formulação de políticas educacionais públicas por entidades empresariais, ainda que sem fins aparentemente lucrativos, segundo Virginia, é uma situação escandalosa. “O problema é que essa doação é apenas aparente, já que as fundações e entidades sem fins lucrativos, inclusive as empresariais, têm enormes abatimentos de impostos e atuam como um estado paralelo”, crítica. Para Virgínia, as classes dominantes jamais se preocuparam efetivamente com a educação popular, mas sim com o treinamento de mão de obra. Essa

¹ (<http://www.fai.ufscar.br/noticia/pesquisadora-critica-influencia-empresarial-na-educacao-publica.html> acesso em 26/03/2019)

interferência resultou na suposição de que algumas pessoas nasceram melhores do que outras porque descendem de famílias abastadas. “Na ausência de empregos, as massas populares são induzidas a aceitarem sua má sorte ou a lamentar a falta de qualidades para trabalhar”, ressalta a pesquisadora.

Os textos nos fazem questionar o motivo pelo qual nenhum dos quatro grandes veículos de comunicação analisados traz dentre as suas reportagens opiniões de especialistas que questionem qualquer vertente a respeito do Movimento Todos pela Educação.

3.1.4 Fundação Lemann na mídia

Assim como foi feito com o Movimento Todos pela Educação, cruzamos as palavras-chave “Fundação Lemann” e privatização do ensino, em uma busca por evidências de que os veículos de mídia em massa também priorizam colocar em foco todas as vantagens da interferência do setor privado na educação do país.

Apesar de se posicionar como apartidária, a fundação Lemann tem participação ativa no que tange as políticas públicas voltadas à Educação, comportando-se como um real partido. Um exemplo é a guinada que houve na proposta de reforma do Ensino Médio, quando ex-Lemann *fellows*, como Tereza Pontual, passaram a fazer parte do MEC.

No site do próprio Governo, na sessão de notícias sobre Educação e Ciência, encontramos o artigo “Acordo levará estudantes brasileiros às melhores universidades dos EUA” publicado em 10/07/2012, que exalta a contribuição da Fundação Lemann para melhora da qualidade da educação brasileira (<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2012/07/firmado-acordo-que-levara-estudantes-brasileiros-as-melhores-universidades-dos-eua> acessado em 28/05/2019).

Foi assinado, nessa segunda-feira (9), acordo de cooperação que permitirá, até 2015, a participação de estudantes brasileiros - por meio do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) - nos programas de pós-graduação em universidades parceiras da Fundação Lemann.

A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para a melhora da qualidade da educação pública no Brasil. A organização mantém acordos com seis grandes universidades dos Estados Unidos: Harvard University, Yale University, Stanford University, Columbia University, University of Illinois (Urbana-Champaign) e University of California (Los Angeles).

Além deste artigo veiculado na página do governo, encontramos referências a Fundação Lemann em outros veículos de mídia de massa, conforme segue abaixo:

O GLOBO - Parceria entre Fundação Lemann e MIT quer apoiar iniciativas de educação pública no Brasil - publicado em 16/06/2015 – Anexo 37

A organização sem fins lucrativos Fundação Lemann e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) firmaram uma cooperação em 2014 para o programa de talentos Lemann Fellowship, que agora passa a apoiar pesquisadores brasileiros que queiram desenvolver seus estudos em educação.

A parceria beneficia três iniciativas que visam a melhoria da educação pública no Brasil. Elas são: o cultivo do aprendizado criativo no país, proporcionando aos jovens oportunidades para a programação, execução e aprendizagem de novas tecnologias; o apoio a estudantes brasileiros de mestrado e doutorado ou que trabalhem no Brasil com a disponibilização de três bolsas para estudar sobre educação, tecnologia educacional e áreas relacionadas; e a criação de um fundo de investimento para incentivar a pesquisa colaborativa entre o MIT e empresas, universidades e instituições de pesquisas brasileiras.

A publicação usa a designação “sem fins lucrativos” para evocar o inconsciente coletivo de que tudo o que é feito sem visar lucro, não teria outras segundas intenções ou interesses atrelados, o que é reforçado quando todos os benefícios que a Fundação propõe são expostos.

O que questionamos não é o lucro real da organização, mas benefícios, poder e/ou ganhos obtidos através de meios indiretos.

ÉPOCA NEGÓCIOS: Como Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil, pretende mudar a educação no país – publicado em 10/01/2015 – Anexo 38

Costurar a criação da Ambev, adquirir o Burger King e a Heinz foram bons treinos. O desafio que Lemann se impôs agora é consertar o ensino público brasileiro

Falar sobre a educação brasileira é repetir as mesmas reclamações feitas há décadas: limitado orçamento, professores mal pagos, conteúdos defasados, instalações públicas aos cacos e falta de interesse dos alunos, entre tantos outros. Paradas no tempo, as escolas não conseguem acompanhar a evolução pedagógica e tecnológica dos colégios privados de elite. Mesmo no universo de colégios particulares como um todo, o número de alunos ainda é restrito – são 8,6 milhões, pelas contas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A maior parte dos alunos brasileiros, mais de 41,4 milhões, frequenta cursos do ensino fundamental à universidade em instituições públicas. O número já foi maior – ao fim da década de 90, eram mais de 45 milhões. O gap de qualidade vem desengatilhando uma migração em direção ao ensino privado. De 2010 a 2013, o número de matriculados em escolas privadas subiu 14%. Não à toa, o mercado educacional privado vive um momento dourado, nos últimos anos, com a consolidação de diversas empresas menores em grandes players com ambições globais.

Lemann não é o primeiro empresário a se preocupar com a educação. Há exemplos como a Fundação Bradesco, que atende mais de 100 mil alunos por ano em colégios próprios (só para funcionários), ou a Fundação Roberto Marinho (parte do Grupo Globo, que edita *NEGÓCIOS*), com conteúdo educacional pela TV que já atingiu mais de 6 milhões de alunos. Há instituições que contam com o apoio de empresários para criar modelos pedagógicos a serem disseminados pelo Brasil, como é o caso do Instituto Ayrton Senna, cujas metodologias atingem 2 milhões de alunos por ano.

O projeto de Lemann, porém, tem um escopo muito maior, na esteira do seu mantra de que “sonhar grande custa o mesmo que sonhar pequeno”. E o ritmo do sonho aumentou nos últimos anos. Todos os entrevistados próximos a Lemann citam a pressa do empresário para levar uma qualidade de ensino melhor ao maior número de brasileiros. Fala-se em 50 milhões de pessoas impactadas, sendo um bom naco disto de estudantes. São números audaciosos, não apenas porque a atual estatística é muito abaixo disto, mas por se tratar de um quarto de toda a população brasileira, algo que nem fundações com décadas de estrada conseguiram fazer. Os métodos são os mais diversos: plataformas de ensino adaptado, algoritmos para vestibular, aulas em vídeo, bolsas de pesquisa para educadores, formações para professores e até inserções em novelas. Além disso, Lemann tem dinheiro, tecnologia, profissionais gabaritados na área e, talvez o mais importante, a admiração de todos os setores para conseguir costurar acordos entre esferas e entidades tão distintas.

O investimento em educação é feito por diferentes institutos que conversam entre si, numa malha encabeçada por Lemann que envolve empreendedores, estudantes, executivos, professores, algumas das universidades mais respeitadas do mundo e outras fundações que tentam melhorar a educação no Brasil. São quatro os pilares com funções mais ou menos definidas: a Fundação Estudar custeia bolsas de estudo para graduação e pós-graduação

e oferece treinamentos; a Fundação Lemann testa tecnologias para melhorar em massa a qualidade da educação e também distribui bolsas, mas apenas para pós-graduação; o gestor Gera Venture investe em startups e compra operações educacionais que não têm dinheiro para crescer; e o centro de estudos Lemann Center, em Stanford, na Califórnia, incentiva pesquisas sobre alguns dos principais problemas do setor no Brasil. As ações abarcam ensino básico, fundamental, vestibular, graduação, pós-graduação, concursos públicos e novos métodos de ensino. Também não é preciso estar dentro da sala de aula: tecnologias para melhorar a gestão dos colégios e formar diretores ou secretários de educação fazem parte do pacote.

Cada um dos quatro pilares segue à risca a mesma filosofia agressiva criada por Lemann para transformar empresas em apuros em queridinhas da bolsa de valores. Não é porque trabalham com algo intangível e tantas vezes subjetivo como educação que os executivos da Fundação Lemann, por exemplo, não têm metas agressivas, prazos que soam irrealis – e bônus polpidos caso o trabalho seja benfeito. Nos próximos cinco anos, todas as iniciativas educacionais do projeto devem atingir mais de 30 milhões de brasileiros. Mais da metade disto será de alunos do ensino básico.

O assunto se tornou tão relevante para Lemann que ocupa parte considerável da sua atual rotina de trabalho. Sua presença é constante, mesmo que passe a maior parte do ano em sua casa na Suíça. Ele participa de reuniões de conselho das fundações, faz visitas ocasionais a startups investidas, dá palestras para bolsistas das suas duas fundações, organiza e participa de viagens para centros de excelência em educação e conecta figuras que, no seu entender, podem contribuir de alguma maneira com o projeto. “Uma coisa que ele diz muito é: ‘olha, tem um cara que se formou com algum tipo de apoio, então fala com ele’”, diz Paulo Blikstein, diretor do centro de pesquisa em educação Lemann Center, na prestigiosa Universidade Stanford, na Califórnia. Tal qual suas apostas em áreas onde não tinha tanta familiaridade no Banco Garantia (a primeira de suas investidas no mundo dos negócios), Lemann se cerca de técnicos que entendem de educação. É para eles que o empresário explica suas ideias e como enxerga a evolução da educação no país. “A grande inteligência do Jorge Paulo é que ele sabe que não é educador, mas se cerca das pessoas que mais entendem disso”, diz Blikstein. Os exemplos mostram outra faceta da Fundação Lemann, além da de financiadora que investe em diferentes plataformas: a de agregadora. Converse com qualquer fundador de startup ou executivo de ONG do setor e todos, em algum momento, vão mencionar que já se sentaram para conversar com Mizne (diretor). No papel de articulador (facilitado pela rica agenda de telefones de Lemann), a fundação se aproxima dos reguladores por trás de políticas públicas que poderiam ajudar a resolver problemas vistos de perto nas escolas apoiadas pela fundação. Por exemplo: no papel, 84% das escolas brasileiras têm internet. Na realidade, a conexão serve, em muitos casos, apenas a funções burocráticas. “Estamos pensando no que precisamos para conseguir, em cinco anos, que todos os alunos e professores do Brasil tenham internet de altíssima velocidade”, diz. É uma meta privada, com impacto e exigência de envolvimento públicos, o que obriga a fundação a se aventurar no nem sempre amigável ambiente do governo. Como “desatadora de nós”, ela se junta à discussão e, nas palavras de Mizne, cria condições (como levantar dados e conectar profissionais de diferentes perfis) para agilizar a tomada de decisão.

A investida educacional mais popular de Jorge Paulo Lemann são as bolsas distribuídas pela Fundação Estudar. Historicamente, a primeira vez que o empresário pagou para que um jovem no qual via potencial estudasse fora foi na década de 80, quando um sujeito chamado Carlos Brito bateu à porta do banco Garantia pedindo dinheiro para um MBA em Stanford. Tudo era feito informalmente até 1991, quando o empresário oficializou a prática ao fundar a Fundação Estudar, com Telles e Sicupira. Nos primeiros anos, a fundação

ocupava uma mesa e, quando as entrevistas precisavam ser feitas, salas de reunião dentro do Garantia. Em 23 anos, a Fundação Estudar pagou pelos estudos de mais de 570 estudantes, dentro e fora do Brasil. Trata-se de um clubinho de entrada limitada. Em 2013, mais de 31 mil inscritos enfrentaram seis etapas de seleção, de provas à temida entrevista final com o conselho, até que fossem definidos os 28 bolsistas.

O hábito de pagar bolsas de estudos surgiu da dificuldade de Lemann de encontrar gente qualificada o suficiente para tocar alguns dos negócios nos quais o Garantia e o 3G se aventuravam. A ideia era custear os estudos dos executivos e aproveitá-los assim que voltassem, algo copiado até hoje por consultorias. “Naquele momento, para um brasileiro ir para o exterior era superdifícil”, diz Lemann, em vídeo, para comemorar os 20 anos do grupo. Como um banco de investimento vive de fazer negócios no Brasil, melhorar a formação de executivos era bom para o mercado e, consequentemente, para o Garantia. Não há obrigação de que os beneficiados trabalhem em algumas das empresas de Lemann. Ainda assim, ali é o destino de muitos. Basta olhar o topo do organograma de Heinz, Ambev e AB InBev: Bernardo Hees, João Castro Neves e Brito, o precursor, foram bolsistas da Estudar.

VERBA PRIVADA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, OUTRAS EMPRESAS E PERSONALIDADES EMPRESTARAM SEUS NOMES (E LUCROS) À CAUSA



As bolsas da Estudar não são as únicas financiadas pelo executivo. Desde 1999, a Fundação Lemann distribuía bolsas exclusivamente para pós-graduações em Harvard. Nos anos seguintes, estudantes foram mandados para outras faculdades respeitadas, como Columbia, Yale e Stanford, mas ainda de forma fragmentada. Em 2011, uma das ações de Mizne foi juntar todas as bolsas sob um mesmo projeto, chamado Lemann Fellowship. Há uma sobreposição: a Fundação Estudar também distribui bolsas de pós, mas a tendência é que acabe ficando apenas com a graduação, segundo Tran. E ainda que se trate do mesmo produto – financiamento estudantil –, a Lemann Fellowship tem suas particularidades. Só ganha gente mais avançada na carreira, que esteja disposta a “dedicar suas vidas a enfrentar os principais problemas sociais brasileiros”, na definição de Mizne. Chamados de Lemann Fellows, eles vão fazer mestrados e doutorados em sete faculdades prestigiosas (Harvard, Stanford, Columbia, Oxford, Illinois, Ucla e Yale). É gente que, de volta ao Brasil, trabalhará, em sua maioria, em qualquer esfera do governo. Não à toa, mais de 60% dos Fellows estudam gestão e políticas públicas. Eles incorporam a aposta da fundação em destravar, dentro do governo, alguns dos nós observados nas escolas. Ao contrário da política de reembolso da Estudar, os Lemann Fellows não precisam pagar a bolsa. O retorno ao Brasil, porém, é quase inegociável.

“Moralmente, eles têm de voltar. Por enquanto, estamos indo pela cenoura. Se precisar, vamos pelo porrete (risos)”, diz Mizne. Em vez da violência da piada, a fundação apelou para a agenda telefônica de Lemann. Para facilitar este retorno, Mizne organiza encontros nos quais os bolsistas recém-chegados se encontram com figuras de projeção do cenário político e econômico brasileiro. Nos últimos anos, Lemann Fellows se sentaram para conversar com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa,

o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o empresário Guilherme Leal e o presidente do Banco Central Alexandre Tombini, entre outros.

A influência empresarial que Jorge Paulo Lemann tem no meio empresarial, aliada aos recursos financeiros e tecnológicos que este dispõe fazem dele um item de interesse do governo brasileiro.

Assumidamente as bolsas de estudo fornecidas pela Fundação, são destinadas aos profissionais que já se encontram em estágio mais avançado em suas carreiras e buscam especializações, geralmente nas áreas de gestão e políticas públicas e que retornam ao país para trabalhar em setores do governo, aumentando assim, organicamente, a influência da Fundação na esfera pública.

ÉPOCA NEGÓCIOS – O Legado de Lemann – sem data de publicação, texto extraído do site da revista *Época Negócios* através do link <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR82833-8374,00.html> acessado em 28/05/2019 – Anexo 39

Alinhando-se a uma tradição muito americana de grandes filantropos, Lemann, Telles e Sicupira acreditam que é seu papel devolver à sociedade, como pessoas físicas, o que ela lhes ofereceu enquanto empresários. Nos últimos anos, cada um dos componentes do trio tratou de criar fundações para organizar as doações de suas respectivas famílias. Marcel foi o primeiro a pôr o bloco na rua. Criou, em 1999, o Instituto Social Maria Telles (Ismart), batizado em homenagem a sua mãe. Seu objetivo é promover o desenvolvimento acadêmico de jovens talentosos e de baixa renda. No ano 2000, foi a vez de a família Sicupira criar a Fundação Brava, que investe em projetos de melhoria da gestão pública e de ONGs. Entre as organizações beneficiadas estão a Fundação Pró-Tamar, a AACD e o Banco da Providência. Jorge Paulo, por sua vez, mantém, desde 2002, a Fundação Lemann, que investe principalmente em projetos de melhoria da educação pública.

A mais conhecida incursão filantrópica do trio Garantia é conjunta, existe desde 1991 e chama-se Fundação Estudar. Seu objetivo é conceder bolsas de estudo para estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação, que cursem administração, economia, engenharia e relações internacionais. Bernardo Hees, o jovem presidente da ALL, foi o primeiro bolsista da Fundação Estudar. Depois de formado economista pela PUC do Rio, Bernardo trabalhou no ramo de petróleo e no mercado financeiro, antes de partir para um mestrado na Inglaterra. De volta ao Brasil, em 1998, foi trabalhar na América Latina Logística, de onde não saiu mais. Agora na presidência, está colocando sob um mesmo guarda-chuva todas as iniciativas de responsabilidade social da companhia. Neste mês de abril será anunciada a criação do Instituto ALL. "Estou fechando o ciclo", diz ele.

O artigo com mais de 16.000 palavras discorre acerca da vida pessoal e empresarial de Jorge Paulo Lemann, narrando suas ações bem-sucedidas nos mais diferentes ramos do mercado. A publicação se encerra expondo a veia filantrópica do empresário e sua preocupação principalmente com a educação pública brasileira.

O questionamento que fica nas entrelinhas é: como não abrir espaço na Educação para a atuação dessa organização privada que traria tantos benefícios?

ÉPOCA NEGÓCIOS - Quer mudar a educação no país? A Fundação Lemann abriu inscrições para novos projetos - publicado em 13/05/2015 – Anexo 40

Se acha que sua empresa tem tudo para melhorar a **educação no Brasil**, pode ter chegado a hora de mostrar. A **Fundação Lemann** abriu dois editais para tecnologias inovadoras na área. Segundo a entidade, o objetivo é apoiar empreendedores a se tornarem líderes de alto impacto, melhorando seus projetos e ganhando escala com o maior número de estudantes possível. Em ambos programas, as equipes selecionadas terão apoio financeiro, orientação de mentores, oficinas, acesso a profissionais da área e interação com outros empreendedores.

O programa dá oportunidade a empreendedores nas fases iniciais de desenvolvimento e distribuição de seus produtos. A intenção é contribuir para o desenvolvimento de um ambiente empreendedor e de inovação no setor educacional, segundo Anna Laura Schmidt, coordenadora de projetos da Fundação Lemann, em comunicado.

O artigo afirma que projetos aprovados e endossados pela Fundação Lemann se tornam relevantes o bastante para mudar o rumo da Educação no Brasil desconsiderando todas as outras ações que elevariam a qualidade do ensino no país.

ISTO É – Lemann, um bilionário na educação – publicado em 11/09/2015 – Anexo 41

O nome de Jorge Paulo Lemann é lembrado pelas agressivas tacadas no mundo dos negócios. [...] Com uma fortuna estimada em US\$ 22,1 bilhões, o

homem mais rico do Brasil e um dos 30 maiores do mundo ainda tem um sonho: ser lembrado pelo seu papel de educador.

Aos 76 anos, Lemann é um exemplo de empresário que tem participação ativa na transformação social. A educação não está na sua lista de negócios lucrativos, mas ele não se importa. É com o ensino que Lemann espera colher seu melhor fruto. Seus quatro projetos movimentam o ensino básico, fundamental, vestibular, graduação, pós-graduação e novas metodologias de ensino.

“As pessoas apareciam no escritório e eu dava bolsas. Devo ter dado umas 500 bolsas e não tinha mais noção de quem estava ajudando”, disse Lemann, em evento promovido pela consultoria Falconi, há dois anos. “A Fundação Estudar surgiu para organizar esse trabalho e hoje é um centro que ajuda as pessoas a voarem mais alto e a contribuir com o país”.

A organização se empenha, entre várias ações, em desenvolver plataformas de ensino à distância e aplicativos para conectar pais e professores, em capacitar docentes para publicarem suas aulas no YouTube e ganharem visibilidade, em apoiar empreendedores e em fazer parcerias com sites que oferecem cursos.

Novamente a habilidade de Lemann de gerir negócios nos mais diversificados ramos é exaltada, assim como os benefícios que as ações da Fundação Lemann trouxeram para a educação o país e a vontade do empresário de deixar sua marca no setor educacional. O que não consta no artigo são questionamentos sobre a capacidade ou conhecimento do empresário para tal.

Tal como constatado com os textos que falam sobre o Movimento Todos pela Educação, as críticas a Fundação Lemann também não são expressas nos grandes veículos de mídia de massa. Eles são publicados por pequenos grupos, por sites com conteúdo político questionador e por estudiosos que a princípio não são vinculados a grandes partidos.

Os novos “tubarões da educação” chefiam empresas que, diante da crise econômica, querem abocanhar os gordos recursos públicos destinados à educação. Quem são eles: Todos Pela Educação (TPE), ONG cujo presidente é Jorge Gerdau Johannpeter, um dos maiores bilionários brasileiros. O TPE se consagrou como influência nas políticas públicas de educação. Tem como mantenedores: Fundação Lemann, Itaú, Unibanco, Bradesco, Natura, Gerdau, Votorantin, Telefônica, Gol e Instituto Península. A Rede Globo é um de seus parceiros.

Fundação Lemann. Jorge Paulo Lemann é o homem mais rico do Brasil. Um dos controladores ABInBev, a maior cervejaria do mundo, dono da rede Burger King e da B2W (Lojas Americanas, Americanas.com, Submarino e

Shoptime). A Fundação Lemann atua fortemente, desde 2013, para a construção da Base Nacional Comum Curricular (BCNN).

A nova BCNN tem por objetivo controlar o trabalho docente através de avaliações externas. A intencionalidade é padronizar para poder cobrar da escola. Ela é a base para a instalação do gerencialismo e conseqüentemente, da privatização. Junto à Reforma do Ensino Médio, essas medidas representam o coroamento da política de privatização da educação que, em um governo eleito com apoio popular encontraria dificuldade em se tornar realidade.

Trecho de 02/02/2017 extraído do site Luta pelo Socialismo em <http://www.lutapelosocialismo.org.br/884/tubaroes-da-educacao> acessado em 29/05/2019

3.1.5 Naturalização da ideia de privatização da educação

No Brasil o ideal capitalista de busca pelo lucro é perseguido também no campo da Educação. Processos de fusão e aquisição de instituições de ensino privado tem se mostrado cada vez mais frequentes.

A ideia de Estado Mínimo, defendida pelo neoliberalismo, favorece a falência e o sucateamento do ensino público enquanto as brechas constitucionais permitem o crescimento do setor privado.

Até os meados dos anos 70, a sociedade capitalista era orientada por dois grandes princípios: o princípio keynesiano de intervenção do Estado na economia por meio de investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção do bem-estar social, visando a diminuir as desigualdades; e o princípio fordista de organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, grandes linhas de montagens concentradas num único espaço, formação de grandes estoques, e orientado pelas ideias de racionalidade e durabilidade dos produtos, e de política salarial e promocional visando a aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores (CHAUÍ, 1999, p. 29).

A Editora Abril responsável pela publicação do Guia do Estudante, que ranqueia as universidades do país, também publica as revistas Exame, Você SA e Veja. Todos os três títulos, mostram-se como grandes defensores da privatização da educação.

A organização e interpretação dos dados obtidos através das avaliações da performance educacional das instituições podem levar a conclusões que nem sempre são condizentes com a realidade. A redução de um complexo número de informações a um índice que é utilizado para compor um ranking faz com que a manipulação deste número seja interessante para a conquista de melhores colocações visto que isso lhe cancelaria qualidade.

Para melhor entendermos as dimensões que o ranking educacional pode abranger, recorreremos a Andrade (2011):

A educação pode ser entendida como um serviço que transforma insumos em produtos. Ela pode ser representada por uma função de produção, que mostra a relação existente entre esses insumos e produtos e, adicionalmente, corresponde também ao máximo de produção que pode ser alcançado dado os insumos utilizados. [...] Uma versão alternativa deste modelo é comumente utilizada. Ao invés de usar o valor do produto num determinado ponto no tempo, o foco da análise é no valor adicionado. Ou seja, quanto que ocorreu de ganho no produto de um período para outro. (ANDRADE, 2011, p. 326-327).

Deste modo as instituições de ensino são compreendidas como lugar onde valor é produzido e/ou agregado, entretanto o autor alerta que o ranqueamento é baseado em pressupostos questionáveis, exemplificando: a quantidade de insumos investidos deveria gerar proporcionalmente um aumento da qualidade o que, na prática, não pode ser comprovado, outro ponto é que o ranking é elaborado através pareceres, opiniões, impressões, ou seja, informações subjetivas que não necessariamente refletem a realidade.

Mesmo com todos os “poréns” é inegável que a realidade apresentada através dos rankings elaborados tanto pelo governo quanto por instituições privadas como é o caso do ranking do Guia do Estudante da Editora Abril afeta a escolha dos “consumidores / clientes” assim como direciona o mercado de trabalho a procurar o “produto” oriundo destas instituições.

Ravitch (2011) atenta para o uso do ranqueamento como forma de naturalizar a ideia da privatização da educação, atrelando, de modo simplista, os maus resultados à gestão pública das escolas, relacionando assim público=precário versus privado=eficiente, com esta afirmação o autor fortalece o discurso de Gramsci (1978,

p. 21) quando este declara que “a mídia tem um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento”.

Esta cultura de valorização da performance com base nesses dados vem servindo como argumento de publicações da mídia que ditam o rumo que a Educação deve seguir. É da apropriação destas opiniões pelo público leitor que surge as ações práticas de cunho político e econômico.

A imprensa tem aqui um sentido amplo, envolvendo editoras e meios audiovisuais e até mesmo a arquitetura e nomes de ruas. Portanto, abrangendo amplamente a questão da ideologia, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias, tanto para a elite quanto para a vulgarização popular. Já os meios audiovisuais como rádios, teatro e cinema, para ele (Gramsci) tem uma característica especial, pois permitem uma difusão ideológica com mais rapidez, maior raio de ação e efeito emotivo do que a imprensa escrita. Porém com menor capacidade de aprofundamento das questões. (ALMEIDA, 2011, p, 11).

3.2 Ideologia da privatização

Marilena Chauí se esforça na tentativa de resumir o conceito de Ideologia. Segunda ela o termo seria um conjunto de representações e normas que determina o que se deve e também como se deve agir, pensar e sentir, produzindo uma universalidade imaginária generalizando os interesses e pontos de vista particulares de uma classe enquanto oculta a sua origem agindo como uma forma de dominação de classe ao fluir como verdade igualmente aceita por todos.

Antes de chegarmos em Marilena Chauí e para melhor entender sua definição, historicamente, o termo ideologia apareceu pela primeira vez em 1801, com Destutt de Tracy, em uma publicação chamada *Eléments d'Idéologie*. Tracy buscava elaborar a ciência da origem das ideias. Entretanto, apenas com Marx, em *A Ideologia Alemã*, o entendimento de ideologia ganha nova conotação. Marx constrói uma ciência da história e toma a ideologia como objeto dessa ciência. Para isso Marx começa com

a definir mercadoria como sendo a essência intelectual do sistema capitalista e assim é a propulsora no processo de “coisificação”

O trabalhador passa a ser uma coisa denominada força de trabalho que recebe uma outra coisa chamada salário. O produto trabalho passa a ser uma coisa chamada mercadoria, que possui uma outra coisa, isto é, um preço. O proprietário das condições de trabalho e dos produtos do trabalho passa a ser uma coisa chamada capital, que possui uma outra coisa, a capacidade de ter lucros. Desaparecem os seres humanos, ou melhor, eles existem sob a forma de coisas (CHAUÍ, 1984, p. 58).

Assim, Marx conecta a produção das ideias, de representações e da consciência à produção material dos homens afirmando que as representações ideológicas são oriundas do homem e das suas atividades reais e a ideologia passa a ser tratada como um sistema ordenado de ideias que exerce domínio sobre o espírito de um homem ou um grupo social.

Chauí (1984, p. 78) esclarece que "A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições da existência social dos indivíduos" e é essa característica que é explorada para que a ideologia seja tão eficaz ao ser utilizada como dominação de classe fazendo com que o “dominado” não perceba a utilização deste artifício pelos dominantes. É possível inclusive afirmar, segundo Chauí (1984) que a eficácia da ideologia aumenta proporcionalmente de acordo com a capacidade da classe dominante de ocultar a sua origem camuflando a divisão social existente. Então:

[...] mesmo que a classe dominante seja percebida como tal pelos dominados, mesmo que estes percebam que tal classe defende interesses que são exclusivamente dela, esta percepção não afeta a aceitação das ideias e valores dos dominantes, pois a tarefa da ideologia consiste justamente em separar os indivíduos dominantes e as ideias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros. (CHAUÍ, 1984, p. 109)

O poder da ideologia consiste na generalização, fazendo com que as ideias das classes dominantes sejam absorvidas e disseminadas por todas as classes com verdades incontestáveis. As ideias dominantes são apresentadas e inseridas na sociedade como ideias que correspondem ao interesse comum, legitimando assim a dominação.

Estas ideias, oriundas das classes dominantes não se apresentam como tal, elas são inseridas como ideias autônomas “[...] de tal modo que a dominação de homens sobre homens não seja percebida porque aparece como dominação das ideias sobre todos os homens [...]”. Assim, ideologia pode ser descrita também como um instrumento de dominação de classe que teve origem na divisão social de classes na qual a sociedade se estrutura, tendo exploradores e explorados defendendo interesses em lados opostos.

Vale enfatizar que na divisão do trabalho entre o trabalho material e o intelectual, o segundo é destinado quase que exclusivamente às classes dominantes, deste modo, a produção de ideias, se limitam às ideias desta classe, que por sua natureza detém o controle das instituições que propagam suas ideias como instituições religiosas e de ensino, partidos e organizações políticas, meios de comunicação, etc...

Como o Estado não pode se expor como uma instituição que defende os interesses de determinados grupos em benefício de seus próprios interesses, este se posiciona como uma instituição impessoal que pauta suas ações nas leis vigentes, de forma a legitimar suas ações dando caráter impessoal às tomadas de decisões. Podemos vincular estas reflexões aos estudos de Bourdieu (1997), que diz que:

A sociedade dominante não apenas distribui materiais e mercadorias como também reproduz e distribui capital cultural, isto é, aqueles sistemas de significados, gostos, disposições, atitudes e normas que são direta e indiretamente definidos pela sociedade dominante como socialmente legítimos.

Pelo ponto de vista de Gramsci (1982), a dominação do Estado que antes ocorria por força (política e/ou do exército) passou a ser feita através de um aparato cultural para desenvolvimento do consenso através da reprodução de crenças e atitudes das classes dominantes, este sistema de dominação Gramsci denominou hegemonia ideológica, caracterizada por ser uma forma de controle que além de manipular o consciente coletivo, também influenciava na rotina e nas práticas diárias que guiavam o comportamento cotidiano da sociedade desenvolvendo todo um sistema de significados, gostos e preferências.

Para assegurar o impacto desejado e alcançar a mobilização social pretendida, os meios de comunicação apropriam-se desses conceitos de manipulação e de ideologia. A mídia tem o controle das informações que serão repassadas à sociedade, “o monopólio informativo diminui gravemente as possibilidades de resistência...” (Stoppino, M. Manipulação. In: Babbio, Dicionário das Política, 2002).

LIMA (1988) diz que “o novo padrão universal vem assumindo no Brasil feições particulares” no que diz respeito aos meios de comunicação de massa, sendo que a categoria aqui possui como principais características que o setor das comunicações é basicamente dominado por grupos familiares e/ou políticos e as igrejas detêm uma grande fatia no setor das comunicações.

Apesar da diversidade de abordagem e enfoque principal, os veículos de mídia de massa de maior circulação em território nacional são dotados de um alto engajamento político, com o predomínio em suas matérias de um jornalismo opinativo voltado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos e em alguns casos, utilizando suas publicações exclusivamente à serviço de governos, partidos ou grupos econômicos.

CONCLUSÃO

Desde os registros mais antigos da humanidade, identificamos a educação como um elemento crucial no processo de formação de grupos e na manutenção das estruturas sociais.

É a educação, por estar intrinsecamente relacionada aos fatores de transformação, que possibilita a construção e modificação das culturas ao longo dos anos ao contribuir para a formação do indivíduo crítico dotado de conhecimentos éticos e morais.

Entretanto, entre as bruscas mudanças enfrentadas na transição do sistema colonial para o capitalismo, a relação entre a educação e a cidadania passou a ser questionada, pois, conforme Neves (2009) “transformações no mundo do trabalho vão repor a relação entre educação e formação da mão de obra necessária para o desenvolvimento econômico do país”.

Segundo Yamamoto (2000), a política educacional, adotada entre os anos 60 e 70, resultou no enfraquecimento do ensino público fundamental e médio, favorecendo o surgimento e fortalecimento de escolas privadas, além das reformas privatistas e mercantilizantes do Ensino Superior. Durante esse período, cursos de Licenciaturas de curta duração ganharam força, também se fortaleceram os cursos profissionalizantes e houve a exclusão da matéria Filosofia do Ensino do Segundo Grau, indo ao encontro dos interesses do capital mundial.

Começamos este trabalho como intuito de apresentar as evidências que comprovassem a defesa das políticas públicas privatistas do ensino pelas mídias impressas de massa, para tal escolhemos a *Revista Veja*, *Isto É*, *Valor Econômico* e o jornal *O Estado de São Paulo* sabendo que a mídia de massa ocupa uma posição muitas vezes inquestionável como formadora de verdades, opiniões e sabedorias convencionais.

Esta influência se dá através do uso de suas diferentes estratégias de discurso nos mais diversos meios de comunicação. Foi relevante compreender como essas as estratégias dos veículos de mídia eram aplicadas a modo de conseguirem impor os pensamentos de uma classe dominante e manipular para que estes sejam

aceitos como verdades absolutas e, desta forma, influenciar e interferir nas diferentes decisões e crenças da sociedade.

No decorrer do trabalho, entretanto, nos deparamos com uma imensa dificuldade de encontrar artigos publicados que viessem ao encontro da nossa hipótese. Entretanto, nenhum artigo que defendesse abertamente a privatização foi identificado em nenhuma das quatro publicações.

Tal dificuldade não nos fez acreditar que a hipótese estivesse errada, mas sim que para prova-la precisaríamos apurar a busca. Seria necessário um maior refinamento para identificar as nuances, as entrelinhas, as insinuações e tudo aquilo que as publicações queriam dizer ao ocultar tais assuntos. Nada daquilo que buscávamos estava explicitamente escrito ou escancaradamente revelado, mas não deixavam de existir.

Abramo alerta que a principal característica do jornalismo no Brasil hoje é a manipulação das informações, o que faz com que os órgãos de imprensa não reflitam a realidade, apesar de terem certa relação com ela. “Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real” e o público/leitor só percebe a falta de veracidade quando se trata da ínfima parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente e, sendo assim, conhecedor da verdade (ABRAMO, 2016, p. 37-38) caso contrário ele capta a informação irreal fornecida pela imprensa e a assume como verdade absoluta sem questionar.

Nem toda a informação pode ser manipulada sempre por todos os veículos de mídia, pois, tal artifício usado em demasia comprometeria a credibilidade do meio que a fornece, entretanto, para afetar a população que consome tais informações, a manipulação ocorre com muito mais frequência que possamos identificar.

Adamo elencou os padrões de manipulação mais comumente utilizados pela imprensa:

1 – Padrão de ocultação: refere-se à ausência de fatos reais de forma proposital. Ocultando, tais fatos deixam de existir para o leitor que não terá acesso a

tal informação. Comprovamos essa condição na dificuldade que tivemos de fundamentar com exemplos a nossa hipótese. Se a mídia não se posiciona abertamente acerca da privatização do ensino, o posicionamento a favor da não privatização também passa a ser algo não cogitado.

2. Padrão de fragmentação: este padrão pode acontecer de duas formas, a primeira é através da seleção de aspectos que serão apresentados em detrimento de outros. Ao fazer a seleção de fatos, a mídia determina o que se tornará de conhecimento do público e se utiliza do padrão de ocultação ao deixar vertentes do assunto abordado totalmente à sombra. Os critérios para seleção do que é “relevante” variam de publicação para publicação, mas pouco tem a ver com o assunto. Percebemos este recurso sendo utilizado quando resultados parciais de uma pesquisa são apresentados, quando não é dado ao leitor um parâmetro para comparação, quando as perguntas de uma entrevista são selecionadas para evitar certos assuntos ou as respostas editadas caso eles venham a aparecer, etc...

Dentro desta classificação dos padrões de manipulação ainda temos a descontextualização. Isolando os fatos de seu contexto histórico, econômico, político e/ou geográfico, a interpretação possível para o que foi relatado é totalmente diferente da real.

3. Padrão da inversão: inverter a relevância dos assuntos citados, dar mais destaque a formatação da matéria que ao conteúdo, priorizar as versões ou opiniões frente aos fatos são artifícios utilizados para conduzir o leitor a chegar na conclusão que a publicação deseja

4. Padrão de indução: é de certa forma um misto dos padrões anteriormente citados, artifícios e artimanhas utilizados para orientar o pensamento do leitor na direção do que é interessante para a publicação. A realidade é desconstruída e reconstruída de forma conveniente.

5. Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio (não é o foco da pesquisa, mas passaremos por ele, pois entendemos que os meios de comunicação se completam e se reforçam): nesse padrão, sons e imagens sensacionalistas são utilizados para atingir o público através da emoção. Estes são reforçados com testemunhos de personagens envolvidos na situação para então

alguma autoridade (governo, empresário, entidade religiosa) resolva (ou apresente uma solução) para o problema para então ser enaltecida.

O entendimento de que a mídia é uma defensora dos interesses públicos ao fornecer informações de maneira imparcial e equilibrada, com o intuito de que o público pudesse criar seu juízo de valor e de posse de informações relevantes, completas e desinteressadas tomar suas decisões, foi provado ser questionável.

A manipulação ocorre desde a escolha do que será manchete e do que será destinado à nota de rodapé, do diferente tratamento dado a acontecimentos idênticos protagonizados por personagens distintos ou ainda pela mesma pessoa quando esta está filiada em partidos diferentes.

Perceber quais são os valores de cada publicação, o que ela defende e principalmente seus interesses é uma forma de retirar o filtro aplicado nas informações publicadas e entende-las como elas realmente são. As entrelinhas ficam mais evidentes quando se sabe o que procurar nelas.

Considerando tudo o que foi apresentado, no caso da educação brasileira, é difícil aceitarmos que o assunto é tratado com seriedade pelas mídias de massa quando vemos cada um defender seus próprios interesses. A qualidade do ensino oferecido à população não é o ponto decisivo na hora de se defender ou não a privatização do Ensino Superior. Veículos de mídia de massa, políticos, empresários e instituições privadas se aliam em prol de lucro e poder.

Assim, além de tudo o que é publicado e do que é propositalmente ocultado, ainda precisamos lidar com o monopólio informativo que “diminui gravemente as possibilidades de resistência...” (STOPPINO, M. Manipulação. In: Dicionário de Política, 2002). As mídias de interesses similares bombardeiam a população com informações tendenciosas e o único modo de não ficarmos à mercê da mídia é nos colocarmos na posição de questionadores.

Questionar toda e qualquer informação recebida, buscar pontos de vista diferentes sobre as abordagens propostas, ter um pensamento crítico sobre o conteúdo consumido permitirá ao leitor identificar os interesses escondidos nas

notícias. Apenas possuindo todas as informações (e não apenas recortes) se é possível julgar os fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Claudio. A regra do jogo. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 117.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. R. G. Sistemas apostilados e gestão privada da educação pública em São Paulo. Educação e Sociedade, 2009.

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. Revista Compólitica, n. 1, vol. 1, ed. Março-abril 2011.

ALVES - MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, E. C. Rankings em educação: tipos, problemas, informações e mudanças. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 41, n. 2, jun., 2011.

ANTUNES, Camila. Escola Pública, Gestão Particular. Revista Digital - Cadernos Especiais, Rio Grande do Sul, 389. ed., mar. 2007. Disponível em: <http://www.revistadigital.com.br/caderno_especial.asp?NumEdicao=389&CodMateria=3389>. Acesso em: 18 abr. 2007.

ARBEX, José J. Editorial. In: Gêneros jornalísticos na folha de São Paulo. São Paulo: FTD, 1992. p. 91-101.

AUSUBEL, D. P; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. Psicologia Educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BABBIO, Norberto. Dicionário as Política. Brasília: UND, 2002.

BALL, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 99-116, jul. / dez. 2001.

BARELLI, Suzana. Escola tipo exportação. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 abr. 2003. Disponível em: <http://www.ci.com.br/faubai/textos/fsp/barelli.html>. Acesso em: 18 jun. 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BELLONI, M. L. Educação a distância. 5.ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

BENETTI, M. (2007). A ironia como estratégia discursiva da *Revista Veja*. *Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, 35-45.

BOURDIEU, P. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, 1988. Versão atualizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Decreto Nº 10 de 10 de abril de 1835. Rio de Janeiro.

_____. Decreto N° 27 de 12 de março de 1890.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e atualizações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – Lei do PROUNI.

BRASIL. Medida Provisória nº. 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROUNI - Programa Universidade para Todos. 2012. Disponível em: <http://PROUNIportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Sinopse estatística do censo da educação superior: 2003 a 2012. Brasília: MEC. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 de out 2018.

BOLETIM - SALTO DO FUTURO/MEC, 2002, p. 101.

CARDOZO, M. O ajuste estrutural do Estado e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. In: RABELO, J. et. al. Trabalho, Educação e a Crítica Marxista. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, n 24, set/Out/Nov/Dez 2003.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco, PAOLI, Maria Celia. (Org.). Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999

CHAUÍ, Marilena. - O que é ideologia. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. Educ. Pesq. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do Ensino Superior brasileiro: a formação dos oligopólios. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, p. 481-500, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302010000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 março 2018.

CORREA, V. Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

CORSETTI, Berenice et al (Org.). Ensino de história e educação. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma Iracema de Barros. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017

COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação do oprimido e outros ensaios. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

COUTINHO, Eduardo Granja; LEAL, Carlos Alberto. Reificação e hegemonia: uma aproximação. Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p. 107-116, jan.-jun. 2012

COUTINHO, A. N. L. A construção da militância editorial: disputas por hegemonia em discursos de editoriais da mídia impressa nas eleições presidenciais de 2010. 2013. 183 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013

DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, set. /dez. 2004.

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissional e a proletarização. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.

FERREIRA, S. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rouseff (1995-2011). Linhas Críticas, Brasília, n. 36, p. 455-472, 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewArticle/6794>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FERRETI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz Terra, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e profissionalização do educador: novos desafios. In: GENTILLI, P. e SILVA, T.T. da, (Orgs). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutivo: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FSB COMUNICAÇÕES. *Mídia e política*: pesquisa sobre os hábitos de informação dos deputados federais. Brasília: FSB Comunicações, 2009.

GARCIA, Teise; CORREIA, Bianca. Sistemas de Ensino privados em redes públicas de educação: relação com a organização do trabalho na escola. Educação: Teoria e prática. Rio Claro. Vol. 21. 2011.

GENTILI, Paulo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 76-99.

_____. Neoliberalismo e educação: Manual do usuário. In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

GOMEZ, Angel Pèrez. O pensamento prático do professor - a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, António (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (v. 1), 2000 (v. 2), 2002a (v. 3), 2001 (v. 4), 2002c (v. 5) e 2002d (v. 6).

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILGARTNER S.; BOSK, C.S., The Rise and fall of social problems: a public arena model. *American Journal of Sociology*, n.94, p. 53–78, juillet 1988.

IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206 . Acesso em: 30 de julho de 2018.

KANT, I. Crítica da faculdade do juízo. Tradução de Valério Rohden e António Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KUENZER, Acácia Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p. 265-381, jul./set. 1998.

KUENZER, Acácia Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19-29, maio/ ago. 1999

LASWELL;SCHRAMM. Proceso y efectos de la Comunicación Colectiva. Quito: ciespal, 1964.

LAHIRE, Bernard. L'invention de l' rhétorique publique éthique et stigmates. Paris: La Découverte/Poche, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, J. O de. Tendências do Ensino Superior no Brasil sob a Égide do Neoliberalismo. In: COSTA G. M; PREDES. R; SOUZA, R. Crise Contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDFAL, 2010.

LIMA, Venício. Comunicação na Constituinte de 1987/88: A defesa de velhos interesses. Publicado em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1828&id_coluna=36 Acesso em: 3 de outubro de 2018.

MAIA, S. Mercado nota 10 – Com empurrão público, as faculdades privadas atraem investidores. Carta Capital, Ano XX, n. 799, 14/05/2014.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, no. Especial, agosto de 2006, p. 188-204.

MARTÍN-BARBERO, J. Jóvenes: Comunicación e Identidad. Pensar Iberoamérica – Revista de Cultura. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura e Educação. 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, A.O; COSTA, M.C.C. (Orgs.). Educomunicação construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARTINS, Erika Moreira. Movimento Todos pela Educação, Um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos* (3 v.). São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MELLO, Noval Benayon. Desigualdades sociais e políticas públicas na região norte. In: ZIMERMAN, Artur (Org.). Educação em pauta. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. p.12-34.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA RAÚL, Domingo. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais, São Paulo: Neils/Xamã, n. 1, p. 103-111, 1996.

NEVES, P. S. C. Educação e cidadania: questões contemporâneas (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. Profissão Professor. Porto. Porto Editora. p.13-34, 1995

OECD: Better policies for better lives, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

OPPENHEIMER, Andrés. Basta de Histórias! A obsessão latino-americana com o passado e as 12 chaves do futuro. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 3ª ed. Campinas, Pontes, 2001.

PACIEVITCH, T.; MOTIN, G.; MESQUIDA, P. O mercado da pedagogia e a pedagogia de mercado: reflexos do neoliberalismo sobre a educação. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2008.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008

PIERONI, Rodrigo Figueiredo. A expansão do ensino franquizado: um estudo de caso. 1998. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. DataGramZero, v. 15, n. 6, p. A05, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.

POOLE, M.; VAN DE VEN, A. Using paradox to build management and organization theories. Academy of Management Review, v. 14, p. 562-578, 1989.

RANCIÈRE, J. (2010). O Espectador Emancipado. Lisboa: Orfeu Negro.

RAVITCH, D. Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROCHA, C. M. F. A escola na mídia: nada fora do controle. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SÁ, Nicanor Palhares. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. In Cadernos de Pesquisa, nº 57. São Paulo, 1986.

SADER, E. Público versus mercantil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jun. 2003, p. 3

SAMPAIO, H. Trajetória e tendências recentes do setor privado de Ensino Superior no Brasil. IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio Grande do Sul, Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.html>>. Acesso em: 20 abril de 2018.

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SCALZO, Marília. Jornalismo de revista. São Paulo: Contexto, 2009.

SERVAN-SCHREIBER, Jean-Louis. O Poder da informação. [s. l.]: Publicações Europa-América, 1974. 415 p.

SGUISSARDI, Valdemar. A reforma universitária no Brasil 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> >

SILVEIRA, M. D. P. (2004). Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas. Psicologia: ciência e profissão, 24(4), p. 42-51.

SISPROUNI: Ministério da Educação, 2018. Página Inicial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33419-sisprouni>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho. Vozes, Petrópolis, 2002.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

SOUZA, M.I.S. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. A instrução pública em São Paulo: do Império à República. Revista Alpha, (13):97-103, 2012, Centro Universitário de Patos de Minas.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. História, conquistas e visão de futuro: edição comemorativa do primeiro ano do compromisso TODOS PELA EDUCAÇÃO. São Paulo: Todos pela Educação, 2007.

VILLELA, M. Todos pela educação de qualidade. Folha de São Paulo, 06 set. 2006.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad. de José Cipolia Neto; Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VOIGT, J. K. Deslizes no discurso jornalístico: Veja e os efeitos de sentido sobre a educação nacional. Cascavel: UNIOESTE, 2011.

APÊNDICE 1 - 10 Causas e 26 Compromissos Título completo do apêndice

Cresce no Brasil o consenso de que a Educação é o caminho mais consistente e sustentável para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o nosso desenvolvimento social e econômico.

Não por outro motivo, União e estados, empresas socialmente responsáveis e organizações da sociedade civil têm assumido, cada vez mais, participação ativa na luta por uma educação de qualidade para todos. Faz-se necessária, portanto, uma maior articulação dos três setores em torno de uma rede estratégica, solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas ideias em práticas efetivas, que desçam dos gabinetes e cheguem aos alunos nas salas de aula, especialmente aos mais pobres.

É nossa crença que, apenas quando cada um dos setores fizer sua parte - de forma integrada e sinérgica - a Educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do País.

Com o objetivo de fortalecer os laços entre os que também acreditam nessa ideia, de organizar as reflexões em torno de grandes temas educacionais e de amular um movimento nacional pela Educação no Brasil, o Instituto Faça Parte realizou um levantamento dos projetos em curso em órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, e também em organizações da sociedade civil, totalmente afinados com premissas adotadas por organizações internacionais como, por exemplo, a Unesco. Nesse esforço, foram identificadas 10 grandes causas e 26 compromissos essenciais para a construção de uma Educação pública de qualidade, em sintonia com a Declaração de Jomtien (1990) e os desafios sociais e econômicos que nós, brasileiros, temos que enfrentar.

1. Acesso à escola para todos.

- garantir a oferta em todos os níveis da Educação Básica
- reduzir as desigualdades regionais e sociais
- combater a repetência e a evasão

2. Educação de qualidade

- Valorizar e promover a formação contínua dos profissionais da Educação
- Ampliar a oferta de Educação em tempo integral
- Incentivar a leitura

3. Educação para a cidadania

- Incentivar o voluntariado educativo e o estágio social
- Abrir as escolas nos finais de semana para atividades sociais, culturais e de lazer

4. Fortalecimento da gestão escolar

- Promover a autonomia da gestão escolar em seus aspectos físicos, humanos e financeiros
- Modernizar e democratizar a gestão da escola pública
- Fortalecer a participação da comunidade nos colegiados escolares
- Promover o desenvolvimento de lideranças em gestão escolar

5. Garantia de recursos para a Educação

- Garantir o repasse dos recursos vinculados à Educação
- Ampliar os mecanismos de prestação de contas e acompanhamento dos recursos
- Criar fundo de apoio a projetos escolares com recursos privados

6. Ampliação do atendimento da Educação Infantil

- Expandir o acesso à Educação Infantil, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas
- Subsidiar a ação pedagógica de creches e pré-escolas

7. Garantia do Ensino Fundamental obrigatório

- Ampliar para 9 anos o Ensino Fundamental
- Regularizar a defasagem idade-série

8. Ampliação do atendimento do Ensino Médio

- Expandir o acesso a todos os concluintes do ensino fundamental
- Incentivar a renovação pedagógica por meio de projetos juvenis
- Integrar o ensino médio e Educação Profissional

9. Elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos

- Investir em Educação de Jovens e Adultos
- Erradicar analfabetismo

10. Educação inclusiva

- Democratizar o direito à Educação
- Subsidiar a ação pedagógica inclusiva

Como estes são compromissos desafiadores, baseados em princípios consensuais para a melhoria da qualidade educacional, entendemos que podem reunir, na condição de uma espécie de agenda mínima nacional, as atenções, os esforços e a energia de todos os que trabalham pela Educação brasileira.

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO. História, conquista e visão de futuro. Edição comemorativa do primeiro ano do compromisso Todos pela Educação. 2007, p. 7; TODOS PELA EDUCAÇÃO. Todos Pela Educação: 2006-2009. 2009, p. 12-13.

ANEXOS
LISTA DOS ARQUIVOS PESQUISADOS

1 - Lula é o agente da privatização cartorial do ensino universitário - Revista Veja – publicado em 23/02/2017	145
2 - É preciso inverter a lógica do ensino no Brasil - Revista Veja – publicado em 22/07/2012.....	148
3 - Carta a Mayra e aos invasores da USP – Revista Veja - publicado em 07/05/2007	154
4 - Capitalismo de muro e quadilha – Valor Econômico – publicado em 08/12/2017	158
5 - Dúvidas sobre qualidade fazem aluno trocar faculdade pública por particular – O Estado de São Paulo – publicado em 13/03/2017	163
6 - Aprendizagem destravada – O Estado de São Paulo – publicado em 01/08/2015.....	167
7 - ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil – O Estado de São Paulo – publicado em 19/10/2015	178
8 - Para brasileiros, educação é a chave para desenvolvimento – Revista Veja – publicado em 20/08/2010	181
9 - O futuro da universidade pública. Cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras? – Revista Veja – publicado em 05/08/2018.....	183
10 - Análise: Reorganizando a reorganização de escolas – Jornal O Estado de São Paulo – publicado em 08/12/2015	185
11 - A lei do Escola sem Partido é, sim, necessária – publicado em 15/09/2016	191
12 - Crônica de uma crise anunciada – Jornal Valor Econômico – publicado em 18/08/2017	194

13 - Privatização do ensino é um atestado de incompetência de governantes – Valor Econômico – publicado em 02/05/2016	202
14 - Quarenta anos de equívocos na educação ainda esperam por soluções – Valor Econômico – publicado em 02/05/2016	207
15 - Pezão propõe que estudantes da UERJ trabalhem para o estado depois de formados – Revista Isto É – publicado em 06/09/17	211
16 - Câmara veta proposta que permitiria universidades públicas a cobrar por pós – Revista Isto É (Conteúdo Estadão) – publicado em 29/03/17	213
17 - No Senado, ministro da Educação admite erro por e-mail, defende cotas e sugere mais alunos nas salas – (Publicação sobre a fala do Ministro da Educação Ricardo Veléz Rodrigues) – O Estado de São Paulo – publicado em 26/02/2019	215
18 - Governo recua e suspende projeto com empresas contra evasão escolar em São Paulo – O Estado de São Paulo – publicado em 09/04/2018.....	219
19 - Câmara rejeita PEC que autorizava universidades públicas a cobrar por cursos de pós-graduação – O Estado de São Paulo – publicado em 29/03/2017	221
20 - Depois da Unicamp, Faculdade de Educação da USP repudia a reorganização escolar de Alckimin – O Estado de São Paulo - publicado em 18/11/2015 (Texto da USP)	223
21 - As escolas não são públicas. E privatizar não resolve – Revista Veja - publicado em 24/06/2012	228
22 - Ministro da Educação diz que universidades públicas não serão privatizadas – Revista Veja - publicado em 14/02/2019	232
23 - Parem de acreditar em escola pública de qualidade – Revista Veja - publicado em 09/02/2017	233
24 - Desigualdade do início ao fim: Ensino Superior ainda é para poucos – O Estado de São Paulo - publicado em 25/05/2018	236

25 - Estado busca empresários para adotar escolas paulistas e garantir melhorias – O Estado de São Paulo - publicado em 30/08/2016 –	239
26 – Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais – Revista Veja - publicado em 02/07/2015	243
27 – Haddad inaugura campanha com debate sobre educação e visita a Lula – Revista Veja – publicado em 16/08/2018).....	245
28 - Só 12% das Famílias se Empenham na Educação dos Filhos – Revista Veja - publicado em 06/11/2014 –	247
29 - Um currículo para todos – Revista Veja – publicado em 09/10/2015.....	250
30 - Bancada evangélica veta o nome de Mozart Ramos para Educação – Valor Econômico - publicado em 21/11/2018	254
31 - Desigualdade social freia os avanços na Educação – Valor Econômico – publicado em 16/02/2016	256
32 - Educação, a única saída (escrito por Ana Maria Diniz, presidente do Conselho do Instituto Península) – Valor Econômico – publicado em 27/04/2018.....	259
33 - Especialistas dizem a Onyx que novo governo não pode perseguir professores – Isto É (Conteúdo Estadão) – publicado em 14/11/2018	262
34 - Estados e municípios pedem Fundeb permanente e mais recursos da União – Revista Isto É - publicado em 12/09/2018.....	264
35 - MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático – Isto É (Conteúdo Estadão) – publicado em 10/01/2019	267
36 - Piora no Ensino marca administrações – Revista Isto É (Conteúdo Estadão) – publicado em 09/09/2018	270
37 - Parceria entre Fundação Lemann e MIT quer apoiar iniciativas de educação pública no Brasil – O Globo - publicado em 16/06/2015	275

38 - Como Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil, pretende mudar a educação no país – Época Negócios - publicado em 10/01/2015 –.....	276
39 - O Legado de Lemann - O que você pode e deve aprender com Jorge Paulo Lemann, fundador do Banco Garantia, e seus inseparáveis parceiros, Beto Sicupira e Marcel Telles. Juntos, eles ergueram um império de R\$ 144 bilhões. Nesse processo, criaram uma cultura corporativa revolucionária – sem data de publicação, texto extraído do site da revista Época Negócios através do link http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR82833-8374,00.html Época Negócios - acessado em 28/05/2019.....	297
40 - Lemann, um bilionário na educação – Revista Isto É - publicado em 11/09/2015	344
41 – Quer mudar a educação no país? A Fundação Lemann abriu inscrições para novos projetos -Entidade disponibiliza editais para empreendedores com ideias inovadoras – Época Negócios – publicado em 13/05/2015	349

ANEXO 1 - Lula é o agente da privatização cartorial do ensino universitário - Revista Veja - publicado em 23/02/2017

Do Blog do Fernando Rodrigues.

Volto em seguida: O chamado PAC da educação é uma mãe para as faculdades privadas do Brasil. O governo Lula resolveu dar um prazo de dez anos para que essas instituições de ensino saldem suas dívidas atrasadas com a Receita Federal. O juro cobrado será a taxa Selic, de 12,5% [...]

Por Reinaldo Azevedo

O chamado PAC da educação é uma mãe para as faculdades privadas do Brasil. O governo Lula resolveu dar um prazo de dez anos para que essas instituições de ensino saldem suas dívidas atrasadas com a Receita Federal. O juro cobrado será a taxa Selic, de 12,5% ao ano. Uma condição difícil de ser encontrada na natureza por um cidadão comum.

A descrição do benefício está no projeto de lei 920, enviado ao Congresso no último dia 30 de abril. Para ter acesso à íntegra do texto, clique aqui.

Como se observará na exposição de motivos assinada pelos ministros Guido Mantega (Fazenda) e Fernando Haddad, não se fala no tamanho da renúncia fiscal do projeto. O valor da dívida de impostos atrasados das cerca de 2.000 faculdades privadas no país passa de R\$ 1 bilhão, segundo ouvido dentro do próprio governo.

Na realidade, o que está ocorrendo é simples. O governo Lula está editando uma espécie de “refis da educação privada”. O Refis (Programa de Recuperação Fiscal) é um instrumento já usado algumas vezes para salvar empresas em situação financeira ruim por conta de dívidas com o Fisco. O argumento é sempre o mesmo: é melhor dar condições facilitadas para que as empresas continuem a existir do que endurecer e

deixá-las fechar. Toda vez que aparece um Refis alguém do governo solta aquela frase: “Essa é a última vez”. Nunca é.

Esse é o ponto. Toda vez que o governo socorre maus pagadores de impostos está dando um tapa na cara dos bons pagadores. Promove-se um incentivo para a sonegação. Pagar para quê? Daqui algum tempo o governo me salva.

No caso das escolas superiores privadas, a ideia é ajudá-las e em troca de um incremento do número de alunos matriculados por conta do crédito educativo Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies, e do aumento de bolsistas que conseguem vagas pelo Prouni (Programa Universidade para Todos, destinado a alunos carentes).

Faculdades que aceitam certo número de bolsistas do Prouni (por volta de 9% do total da escola) têm isenção fiscal. Ou seja, param de pagar impostos.

O problema eram os impostos não-pagos no passado. Agora, o governo está resolvendo esse problema também. Primeiro, com a possibilidade de parcelar a dívida em 120 meses pelo juro camarada de 12,5% ao ano.

Voltei

Sim, há uma outra diferença entre o movimento estudantil atual, se é que pode ser chamado assim, e aquele de que participei, há 25 anos ou mais — ou mesmo aquele outro, anterior ao golpe: ambos eram de oposição. O dos anos 1960 tinha como eixo o socialismo, aquela balela, vocês sabem. O outro se organizava na luta pelo fim da ditadura. Havia um horizonte um pouco maior.

O atual não passa de uma extensão do PT. Só isso. E o partido está no poder. Movimento de “massa” a favor tem cheiro ou de fascismo ou de apparatchikcomunista. Ainda que essa massa não passe de meia-dúzia de mafaldinhas e remelentinhos. Lula é o maior agente da educação privada que já houve no país. Eu acho isso um mal? Não! Eu sou favorável à privatização até de jardim da infância. Não há nada que o setor privado possa fazer que não saiba fazer melhor do que o estado — desde que seja a sério, para valer.

Acontece que um governo decente, quando quer privatizar, faz leilão público, dá a cara ao tapa, compra a briga. A privatização do Ensino Superior promovida pelo Apedeuta é feita à socapa, com facilidades como as que se vêem acima. E não é só isso, não. As faculdades agora podem saldar dívidas fiscais com títulos públicos se receber alunos do crédito educativo. Lula está interessado em números. Abre as

burras do dinheiro público para faculdades de quinta categoria porque quer exhibir os seus “muitos milhões” de universitários analfabetos.

Ah, sim: fiz e falei muita besteira no movimento estudantil. Como todo mundo de qualquer geração. Como diria Paul Nizan em Aden, Arábia, não me venham falar da beleza dos verdes anos. Talvez eu tenha saudade do meu crânio completo, mas não do que ia dentro dele. Agora, essa molecagem do governo com o dinheiro público e a educação não passaria de jeito nenhum.

Se você perguntar a qualquer esquerdopata do Ensino Superior, ele vai malhar o ex-ministro Paulo Renato, acusando-o de ter permitido a proliferação de faculdades privadas. Sim, elas cresceram, mas ele instituiu um exame universal no Terceiro Grau, o provão, que era o elemento a alavancar a qualidade por meio de mecanismos de mercado. E cresceram sem leite de pata. Lula está injetando dinheiro na veia do ensino privado por mecanismos sub-reptícios.

As Mafaldinhas & Remelentos, como estão a serviço do socialismo lulista (rá, rá, rá), não têm tempo de se ocupar disso. Nem os seus mestres que vão lá fazer proselitismo. Nada é mais chato do que coroa porra-louca, cujo radicalismo não lhe rende nada além de uns dias de greve, em casa, sustentado com o dinheiro dos desdentados.

ANEXO 2 - É preciso inverter a lógica do ensino no Brasil - Revista Veja - publicado em 22/07/2012

Destinar maior volume de recursos ao ensino básico e fundamental é principal desafio do país no campo educacional

Por Keila Cândido

O estado brasileiro gasta com educação o equivalente aos países ricos, mas os resultados não poderiam ser mais diferentes. A razão de tamanha discrepância está no planejamento. Nos desenvolvidos há um trabalho de longa data no sistema educacional, com priorização do investimento no ensino básico e fundamental, qualificação dos professores e combate a desvios e desperdícios. Mesmo os países emergentes, com destaque para a China, têm adotado com sucesso essa estratégia. No Brasil, o sistema, além de caótico, funciona às avessas (veja quadro). Gasta-se absurdamente mais com a universidade pública, que, pela peneira do vestibular, abriga os mais ricos. Além disso, são conhecidos os desvios de recursos pela via da corrupção, a lentidão na promoção de mudanças e pauperização da classe docente (confira outras dicas).

O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o da presidente Dilma Rousseff pouco avançaram para inverter essa lógica – embora se percebam tanto uma leve queda do gasto público com Ensino Superior enquanto proporção do Produto Interno Bruto (PIB) per capita quanto um crescimento dos dispêndios nos outros níveis (veja quadro). O Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República escolheu, inclusive, a expansão da educação superior como uma de suas plataformas políticas com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O resultado tem se mostrado um desastre. Universidades foram construídas em localidades com baixa demanda, enquanto outras expandiram o número de alunos sem que houvesse infraestrutura adequada. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), por exemplo, aumentou em 520% o número de vagas, mas faltam laboratórios, refeitórios e até salas de aula nos novos campi criados. No Rio de Janeiro, a expansão acontece em universidades de lata. Tudo isso proporcionado pela farra do desperdício de dinheiro público.

Os escândalos recentes nas universidades federais mostram que ampliar o gasto não é condição suficiente para a reversão dos problemas da educação no país. Antes de

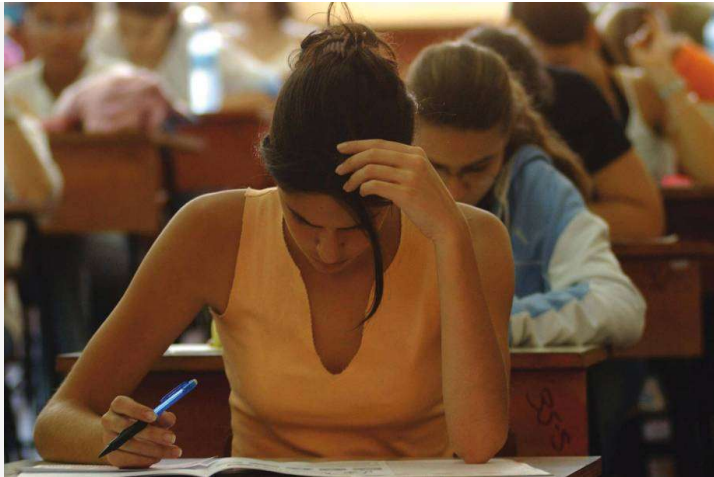
tudo, é preciso saber planejar e gerir de forma eficiente os recursos públicos. “Não adianta ter muitas vagas e o ensino estar aquém do mínimo necessário”, disse Nilson Oliveira, do Instituto Fernand Braudel.

Especialistas ouvidos pelo site de Veja defenderam a urgência da reforma do sistema educacional do país de modo a, primeiramente, reduzir a concentração dos recursos no Ensino Superior. Adicionalmente, mas não menos importante, é preciso investir na formação e remuneração dos professores; aumentar a carga horária do currículo; envolver mais os pais no universo escolar; combater a corrupção; tornar as transferências mais transparentes; apoiar a meritocracia; e diminuir a burocracia. Em resumo, tornar todo o sistema mais eficiente.

Privatização – Entre os especialistas uma ideia polêmica não é incomum: a privatização total ou parcial das universidades públicas. Eles argumentam que o Brasil deve seguir o exemplo de nações que têm educação pública de qualidade ao longo de quase toda a vida escolar e um Ensino Superior majoritariamente privado, como, por exemplo, a Inglaterra. Este modelo é tido como mais justo, pois os recursos, outrora consumidos pelas universidades estatais, destinam-se a melhorar a base do sistema de educação. Alunos provenientes tanto de famílias pobres quanto de abastadas passam assim a ter a mesmas oportunidades de aprendizagem para, no futuro, concorrer em condições mais equânimes nas instituições privadas. A barreira financeira para uma universidade no setor privado geralmente é vencida com linhas de financiamento de longo prazo com juros subsidiados. “As universidades, mesmo sendo públicas, devem ser pagas. Quem pode pagar, tem de pagar”, disse Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Confira outras soluções apontadas por especialistas para melhorar a qualidade do ensino.

- 1. Melhorar sistema de avaliação



(Arquivo/VEJA)

“O governo precisa ampliar o número e a qualidade das avaliações de ensino. Agora, só isso não basta. É preciso efetivamente usá-las como ferramenta para melhorar a qualidade”.

2. Escola em tempo integral



(Agência Brasil/VEJA)

“Uma boa ideia é a criação de escolas de tempo integral. Não adianta, porém, apenas aumentar o número de horas do turno. As instituições têm de oferecer disciplinas, docentes e estrutura para que os alunos possam aprender mais. Deve-se evitar que essa proposta vire uma espécie de creche para adolescentes”.

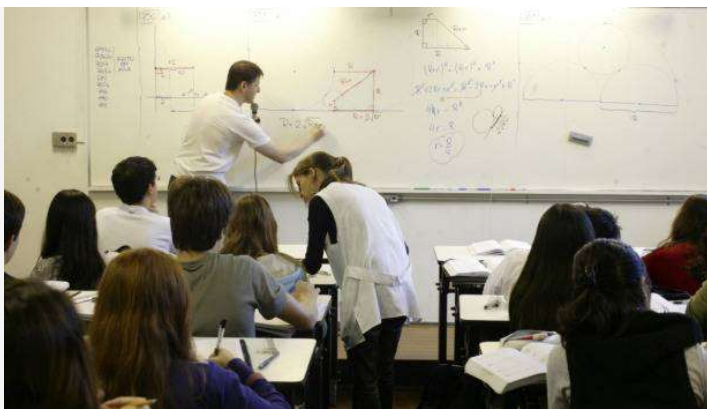
3. Aumento do salário do professor e mérito



(Hemera Technologies/VEJA)

“Defendo uma elevação dos salários dos docentes. É muito importante, contudo, que esses reajustes se direcionem a professores que passem por avaliação. Do contrário, os aumentos serão ínfimos se distribuídos de maneira uniforme – e aqueles que se destacam prosseguirão inclinados ao desânimo. Também é essencial subir o salário inicial para atrair excelentes futuros profissionais. Nesse caso, vale mirar os exemplos de países como a Coreia do Sul, onde os elevados salários iniciais, acompanhados do rigor no processo seletivo, permitem atrair ‘craques’ para as carreiras docentes. Por fim, é recomendável o vínculo de remuneração adicional àqueles que se dedicam exclusivamente a escola”.

4. Atenção especial ao ensino médio



(Mário Rodrigues/DEDOC/VEJA)

“Os estudantes do ensino médio têm proficiência cronicamente sofrível – e o país não

tem conseguido melhorar isso faz tempo. Essa fase da evolução escolar é aquela onde a evasão continua altíssima. Portanto, seria adequado pensar até em oferecer bolsas para que bons alunos dediquem-se apenas a estudar, de preferência em tempo integral”.

- 5. Reciclagem nas próprias escolas



(Alexandre Battibugli/Você S.A./VEJA)

“O oferecimento de tutoria a professores de matemática, língua portuguesa e ciências deve focar a formação dentro das próprias escolas. Os programas existentes de ‘formação contínua’ ou ‘continuada’ de docentes são feitas via internet ou obrigam o profissional a se ausentar dos estabelecimentos de ensino, deixando os alunos nas mãos. Para piorar, não existe avaliação da qualidade destes projetos. Por fim, é bastante provável que os melhores professores abandonem o setor público para dar aulas em escolas particulares depois dos programas de reciclagem”.

- 6. Atenção com os mais pobres



(Cristiano Mariz/VEJA)

“O estado deve olhar e investir com especial atenção naquelas escolas que atendem as famílias mais pobres. Os alunos mais carentes precisam de maior apoio, principalmente na educação infantil. Nessas famílias, os pais são menos escolarizados e acompanham menos os filhos nas lições de casa. Então, para compensar a falta de estímulo familiar, é preciso aumentar a carga horária escolar”.

7. Cobrar mais qualidade



(Daniela Toviansky/Guia do Estudante/VEJA)

“O principal problema da nossa educação é que não há interesse nem cobrança por parte de pais, professores e gestores por uma educação de qualidade. A maioria das coisas que precisam ser feitas pra melhorar esse estado de coisas custa pouco ou zero”.

Por Reinaldo Azevedo

Recebi uma mensagem de uma invasora da USP chamada Mayra, que diz dar a “cara do tapa”. Besteira. Um simples prenome não é sinal de identidade, moça. Mas tanto melhor que vocês estejam aí, lendo o meu blog, usando para alguma coisa útil a banda larga que o estado tão generosamente lhes fornece, com o dinheiro suado do povo de São Paulo que jamais vai pisar na USP. Reproduzo abaixo, em vermelho, o que ela me mandou, sem tirar nem pôr nada. Retomo em seguida.

Talvez aqui não caiba fazer um comentário justo, pois as pessoas que estão se posicionando nesse site não dão a cara a tapa como estou dando, mas, mesmo assim, uma pessoa que luta pela liberdade de expressão e fala livre para todos deve, sim, se posicionar em todos os meios que lhe forem fornecidos ou justamente conquistados através de uma mobilização e luta! Estamos aqui exatamente lutando por essa liberdade. Aqui, não foi citado – óbvio, pois é um meio de comunicação imparcial e com a clara vontade de persuadir a opinião do leitor – que nós estamos tentando desde o ano passado abrir um diálogo com a nossa estimadíssima reitora e ela se recusou e se recusa a dispor de cinco minutos para conversar conosco. A nossa luta aqui não é para “instaurar o socialismo”. É, sim, para que tenhamos um ensino público, de qualidade e gratuito para todos, começando pelos que já estão nesse “centro de excelência”, mas também para todos os que pleiteiam uma vaga em nossa universidade e nas universidades estaduais UNICAMP, UNESP e FATECs. Gostaria de enfatizar aos mais desavisados que dentro desse prédio encontram-se estudantes de todos (ou quase todos) os institutos e campi da USP, além de comissões da PUC, UNESP, UNICAMP, FATEC e CEFET – SP. Gostaria muito de saber o que o “camarada” jornalista tem a dizer a respeito de democracia sem cair no lugar comum e acreditar que se ficássemos pedindo eternamente por moradia estudantil e reformas nos prédios da FFLCH, IME (instituto de matemática e estatística – SIM!!!! EXATAS!) e FOFITO (físio, fono e to – SIM!!! BIO!!!) isso cairia iluminadamente do céu. Não cairia como não caiu por 20 anos, já que o prédio da letras encontra-se provisório desde antes mesmo de eu nascer.

Se alguém pudesse entrar aqui, veria que o dinheiro dispendido para que o prédio seja tão bonito corresponde a no mínimo 4 vezes mais do que seria gasto para que o teto do banheiro de letras não caia na cabeça das estudantes. Aqui tem coisas maravilhosas e absolutamente desnecessárias como portas de vidro, chão de mármore e granito.

Retomando

É claro que essas coisas me levam a fazer download do capeta. Mas vou pegar leve com Mayra. Seu nome, que é, em si, bonito já pode traír — é uma hipótese — uma sina. Remete a um romance de Darcy Ribeiro, o mais gagá de nossos utopistas. Darcy tinha uma capacidade formidável de falar horas a fio de assuntos sobre os quais não entendia nada. Sua retórica era de tal sorte caudalosa e entusiasmada, que não havia como não se excitar com aquilo. Era um intelectual notável: quando era claro, era oco; quando tentava ser profundo — como no caso do livro *O Processo Civilizatório* —, era incompreensível. Xiii, já me desviei. Volto lá.

Pego leve com Mayra. Há algumas indicações de que se trata mesmo do texto de uma garota, de uma jovem estudante, seduzida pela glossolalia de esquerda. Ademais, a despeito dos erros, escreve com mais clareza do que boa parte de seus professores, o que não deixa de ser um mérito. Pois é, companheira. Não sei o que andaram lhe dizendo aí na USP, mas ensino universitário “público, gratuito, de qualidade e para todos” não existe em nenhum país do mundo, rico ou pobre, capitalista ou comunista. Sempre há uma seleção e um afunilamento: ou são ditados pelo mérito, ou pela fidalguia, ou pela renda.

Explico, Mayra. Nos países democráticos, quem decide é o mérito. Chegam à universidade, de fato, os melhores. O ensino de Terceiro Grau é o terreno da pesquisa e da investigação científica. Não se confunde com caridade. Sejam em universidades públicas europeias, seja nas instituições privadas americanas (geridas por fundações, com doações de empresas e indivíduos), só atingem esse patamar os realmente melhores. Universidade transformada em supletivo — especialmente as que integram o famigerado ProUni —, só no Brasil. Aproveito para falar, então, do nosso país. Por aqui, a questão do mérito é tisonada pela exclusão social, Mayra. Só ricos estudam nos cursos competitivos da USP, reparou? Não me refiro a Letras, Pedagogia, História, Geografia Filosofia — as humanidades, pasto preferencial do proselitismo petista. Falo de Engenharia, Medicina, Odontologia — os chamados cursos “caros”.

Olhe que coisa, Mayra. As estatísticas perturbadas apresentadas pela esquerda fazem crer que metade dos alunos da USP vem de escolas públicas. É mesmo? E quantos deles estão nos cursos de alta performance? Você sabe tão bem quanto eu, Mayra, que, nesse caso, quando o aluno entra na escola, sua família tem um ganho de renda, certo? Deixa de pagar a escola particular do filho, que vai estudar aí, de graça, com a grana dos desdentados. Em suma, menina: o “ensino público, gratuito, de qualidade e para todos” do Brasil é público, gratuito e de qualidade para a elite econômica. A universidade que a esquerda defende é a da exclusão social.

E existe, Mayra, o terceiro tipo de país, onde só estudam os fidalgos. Trata-se dos países comunistas. São poucos hoje em dia, mas um deles reúne um quarto da humanidade: a China. Ali se misturam o pior da ditadura comunista com o pior do capitalismo selvagem. Só chegam ao Terceiro Grau os filhos daqueles que conseguem ascender na hierarquia do Partido Comunista.

Assim, Mayra, essa história de “ensino público, gratuito, de qualidade e para todos” é conversa para boi dormir. Não existem condições técnicas nem recursos para tanto. Não seremos o primeiro país do mundo a atingir tal condição — porque ela nega, inclusive, a essência do ensino universitário. Os países mais avançados do mundo têm um alto índice de formação de técnicos de ensino médio. Saia dessa vida, menina. Tenho 45 anos. Essa já era a cantilena de quando eu entrei na USP, há 27 anos. Também invadi o Crusp, sabia? No tempo em que a área de moradia era ocupada pela Faculdade de Letras. Não, não me orgulho. Eu, na verdade, me arrependo muito. Mas não posso voltar no tempo. Em 1980, vá lá, havia uma ditadura no país; só teríamos as primeiras eleições diretas dali a nove anos. Mas o país vive, hoje, uma democracia. E vocês se comportam como uma horda de fascistas.

Eu lhes fiz um desafio, Mayra. Demonstrei que os três motivos alegados para a invasão já não existem. Vocês estão sendo massa de manobra da burocracia universitária: dos reitores e dos professores a serviço de partidos e seitas políticas, que querem ganhar um pouco mais de “autonomia” — entendida a “autonomia” como falta de transparência. Eles não querem dizer em que gastam os generosos recursos que recebem. E vocês aplaudem. Mais ainda: privatização do ensino público é a que promove o governo federal por meio do ProUni, injetando dinheiro público em faculdades que são verdadeiras lojas de conveniência.

Vocês, invasores, estão contribuindo para enxovalhar a USP e para jogar água no modelo lulista de universidade. Em vez do “ensino público, gratuito, de qualidade e para todos”, vocês estão ajudando a consolidar o “ensino privado, pago, sem qualidade e para os pobres”.

Parem com essa farsa. A máscara caiu. Os motivos da invasão não existem. São falsos. Agora, restou apenas a questão política, explicitada por um de vocês ao tentar parar uma aula de filosofia: o movimento é “contra o Serra”. Vale dizer: trata-se de um ato político-partidário. Executado segundo a mímica dos movimentos fascistóides.

Anexo 4 - 'Capitalismo de muro e quadrilha' – Valor Econômico – publicado em 08/12/2017

O Brasil pegou todos os atalhos possíveis e cometeu erros inimaginados na economia. Por falta de alternativas, está agora condenado a fazer a coisa certa - leia-se: reforma da Previdência, controle de gastos públicos, transparência na gestão de estatais, banco central independente, entre outras reformas.

É assim que, citando o premiê britânico Winston Churchill ("Os americanos vão fazer a coisa certa, mas só depois de tentarem todo o resto"), o economista Gustavo Franco explica por que está otimista com o que considera uma guinada liberal que chegará mais cedo ou mais tarde ao país, impulsionada pela geração de estudantes que trabalha o dia todo, paga a faculdade noturna -"porque acredita nesse investimento"- e não quer saber de "lero-lero de luta de classe" da esquerda brasileira. Franco deixou o PSDB nesse ano porque não queria pertencer a um "partido em decomposição" e foi para o Novo, legenda que acolhe propostas pró-mercado e contrárias à chamada "meia-entrada" do crédito subsidiado com dinheiro público daquilo que considera um "capitalismo de quadrilha" (crony capitalism, em inglês) dos anos Dilma Rousseff e que, segundo ele, está condenado ao fracasso. O economista está lançando o livro "A Moeda e a Lei" (Editora Zahar), que conta 80 anos da intrincada história monetária brasileira que quase nunca conviveu bem com os formuladores da lei. Leia trechos da entrevista.

Valor: Do que fala o livro? Por que estudar a economia sob o ponto de vista da lei?

Gustavo Franco: Apesar de o livro cobrir 80 anos de história, há uma sensação de que estamos tratando de temas do presente o tempo inteiro. O foco do livro são as instituições. A primeira vertente é sobre a regulamentação cambial, com um monopólio em que nada podia e que chega ao sistema bastante liberal de hoje. Outro eixo é a história do Banco Central (BC). O Brasil não tinha BC; era o Banco do Brasil, mas não fazia bem esse papel. A grande divergência era se tínhamos um banco central capturado para servir a um projeto desenvolvimentista inflacionário por meio dos bancos públicos ou se atuaria pela defesa da moeda. Depois, vem o controle da

inflação pelos planos heterodoxos e o Plano Real. A última parte é sobre o desafio hoje de reduzir os juros, que ainda são muito altos. Esse livro é uma história dessa construção. É incomum um economista se debruçar sobre o texto da lei para ver o que afinal foi resolvido.

Valor: Que tipo de lição parece que o país custa tanto a aprender?

Franco: A Lei da Usura foi feita em 1933 como um pedaço importante da reestruturação das dívidas rurais. Não era questão moral; era como beneficiar a agricultura. Essa criação assegurava juros subsidiados para uma esfera formal da economia, que segue protegida por muralhas do restante do país. Dentro do mundo regulado, [a lei] funciona de um jeito que beneficia quem está por dentro dessas muralhas. Nós vínhamos rompendo essas muralhas e democratizando o crédito até os anos Dilma Rousseff. Com a Nova Matriz, ela recompôs essa muralha. O crédito direcionado, que talvez chegou a 30% do total, voltou a ser a metade. Para o setor que está dentro do crédito direcionado é como se a Lei da Usura estivesse voltado. É a discussão recente da meia-entrada; tem um povo que paga meia-entrada e um que paga a conta em dobro.

Valor: Nessa história, o que ficou por fazer?

Franco: É a questão da taxa de juros, um tema que expressa essa incompletude institucional. Os juros ainda estão muito altos em decorrência de uma situação fiscal imatura, incompleta e desajustada. Precisamos fazer uma reflexão sobre como podemos mudar de patamar de desenvolvimento econômico se a gente conseguir superar os juros altos.

Valor: Por que o sr. saiu do PSDB para o Novo? Qual o papel de um economista de partido?

Franco: Tudo começou com uma inquietude intelectual e um desconforto de pertencer a um partido em decomposição, que me parecia o PSDB. Adorei participar do partido nos primeiros anos e durante o Plano Real, com todas as dificuldades e divisões que o PSDB sempre teve, mas isso que está acontecendo agora eu não queria fazer parte. A inquietude intelectual encontra no Novo um veículo hospitaleiro. No Brasil, nenhum partido abraça ideias pró-mercado, pró-capitalismo, pró-liberalismo. Isso é exótico e

vai ser corrigido em algum momento. Posso me enganar, mas essa eleição de 2018 será um divisor de águas porque vai renovar o Congresso e vai renovar lideranças políticas importantes. Nesse sentido, o Novo se apresentou como um “startup” muito promissora, destinada a ser um grande partido - em uma década ou mais - porque a ideia de que o partido pretende tornar central no seu programa é uma ideia vencedora; foi a proposta do Plano Real, das reformas que se deu desde então e estão em pauta, mas que o próprio PSDB perdeu...

Valor: O que o Novo não pode incorrer sob o risco de repetir a história do PSDB?

Franco: Tem várias coisas; a experiência de governo estraga os partidos porque traz para dentro os políticos de aluguel, aqueles que são governistas em qualquer cenário e dependem do clientelismo do Estado. Só vamos resolver esse problema quando tiver menos Estado para afastar esse tipo de demanda. Uma coisa que o Novo inovou - e que acho extraordinária - é a governança interna, sobretudo a separação entre o dirigente - que zela pela integridade programática e ideológica - e o representante do partido que está atuando no Legislativo e no Executivo. Se essas figuras são separadas, você cria um mecanismo de controle e protege a integridade programática. Se os partidos perdem sua integridade, eles passam a ser esse "centrão" que não significa coisa alguma. O símbolo máximo é o PMDB; e o PSDB corre o risco de virar mais um desses. O Novo começa cheio de defesas contra isso. Tem todo um processo de seleção para quem quer ser candidato.

Valor: De onde vem o seu otimismo com a economia e com a militância na política?

Franco: O livro claramente vê uma evolução. É uma história heroica, que cria uma perspectiva de futuro difícil de imaginar que não seja aproveitada. Nós subimos vários degraus com o Plano Real e suas reformas. Depois sofremos um contra-ataque brutal comandado por Dilma Rousseff e pelo PT, mas o país conseguiu mobilizar diversos tipos de instituições que reprovaram e excluíram do jogo político, isso tudo por conta de ilegalidade. A presidente violou a Lei de Responsabilidade Fiscal e achincalhou a estrutura institucional da moeda. Em razão dessas ilegalidades, perdeu o seu mandato. Sem falar que a Lei de Responsabilidade Fiscal e as "pedaladas" vão produzir medidas que vão fechar essas brechas. Não vai acontecer de novo, portanto

estamos condenados a fazer as coisas certas. Essa história de 80 anos me faz acreditar que, em matéria de alternativas, nós tentamos quase todas. Só temos um caminho a seguir.

Valor: O que é o capitalismo de quadrilha?

Franco: Depois de 1989, não tem mais o socialismo. Mas continua a haver uma separação entre capitalismo concorrencial e o capitalismo "crony" - "crony" é uma gíria para capanga. Basicamente é um sistema capitalista, mas com grande interpenetração entre o público e o privado; são muitas áreas cinzentas e com muita corrupção e cooptação política. Esse é o tipo de capitalismo que tem na China, na Rússia, com sucesso variável. No Brasil, ainda que seja um país com tradição patrimonialista e hospitaleira para ideias como essa, isso veio pela mão de Dilma Rousseff pelo formato chinês, venezuelano, e encontrou muitos obstáculos e degingolou em bandidagem. Relações civilizadas entre o público e privado viraram promíscuas; é muito difícil controlar.

Valor: Qual a melhor forma de controlar?

Franco: Os melhores controles são: transparência, relações de mercado, concorrência e oportunidades iguais. É como se tivéssemos tido um experimento de transplante de capitalismo bolivariano ou chinês para tentar uma alternativa diferente ao capitalismo neoliberal, norte-americano ou europeu... E deu errado, muito errado. Errado no macro porque produziu uma recessão enorme, a maior da nossa história. E no micro porque quebrou a Petrobras, além de outros estragos em empresas privadas. E gerou episódios de bandidagem e corrupção. Foi um fracasso completo, portanto indefensável e difícil de imaginar que essa coisa retorne um dia como projeto político.

Valor: Como isso chegou às novas gerações?

Franco: Tivemos uma mudança gigantesca na nova geração. Quando estava no governo FHC, me lembro de uma discussão com o Paulo Renato [Souza, ex-ministro da Educação, morto em 2011]. Naquela época, havia 1,5 milhão de universitários nas escolas públicas e mais ou menos a mesma coisa no setor privado. A conversa era que a gente precisava crescer o número de matrículas, mas o sistema público não daria conta. E o BC não teria "funding" para esse negócio, daí a briga... De lá para cá,

já são 25 anos. O número de matrículas nas escolas federais é o mesmo. Agora as privadas foram de 1,5 milhão para quase 7 milhões. É como se tivesse feito uma privatização do ensino universitário na margem. Você simplesmente deixou para ser feito pelo sistema privado. É caro, mas as pessoas pagam porque a percepção de retorno sobre o investimento é sólida. O sujeito que tem escolaridade ganha mais. Isso sobreviveu como uma proposta de mercado e muda a demografia da universidade. O Brasil tem hoje 8,5 milhões de estudantes universitários, em que a esmagadora maioria está no sistema privado. Esse estudante, que trabalha o dia todo e paga a universidade com o seu salário, não quer ouvir lero-lero de luta de classes. Portanto, não tem o diretório acadêmico dominado pelo PCdoB nem por uma organização trotskista que nem partido é. Acabou esse negócio nas universidades privadas, onde as pessoas estão ali para crescer individualmente e conseguir um emprego melhor. Tipicamente são os cursos profissionalizantes. O sujeito trabalha durante o dia todo, paga com o dinheiro dele e não quer ouvir conversinha. Nas públicas e nas humanas, é a mesma coisa de sempre. E não é muito diferente das universidades americanas.

Valor: O que esses estudantes esperam da política e do poder público?

Franco: A penetração política do Partido Novo nessa garotada é gigante. As redes sociais ajudam muito. Esses meninos não leem mais jornais, leem as notícias pelo celular e pelos apps. Cada um é um editor de si mesmo e de suas redes sociais. É uma propagação de informações completamente diferente. Isso é muito interessante. Meus alunos leem a apresentação de seminários pela tela do celular; a sala de aula tem internet. Cada vez usamos menos giz e quadro negro. Meu curso tem um programa na internet, cada aula tem um link para baixar o PDF. Está tudo lá, on-line, não precisa mais de papel. Em algumas turmas, eles organizam grupos no Facebook. E eu participo disso, claro.

Anexo 5 - Dúvidas sobre qualidade fazem aluno trocar faculdade pública por particular
– O Estado de São Paulo – publicado em 13/03/2017

Aprovados em vestibulares concorridos, como o da Uerj, não concluem ingresso por medo de encontrar estruturas precárias e corte de recursos

SÃO PAULO - Embora aprovados em universidades públicas, alunos que saem de escolas particulares estão optando por ficar em instituições privadas. Por medo de encontrar estruturas precárias, falta de professores e corte de recursos em projetos e programas, estudantes de classe média alta preferem pagar pelo Ensino Superior em faculdades particulares de ponta, com mensalidade de mais de R\$ 3 mil.



Ramalho viu falhas no IFSP e, mesmo após ser aprovado na UFSCar, foi para a Eseg
Foto: Helvio Romero/Estadão

É o caso de Isabella Alves Cabral, de 18 anos, que estudou no Colégio Mopi, na Tijuca, zona norte do Rio. Ela conta que sempre sonhou em entrar em uma universidade pública. Durante todo o ensino médio, dedicou-se aos estudos e simulados dos grandes vestibulares do país. Ela foi aprovada em Arquitetura na Universidade Estadual do Rio (Uerj), mas não quis se matricular – preferiu estudar na PUC-Rio, onde o curso custa R\$ 3,8 mil ao mês. “Fiquei muito chateada, porque era

meu sonho estudar na Uerj. Mas não me senti segura, lá não há nem previsão de quando as aulas vão começar. ”

Com atraso nos repasses do Estado, em crise, a instituição fez nova alteração no cronograma semana passada. “Meus amigos que estudam na Uerj estão tentando sair de lá porque não têm previsão de quando vão terminar o curso. ”

Heitor Ferreira, de 18 anos, até desistiu de fazer a segunda fase do vestibular da Uerj, já que a prova coincidia com a da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. Ele também fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e teve nota que o permitia entrar em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF), mas preferiu a FGV Rio – com mensalidade de cerca de R\$ 3,5 mil para o curso. “Eu pensava em fazer universidade pública por ser gratuita e reconhecida, mas, pela situação de crise que enfrenta, o ensino não tem a mesma qualidade de alguns particulares”, afirma. Para ele, as instituições estaduais e federais sofrem com muitas greves, falta de infraestrutura e professores, o que desmotiva os estudantes. “É um investimento em que devo ter retorno rápido. Ouvi dizer que alunos da FGV conseguem estágio logo no 3.º ano. ”

No vestibular de 2016, a Uerj teve uma queda de 16,4% de inscritos em relação ao ano anterior – foram 12,3 mil candidatos a menos. Para a sub-reitora de graduação, Tania Maria de Castro Carvalho Netto, houve uma “pequena queda” que pode ter sido influenciada pela grave crise enfrentada pelo governo estadual do Rio e como reflexo do desemprego da população. Tania também afirmou que a universidade não perdeu “seu prestígio” e a atual crise não afetou a qualidade dos cursos.

No entanto, segundo dados da própria universidade, no ano passado o número de alunos que solicitou transferência aumentou 36,7%. Em 2014 e 2015, 512 e 510 estudantes deixaram cursos na instituição. Em 2016, o número subiu para 700.

São Paulo. André Lucas Ramalho, de 20 anos, foi aprovado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mas preferiu fazer a matrícula na Escola Superior de Engenharia e Gestão (Eseg), onde conseguiu uma bolsa integral. “Apesar de ser menos conhecida do que a federal, eu tinha certeza de que teria uma boa estrutura e não enfrentaria problemas como greves, que poderiam atrasar meu curso. ”

No semestre passado, Ramalho havia sido aprovado e começou a fazer o curso no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), mas disse ter ficado desmotivado com a estrutura que encontrou. “As salas tinham goteira, cadeiras e pisos quebrados. Nos laboratórios faltavam materiais desde béquer até gases para os experimentos”, diz. Por receio de encontrar situação parecida na UFSCar, ele decidiu ir para a particular. Investimento. Em nota, o IFSP informou que, em quatro anos, realizou investimentos de R\$ 9,2 milhões em equipamentos no campus São Paulo – e o Departamento de Mecânica, do qual faz parte o curso de Engenharia de Produção, recebeu R\$ 1,1 milhão. Também informou que fez uma obra de R\$ 4,5 milhões para o telhado, que deve ser concluída nesse mês, além de outra reforma de R\$ 1,2 milhão para a troca de piso nas salas e saguão. As cadeiras foram trocadas no início de 2016.

No entanto, informou que, com o contingenciamento “imposto” pelo governo federal, o orçamento para 2017 não traz recursos para novos investimentos em infraestrutura. A nota ainda aponta que as greves no IFSP têm “adesão mínima” de docentes e servidores. E afirma que a imagem do instituto vem sendo “positivamente construída, com reflexo no aumento de alunos matriculados e elevado índice de empregabilidade de seus egressos”.

Em nota, o MEC informou que as instituições têm autonomia administrativa e são responsáveis por “gerir as próprias imagens”. E destacou ter liberado 100% da verba de custeio em 2016.

PEC dá permissão para cobrar por pós

A Câmara dos Deputados marcou sessão extraordinária exclusiva na quarta-feira para votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que permite às universidades públicas do País cobrarem pela pós-graduação lato sensu, exceto mestrado profissional.

A justificativa é reforçar o caixa das instituições, permitindo a elas oferecer cursos direcionados a empresas, por exemplo. Atualmente, algumas instituições cobram por esses cursos, mas têm sido contestadas na Justiça. Críticos veem brecha para a “privatização” do ensino, que deve ser de acesso gratuito a todos, conforme a Constituição.

Anexo 6 - Aprendizagem destravada – O Estado de São Paulo – publicado em 01/08/2015

NIGÉRIA - O aspecto da Ken Ade Private School não é lá essas coisas. Suas salas de aula, cada qual dividida em duas séries, estão instaladas em barracões de ferro corrugado, espalhados pelas ruas malcheirosas de Makoko, a mais famosa favela de Lagos. As janelas não têm vidros, e nos soquetes do sistema de iluminação não se veem lâmpadas. As pás dos ventiladores de teto permanecem imóveis. Por volta das dez da manhã, na hora do lanche, as professoras organizam danças e jogos educativos e o ambiente é dominado por uma cantoria ensurdecadora. As lousas soletram o abecê do dia. A pouca distância dali, há um bonito prédio de dois andares, que abriga uma escola da rede pública de ensino.

Em seu interior, as crianças estão sem fazer nada. Os professores não apareceram para dar aula.

Segundo estimativas recentes, em Lagos, cidade que é a capital comercial da Nigéria, o número de escolas particulares de baixo custo chega a 18 mil. Todos os anos, centenas de outras são abertas. As importâncias cobradas dos pais dos alunos são, em média, de aproximadamente 7 mil nairas (US\$ 35) por semestre, havendo escolas que cobram apenas 3 mil nairas. Em contraste com isso, entre 2010 e 2011, a cidade contava com apenas 1,6 mil escolas públicas. E em alguns bairros, entre eles a metade “flutuante” de Makoko, onde os barracos de madeira se erguem sobre palafitas, não há nenhuma unidade da rede pública de ensino.

Nos países desenvolvidos, as escolas particulares cobram caro e educam os filhos da elite. Mas é a Ken Ade que representa melhor a típica instituição de ensino do setor privado, não apenas na Nigéria, mas em todo o mundo. Em 2010, calcula-se que havia 1 milhão de escolas particulares nos países em desenvolvimento. Algumas são mantidas por entidades filantrópicas e igrejas ou contam com subsídios governamentais. O grupo que mais cresce, porém, é o de escolas de baixo custo, instaladas em áreas pobres e comandadas por empreendedores decididos a atender famílias que vivem com menos de US\$ 2 por dia.

O porcentual de alunos do ensino fundamental matriculados em escolas particulares é muito maior nos países pobres do que nos ricos: 20%, segundo dados extraídos de

fontes oficiais, frente a 10% há uma década. Como essas instituições costumam operar na informalidade, a proporção de alunos que pagam pelos estudos certamente deve ser maior. Um censo escolar realizado entre 2010 e 2011 em Lagos, por exemplo, identificou um número quatro vezes maior de escolas particulares do que o que consta dos registros oficiais. A Unesco, agência da ONU responsável pela área de educação, calcula que metade de todos os gastos com educação nos países pobres sai do bolso dos pais dos estudantes. Nos países ricos, o índice é muito menor. Um dos fatores por trás do boom do ensino particular nos países em desenvolvimento são os pais que se preocupam com a ascensão social de seus filhos e buscam alternativas para o ensino de péssima qualidade oferecido pelas escolas públicas. Em países do sul e do oeste asiático, metade das crianças com quatro anos de escolaridade não possui as habilidades de leitura mínimas esperadas para essa etapa da vida escolar. Na África isso acontece com um terço dos alunos que completaram os quatro primeiros anos de seu processo de aprendizagem. Em 2012, Kaushik Basu, que atualmente está no Banco Mundial, mas na época prestava assessoria ao governo indiano, afirmou que o avanço acelerado na taxa de alfabetização da Índia era consequência, sobretudo, dos gastos com educação realizados por pais que desejavam ajudar os filhos a ter um melhor desempenho escolar. “As pessoas comuns compreenderam que numa economia mais globalizada suas chances aumentam muito com uma educação de melhor qualidade”, disse ele.

Em muitos países pobres, não se construiu quantidade suficiente de escolas nem se treinou número suficiente de professores para acompanhar o crescimento da população. Em metade deles há mais de 50 crianças em idade escolar para cada professor formado. E ainda que boa parte desses países destine fatias generosas de seus orçamentos públicos à educação, o impacto é limitado, tendo em vista a base tributária reduzida. Parte dos recursos também acaba sendo desviada por conta de fraudes que envolvem o pagamento de salários a professores que se mudaram ou morreram ou o financiamento a escolas que não existem. Em 2009, o governo de Serra Leoa começou a conferir a identidade dos professores antes de pagar seus salários. De lá para cá, foram excluídos 6 mil falsos professores da folha de pagamentos. No Paquistão, um levantamento recente revelou que havia 8 mil escolas públicas fantasmas no país.

As redes públicas de ensino com frequência são afetadas por greves de professores e altas taxas de absenteísmo. Numa favela da zona leste de Délhi, que abriga muitos imigrantes provenientes do nordeste do país, as crianças dividem seus dias entre as aulas em pequenas escolas particulares, instaladas em armazéns abandonados e com mensalidades que variam entre 80 e 150 rupias (US\$ 1,25 a US\$ 2,35) por mês, e a escola pública gratuita das redondezas, em que elas podem almoçar e vez por outra ganham livros, mas poucas vezes têm aulas. Em visita a escolas rurais na Índia, em 2010, pesquisadores descobriram que 25% dos professores não apareciam em sala de aula.

Estudo do Banco Mundial revela que nas escolas de ensino fundamental da rede pública de alguns países africanos, as faltas dos professores representam de 15% a 25% de sua carga horária de trabalho. “Os professores do Estado não se sentem obrigados a vir para a escola”, diz Emmanuel Essien, um motorista que trabalha dia e noite para pagar a escola em que seus filhos estudam, em Alimosho, subúrbio de Lagos. “Quando aparecem, muitas vezes falam para a criança sair por aí biscateando. Depois vêm dizer que os seus filhos têm de ter aulas de reforço ou que precisam comprar mais livros, só para pôr algum dinheiro no próprio bolso.”

Privatizando o Parnaso. Quando têm a possibilidade de escolher entre uma escola pública gratuita, onde pouco se ensina, e uma escola particular onde as crianças de fato aprendem alguma coisa, os pais que conseguem juntar dinheiro para pagar as mensalidades não hesitam em optar pela segunda alternativa. Num mercado que funcionasse de maneira adequada, a necessidade de atrair alunos destravaria a competição e, com o passar do tempo, melhoraria a qualidade do ensino para todos. Mas, como explicam em artigo publicado pelo Banco Mundial, Tahir Andrabi, Jishnu Das e Asim Ijaz Khwaja, imperfeições do mercado impedem que isso aconteça. Optar por uma escola particular pode ser uma escolha individual perfeitamente racional, mas o efeito disso sobre o resultado mais global dos investimentos em educação é limitado. Uma das imperfeições do mercado educacional é que os pais com frequência têm poucas informações objetivas sobre parâmetros de qualidade. Países onde as escolas públicas são ruins raramente dispõem de sistemas nacionais de avaliação confiáveis. Para atrair alunos, as escolas particulares podem exagerar seu desempenho, concedendo notas melhores do que as que seus estudantes efetivamente merecem. Essien diz que passou a submeter os filhos a provas que ele próprio elabora, com o

intuito de verificar se estão realmente progredindo. Ainda que clientes como ele sejam capazes de cobrar os professores de instituições educacionais privadas, levando-os a evitar as faltas e a se empenhar em sala de aula, bons professores não surgem do nada.

A coisa se torna ainda mais complicada pelo fato de que a educação é, em grande medida, um “bem posicional”: o objetivo é conseguir um emprego ou conquistar uma vaga na universidade e, para tanto, em vez de se esforçar para atingir o nível absoluto mais alto, a pessoa só precisa superar os outros candidatos. Especialmente em áreas rurais, onde não costuma haver muita escolha, ser um pouquinho melhor que a escola pública é suficiente para atrair a clientela, diz Joanna Harma, do Centre for International Education, da Universidade de Sussex. E, ao abrigo das forças do mercado, as escolas públicas não têm nenhum incentivo para melhorar. Isso significa que a seleção da escola pode “agrupar” as crianças em diferentes tipos de estabelecimento de ensino: os pais mais bem informados e comprometidos colonizam as melhores, que então se apoiam em sua reputação para preservar a posição que ocupam na hierarquia. Pesquisas realizadas em vários lugares da África e do sul da Ásia mostram que as crianças que frequentam escolas particulares de baixo custo provêm de famílias com melhores condições socioeconômicas, recebem ajuda dos pais com a lição de casa e têm mais tempo de pré-escola.

Uma compilação de diversas pesquisas, grande parte delas realizada no sul da Ásia, indica que os alunos das escolas particulares de baixo custo se saem melhor nas avaliações, ainda com frequência apenas em algumas matérias. Nos poucos estudos que levam em conta as diferenças no contexto familiar e outros fatores similares, o desempenho dos alunos das escolas particulares não é tão melhor assim.

No Chile, o sistema de vouchers educacionais, adotado em 1981, ainda sob a ditadura do general Augusto Pinochet, tem por objetivo permitir que estudantes pobres se transfiram de escolas públicas de má qualidade para boas instituições privadas e, ao gerar competição entre os dois tipos de estabelecimento, elevar o nível educacional dos estudantes. Atualmente, 38% dos alunos estudam em escolas públicas, 53% em escolas particulares que aceitam vouchers e 7% em instituições de elite em que os pais precisam pagar integralmente as mensalidades. Nos anos 90, os governos de centro-esquerda que sucederam Pinochet permitiram que as escolas subsidiadas cobrassem a diferença entre a quantia coberta pelos vouchers e o valor efetivo de

suas mensalidades. Elas também podem selecionar os alunos com base em suas competências.

Os resultados do Chile no Pisa, uma avaliação internacional com jovens de 15 anos nas áreas de leitura, matemática e ciências, são melhores que os de todos os outros países latino-americanos, indicando que o sistema produz efeitos positivos globais. Mas isso está longe de ser uma demonstração inequívoca de suas vantagens: os países da região estão todos, sem exceção, no terço inferior do ranking mundial. E quando o contexto familiar relativamente privilegiado dos alunos das escolas particulares é levado em conta, diz Emiliana Vegas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, as escolas públicas apresentam desempenho melhor, sobretudo se se leva em conta que elas atendem as crianças com maiores dificuldades de aprendizagem.

O aspecto em que as escolas particulares deixam as instituições públicas comendo poeira é a relação custo/benefício. Estudo recente, realizado no Estado indiano de Andhra Pradesh, incluiu a distribuição de vouchers entre cerca de 6 mil alunos escolhidos aleatoriamente, que podiam usá-los para se matricular em escolas particulares. Quatro anos mais tarde, seu desempenho escolar foi comparado com o de estudantes que não haviam recebido os vouchers. Os dois grupos tiveram resultados semelhantes em matemática e télugo, o idioma local. Mas as escolas particulares haviam dedicado menos tempo a essas matérias, a fim de abrir espaço no currículo para estudos de língua inglesa e ciências, em que seus alunos tiveram desempenho melhor. E os gastos por aluno corresponderam a apenas um terço dos gastos por aluno do setor público. Segundo dados oficiais, entre 2011 e 2013, o Estado de Lagos gastou pelo menos US\$ 230 com cada criança que passou pelo primeiro ciclo do ensino fundamental, montante duas vezes superior ao que uma escola particular típica costuma cobrar de seus alunos.

Nota por esforço. O atual governo chileno, de centro-esquerda, resolveu desfazer as reformas de Pinochet. Uma das alterações propostas é a exclusão das escolas com fins lucrativos do sistema de vouchers. O novo porta-estandarte das reformas educacionais baseadas em mecanismos de mercado é a província paquistanesa do Punjab. No Paquistão há 25 milhões de crianças fora da escola, e políticos reformistas querem a ajuda do setor privado para expandir o atendimento de forma rápida e barata. A fim de melhorar o funcionamento do mercado, vêm sendo feitas experiências

com instrumentos que ofereçam aos pais mais informações sobre parâmetros de qualidade e que ajudem as escolas bem-sucedidas a crescer.

A responsabilidade pela educação está sendo delegada às quatro províncias em que o país se divide, e o incansável ministro-chefe do Punjab, Shahbaz Sharif, irmão do primeiro-ministro do Paquistão, Nawaz Sharif, determinou que seu governo não construirá nenhuma das novas escolas necessárias à universalização das matrículas para as crianças em idade escolar até 2018. Os recursos estão sendo canalizados para o setor privado por meio da Punjab Education Foundation (PEF), entidade independente com atuação voltada sobretudo para famílias extremamente pobres.

Um dos projetos consiste em prestar auxílio a empreendedores que queiram abrir novas escolas, em especial em áreas rurais. Outro distribui vouchers para famílias que moram em favelas, a fim de que elas possam matricular os filhos que não estejam na escola em instituições aprovadas pela PEF. No âmbito de um terceiro projeto, algumas escolas têm todas as suas vagas “compradas”. Essas instituições não podem cobrar mensalidades e são obrigadas a se submeter a ações de monitoramento e a adotar programas de formação de professores. Apesar de o investimento por aluno ser inferior a metade do que é gasto pelas escolas públicas, os resultados são no mínimo equivalentes, diz Aneela Salman, diretora da PEF. “O setor privado tem muito mais flexibilidade para empregar pessoas e é capaz de montar escolas com rapidez em instalações alugadas e também consegue contratar professores da comunidade local.”

A província paquistanesa também está aprimorando seus mecanismos de supervisão e vem buscando maneiras de informar os pais sobre parâmetros educacionais. Foram despachados mil inspetores, armados com tablets, para verificar questões básicas, como o comparecimento diário de funcionários, professores e alunos. Esses fiscais começaram a submeter os professores a avaliações, usando questões extraídas de exames para os quais eles deveriam estar preparando os alunos. “Os resultados iniciais”, diz em tom pesaroso uma autoridade, “não são bons”.

Em programa conjunto do Banco Mundial, Universidade de Harvard e governo do Punjab, realizado em alguns vilarejos dessa província, os pais receberam boletins escolares contendo a pontuação obtida por seus filhos em determinados testes educacionais e a média das pontuações dos alunos das escolas das proximidades, tanto públicas, como privadas. Um ano depois, os vilarejos participantes tinham mais

crianças matriculadas na escola e seu desempenho em matemática, inglês e urdu era melhor do que os de crianças de vilarejos com características similares, onde não havia acontecido a distribuição de boletins. Foi um programa extremamente barato e produziu resultados mais favoráveis do que algumas intervenções mais dispendiosas, como as que envolvem o pagamento de benefícios para que os pais mandem seus filhos para a escola.

Atualmente, o PEF é responsável pela educação de 2 milhões das 25 milhões de crianças do Punjab, fatia que deve aumentar para 3 milhões até 2018. Por outro lado, a rede pública de ensino perdeu 2 mil escolas em razão da fusão de algumas unidades e do fechamento de outras. Uma “privatização” do ensino nessas proporções teria provocado uma onda de protestos na Grã-Bretanha, cujo Department for International Development apoia as reformas em curso na província paquistanesa. Mas, num país onde há tantos pais que sonham em matricular seus filhos em escolas particulares e que recentemente viram sua conterrânea Malala Yousafzai, que é filha de um dono de escola, ser agraciada com um Nobel, não se observam muitos sinais de preocupação.

Escolarização a prestações. ONGs e ativistas educacionais costumam opor-se ao avanço das escolas particulares, às vezes por temerem que as pessoas mais pobres fiquem para trás, mas com mais frequência por questões ideológicas. Em outubro, Kishore Singh, relator especial das Nações Unidas sobre o direito à educação, disse à Assembleia Geral da ONU que a educação com fins lucrativos “não deveria ser permitida, para que possamos preservar a nobre causa da educação”. Outros, de forma aparentemente mais razoável, exigem maior fiscalização sobre o setor: em resolução aprovada em 1.º de julho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU pede que países regulamentem e supervisionem suas redes privadas de ensino.

Acontece que nos lugares onde o governo é hostil às escolas particulares, a regulamentação é usada como pretexto para persegui-las. Pesquisas realizadas em vários países mostram que muitos dos critérios geralmente usados nesse tipo de monitoramento, como qualidade das instalações, qualificação e remuneração dos professores, não têm relação com a eficácia das escolas. Nos últimos anos, vários países pobres passaram a pôr em sala de aula professores sem formação e com contratos de trabalho temporários, recebendo salários muito inferiores aos da equipe pedagógica permanente. Na Índia, no Quênia, no Paquistão e no Mali, o desempenho

educacional dos alunos que têm professores temporários é pelo menos tão bom quanto o dos que têm aulas com professores permanentes.

Muitas pequenas escolas particulares nem tentam obter um registro oficial, pois sabem que suas chances são pequenas, principalmente porque a corrupção é generalizada. Na Índia, uma lei federal de 2009 obriga todas as escolas particulares a se registrar, o que exige o cumprimento de uma série de exigências dispendiosas, às quais os Estados acrescentaram ainda outras de sua própria lavra.

Determina-se, por exemplo, que os estabelecimentos escolares devem contar com playgrounds (excluindo imediatamente quase todas as escolas situadas em favelas) e professores formalmente qualificados e com salários compatíveis com os pagos pela rede pública. O Estado de Uttar Pradesh limita o aumento das mensalidades a 10% a cada período de três anos. O principal efeito desse paroxismo de burocracia é conceder a funcionários públicos corruptos mais motivos para tentar arrancar propinas dos donos das escolas.

Por terem de se manter na informalidade, as escolas particulares ficam sem acesso ao crédito e não têm como crescer ou obter economias de escala. Estudo de pequeno alcance, realizado em zonas rurais da Índia, revela que, das escolas particulares visitadas pelos pesquisadores, 25% fecharam as portas um ano depois, por ocasião de uma segunda visita. Algumas provavelmente eram estabelecimentos bem administrados, mas que não conseguiram sobreviver aos problemas de fluxo de caixa, já que atendiam a crianças cujos pais, com empregos precários e mal pagos, nem sempre conseguiam pagar as mensalidades. Outras deviam ser comandadas por pessoas extremamente comprometidas com a educação, mas sem nenhum tino comercial.

Outro estudo conduzido no Punjab mostra como a falta de crédito restringe a atuação das escolas particulares. Ofereceu-se uma dotação de US\$ 500 a todos os estabelecimentos situados em alguns vilarejos selecionados aleatoriamente. Em troca, solicitava-se a elaboração de propostas para a utilização do dinheiro com o intuito de melhorar a escola, exatamente como um banco faria, ao condicionar a concessão de um pequeno empréstimo à apresentação de um plano de negócios.

Auditorias realizadas um ano depois mostram que os recursos foram integralmente gastos com os aprimoramentos propostos e que o desempenho dos alunos nos testes

de avaliação havia melhorado mais do que em vilarejos usados como grupo de controle.

Um fenômeno promissor é a disseminação de redes de escolas particulares de baixo custo em cidades populosas da África e do sul da Ásia. Algumas delas começaram atendendo famílias de melhor condição socioeconômica e agora avançam sobre segmentos mais populares. Seus fundadores têm mais em comum com os jovens entusiastas altamente escolarizados que criam instituições educacionais comunitárias nos Estados Unidos, do que com os proprietários dos estabelecimentos individuais que dominam o setor, diz Julia Moffett, do Future of Learning Fund, que financia empreendedores do setor educacional na África.

A Bridge International Academies, que mantém 400 escolas do primeiro ciclo do ensino fundamental no Quênia e em Uganda e planeja abrir unidades na Nigéria e na Índia, é a maior dessas redes. Entre seus financiadores estão pessoas como o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, e Bill Gates. A Omega Schools conta com 38 estabelecimentos de ensino em Gana. (A multinacional britânica Pearson, que atua nos segmentos editorial e educacional e é proprietária de 50% da revista *The Economist*, tem participações tanto na Bridge, como na Ômega). Recentemente, redes de baixo custo com cerca de dez escolas cada, se instalaram na Índia, na Nigéria, nas Filipinas e na África do Sul.

As estratégias de redução de custos da Bridge incluem o uso de instalações padronizadas, feitas com contêineres, e roteiros de aulas que os professores recitam para os alunos, lendo-os em tablets conectados com um sistema central. Isso permite à rede economizar com programas de formação e supervisão de professores. Está em andamento uma avaliação independente, com o objetivo de verificar se esse tipo de ensino automatizado é melhor que o modelo tradicional - em que muito frequentemente professores mal preparados se veem às voltas com materiais pedagógicos que eles próprios não entendem. É pouco provável que o potencial que a tecnologia tem de transformar a educação venha a ser efetivamente explorado em escolas públicas, onde professores e sindicatos resistem a qualquer mudança que implique mais supervisão ou que permita reduzir o tamanho das equipes pedagógicas. Outra tendência, diz Prachi Srivastava, da Universidade de Ottawa, é o surgimento de empresas que prestam serviços auxiliares para escolas particulares, incluindo o desenvolvimento de currículos, kits de ciências e treinamento em administração

escolar. Instituições de crédito também começam a ser criadas. A Indian School Finance Company, criada pela Grey Ghost Ventures, uma impact investor (empresa voltada para a realização de investimentos que tenham impacto socioambiental, além gerar retornos financeiros), com sede em Atlanta, nos Estados Unidos, já se expandiu para seis Estados indianos, desde que abriu as portas, em 2009. O IDP Rising Schools Programme, programa de microcrédito em Gana, também oferece a seus clientes atividades de formação de professores. As escolas particulares podem se tornar um bom negócio para essas empresas e seus investidores - e, se as autoridades governamentais permitirem que ele prospere, pode ser bom para os alunos também.

Anexo 7 - ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil – O Estado de São Paulo – publicado em 19/10/2015

Relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas ainda indica preocupação com abandono da questão do gênero por Estados e municípios, desigualdade educacional e privatização da educação

Paulo Saldaña

O Comitê sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) mostrou preocupação com os cortes de orçamento na área da educação no Brasil e recomendou aumento nos investimentos no setor. O relatório, finalizado no início deste mês, destacou que o comitê está preocupado que as estratégias destinadas a eliminar a discriminação com base na orientação sexual e raça tenham sido removidas dos Planos de Educação de vários estados. O acesso educacional igualitário às crianças em situação de vulnerabilidade, negros e moradores de zonas rurais e de áreas remotas também tiveram atenção especial no documento.

Com 24 páginas, o documento é a atualização que o comitê da ONU realiza a cada cinco anos sobre os países signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança. Os 18 peritos independentes que compõem o órgão analisam as informações fornecidas pelo governo brasileiro e pela sociedade civil.

Além de indicar preocupação com os cortes de orçamento, o comitê recomenda que o País “aumente o investimento no setor educacional para fortalecer a educação pública e priorizar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)”. O PNE

é uma lei aprovada no ano passado e elenca metas a serem alcançadas em dez anos. Para financiar as ações o plano indica a necessidade de aumentar o investimento em educação para dez anos. Para financiar as ações, o plano indica a necessidade de aumentar o investimento em educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2024.

Desde o final do ano passado o governo federal tem cortado orçamento para educação. Programas, como por exemplo o de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), bolsas para iniciação à docência e do Pacto de Alfabetização, tiveram atrasos. Governos estaduais, como o de São Paulo, também realizaram cortes nesse ano. Entre as recomendações, o documento cita a necessidade do investimento em infraestrutura escolar, incluindo acesso à água e saneamento básico, particularmente nas áreas rurais e remotas. Inclui a necessidade de “alocar adequados recursos humanos, técnicos e financeiros e também formação de qualidade para os professores a fim de garantir educação de qualidade para crianças indígenas e que moram no campo ou em áreas remotas”.

Em caso de escassez de recursos, a ONU indica que a educação pública seja priorizada em detrimento à privada. O avanço da privatização da educação, como a adoção por parte de municípios de sistemas de ensino padronizado, é criticado pelo documento. O comitê se coloca contrário ao aumento do número de escolas sob a responsabilidade da Polícia Militar.

Para Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi muito positivo que o comitê tenha se posicionado sobre a situação atual. “Para nós, a grande conquista do documento é o comitê ter reconhecido a questão dos impactos do ajuste fiscal na educação e a preocupação com os reflexos negativos no atendimento ao Plano Nacional de Educação. São acontecimentos dos últimos dois meses”, explica ela.

A Campanha, Ação Educativa, Anced e Conectas atuaram juntas representando a sociedade civil para apresentar o contexto atual da educação no Brasil. Os membros do comitê aceitaram receber as entidades três horas antes da agenda com o governo brasileiro para que houvesse uma atualização da situação no País. Também receberam uma cópia em inglês do PNE. “A própria recomendação sobre infraestrutura das escolas é reflexo da apresentação que fizemos sobre o Custo Aluno-Qualidade”, diz Maria.

Outro reflexo da atuação da sociedade civil é a preocupação com a questão de gênero. O documento indica que o comitê está preocupado com as atitudes “patriarcais e estereótipos de gênero” que discriminam as meninas e as mulheres.

Para o advogado Salomão Ximenes, da Ação Educativa, as recomendações representam um grande avanço. “Levar essa discussão para um órgão da ONU é muito importante e chama atenção para os riscos”, diz ele. “O Brasil tem compromisso internacional de cumprir a Convenção de Direitos da Criança. O documento tem um peso importante na política internacional de Direitos Humanos. O importante é que consigamos, a partir disso, transformar as recomendações em política nacional de monitoramento”.

Além das preocupações e recomendações referentes à política educacional, o comitê ainda denuncia, entre outros pontos, as forças policiais no Brasil pelo “elevado número de execuções extrajudiciais de crianças”. Segundo a avaliação, essa tendência de execuções e prisões ganhou impulso diante dos megaeventos esportivos e a tentativa de “limpar” o Rio para a Olimpíada em 2016.

Questionado pela reportagem, o Ministério da Educação ressaltou que o PNE prevê a ampliação dos recursos para a educação até o patamar de 10% do PIB ao final de 2024. “Além disso, é estipulado que este patamar seja de 7% do PIB do País no 5º ano de vigência do plano. Ao longo dos últimos anos pode-se observar que houve uma curva crescente no investimento tanto da educação básica quanto do Ensino Superior”, diz o MEC em nota. “Em 2000, o investimento na educação básica era 3,7% e passou para 5,1%, em 2013. No mesmo período, o percentual do Ensino Superior variou de 0,9% para 1,1%. Atualmente, estamos em um patamar de 6,2%, considerando os dados de 2013 para as duas etapas”.

O MEC ressaltou ainda que, para assegurar o direito à educação de qualidade, tem construído pactuações com os entes federativos, que, “por sua vez, têm suas responsabilidades e desafios mais imediatos em cada território”.

“Destacamos ainda que os materiais produzidos pelo MEC não se pautam por quaisquer preferências, proselitismos ou discriminações de quaisquer naturezas. Antes, prezam pela garantia do direito humano à educação como um valor, tendo as diretrizes do PNE como norteadoras da ação técnica.”

Anexo 8 - Para brasileiros, educação é a chave para desenvolvimento

Ibope/CNI: 6 entre cada 10 entrevistados acham que ensino ruim atrasará país

Por Renata Honorato



Alunos aprendem em sala de aula de escola particular (Arquivo/VEJA/VEJA)

Em todos os níveis – fundamental, médio e superior -, as instituições privadas apresentam as melhores médias de avaliação na pesquisa.

Sem investir na educação, o Brasil jamais será capaz de se transformar num país desenvolvido. Essa é a percepção da população brasileira sobre o assunto, sinalizada numa pesquisa divulgada nesta sexta-feira pelo Ibope e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo traça um panorama da educação no Brasil e faz parte da série Retratos da Sociedade Brasileira.

Os resultados, aos quais VEJA.com teve acesso, mostra que a população do país enxerga essa área como uma das mais importantes para que o país tenha uma economia forte e estável. Conforme a sondagem, 61% dos entrevistados concordam totalmente com a afirmação de que “a baixa qualidade do ensino vai prejudicar o desenvolvimento do país”.

Participaram do levantamento 2.002 pessoas, homens e mulheres, com idade entre 16 e 70 anos, de todo o Brasil. O grau de instrução dos entrevistados varia entre a 4ª série do ensino fundamental e o Ensino Superior. A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário aplicado entre os dias 18 e 21 de junho. O intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro estimada é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Os dados da pesquisa Ibope/CNI levantam importantes questões, como a qualidade do ensino público, a capacidade pedagógica dos professores, a necessidade de investimento na profissionalização dos alunos, a privatização das universidades públicas e até o conteúdo programático vigente nos colégios hoje. Para a maioria dos entrevistados, “a escola cumpre cada vez menos o seu papel de ensinar disciplinas essenciais, como Português e Matemática”.

O ensino particular é considerado melhor do que o público. Em todos os níveis – fundamental, médio e superior -, as instituições privadas apresentam as melhores médias de avaliação, mesmo entre o público de baixa renda e com menor escolaridade. Em uma escala de 0 a 100, as escolas privadas foram consideradas melhores na educação fundamental (76,4 pontos contra 58,6), no ensino médio (75,6 pontos contra 59,3), na educação profissionalizantes (75,6 pontos contra 63,9) e na educação superior (75,6 pontos contra 66).

As demais etapas da vida escolar, ou seja, ensino médio, profissionalizante e superior, também se destacam nas instituições privadas. A segurança foi apontada como o maior problema das escolas públicas no quesito qualidade das instituições gratuitas. O relacionamento do corpo docente com os pais dos alunos foi o item de pior média na avaliação do trabalho dos professores.

ANEXO 9 - O futuro da universidade pública. Cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras? – Revista Veja – Publicado em 05/08/2018



Como melhorar a qualidade do ensino e a eficiência das nossas universidades públicas? (Nilton Fukuda/VEJA/VEJA)

Papel aceita tudo. A Constituição brasileira também. Ela aceita até tabelamento de juros. No seu artigo 207, lemos que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Esse parágrafo constitui a pedra fundamental do arcabouço burocrático do Ensino Superior no Brasil. Ele define universidade como uma instituição que oferece ensino, pesquisa e extensão; define que essas três atividades são indissociáveis (pelo menos dentro das universidades); e diz que as universidades gozam de autonomia.

Até a década de 90, as crises universitárias derrubavam ministros. A partir do presidencialismo de coalizão, o critério de sobrevivência passou a ser a atenção aos pleitos dos políticos da base de sustentação. “Habilidade política” tornou-se sinônimo da capacidade de atender aos anseios dos políticos e dos grupos representados por eles. Esse fato leva muitas pessoas a acreditar que seria interessante desvincular a educação básica do MEC, para que ela não fique sufocada pelo Ensino Superior. Outros pensam que seria mais eficaz associar as universidades ao setor de Ciência e Tecnologia. Como se a estrutura devesse determinar a estratégia – e não vice-versa.

São notórias – e possivelmente inevitáveis – as diferenças de qualidade e eficiência entre as instituições federais de Ensino Superior. O caso do ensino médio técnico, por exemplo, seria considerado como perda total se tomarmos como critério o número de graduados que efetivamente se dirigem para o mercado de trabalho.

No Ensino Superior, há instituições que, pela sua qualidade, poderiam estar localizadas em países desenvolvidos, e há departamentos, em várias instituições, que se destacam pela qualidade diferenciada. Mas ninguém nega que, em grande parte, o modelo único de universidade e a falta de mecanismos adequados para estimular a eficiência e a qualidade criam enormes distorções e desperdícios. Os justos pagam pelos pecadores. E o contribuinte paga a conta.

Em meio a tantos outros problemas gravíssimos, dificilmente esta seria uma conjuntura favorável para tratar da questão da universidade pública – especialmente das federais. As universidades federais, por não gozarem de autonomia de fato, acabam monopolizando o tempo e a atenção dos ministros da educação. Como observa o ex-ministro Renato Janine, a situação existente faz com que elas monopolizem a atenção do Ministério e do Ministro da Educação.

Desde o final do século passado, os países desenvolvidos promoveram profundas mudanças em seus sistemas de Ensino Superior por enxergá-los como estratégicos para o desenvolvimento econômico. Caíram todos os tabus, e há vários exemplos e vários modelos a considerar. Portanto, cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Anexo 10 - Análise: Reorganizando a reorganização de escolas – Jornal O Estado de São Paulo - publicado em 08/12/2015

POR RODRIGO TRAVITZKI

Professor e doutor em Educação

A Secretaria de Educação de São Paulo defende que a separação das escolas por ciclos deve melhorar o desempenho porque, “segundo o resultado do Idesp em 2014, as escolas de segmento único dos Anos Iniciais tiveram um rendimento 14,8% superior às demais; as escolas de segmento único dos Anos Finais, 15,2%; e as escolas de segmento único do Ensino Médio, 28,4% superior”. O Idesp é um indicador de qualidade escolar produzido pelo Estado de São Paulo, à imagem e semelhança do Ideb, produzido pelo Inep. Ou seja, estes percentuais se referem ao quanto as escolas melhorariam, caso o único fator existente na educação fosse a mistura ou não entre alunos de idades muito diferentes. Isto abre algumas perguntas:



WERTHER SANTANA/ ESTADÃO

1. Mesmo que esta conclusão esteja correta, vale a pena segmentar as crianças em idades para otimizar seu desempenho em testes de múltipla escolha?
2. Estes resultados podem ser confirmados com as informações disponíveis publicamente?
3. Estes percentuais se referem ao nível das escolas: mas serão iguais no nível dos alunos? Afinal, o todo e as partes são coisas diferentes, e o que importa é o aprendizado dos alunos.
4. O que aconteceria se introduzíssemos outras variáveis na equação? Afinal, a educação não é um fenômeno que possa ser explicado por uma única variável.

Pois bem, vou tentar responder algumas destas questões, com algumas limitações técnicas, mas de forma clara e transparente.

É melhor separar as escolas em ciclos? Por que separar as escolas em ciclos? Segundo o governo de SP, porque estas escolas têm melhores resultados nos indicadores de desempenho. Não tenho qualquer dúvida de que os dados do Idesp indiquem isso. Contudo, nem os dados, nem os detalhes da proposta foram, até o momento, disponibilizados ao público para uma análise aprofundada. Com exceção, até onde sei, até o momento, de um estudo.

Segundo o prof. Luiz Carlos de Freitas, da Unicamp, o estudo afirma que:

“Se as escolas tinham um índice mais alto quando havia um ciclo só na escola, então, havia uma relação de causa e efeito que poderia ser ampliada passando todas as escolas para escolas de um ciclo só. Com isso haveria uma melhora nos índices destas escolas. Isso, no entanto, não tem sustentação já que o fenômeno educativo é multivariado e não se explica por uma única variável, por exemplo, a existência ou não de um único ciclo.” [Leia tudo aqui](#)

Pois bem, a educação é um fenômeno complexo, não depende de um único fator, nem de um único ator. Qualquer mudança efetiva precisa ser negociada, inclusive para poder ser compreendida pelas diferentes partes envolvidas.

Não se trata, aqui, de relativizar tudo e negar as evidências. Pelo contrário, trata-se de buscar evidências diferentes, compreendê-las, perceber o que cada evidência pode informar e o que não pode. Só então, começar a relacionar as evidências entre si e criar modelos que as expliquem. Afinal, não é assim que se faz ciência?

Testando a hipótese

Pois bem, imbuído do mais sincero espírito científico, resolvi testar a hipótese: tentar confirmar os resultados que a Secretaria de Educação de São Paulo obteve com o Idesp, porém utilizando os dados do Saeb.

Infelizmente, as informações públicas sobre Ensino Médio são bastante limitadas, por serem amostrais e sem código de identificação no nível da escola. Mesmo assim, foi possível confirmar, em parte, a hipótese de que as escolas de um ciclo apresentam melhor desempenho – sendo o “em parte” por dois motivos: 1) não consegui muita “certeza estatística”, mesmo ampliando a amostra para a região Sul e Sudeste; 2) a diferença foi bem menor. A secretaria diz 28,4% mas eu só detectei 5% nos dados do Saeb. Não há qualquer contradição, pois estamos comparando coisas diferentes – meus números se referem ao aprendizado do aluno em Língua Portuguesa.

Em suma, sobre o Ensino Médio, o governo diz que as escolas de um ciclo são 28,4% melhores, em termos de resultado nos testes estaduais e também nos indicadores de fluxo. Não é possível confirmar estes resultados com exatidão, pois os dados detalhados não são públicos. Mas cheguei a algo próximo: comparando os alunos (não as escolas) das regiões Sul e Sudeste (não do Estado de São Paulo) na prova de Língua Portuguesa do Saeb (não nas provas do Idesp), vi que os alunos das escolas de um ciclo tem, em média, 12 pontos a mais na prova, o que significa um aumento de 5% na nota. Ou seja, os dados do Saeb confirmam que o ciclo único está associado (lembrando que correlação não é causa) ao resultado em testes, mas a relação encontrada foi mais fraca do que a publicada no portal da Secretaria de Educação. Talvez porque o portal se refira às escolas e meu teste de hipótese aos alunos.

De qualquer forma, não há muita “certeza estatística” na análise do Ensino Médio via Saeb. Sobre o Ensino Fundamental, por outro lado, foi possível tirar conclusões mais consistentes, porque os dados do Saeb são bem mais abundantes nesse ciclo.

E para o Ensino Fundamental?

Analisando os resultados nos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos de escola com ciclo único obtiveram apenas 4 pontos acima dos restantes, o que significa 2% da média. Novamente, nossos resultados confirmam os do governo, porém em magnitude muito menor.

Sendo assim, chegamos à quarta questão, dentre as inicialmente propostas. Como seria se introduzíssemos outra variável no sistema? Felizmente, o Inep começou a divulgar um indicador de nível socioeconômico das escolas junto com os dados do Saeb, o que facilita bastante as coisas. Sabe-se que esta variável está altamente associada ao desempenho em testes, sendo assim uma ótima candidata para introduzir no modelo.

Quando passei a levar em conta o nível socioeconômico das escolas, a relação entre ciclos e desempenho se inverte! Sim, o que parecia bom se torna ruim e vice-versa. Os alunos de escola com único ciclo passam a ter, em média, 8 pontos abaixo dos outros – o que corresponde a 4% da média. Vale notar que as escolas com ciclo único apresentam, em média, um nível socioeconômico mais alto do que as outras. O que suscita uma questão: em que medida o fechamento das escolas com Ensino Médio e Fundamental acabará atingindo negativamente a população mais vulnerável?

Pois bem, o que tudo isso significa, afinal? Antes de mais nada, que educação é uma coisa complicada e dificilmente será bem explicada com umas poucas variáveis. É preciso um debate qualificado, informação pública de fácil acesso, negociação de objetivos e meios. O exemplo anterior é bom para mostrar que nem tudo é o que parece na educação. Bastou a introdução de uma variável para que a conclusão virasse ao contrário. A mistura de alunos, que parecia um pouquinho ruim, depois ficou parecendo um pouquinho boa, com a introdução do nível socioeconômico da escola. Sempre apenas “parecendo” pois – nunca é demais lembrar – correlação não significa causa. Nenhum dos dois modelos corresponde exatamente ao fenômeno, mas juntos eles são mais informativos do que apenas um deles.

Fechar escolas: contra ou a favor?

Por fim, a questão de fechar ou não escolas. Na verdade, não tenho opinião formada sobre isso, pois não disponho de dados suficientes. O que significa, claro, que na dúvida é melhor não fechar. Mas é possível que o fechamento de algumas escolas seja de fato benéfico para a educação de São Paulo como um todo. Afinal, o desperdício de recursos não é desejável em lugar algum. O que diz o portal da Secretaria de Educação sobre isso?

Que o Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) “apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo”.

Esse é um bom argumento para se fechar escolas? Parece que sim, não? Mas, pensando bem, estão pressupondo que o tamanho das turmas estava bom antes desta queda demográfica. O que pode ser verdade ou não. Portanto, se estamos pensando em fechar escolas, precisamos saber o número de alunos por turma hoje, não apenas as tendências demográficas. E não pode ser só uma média deste número, pois precisamos de informações sobre os casos extremos: as salas vazias e as super lotadas.

Ou seja, o argumento apresentado no portal da Secretaria de Educação não é suficiente para justificar o fechamento de escolas. O ideal, nesse caso, seria que a Secretaria disponibilizasse estas informações – dentre outras – por escola, mostrando ainda os critérios a serem aplicados nesses dados, que então resultariam em uma escolha objetiva de escolas a serem fechadas.

O efeito das ocupações

Se não fossem os estudantes ocupando as escolas (adoro esta frase), nem estaríamos discutindo o “projeto de reorganização”. É bem provável que, em virtude de toda a mobilização que está acontecendo em torno dos estudantes paulistas – uma das poucas boas notícias recentes – o governo acabará publicando seus estudos, e quem sabe até um projeto com critérios claros para cada parte da “reorganização”, que afinal de contas teria sido implementada após “um amplo diálogo com dirigentes e educadores de todas as 91 diretorias de ensino” – segundo a Secretaria de Educação.

Talvez o debate fique melhor daqui pra frente, com mais informações, mais pontos de vista, menos frases de efeitos soltas pelo ar. Estudantes ocupando escolas, na busca por boa educação, reagindo a movimentos suspeitos do governo: isso alimenta o espírito!

Cartas na mesa

Caso o governo tenha de fato um plano para melhorar a educação com base em evidências, este seria um excelente momento para mostrar mais detalhadamente seu programa, seus estudos, seus dados. Até porque, depois de toda essa movimentação em torno da proposta de reorganização, mais um sigilo pode pegar mal.

Afinal, qual é o motivo da “reorganização”? É a melhoria da educação? Há evidências disso? Maravilha, então vamos por as cartas na mesa!

Caso contrário, fica a aberta a temporada de teorias da conspiração, nem tão conspiratórias assim. Para Daniel Cara, por exemplo, o programa tem como finalidade não a melhoria da educação, mas a redução de custos. O que não é nenhuma novidade na história das reformas educacionais. Para Luiz Carlos de Freitas, a isto soma-se um projeto de privatização da educação pública, já em andamento em alguns estados brasileiros.

Em todo caso, cartas na mesa só ajudarão a esclarecer as coisas e melhorar o funcionamento do sistema de educação – do ponto de vista educacional, não apenas gerencial ou econômico.

Anexo 11: A lei do Escola sem Partido é, sim, necessária – publicado em 15/09/2016

Não se trata de impor uma mordaza aos professores, mas garantir a liberdade de opinião dos estudantes

Suponha que, na escola pública do seu filho, o professor de história é fã de Jair Bolsonaro. Ele ensina que o governo militar não foi uma ditadura, e sim uma democracia que fez muito bem ao matar comunistas. Na prova de fim de ano, seu filho dá uma opinião diferente – e leva zero. Você reclama à diretoria, que dá razão ao professor e diz a você:

– Escola sem pensamento crítico não é escola!

Intelectuais que eu admiro, como Joel Pinheiro da Fonseca e Luiz Felipe Pondé, acreditam que o movimento Escola sem Partido acerta no diagnóstico (a doutrinação de esquerda das escolas) mas erra na solução (leis contra a doutrinação que tornariam o professor um refém).

Discordo da segunda parte. Fará muito bem às escolas públicas uma lei para proteger alunos contra o proselitismo de professores, sejam esses professores fãs de Che Guevara ou do coronel Ustra. A lei não necessariamente restringirá a liberdade de ensino e terá o poder de preservar alunos contra a discriminação ideológica.

Assim como o professor não pode agir com preconceito contra etnias ou preferências sexuais, também não pode discriminar de acordo com a opção partidária.

No ensino público (falo apenas das escolas públicas; não acho que o governo deve se meter nas escolas privadas), professores são pagos para preparar alunos ao debate, para a tolerância a ideias divergentes. Geralmente contrários à privatização, professores de esquerda privatizam o espaço público quando usam a sala de aula para pregação política. Muitos deles mal percebem a diferença entre ensino e doutrinação.

A Constituição passa rápido pelo assunto. Determina que o ensino deve ser ministrado com base no princípio do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e

coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. É pouco. Não faria mal uma lei que estabelecesse critérios mais precisos e dessas ferramentas para pais e alunos reclamarem de professores abusivos.

É verdade que a tentação legiferante, a crença de que leis resolverão todos os problemas do país, costuma resultar em tiros no pé. Não é o caso aqui. A lei só garantiria uma liberdade negativa, o direito de não ser discriminado pelo professor. Os membros do Escola sem Partido já disseram diversas vezes que estão abertos à discussão e defendem uma lei que contenha abusos sem mexer na liberdade de ensino.

O apreço à divergência de ideias é o bem mais valioso que professores podem transmitir aos alunos. Se tantos professores brasileiros não reconhecem esse bem, e pior, se discriminam alunos por causa da opinião política, uma lei para proteger a livre opinião nas escolas públicas viria muito bem a calhar.

@Inarloch

Anexo 12: Crônica de uma crise anunciada – Jornal Valor Econômico – Publicado em 18/08/2017

O campus principal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está a 500 metros do estádio do Maracanã, na Tijuca, zona norte do Rio. Um conhecido jornalista esportivo, que cursou direito na Uerj, conta, com graça, que trocou de profissão ao perceber que passava mais tempo no vizinho Maracanã do que nos corredores da universidade. "Não tinha professor que pudesse concorrer com o Zico", justifica, flamenguista apaixonado que é.

Na tarde de terça-feira, os corredores da Uerj viviam um clima de felicidade de arquibancada do Maracanã no momento do gol. Os salários e as bolsas referentes aos meses de maio, junho e julho finalmente estavam disponíveis em conta corrente, encerrando três meses de dureza extrema.

Sob pressão da comunidade, o reitor da UERJ, Ruy Garcia Marques, anunciara no começo do mês a suspensão das aulas dos quase 30 mil alunos, 2425 docentes e 4946 servidores na ativa. Apontara como razão da suspensão as condições precárias da universidade. "O atraso salarial cada vez maior gera um endividamento crescente, insegurança, angústia e situações de estresse incontroláveis, maximizadas naqueles que se veem impedidos até da simples compra de medicamentos para manutenção básica da saúde", afirma Garcia Marques.

O reitor não tem parentesco com o escritor de realismo fantástico colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014), mas a situação da Uerj e de seus professores, funcionários e alunos beira o surreal. "Como exigir a presença de quem não pode pagar a passagem de ônibus? De quem não pode se alimentar? Então suspendemos o período letivo", diz o reitor da universidade.

Em sua "Crônica de uma Morte Anunciada", Gabriel García Márquez afirma que há ciência na arte de velar os doentes e confortar os moribundos. Pois tal ciência parece ganhar grande impulso em território fluminense em razão da morte anunciada do tesouro estadual. O Garcia Marques brasileiro, de 62 anos, nascido em Bom Jesus de Itabapoana, no norte fluminense, formou-se em medicina na Uerj em 1978. Passou a

ser funcionário da universidade como médico do Hospital Universitário Pedro Ernesto em 1986. Atua há 23 anos como professor do Departamento de Cirurgia Geral da Faculdade de Ciências Médicas.

“Desde o ano passado, Garcia Marques, tem alertado o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), para a insolvência da universidade. “Sempre tive boa ligação com Pezão [...] sempre tive liberdade de mandar mensagem via celular para o Pezão. Ele sempre responde. É certo que nunca com a mensagem que eu queria”, conta Garcia Marques.

Pezão passou 6 meses afastado do governo por doença. O reitor da UERJ [...] foi queixar-se com Francisco Dornelles, governador em exercício. “O Dornelles ouvia minha ladainha e, no final, colocava a mão no meu braço e dizia: ‘Reitor, a UERJ é uma prioridade para mim’. Mas ao fim do mês, não pagava nada. Nunca entendi que diabo de prioridade era essa.” Procurados pelo Valor, Pezão e Dornelles não quiseram comentar.

Assim, a universidade chegou nesse mês de agosto ao fundo do poço. A expressão dureza extrema não é um jogo de palavras na Uerj. São fáceis os exemplos a serem contados. Nesse mês, Stela Guedes Caputo, de 50 anos, há cinco como professora da universidade, virou destaque nas redes sociais ao publicar o extrato de sua conta bancária. Mostrava o saldo: R\$ 0,0. Não tinha dinheiro para se deslocar até a universidade nem para se alimentar. Acumulava R\$ 2 mil em dívidas. Em seu desabafo público, Stela contou que é professora da Faculdade de Educação, com qualificação máxima na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), que avalia todos os cursos universitários brasileiros. Com mestrado, doutorado e pós-doutorado, ela é da fina flor da elite universitária brasileira. “É como estar desempregada, só que trabalhando. Eu quis mostrar porque não sei se todo mundo entende o que estamos passando. Ver aquela conta zerada, o que nunca tinha acontecido comigo, foi um soco no coração”, diz a professora.

Mais de 700 estudantes da Uerj trancaram suas matrículas. Uma parcela grande deixou de comparecer às aulas por falta de pagamento das suas bolsas de estudo.

Os que conseguiam manter a frequência, por vezes recorriam ao Bilhete Único de parentes e amigos.

As marmitas tornaram-se obrigação, porque o restaurante universitário está fechado por falta de pagamentos à empresa fornecedora de alimentação. A universidade contactou 50 empresas para que participassem de novo processo licitatório. Nenhuma quis se arriscar. O restaurante da Uerj fornecia 5 mil refeições diárias.

A manutenção dos campi está prejudicada pelo não pagamento das empresas terceirizadas de limpeza, de manutenção dos elevadores, de vigilância e coleta de lixo. A reitoria reconhece que a empresa de limpeza, por exemplo, recebeu somente por um mês em um ano de contrato. A empresa ameaçava abandonar a universidade, mas concordou em aguardar algum tempo a mais pelo pagamento.

Entre alunos, servidores e professores, tornou-se comum encontrar aqueles que voltaram para a casa dos pais, por falta de condições de pagar aluguel ou o valor do condomínio. Em forma de protesto, grupos dos cursos de graduação fizeram aulas públicas, em estações do metrô e até diante do Palácio da Guanabara. Queriam chamar atenção para o sofrimento silencioso da comunidade da Uerj.

Um professor relata que, nos últimos meses, três colegas pesquisadores sofreram infartos em unidades acadêmicas. Suspeita que o estresse da falta de dinheiro e da falta de rumos da universidade tenha colaborado com os ataques recentes. "Ora, o cientista, como produtor de novos conhecimentos, não é um sujeito abstrato, descolado da materialidade mundana. Ele também se angustia, sofre, se estressa e se deprime como qualquer ser concreto, de carne e osso, porquanto não está livre dos comecinhos problemas domésticos e familiares", reclama Zacarias Gama, professor associado da Uerj.

A escassez de recursos atinge gravemente também projetos de extensão premiados como a Universidade Aberta da Terceira Idade. A Unati oferece cursos diversos para pessoas acima de 60 anos. Vão de aulas de informática e geriatria até dança cigana. O curso Mulheres Ciganas - Suas Danças, Trovas e Poesias, por exemplo, reunia uma

dezena de senhoras que chegaram a se apresentar em teatros cariocas. Sem dinheiro e sem estrutura, o apoio a idosos foi suspenso por tempo indeterminado, causando depressão onde havia recuperação da autoestima e solidariedade.

A crise chegou ao atendimento direto prestado à população. O hospital universitário Pedro Ernesto possui 512 leitos. Como medida de economia, reduziu a disponibilidade de leitos para 350 pacientes. No ápice da falta de dinheiro, reduziu o atendimento a 70 leitos. Diante da ameaça de fechamento do hospital, a Defensoria Pública obteve na Justiça a garantia do repasse do dinheiro necessário à manutenção dos serviços da unidade. Aos poucos, a situação melhora, mas o atendimento ainda se resume a 160 leitos.

Com esse cenário turbulento, o vestibular de acesso à Uerj registrou queda violenta no número de inscritos, caindo de 80 mil, em 2016, para 37 mil neste ano. O problema é que tal queda tem implicações financeiras graves. Em geral, o excedente de candidatos na primeira fase paga os custos da segunda fase, na qual as provas discursivas exigem maior número de professores para corrigi-las e, conseqüentemente, geram mais custos. Com excedente mínimo, a Uerj cancelou parte da prova de português da segunda fase, como forma de baratear o concurso.

Na terça-feira, dia do pagamento de salários e bolsas, os calouros voltaram às ruas em torno da universidade. Sonhavam finalmente em entrar no curso superior para o qual passaram. Mateus, calouro de engenharia, pedia moedinhas no sinal, sem camisa e com o corpo pintado à moda de uma camisa do Botafogo. "Na Uerj, já se começa a mendigar desde calouro", fazia piada, feliz com a possibilidade de finalmente dizer-se universitário.

Em seis décadas de existência, a Uerj firmou-se como uma das principais universidades do país. Atualmente, é a 11ª colocada em qualidade entre as 195 universidades brasileiras, segundo o ranking da revista "Times Higher Education", de 2016, e a 20ª entre todas as universidades da América Latina. De acordo com ranking do Datafolha, é a oitava universidade do país na inserção de seus alunos no mercado de trabalho e a nona em produção científica.

A Uerj foi a primeira universidade brasileira a adotar, em 2002, o sistema de cotas na admissão de alunos. Desde então, 23 mil pessoas entraram na universidade por meio delas. Desse total, 8 mil estudantes (35%) concluíram a graduação. A taxa de evasão (25%) foi menor do que entre os não cotistas (37%). De acordo com as notas médias obtidas, não houve discrepância relevante no desempenho de alunos cotistas e não cotistas. A universidade revelou-se pioneira na redução das desigualdades raciais em seus quadros.

A crise da Uerj começou a se agravar ao fim de 2014, conforme se deteriorava a situação financeira do governo do Estado do Rio. O Tribunal de Contas avaliou que o Estado do Rio iniciou em 2010 um ciclo de endividamento expressivo. Entre 2012 e 2015, tomou R\$ 22,39 bilhões em empréstimos. Deste total, 78,6% foram para custear despesas relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O Estado do Rio tem um déficit acumulado de R\$ 23 bilhões e, até 2020, o saldo negativo pode chegar a mais de R\$ 80 bilhões. De acordo com o TCE, a receita total de tributos em 2018 está estimada em R\$ 52,2 bilhões, e a despesa, em R\$ 72,5 bilhões. O principal gasto do Estado está na folha de pagamento de servidores, aposentados e pensionistas.

A linha de déficit orçamentário da Uerj cresce desde 2007, quando atingiu R\$ 44,3 milhões. Em 2011, o déficit estava em R\$ 52,9 milhões. Em 2015, saltou para explosivos R\$ 233,7 milhões.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio, à qual está subordinada a Uerj, informou que houve aumento de 141% nos repasses estaduais para a Uerj, de R\$ 457 milhões para R\$ 1,1 bilhão, entre 2007 e 2015, crescimento real de 46,3%. Segundo a secretaria, a maior parte do aumento da verba foi investida no quadro de professores e servidores, atendendo a demanda histórica da comunidade universitária e com a aprovação dos sindicatos, do governo e da Assembleia Legislativa.

O número de professores da Uerj aumentou 32% desde 2011. O total de funcionários cresceu 35%. Os 2.425 professores são o maior quadro da história da universidade, perfazendo um mestre para cada 12 alunos. Os 4.496 servidores significam média de um servidor a cada seis alunos.

Esse aumento foi necessário para que a universidade corrigisse antigas defasagens e expandisse o número de vagas. Houve aumento de 5% do número de alunos nos últimos quatro anos. Em 20 anos, o total de alunos pulou de 21 mil para 29 mil, aumento de 38%, também recorde histórico na universidade. Em 1995, havia um professor para cada 12 alunos (a mesma média atual), e um servidor para cada 5 alunos (havia proporcionalmente mais funcionários do que hoje). A reitoria da Uerj afirma que há uma confusão de conceitos na interpretação dos gastos. "Há um tripé de necessidades: salários, bolsas e manutenção da universidade", afirmou Ruy Garcia Marques.

A Uerj gasta R\$ 7,5 milhões mensais em manutenção, como limpeza, energia, elevadores, segurança. São 90 milhões ao ano em gastos. No ano passado, o governo do Estado pagou apenas R\$ 15 milhões dessas rubricas orçamentárias.

O reitor Garcia Marques afirma que 95% dos recursos do orçamento da Uerj (R\$ 1,223 bilhão no ano passado) têm como origem o tesouro estadual. Recursos obtidos por meio de pesquisas aplicadas e acordos nacionais e internacionais somam 5% do orçamento. "Num esforço grande, seria possível chegar a 10%? É verdade, mas, ainda assim, a ampla maioria dos recursos viria do Estado", diz.

Em janeiro, em artigo em "O Globo", o ministro do STF Luís Roberto Barroso, ex-professor da Uerj, provocou polêmica nos corredores da universidade. "A crise da Uerj revela não apenas a falência do Estado do Rio, mas também de um modelo de financiamento da universidade do Brasil", afirmou. "Precisamos conceber uma universidade pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento", disse Barroso, que sugeriu o modelo americano como inspiração, capaz de atrair filantropia e doações dos ex-alunos. "O orçamento público tem que ser, prioritariamente, para ensino fundamental e médio", propôs.

Professores e a reitoria da universidade protestaram contra o tom do artigo, visto como mal disfarçada proposta de privatização do Ensino Superior. "Não há como prescindir do recurso público. O modelo pressupõe pagamento por parte do poder público para seu funcionamento. A maior parte do orçamento deverá permanecer vindo do tesouro do Estado, não tenho dúvida. Formas alternativas viriam para somar, não substituir", rebate Ruy Garcia Marques.

O reitor compara a situação do Rio com a das universidades estaduais paulistas. O governo de São Paulo destina 9,57% dos tributos que recolhe para financiar suas universidades. Se o Rio tomasse medida semelhante, haveria R\$ 5 bilhões para as três universidades do Estado, mais do que o dobro do que recebem atualmente.

O reitor reclama que a Uerj não é encarada como braço direito do governo do Estado. "Por que quando quer determinar ou estudar alguma coisa, o Estado paga a FGV, a Coppe/UFRJ, ou a PUC? Por que não usa o conhecimento da Uerj e repassa como recurso o dinheiro que seria gasto lá fora? Pela Uerj, não precisaria nem fazer licitação", exemplifica.

Na Constituição do Estado do Rio, de 1989, existia um artigo que assegurava que o governo repassasse a Uerj 6% de sua arrecadação tributária, transferindo os valores em parcelas mensais. Em 2008, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional tal vinculação. No caso de São Paulo, há um acordo entre governo e universidades, mas não há uma vinculação constitucional. Os recursos para Uerj passaram a ser negociados com o governo do Estado e a Assembleia Legislativa nas propostas orçamentárias de cada ano.

Nesta semana, um grupo de parlamentares se reuniu na universidade buscando chegar a uma proposta para que seja cumprida a autonomia didática-financeira prevista na constituição estadual para a Uerj. O deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ) entrou com ação no STF para garantir que o orçamento da Uerj e de outras duas universidades estaduais aprovados pela Assembleia Legislativa sejam pagos em 12 parcelas. "Em caso de contingenciamento, os recursos totais do repasse devem

ser recalculados frente à crise, mas não podem deixar de ser repassados", diz Molon. "As universidades são maiores do que qualquer governo de ocasião que tente desmontá-las. Não é razoável que os servidores e alunos passem pelo que estão passando", afirma.

Com a retomada do pagamento de salários e bolsas, a reitoria da Uerj está disposta a anunciar o retorno das aulas na próxima semana. Mas depende de que professores, servidores e alunos, em greve contra o descaso com a universidade, aceitem iniciar finalmente o período letivo, tendo já transcorridos dois terços do ano. "Quanto tempo vai precisar agora para que voltemos a acreditar que receberemos pagamento normalmente? Estamos escaldados. Haverá resistência", diz Garcia Marques, antes de concluir à maneira do realismo fantástico que o cerca: "A Universidade não está fechada. Está viva. Só não tem aulas".

Anexo 13 - Privatização do ensino é um atestado de incompetência de governantes – publicado em 02/05/2016 – Valor Econômico

Por: Rosângela Bittar

Com mestrado em Yale, doutorado em Vanderbilt e vasta experiência em educação, trabalho e ciência e tecnologia no Brasil e em organismos internacionais onde atuou, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o professor e economista Claudio de Moura Castro aponta, nesta entrevista ao Valor, os desafios mais fortes ao desenvolvimento da educação. Seguem os principais trechos:

Valor: São numerosos os críticos da privatização da educação que é o conceito com que definem a ampliação do financiamento aos estudantes que acabam sendo o equilíbrio financeiro da rede privada. Nos últimos anos a educação virou apenas um bom negócio?

Claudio de Moura Castro: A privatização é um atestado de incompetência dos governantes. Incompetência para criar leis que permitam à escola funcionar direito, para operar a escola, para usar a cabeça em vez de usar o preconceito ou o que diz o guru. A gente sabe muita coisa sobre educação e a educação é regida por preconceito, por mitos.

Valor: Quais são os mitos mais corrosivos?

Moura Castro: Um deles é que o professor tem que construir a sua aula. O professor quer é uma aula boa para ele dar. Tudo o que você puder fazer para ajudar o professor vale a pena.

Valor: Há outro mito tão camuflado quanto esse?

Moura Castro: A liberdade de cátedra. Liberdade de cátedra é para professor de filosofia, sociologia, da pós-graduação ter liberdade de criticar o governo. No curso fundamental, o que é liberdade de cátedra? É você não dar a matéria que precisa dar. Fazer de qualquer jeito e não poder ser criticado por causa da liberdade de cátedra.

Valor: E o mérito entra onde? Se ele ganhar o prêmio Nobel, o que acontece?

Moura Castro: Nada. Não vão dar liberação para ele ir para Estocolmo receber o prêmio.

Valor: Os três problemas principais da educação, por esse raciocínio, continuam sendo, como nas últimas quatro décadas, professor, professor, professor. Sua qualificação, valorização, remuneração aviltada?

Moura Castro: Pois é. Outra coisa, o compromisso dos pais é muito pequeno, esse é um dos grandes problemas políticos da educação. Os pais acham que a educação dos filhos é boa. Não é, mas eles estão contentes. Fica difícil para um político, uma autoridade com responsabilidade de conduzir mudanças, cobrar do diretor, cobrar do professor, cobrar do aluno, para melhorar a educação.

Valor: Sempre foi assim?

Moura Castro: Quando não tinha escola, você só fazia bondades: abria escolas, ampliava prédios, multiplicava as matrículas, contratava professor, comprava livros. Hoje tem tudo, para melhorar a educação tem que fazer maldades.

Valor: Maldades de que tipo?

Moura Castro: O aluno tem que estudar, o professor tem que preparar aula, o diretor tem que cobrar de todo mundo. Politicamente, é um suicídio para o governante cobrar demais. Como os pais acham que o ensino é bom, a cobrança não rende votos

Valor: O que se destacou na gestão da educação nos governos do PT?

Moura Castro: O Prouni. Feito um pouco na contramão do PT. O Fernando Haddad não tinha força para fazer o que tinha que ser feito dentro do MEC. Aquilo é uma casamata, que tem umas tantas pessoas que mandam.

Valor: E o governo FHC, qual foi o destaque? Não foi ali que nasceram as avaliações, o crédito educativo, o exame de ensino médio, medidas para buscar qualidade?

Moura Castro: A avaliação dos cursos, do ensino, da qualidade da nossa educação nasceu naqueles anos do Paulo Renato. Ele promoveu também um enxugamento do MEC, voltando-o para programas mais relevantes. Teve uma iniciativa importante, de

criar um bônus para o professor que está em sala de aula, mas que já foi desmanchado. Refundou o Inep, aprovou a expansão do ensino.

Valor: Nos governos Lula também não se pode destacar a expansão, com a criação de universidades no interior?

Moura Castro: Aquilo não se pode dizer que foi um fiasco, fiasco é quando se perde dinheiro. Aquilo não existiu, não teve significado, foi mais conversa que realidade, mais fingimento, muita brincadeira com números.

Valor: Qual o desafio para a gestão da educação no futuro?

Moura Castro: Os governos terão um bom desafio nessa base curricular. Fizeram uma bobagem, botaram coisa demais. Isso significa que quando chega no ensino médio, não se pode diversificar como todos os países do mundo que eu já ouvi falar. Não fui ver em Gana, nem no Gabão, e nem na Mongólia. Mas em todos os países que já ouvi falar, primeiro mundo, mais América Latina, nenhum país tem um sistema tão ruim quanto o brasileiro.

Valor: Qual o ponto síntese dessa deficiência?

Moura Castro: É um sistema único, uma escola única, um currículo único. Isso é uma demência. Sua base curricular é tão ambiciosa que você não consegue cumpri-la.

Valor: Qual o problema que o senhor considera mais grave hoje nesse cenário de desafios?

Moura Castro: O ambiente da escola. O que desestimula as pessoas mais competentes a fazerem essa opção é que o ambiente da escola é ruim, os professores não têm como manter a disciplina. Em nenhum lugar do mundo existe um bom ensino sem disciplina, nem na França, nem nos Estados Unidos, nem na Inglaterra.

Valor: No Brasil não tem por que?

Moura Castro: Porque criou-se o mito de que o aluno tem que ser livre, é proibido proibir, e além disso tem a psicanálise barata que diz que o aluno, pobrezinho, vai ter sua criatividade inibida.

Valor: O desenvolvimento da educação de forma conjunta com a ciência e tecnologia e a inovação, o mundo virtual, a modernização dos métodos, não é o caminho do futuro?

Moura Castro: Isso é um problema para nós, no momento. Como podemos ter ciência e tecnologia se o indivíduo não sabe ler? Se só 10% têm desempenho mínimo em matemática? O desenvolvimento tecnológico tem dois lados, não basta inventar, é preciso o resto do corpo para usar a invenção. A construção civil hoje, por exemplo, é um cemitério de inovação que não se aplica.

Valor: A educação precisa de nova reforma, antes de se dar por concluído o Plano Nacional de Educação?

Moura Castro: O PNE é um desastre. É um erro de engenharia, de arquitetura. Quando se faz um plano de educação, é preciso reunir e consultar pessoas que entendem do que estão falando e não têm uma agenda pessoal a emplacar, não podem ter faculdade, vender métodos, ficar tolhido pela questão partidária. Promove-se uma discussão ampla, jogam-se as ideias no mundo, e começa-se a ter um esboço, para ir aperfeiçoando. O PNE foi discutido por 2.500 sindicatos, é um conjunto de reivindicações sindicais.

Valor: Se tivesse que eleger dois princípios numa política exequível a serem rigorosamente observados para mudar a educação, no Brasil, quais seriam?

Moura Castro: O professor que se forma hoje não deu uma aula. O estágio é uma ficção. Quando você vai ver os conteúdos, é tudo teoria. Estamos formando sábios da educação que não sabem dar aula. Tem psicologia da educação, sociologia da educação, antropologia da educação, saem todos cientistas da educação e não têm ideia de como se dá uma aula.

Valor: Na educação formal ainda é preciso haver reforma?

Moura Castro: Tem que ter currículos enxutos e realistas. Devem ser suficientemente claros para o professor decidir o que seu aluno precisa ou não aprender.

Anexo 14: Quarenta anos de equívocos na educação ainda esperam por soluções - publicado em 02/05/2016 – Valor Econômico

No Brasil, hoje, 50 milhões de pessoas estão matriculadas em algum curso, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, do fim de 2015. Mais precisamente, um em cada quatro habitantes. A um custo de 6,5% do PIB no sistema público dos três níveis - federal, estadual e municipal. O sistema privado contribui com estimativas que acrescentam mais 2% do PIB a essa ordem de grandeza. O problema da educação já foi dinheiro, agora não é mais. Já foi falta de escolas para ampliar matrículas, de que está bem servido o sistema, de maneira geral. No entanto, os desafios que se apresentam para a educação vêm de quatro décadas e permanecem.

Se o diagnóstico sobre os desafios da educação é o mesmo há pelo menos quarenta anos, consensual em todas as correntes de educadores e expostos nas políticas de todos os governos de qualquer partido político, por que não foram superados até hoje? As barreiras ao desenvolvimento e à qualidade dos serviços públicos e da formação no Brasil são estruturas pesadas. Para se arrastarem milímetros em direção ao futuro e à correção de equívocos históricos, são necessárias verdadeiras revoluções que poucos têm disposição para promover, pois um período de governo tem sido suficiente apenas para lançar programas que garantam sucesso eleitoral imediato e, mesmo bons programas, são depois destruídos pela má gestão do que foi feito de forma açodada.

Antes de iniciar-se o atual governo, uma instituição da iniciativa privada encomendou a dez especialistas uma exposição sobre o que, a seu ver, seriam os desafios para educação nos anos próximos e todos, em consenso, relacionaram os mesmos problemas. Formação dos professores, currículo do ensino médio, a gestão das políticas educacionais, a resistência das corporações da área e a falta de uma política de mérito.

Em um primeiro lugar está a formação dos professores. Como expôs o professor e consultor internacional da educação, Claudio de Moura Castro, exige-se uma reforma radical das faculdades de educação para que a formação tenha foco na sala de aula. Outros critérios para essa reforma: "Reduzir o tempo gasto em ideologia, discussões doutrinárias e teorias rarefeitas".

Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE, também consultor internacional com laços em Harvard, Stanford e Berkeley, atualmente pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), dá o mesmo destaque a essa questão e enfatiza que os professores estão saindo da faculdade de pedagogia sem saber ensinar.

É preciso reformar a carreira do magistério, dar ao diretor ferramentas para governar sua escola e oferecer uma remuneração compatível aos mestres que jamais serão valorizados se continuarem a ser tratados em manadas e não de acordo com a qualidade de seu desempenho.

Isso não é difícil de fazer, mas tudo o que as corporações do magistério não querem é uma política de mérito para a carreira, os incentivos. "Tem uma resistência muito grande de sindicatos de professores quanto a qualquer tipo.

Os Estados são responsáveis pelas escolas de ensino médio e os municípios pelas do fundamental, mas os professores são formados por faculdades que não têm nenhum contato com a rede escolar estadual ou municipal. "Teria que ter, por parte das secretarias de educação, um envolvimento muito mais forte na formação dos professores que eles precisam nos seus sistemas". Os sindicatos, a força corporativa, resistem muito a tudo isso, e os políticos que assumem a condução das políticas educacionais evitam transformações por causa da pressão das corporações", afirma Schwartzman.

O consultor internacional e nacional Hélio Barros, que já transitou entre os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, entre os sistemas federal e estadual de ensino, ampliando sua experiência com os problemas das diferentes esferas administrativas, dá relevância à questão do currículo comum do ensino médio, grau de ensino campeão dos históricos desafios da educação, no Brasil, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade.

"O medo do ensino profissionalizante é um defeito histórico nosso", afirma, mostrando como a educação está impregnada de ideologia e política eleitoral. "As consultas públicas para a reforma dos currículos resultaram em dez milhões de sugestões, especialmente da esquerda, mas da direita também. Alguns, por exemplo, sugerem tirar a Europa dos livros de história.

"Não se consegue tirar a educação da política eleitoral, tudo é feito com açodamento para caber no período de uma administração, para chamar atenção na campanha eleitoral seguinte. O Pronatec e o Ciência sem Fronteiras, dois excelentes programas, foram destruídos por isso. Foram derrubados na execução".

Claudio de Moura Castro assinala que o ensino médio é um grande desapontamento, permanecem vigentes os excessos de conteúdos e disciplinas. Para Schwartzman, nesse nível de ensino ainda persistem empecilhos à expansão, pois há muitos adolescentes estudando à noite, o que ele considera absolutamente inadequado. "A Educação tem dois grandes desafios, um novo e um velho: levar a bom termo a discussão sobre a privatização e os conteúdos do ensino médio e formação de professores".

A privatização, por sinal, é o grande paradoxo político e a grande discussão que anima o debate de Organizações Não Governamentais da educação, faculdades públicas privadas e entidades de classe. Destaca-se, nessa discussão, o fato de que foi no governo do Partido dos Trabalhadores que os instrumentos aos quais se atribui hoje a mola da privatização do Ensino Superior se ampliaram e transformaram-se realmente em garantia de equilíbrio no financiamento dos complexos escolares privados.

O ex-presidente do IBGE lembra que o Ensino Superior, no Brasil, é 75% privado. "Portanto, essa discussão está ultrapassada. O governo está financiando isso pesadamente, por meio do Prouni, do crédito educativo (Fies)."

O custo do aluno no sistema público é muito maior que no sistema privado, diz o professor, acrescentando que a qualidade nem sempre é melhor, "às vezes é, às vezes não é". A seu ver, não se vai reverter facilmente essa desigualdade. "O que se tem que fazer é o governo continuar financiando em certa medida o ensino privado". Claudio de Moura Castro considera o Prouni, que como outros programas não foi inventado, mas ampliado significativamente nos governos do PT, o maior destaque da política educacional. Recomenda Schwartzman: "Com mais avaliação de qualidade, e não simplesmente dando mais dinheiro, é uma medida a continuar".

O ensino médio, ao contrário, é 80% público, mas, para Simon, nem por isso se deve dizer que é preciso privatizá-lo. Dar maior autonomia a Estados e Municípios para conduzirem suas políticas na educação básica é um desafio ressaltado pelos três consultores, a propósito da sua responsabilidade nesses níveis.

Não veem como aumentar o gasto com educação em futuro próximo, dada a situação da economia, mas melhorar a gestão dos recursos é possível. "No setor público temos um problema de gestão muito sério, é preciso criar formas de gestão em que o setor público seja mais responsável pelo resultado", afirma Simon.

As universidades federais, por exemplo, sofrem de um mal que se aprofunda há décadas: recebem muito dinheiro público e não têm nenhum mecanismo pelo qual possam ser responsabilizadas". Simon Schwartzman cita um estudo da consultoria Mackenzie sobre o desempenho da educação no mundo inteiro no qual a conclusão principal é de que nenhum sistema é melhor do que a qualidade dos seus professores. O resto busca-se no computador.

Anexo 15 - Pezão propõe que estudantes da UERJ trabalhem para o estado depois de formados – publicado em 06/09/17 – Revista Isto É

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, disse hoje (6) que vai propor que os alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) trabalhem em instituições do estado, por dois anos, como contrapartida pelos anos estudados gratuitamente na universidade. “Uma pessoa que estudou quatro, cinco anos em uma universidade pública, será que ela não pode, depois, por dois anos, retornar seu trabalho para dentro do estado?”, propôs, durante a apresentação do acordo de recuperação fiscal com o governo federal, no Palácio Guanabara, ao lado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“Um administrador, um economista, pode vir e ajudar a pagar o que a sociedade transferiu para ele, com políticas de cotas, dando um ensino de qualidade. Precisamos evoluir, abrir parcerias”, defendeu Pezão.

O governador descartou a ideia de privatizar ou acabar com as universidades públicas. “Ninguém vai privatizar a Uerj. Foi uma recomendação, não quer dizer que seguiremos. E isso, se nada der certo. Claro que temos que racionalizar isso. Uma pessoa que estuda anos na faculdade pode dar retorno para o estado no futuro. Um médico pode trabalhar em uma UPA [Unidade de Pronto Atendimento], em um hospital”, disse, acrescentando que ainda é preciso estudar a forma como essa contrapartida por parte dos estudantes será feita.

Pezão admitiu possibilidade de vender terrenos que pertencem à Uerj para ajudar a financiar e manter a instituição.

De acordo com o ministro Henrique Meirelles, a sugestão do governo federal de privatizar universidades estaduais foi feita somente caso os ajustes já propostos de corte de custos não sejam suficientes para sanar as dívidas do governo do Rio.

“Os técnicos sugeriram que, havendo a possibilidade de que uma ou outra medida não surta o efeito esperado ou desejado, já existe uma série de outras que poderão ser estudadas, mas que não são medidas aprovadas”, disse. “Em nenhum momento se fala em privatização do Ensino Superior do Rio de Janeiro, mas eventualmente estudar como tornar isso mais eficiente”.

** Colaborou Lígia Souto, repórter do Radiojornalismo*

Anexo 16: Câmara veta proposta que permitiria universidades públicas a cobrar por pós – publicado em 29/03/17 – Revista Isto É (Conteúdo Estadão)

Em um sinal ruim para o governo, o plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta noite a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitia às universidades públicas cobrar pelos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu. Mesmo com a orientação favorável de todos os partidos governistas, a proposta foi derrotada por 304 a favor e 139 contrários. O mínimo necessário para aprovação de uma PEC são 308 votos.

A PEC teve oposição do PCdoB, PSOL e PMB. O texto – que excluía programas de residência e de formação de profissionais da área da educação – foi aprovado em primeiro turno em outubro de 2015, mas com a rejeição na votação de segundo turno, a PEC será arquivada.

O líder do PSOL na Câmara, Glauber Braga (RJ), argumentou durante a votação que a perspectiva de cobrança de mensalidade abriria espaço para privatização da educação. Segundo a oposição, dirigentes do Ministério da Educação não só apoiavam a proposta como deram sinalizações de que o governo pretende, no futuro, ampliar a privatização do ensino. “Se flexibiliza a pós-graduação agora, depois vão querer privatizar a graduação, o Ensino Médio e a Educação Básica”, afirmou Braga. “A quem interessa que a universidade federal cobre pelo curso de especialização? Não podemos aprovar isso”, apelou o deputado Silvio Costa (PTdoB-PE) aos petistas, que liberaram a bancada para votar livremente.

Governistas sustentaram que a PEC não abrangeria cursos regulares, que a proposta permitiria novas formas de arrecadação de recursos para melhorar as instalações universitárias e que algumas instituições de ensino já cobram por alguns cursos. “Chega de mentira dessa turma que quer de alguma forma tentar convencer no grito e na marra. Vamos fazer o que precisa ser feito. Na prática, as universidades já cobram pelos cursos de extensão universitária”, rebateu o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

Ao final da votação, parlamentares que se opuseram à medida comemoraram a rejeição da PEC. “Com certeza é uma derrota do governo por conta da declaração da

secretária-executiva a favor da cobrança no Ensino Superior”, disse Braga se referindo a Maria Helena Guimarães de Castro.

Alguns sugeriram que votação era uma prévia do que aconteceria na apreciação da reforma da Previdência. Parlamentares lembraram que o projeto regulamentando a terceirização foi aprovado com poucos votos e que a reforma previdenciária exigirá no mínimo 308 votos. “Tenho certeza de que o governo não tem votos para aprovar a reforma da Previdência”, comentou Braga.

Anexo 17 - No Senado, ministro da Educação admite erro por e-mail, defende cotas e sugere mais alunos nas salas – publicado em 26/02/2019 (Publicação sobre a fala do Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodrigues) – O Estado de São Paulo

Em sua fala de pouco mais de vinte minutos, Vélez apresentou aos senadores os pontos que o governo federal considera centrais para a educação brasileira
Teo Cury e Dida Sampaio, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi convidado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para expor nesta terça-feira, 26, em audiência pública, as diretrizes que seu ministério pretende seguir ao longo dos próximos quatro anos. Na sessão, o ministro admitiu que errou ao enviar e-mail contendo slogan do governo e pedindo que escolas filmassem crianças após a realização do Hino Nacional, defendeu a política de cotas e sugeriu aumentar o número de alunos por sala de aula.

"Cantar o hino nacional não é constrangimento, é amor à pátria. Slogan de campanha foi um erro. Já reconheci. Foi um erro e retirei imediatamente. Quanto à filmagem, só será divulgada com a autorização da família. Constava como algo implícito", disse o ministro.

Nesta segunda-feira, o Estado revelou que o Ministério da Educação enviou a todas as escolas do País, públicas e privadas, um e-mail em que pedia que fosse lida uma carta aos alunos, professores e funcionários no primeiro dia de aula com o slogan da campanha de Bolsonaro. O comunicado também recomendava que todos fossem "perfilados diante da Bandeira do Brasil" e tocado o Hino, e que as escolas filmassem esses momentos e enviassem os vídeos ao governo.

"Temos as cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos e que possibilite no final do fundamental e do segundo grau aos jovens que quiserem entrar na universidade em pé de igualdade", disse o ministro aos 26 senadores presentes na audiência. "Nossa dívida não está apenas numa questão de raça, mas de qualidade do nosso ensino básico e fundamental, que no setor público ainda não é da qualidade que deveria ser."

Vélez Rodríguez disse ainda estar preocupado com o orçamento das universidades públicas e destacou que o Brasil passa por dificuldades econômicas. Uma opção para gerir de maneira mais eficaz o patrimônio público, de acordo com o ministro, seria "otimizar" o rendimento das universidades públicas.

"Nós poderíamos otimizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público. A maior parte das vagas de ensino universitário no Brasil está no setor privado. É uma anomalia. Deveríamos dar à universidade pública mais espaço, mas, certamente, só ocorrerá isso remanejando a gestão da nossa universidade pública, colocando mais alunos em sala de aula. Não vejo por que no Brasil não possamos aumentar um pouco o número de estudantes por sala de aula", afirmou.

Diretrizes

Em sua fala de pouco mais de vinte minutos, o ministro da Educação apresentou aos senadores os pontos que o governo federal considera centrais para a educação brasileira. Vélez Rodríguez disse que a má qualidade da alfabetização compromete o sistema de ensino brasileiro e que o País tem apresentado sistematicamente índices "muito ruins" de alfabetização. "Não queremos reinventar a roda, vamos ter humildade e fazer o que o mundo está fazendo com sucesso."

O ministro disse que sua pasta irá aperfeiçoar a reforma do Ensino Médio, anunciada no governo do ex-presidente Michel Temer. "Há um abandono que se agrava quando se chega ao Ensino Médio. Como vamos melhorar isso? Oferecendo aos jovens e aos adolescentes a possibilidade de uma formação profissionalizante", afirmou. De acordo com ele, será necessário tornar o Ensino Médio atrativo aos jovens. "Uma educação profissional e técnica, robusta, é o que marca as economias mais avançadas atualmente. Precisamos de ensino médio moderno em diálogo com novas tecnologias", disse.

O ministro citou ainda a criação de uma secretaria de educação básica para o fomento às escolas cívico militares. "O renascimento desse espírito é em ambiente pacificado em que a violência não dita a regra. Não há esse tal de militarismo, não. Mas educação nas normas da lei. Professor é responsável, ele entra e todos ficam de pé. Não saem caras porque o investimento é mínimo."

Protesto

Durante a fala do ministro, estudantes integrantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) tentaram se manifestar contrários às recentes falas do ministro, mas foram impedidas por agentes da polícia legislativa. "Não queremos nenhum tipo de projeto que amordace os estudantes. Queremos universidade pública gratuita e de qualidade. Precisamos de mais escolas, mais espaços para os estudantes debaterem. Entendemos que quando se fala de educação para o Brasil os principais afetados são os estudantes brasileiros, que precisam ser ouvidos e escutados", disse ao Estado, a estudante Stefany Kovalski, 19, diretora de comunicação da Ubes.

Ela disse ainda não ser contra a execução do hino nacional nas escolas brasileiras. "A gente é contra, na atual conjuntura em que temos escolas sucateadas e que não retomaram suas aulas por não terem professores, o ministro da Educação filmar vários menores de idade que, muitas vezes, não querem ser filmados."

A estudante Bruna Brelaz, da UNE, disse que participa da audiência porque é contra as declarações do atual ministro, em relação à auto-regulamentação das universidades, ao Escola Sem Partido e à privatização das universidades. "A UNE sempre esteve em defesa da universidade pública. Não conseguimos conciliar nossa opinião com a do ministro por conta das declarações tão radicais que ele vem expondo."

A tentativa de manifestação fez com que a audiência fosse interrompida por alguns minutos. O presidente da comissão, senador Dário Berger (MDB-SC), repudiou a interrupção e lembrou que já havia avisado no início da audiência que não seriam permitidas manifestações. "Se as pessoas não observarem esse quesito, serei obrigado a pedir que se retirem. Aqui, tem organização e comando."

As senadoras Eliziane Gama (PPS-MA) e Zenaide Maia (PROS-RN) defenderam a presença das estudantes no plenário da comissão. "Não está havendo manifestação com barulho que impeça o transcorrer dessa audiência pública. Elas estão na mais tranquila e absoluta paz", disse Eliziane. "A representação dos estudantes e professores é importante. Quando se diz audiência pública geralmente tem que ouvir os dois lados. Tem jovens, professores e o próprio ministro disse que ouvira a sociedade", complementou Zenaide.

Anexo 18 - Governo recua e suspende projeto com empresas contra evasão escolar em São Paulo – publicado em 09/04/2018 – O Estado de São Paulo

Luiz Fernando Toledo

SÃO PAULO - O governo do Estado de São Paulo recuou temporariamente de uma proposta que previa, com apoio da iniciativa privada, promover ações para diminuir evasão e reprovação escolar. Após críticas do sindicato de professores (Apeoesp) e da comunidade escolar, a proposta não será levada adiante pela atual gestão, do secretário José Renato Nalini.

O projeto, chamado de Contrato de Impacto Social (CIS), previa a contratação de organizações, por meio de licitação, que desenvolveriam ações de engajamento das famílias no cotidiano escolar dos alunos e motivação estudantil. A remuneração da organização só acontece se a escola atingir as metas de impacto estabelecidas, tendo como métrica a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) e o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).



Abertura da exposição São Paulo, de Paulo Von Poser, na Verve Galeria

Foto: Iara Morselli

O motivo da suspensão, segundo a pasta, é ampliar os debates entre a comunidade escolar para, depois, retomar a discussão sobre o projeto. O governo já sinalizou oficialmente de que isso não deve ser feito na atual gestão. “Ao findar-se um ciclo na gloriosa história da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em que não

apenas se enfatizou, mas se conferiu pioneira concretização ao princípio constitucional da gestão democrática, ponderável a argumentação oferecida quanto à implementação do Contrato de Impacto Social, de necessidade de mais amplo debate quanto à sua oportunidade, conveniência e viabilidade. A retomada dos estudos será deliberada pela nova gestão, não sem antes propiciar-se aprofundados esclarecimentos aos colegiados no âmbito de cada unidade escolar, ouvidos o Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, corpos gestor, docente e funcional e a imprescindível obtenção de consenso por parte da comunidade interessada.", diz Nalini, em comunicado divulgado no *Diário Oficial do Estado*.

A medida vinha sendo criticada por apresentar uma suposta "privatização" do ensino público. "Assim como agora, no futuro, não aceitaremos que este projeto seja implementado, porque a escola pública é nossa e ninguém toma. Devemos manter o debate e o esclarecimento com mais atenção em todas as possíveis escolas envolvidas, mas também no conjunto da rede estadual de ensino e junto à sociedade como um todo", diz a Apeoesp, em nota. Representantes do sindicato se reuniram com o secretário no fim de março para criticar a proposta, por entender que ela não havia sido "suficientemente discutida."

Se implementada, seria a primeira que uma proposta do tipo é feita no Brasil. O projeto tem participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contratou o Insper para a realização de uma pesquisa com coleta de dados da rede. A previsão era de dar início às ações do projeto vencedor no segundo semestre de 2018, fim da gestão Alckmin. O "teto" de gastos do projeto não poderia ultrapassar R\$ 17,8 milhões.

A consulta pública foi disponibilizada entre os dias 23 de novembro e 12 de dezembro. A proposta contemplaria 180 colégios do Estado, localizadas em regiões consideradas vulneráveis na região metropolitana de São Paulo. O foco principal do programa é o ensino médio, detectado pela pasta como um dos maiores desafios.

Anexo 19 - Câmara rejeita PEC que autorizava universidades públicas a cobrar por cursos de pós-graduação – publicado em 29/03/2017 – O Estado de São Paulo

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta quarta-feira (29) a proposta de emenda à Constituição (PEC) 395/14, que autoriza universidades públicas e institutos federais a cobrar por cursos de extensão e pós-graduação lato sensu (especializações). Foram 304 votos favoráveis e 139 contrários, mas eram necessários 308 votos “sim” para aprovar a proposta, que agora será arquivada.

O texto tinha sido aprovado em primeiro turno em fevereiro de 2016, com 318 votos favoráveis e 129 contrários. A proposta autorizava a cobrança pelos cursos a critério de cada universidade. Pelo texto, programas de residência e formação de profissionais da área de ensino não poderiam ser cobrados.

Algumas universidades públicas já cobram por cursos de especialização, mas a cobrança foi questionada na Justiça com base no princípio constitucional da educação pública gratuita. A PEC tinha o objetivo de encerrar a disputa judicial para autorizar as universidades a cobrar pelos cursos de extensão e especialização.

Ensino gratuito

O líder do Psol, deputado Glauber Braga (RJ), criticou a proposta por considerá-la o primeiro passo para o fim do ensino público gratuito. Ele lembrou que a secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu nesta semana a cobrança de mensalidades nas universidades e nos institutos federais.

“Uma PEC para flexibilizar o princípio de que educação pública tem de ser gratuita na mesma semana da fala da secretária-executiva do MEC, que dá a entender que a graduação pode passar por cobrança. Onde a gente vai parar?”, questionou. Para Glauber Braga, a proposta abriria um precedente para o fim da gratuidade também na graduação e na educação básica.

A líder do PCdoB, deputada Alice Portugal (BA), também avaliou que a ressalva aos cursos de pós-graduação poderia significar uma ruptura do sistema de Ensino Superior gratuito. “Estaríamos abrindo a janela da gratuidade. É temerário”, alertou.

Para o deputado Vicentinho Júnior (PR-TO), os alunos que precisam do ensino gratuito sairiam prejudicados caso a proposta fosse aprovada. “A PEC não faz bem à saúde da educação pública brasileira. A República não pode se esvaziar dos seus poderes, terceirizando para quem pode pagar por um curso”, afirmou.

Investimentos

Autor da proposta, o deputado Alex Canziani (PTB-PR) afirmou que o dinheiro arrecadado com os cursos seria investido nas instituições. “As universidades públicas, ao longo de todos esses anos, têm se utilizado desses recursos para melhorar a graduação. Esses recursos significam melhores laboratórios, ar-condicionado na sala de aula, melhores estruturas para as universidades”, declarou.

Canziani explicou que, depois de várias ações judiciais questionando o pagamento, algumas universidades decidiram cancelar os seus cursos de especialização. “E quem perdeu com isso foram os alunos e a sociedade”, disse.

O deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ) lembrou que muitas universidades públicas estão em situação orçamentária crítica. “Esses cursos de pós-graduação criam um mecanismo de arrecadação”, disse.

O líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP), defendeu a proposta, mas disse que as declarações da secretária-executiva do MEC defendendo a cobrança de mensalidades na graduação levaram o partido a liberar a bancada. “Essa declaração turva as águas e consideramos que não é o melhor momento para votar esta proposta devido a esta confusão”, disse.

Reportagem – Carol Siqueira

Edição – Pierre Triboli

Anexo 20 - Depois da Unicamp, Faculdade de Educação da USP repudia a reorganização escolar de Alckimin – publicado em 18/11/2015 (Texto da USP) – O Estado de São Paulo

Paulo Saldaña

Depois da Unicamp, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) divulgou nota de repúdio ao projeto de reorganização da rede estadual de São Paulo. O projeto do governo Geraldo Alckmin (PSDB) também foi criticado na tarde desta quarta-feira, dia 18, pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Leia abaixo o texto da USP. E, na sequência, o do Conselho de Psicologia. FEUSP:

“A Congregação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) vem a público manifestar sua indignação e veemente repúdio em relação à Reforma Educacional apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) que, baseada na separação das escolas por nível de ensino, acarretará o fechamento de inúmeros estabelecimentos.

Entre outras evidências, nas medidas tomadas, chama a atenção o descaso e o desrespeito às crianças e aos jovens, estudantes das escolas públicas, bem como a seus familiares e ao conjunto dos professores e funcionários que trabalham nos locais, que encerrarão abruptamente o atendimento em 2016, provocando sua remoção forçada e previsível desemprego, e a junção impositiva de turmas de estudantes.

A SEE/SP, nesta forma autoritária de agir, sem que qualquer diálogo tenha sido feito com os diretamente atingidos, nega, na prática, a educação como direito social fundamental, tratando-a na perspectiva da lógica mercantil e colocando a população e os profissionais diretamente atingidos como cidadãos de segunda categoria, além de praticar uma agressão a todos os que trabalham em prol da educação pública de qualidade

A FEUSP considera-se, dessa forma, também atingida. Como formadora de profissionais para a educação, desenvolve estágios e outras atividades junto à rede estadual. A questão ética e de compromisso com a população atendida por esta escola é, sem dúvida, um eixo constitutivo da formação desenvolvida. Impossível,

portanto, silenciar, quanto às consequências imediatas e de médio prazo dessa medida.

É preocupante constatar, na política adotada, uma intenção irresponsável de economia de gastos públicos que, associada a iniciativas como a da flexibilização do currículo do ensino médio, o fechamento de salas no período noturno, a diminuição da oferta de vagas para Educação de Jovens e Adultos, entre outras, apontam para o descompromisso com a oferta pública da educação, funcionando como estímulo para a privatização do ensino.

O projeto de reestruturação do governo vem completar o processo de municipalização do Ensino Fundamental, o que está explícito no Projeto de Plano Estadual de Educação, encaminhado pelo executivo estadual para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Conforme indicado na meta 21 desse projeto o objetivo é “promover, até o final da vigência do Plano Estadual de Educação (PEE), a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental”.

Cabe reforçar que, na passagem de 1995 para 1996, o processo de reorganização provocou o fechamento de 150 escolas, com a diminuição de 10.014 classes, E, entre 1995 e 1998, a rede estadual diminuiu 376.230 alunos atendidos com um decréscimo de 5,61%, enquanto, a rede municipal aumentou 841.860 atendimentos, crescendo quase 60%. Tais medidas, como sabemos, não promoveram a melhoria da escola pública estadual, de suas condições de ensino e trabalho.

Pode-se esperar que a reorganização das escolas estaduais desencadeie a ampliação de pequenas unidades privadas que já se espalham nos bairros e para as quais a população se dirige descrente da possibilidade de um serviço público de qualidade. E, como denunciam os nossos colegas da Faculdade de Educação da Unicamp em sua Moção de Repúdio aos atos arbitrários da Secretaria Estadual da Educação, a municipalização tem sido um terreno fértil para os processos de privatização da escola pública, seja com a aquisição dos denominados “sistemas de ensino” de escolas privadas, via o apostilamento, seja para a ampliação das contratações terceirizadas, com as parcerias público-privadas e/ou com os contratos de gestão privada para o ensino público.

No Projeto de Plano Estadual de Educação encaminhado pelo governo, está evidenciada a orientação empresarial na organização da escola. A estratégia 6.7 que trata do Ensino em Tempo Integral, afirma:

“Estimular, em regime de colaboração, a apropriação dos espaços e equipamentos públicos e privados, articulando ações entre esses e as escolas, de forma a viabilizar a extensão do tempo de permanência do aluno em atividades correlacionadas ao currículo”. Não é descabido, portanto, considerar que as medidas propostas irão fortalecer a configuração de um mercado que poderá se abastecer, em breve, de recursos públicos.

Nas atuais circunstâncias, nós, estudantes, professores e pesquisadores da Faculdade de Educação da USP, manifestamo-nos contrários ao projeto que orienta a reorganização das escolas estaduais e declaramos nosso apoio aos estudantes, pais e professores que, mobilizados nas ruas, defendem a escola pública e questionam o projeto de reorganização, exigindo diálogo com setores do governo.

Nessa direção, e em total acordo com as manifestações das forças políticas – partidos e entidades científicas e sindicais de educadores e estudantes – que contestaram, nas recentes audiências públicas, a proposta de Plano Estadual de Educação apresentada pelo executivo paulista, nos dirigimos à Secretaria da Educação do Estado para reivindicar gestão democrática e transparência administrativa, que sejam apresentadas as informações que subsidiam a proposta de reorganização da rede estadual e as medidas para o estabelecimento imediato do diálogo com a comunidade escolar do estado de São Paulo.

Reiteramos que quaisquer mudanças na organização da educação do Estado só devem ser implementadas após debates amplos e consulta, por meio de audiências públicas, à comunidade escolar e acadêmica especializada.”

Nota do CRSP-SP:

“O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) vem a público manifestar seu repúdio aos atos de intimidação, agressões e violência que a Polícia Militar do Estado de São Paulo tem direcionado às comunidades escolares de diversas unidades de ensino na Capital, ocupadas pelas mesmas, em protesto ao fechamento das escolas.

A Secretaria Estadual de Educação justifica que o fechamento das escolas deve ocorrer em razão de uma reorganização por ciclos, para melhorar a qualidade de ensino e acabar com a ociosidade de algumas unidades. Segundo dados do Sindicato

dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), cerca de 94 escolas no estado de São Paulo serão fechadas.

Em 16/10/2015, o CRP SP já havia apontado as graves consequências que tal determinação pode ocasionar no que se refere ao aumento da evasão escolar, possível demissão de professoras(es), superlotação de salas e comprometimento de um ensino melhor qualificado.

O governo estadual, lamentavelmente, levou adiante esse plano, negando-se ao diálogo, e em legítima defesa, alunas(os) e professoras(es) e comunidade ocuparam suas escolas, exercendo o mais legítimo direito à livre manifestação em uma sociedade democrática.

No entanto, é no autoritarismo da Polícia Militar, a milícia bandeirante, que o governo estadual tem buscado a resolução desse impasse. Em várias unidades escolares a violência e a intimidação dos milicianos tem sido as palavras de ordem. Assim ocorreu na Escola Estadual José Lins do Rego, na região do Jardim Angela, periferia da cidade de São Paulo, em 14/11/2015, durante o assim chamado 'Dia E', quando professores foram agredidos e presos. Mesmo sob a vigência da decisão do juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública que, em 13/11/2015, afastou a pretendida reintegração de posse das escolas, alertou para os riscos do uso da força pela Polícia Militar e admoestou o governo estadual a buscar formas não-violentas de solução, o governo estadual optou por lançar seus milicianos contra alunas(os), professoras(es) e comunidades da periferia.

Ultimamente, essa prática tem sido uma constante no que se refere à educação. Como no caso da Escola Estadual Aggeu Pereira do Amaral, em Sorocaba, que ao realizar trabalhos escolares sobre o tema da "violência policial", sofreu a intimidação da Polícia Militar para que retirasse os trabalhos expostos na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53, Item V, dispõe sobre o direito à escola pública e gratuita próxima de onde residem os/as estudantes e afirma ainda no artigo 16, Item II, que crianças e adolescentes são livres para emitir suas opiniões. O que estamos observando é a violação de direitos constitucionais e deste modo repudiamos a ação repressora e violenta da Polícia Militar e do Governo do Estado de São Paulo.

As ações da Polícia Militar guardam as mais escandalosas, evidentes e reprováveis características de barbárie. Alunas(os), professoras(es) e comunidades desejam,

legítima e democraticamente, participar da gestão de políticas e serviços. Por seu turno, o Governo Estadual optou pela supressão do diálogo, pela barbárie e pela Violência de Estado.

Defendemos uma educação pautada pelo respeito à dignidade e por princípios democráticos. Assim, nos solidarizamos com todas(os) as(os) manifestantes que foram alvo da desmedida repressão e que tiveram a sua dignidade e cidadania desrespeitada ao defender condições melhores para o ensino público.

Diante desse grave cenário que assola a educação no Estado, instamos urgentes providências do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, da Corregedoria da Polícia Militar e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, para que atos violentos como esses sejam apurados e para que não voltem a ocorrer e que um processo de diálogo possa ser instaurado, na busca de uma melhor solução para todos e todas.”

Anexo 21 - As escolas não são públicas. E privatizar não resolve – publicado em 24/06/2012 – Revista Veja

Em VEJA desta semana, o colunista Gustavo Loschpe escreve: 'Os melhores sistemas educacionais do mundo gastam basicamente o mesmo que nós e também têm a maioria de suas matrículas em escolas públicas, como nós. O que falta para iniciarmos a melhoria é demanda popular por uma educação de qualidade'

Quando escrevi sobre a inércia do sistema de educação pública brasileira, no mês passado, a turma da direita comentou que o problema não é simplesmente da área educacional, e sim do setor público como um todo. A única maneira de solucioná-lo seria deixar o problema nas mãos da iniciativa privada, que é mais competente, para que assim pudéssemos dar o salto educacional de que o país precisa. Já os esquerdistas viram no artigo mais uma confirmação de que eu, como peão subordinado aos interesses do capitalismo, estou armando o terreno para a defesa da privatização de todo o sistema de educação pública brasileira, como parte do malévolo plano de manter as classes baixas em sua secular ignorância e opressão.

Continuando na minha senda de alienar todos os interesses e grupos organizados, lamento informar que discordo de ambos. Deixo de lado os argumentos políticos, sobre a possibilidade de uma privatização em larga escala, e também os ideológico-patrióticos, sobre a desejabilidade dessa iniciativa, para falar apenas das questões técnicas: não acredito que a privatização do sistema educacional teria impactos significativos sobre a qualidade do ensino.

Porque a minha análise do problema educacional brasileiro é que já temos, em linhas gerais (sempre há sobras e excessos em um país enorme e descentralizado como o nosso), tanto o financiamento quanto o arcabouço institucional para dispormos de uma educação de qualidade. Os melhores sistemas educacionais do mundo gastam basicamente o mesmo que nós e também têm a maioria de suas matrículas em escolas públicas, como nós. O que falta para iniciarmos a melhoria é demanda popular por uma educação de qualidade. Sua ausência gera falta de ação da classe política, dos gestores de escolas e dos professores.

Ter uma boa rede de escolas dá trabalho. Muito trabalho. Constante e ao longo de muitos anos. Os professores vão precisar trabalhar mais, as universidades vão precisar reformular seus cursos e cobrar resultados dos alunos de pedagogia e

licenciaturas, os diretores terão de liderar, monitorar e prestar contas, as secretarias de educação precisarão estar em cima de suas redes, os alunos terão de estudar e ler mais e os pais precisarão se engajar mais com as escolas de seus filhos e com seu estudo em casa. E isso só acontece quando há vontade de todos. Muita vontade, muita cobrança. E, ainda que eu defenda intransigentemente o direito do pai com recursos de matricular seu filho onde bem entenda, é preciso reconhecer que privatizar o sistema não vai gerar essa cobrança de que precisamos.

Uma escola privada de massas precisaria ser financiada pelo governo, já que a maioria dos pais não teria recursos para custear a escola e o sistema bancário é ineficiente na concessão de créditos a alunos de educação básica. O governo pode transferir o dinheiro diretamente aos donos das escolas, como se faz em muitos países europeus e nas escolas charter americanas, ou aos pais dos alunos, através de vouchers, como é ou foi feito no Chile, em alguns estados americanos, na Nova Zelândia e na Colômbia.

Ora, se o dinheiro não vem do bolso do pai, e se esse pai vai continuar tão ignorante sobre como avaliar uma educação de qualidade quanto antes, por que imaginar que ele vai se engajar pela educação do filho de maneira diferente daquela que faz hoje? E, se o dono da escola sabe que poderá continuar engabelando sua clientela da mesma maneira que políticos, diretores e professores o fazem hoje, por que haveria de se esforçar para dar uma educação de ponta? Não faria muito sentido.

A experiência confirma a lógica. O resumo das pesquisas é que o aprendizado dos alunos das escolas charter não difere do daqueles matriculados em escolas públicas tradicionais. Os pais de alunos que estudam nessas escolas, onde há uma loteria para sortear vagas, estão mais satisfeitos com a educação dos filhos do que os pais dos alunos que tiveram de colocar seus filhos nas escolas públicas, mesmo quando o aprendizado das crianças nos dois tipos de escola é indistinguível. Parece, portanto, que o simples fato de ganhar na loteria e conseguir colocar o filho em uma escola privada já gera contentamento. Não apenas não há diferença de qualidade, como a escola charter deixa o pai ainda mais acomodado do que antes, na ilusão de que seus problemas acabaram por ter colocado seu filho em escola privada. Um sistema semelhante no Brasil seria ainda mais desastroso. Outro estudo mostra que não há ganhos permanentes de disciplina ou motivação do aluno que passa por uma escola

charter: se ele retorna para uma escola pública, passa a ter os mesmos problemas de comportamento e absenteísmo.

O sistema de vouchers foi mais estudado no Chile. O regime de Pinochet manteve as escolas públicas e privadas, e adicionou a elas um híbrido, a chamada *escuela subvencionada*, uma escola privada financiada através de vouchers do poder público. Estudos que levaram em conta o nível socioeconômico dos alunos mostraram que a diferença entre as escolas era explicável pelo status dos pais, não pelo fato de ser pública ou privada. Outro estudo mostrou que os vouchers haviam simplesmente mudado a distribuição dos alunos nas escolas: como as escuelas subvencionadas podiam aplicar testes de seleção e, a partir da década de 90, cobrar uma “ajuda de custo” dos pais, o que elas fizeram foi retirar das escolas públicas os alunos mais capacitados e mais ambiciosos. Para o país como um todo, o efeito foi nulo. Quanto aos pais, viu-se que o mais importante na escolha da escola do filho era a distância de casa, não a qualidade ou a proposta pedagógica. (A íntegra dos estudos está em twitter.com/gioschpe.)

Toda essa discussão, no fundo, é irrelevante, porque as escolas brasileiras não são privatizáveis. Por uma questão conceitual. Porque só pode ser privatizado algo que é público, e as escolas brasileiras não são públicas, se por público entendemos “relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade” (Houaiss). As escolas ditas públicas no Brasil são, em alguns casos, escolas estatais, que estão lá para servir os desígnios dos ocupantes do poder político. Na maioria dos casos, são escolas corporativas, cuja função principal é defender os interesses de seus professores e funcionários. Apenas em raros casos é que elas estão focadas nos interesses de seu alunado, seu público. Privatizar a escola brasileira não resolve. O que precisamos fazer é torná-la efetivamente pública, de modo que ela passe a atender às necessidades do país e dos alunos que a frequentam. Precisamos parar de pensar nossa educação em termos ideológicos ou mágicos, acreditando em balas de prata, planos nacionais, cláusulas de financiamento ou outras soluções mirabolantes. Não há decreto que resolva. A máquina é complexa e cheia de enguiços. Ou arregaçamos as mangas e mexemos nas engrenagens defeituosas, ou continuaremos nos lamentando.

Anexo 22 - Ministro da Educação diz que universidades públicas não serão privatizadas – publicado em 14/02/2019 – Revista Veja

Ricardo Vélez declarou que as instituições são um "patrimônio do Brasil" e que devem ser geridas com "total transparência"

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou, nesta terça-feira 13, pelo Twitter, que as universidades públicas não serão privatizadas. “As Universidades Públicas são patrimônio da Nação. Não serão privatizadas. Mas serão geridas com total transparência, a fim de que os brasileiros saibam, tintim por tintim, como é utilizado o suado dinheiro que sustenta essas instituições. Menos Brasília e mais Brasil! ”, escreveu.

A privatização vinha sendo apontada como solução para a crise financeira pela qual passam essas instituições de ensino, mas o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia se pronunciado oficialmente sobre a questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o país tem hoje 2.448 instituições de Ensino Superior. Dessas, 296 são públicas e 63 são universidades federais, ligadas diretamente ao MEC. As públicas concentram mais de 2 milhões de matrículas, 24,7% do total dos universitários do país.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a lei que estipula metas para melhorar a qualidade da educação brasileira até 2024, o Brasil deve incluir um terço, ou seja, 33% da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior até o fim da vigência da lei. Atualmente, essa porcentagem é cerca de 23%, considerando também os que já se formaram.

Já a taxa bruta de matrícula, ou seja, total de estudantes matriculados, independentemente da idade, deve ser equivalente à metade da população total de 18 a 24 anos. Essa porcentagem é cerca de 35%.

Anexo 23 - Parem de acreditar em escola pública de qualidade – publicado em 09/02/2017

Em vez de gastar tanto com escolas públicas e professores ausentes, é melhor transferir o dinheiro direto para os pais e deixá-los escolher a escola particular que preferem

Por Leandro Narloch

O mais intrigante na ocupação das escolas em São Paulo não é o personalismo dos manifestantes e de seus apoiadores – que se alvoroçaram contra uma proposta de separação de estudantes por faixa etária, mas ficaram bem quietinhos quando Dilma cortou o orçamento do Fies, do Pronatec e do ProUni.

O pior é a crença cega em “escolas públicas de qualidade”. Eles estão há um século rezando e fazendo procissões para que a Escola Pública de Qualidade desça dos Céus à Terra. Há um século seus pedidos dão em nada. No entanto, como seguidores de uma seita fanática, não largam a fé.

Pois deveriam. Escolas públicas, para darem certo, exigem boas pessoas. Políticos, professores e diretores que pensem apenas no bem comum, e não nos seus próprios interesses.

Se uma política pública exige que as pessoas se comportem como santos, pode acreditar: não vai dar certo. As pessoas até são naturalmente benevolentes, mas não são madres-teresas em tempo integral. O desenho de uma política precisa se basear em pessoas reais, não em seres imaginários.

No sistema atual, o cidadão que recebe o serviço não pode deixar de pagar por ele ou procurar uma escola concorrente caso esteja insatisfeito. Os contribuintes são obrigados a pagar pelo serviço mesmo que não gostem dele ou não o utilizem.

Já os professores e diretores são remunerados por uma entidade distante – o Estado – e não pelos clientes diretos. Sabem que não terão prejuízo se faltarem dezenas de vezes por ano ou se os pais ficarem insatisfeitos. Não têm incentivo para inovar, cortar custos, pensar em produtos diferentes. Podem se dar ao luxo de fazer greves que duram um, dois, três meses. Se um aluno desistir de ir à escola, isso é até uma boa notícia para o diretor, que terá um problema a menos com que se preocupar.

E os políticos que coordenam o serviço não precisam melhorar o sistema – apenas fazer parecer, a cada quatro anos, durante a campanha eleitoral, que deram um jeito nas escolas. Ou falar banalidades na televisão que toquem o público mais que as banalidades dos candidatos concorrentes. É como se o síndico do prédio fosse encarregado da educação dos filhos dos moradores. Uma loucura.

Com incentivos assim, não dar certo é a regra. As notícias de jornal não deveriam tratar de escolas que decepcionaram, mas dos raros casos em que o desempenho é satisfatório. O mistério é descobrir por que algumas escolas públicas funcionam, e não o contrário.

Os manifestantes que ocuparam as escolas parecem acreditar que conseguirão convencer todos os políticos, professores e diretores a agir apenas pelo bem comum. Embriagados pelo protagonismo, gastam a voz em discursos morais sobre a importância da educação e da necessidade de “cada um fazer a sua parte”, e outros clichês.

Desculpem cortar o barato, mas já passou da hora de desistir de escola pública de qualidade. Se dependermos apenas de incentivos morais, e não de incentivos financeiros, não vai dar certo. Não adianta mudar os políticos. Não adianta gastar ainda mais em educação. É preciso mudar os incentivos.

Em vez de gastar tanto em escolas ineficientes e professores que mais faltam do que aparecem, é melhor transferir o dinheiro diretamente para a família de alunos pobres, em forma de vales, ou pelo menos passar as escolas para gestores privados.

Os pais (e não uma autoridade) decidem qual linha pedagógica preferem e qual escola escolherão para os filhos. As escolas passam a responder aos pais – e a concorrer entre si por estudantes.

Já é assim em muitos países. Nos Estados Unidos, as escolas *charter* (escolas tocadas por ONGs ou associações comunitárias e bancadas com dinheiro público) têm notas acima da média até mesmo quando estão em áreas pobres, que historicamente decepcionam nos índices de escolaridade. Há 180 escolas assim em Nova York; 6 mil nos Estados Unidos.

Um estudo da Universidade Stanford mostra que 53% dos alunos de escolas *charter* são pobres, contra 48% de escolas públicas; e 29% são negros, contra 16% em escolas públicas. Estudantes negros estudando em escolas *charter* leem, em média,

29 dias a mais por ano e estudam matemática 36 dias por ano a mais que estudantes de escolas públicas tradicionais.

Esse modelo não é novidade no Brasil. O governo de Goiás já está criando um sistema de escolas *charter*. O ProUni não é nada mais que privatização da educação: em vez queimar dinheiro em universidades públicas perdulárias que param em greve quase todo ano, melhor financiar bolsas de estudo em faculdades privadas.

Essas alternativas não são uma solução livre de falhas. É preciso evitar a “falácia do nirvana”, segundo a qual há uma solução perfeita para todos os problemas do mundo. No Chile, o sistema de voucher nem sempre incentiva a concorrência entre escolas, porque os pais muitas vezes preferem escolas mais próximas de casa que as melhores da cidade. E não se pode descartar a possibilidade de corrupção entre os políticos e os gestores privados.

Além disso, o sistema privado é diverso. Como hotéis ou marcas de biscoitos, há escolas e faculdades privadas excelentes e picaretas. As melhores universidades do mundo (Harvard, Yale, Stanford) são entidades privadas que ganham uma boa dose de recursos públicos. Assim como uma penca de “uniesquinas” de baixa qualidade. Mesmo assim, o sistema está léguas à frente do padrão tradicional de escolas públicas. Como podem receber doações privadas, as escolas charter americanas se esforçam para manter a reputação e evitar reclamações. Algo que jamais passaria pela cabeça da maioria dos diretores de escolas públicas brasileiras.

Anexo 24 - Desigualdade do início ao fim: Ensino Superior ainda é para poucos – publicado em 25/05/2018 – O Estado de São Paulo

"Em nome da crise, não se pode sacrificar exatamente o que pode nos permitir superá-la: Educação de qualidade, com equidade e inclusão, da etapa infantil à Universidade", afirma André Lázaro, da Fundação Santillana

Por André Lázaro

A Educação é um sistema: a escolaridade dos pais tem influência direta na aprendizagem de crianças e jovens, em sua permanência e progresso nos níveis escolares. Ela também, por sua vez, se traduz em conquistas nos diversos setores da vida individual, familiar e coletiva.

No Brasil, a conclusão da Educação Superior garante expressivos ganhos de renda em comparação com os demais níveis de escolaridade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017 sobre rendimentos, informam que as pessoas com Ensino Superior completo alcançam rendimentos 3 vezes maior que o das pessoas que têm o nível médio e 6 vezes o daqueles sem instrução.

Entretanto, em 2017, apenas 15,7% da população de 25 anos ou mais havia concluído o nível superior. Quando observamos a distribuição a partir da raça/cor dos brasileiros dessa faixa etária, eram 22,9% dos brancos e 9,3% dos pretos e pardos. A restrição ao acesso à Educação tem sido fator de produção e reprodução das desigualdades, em particular as de renda e raça/cor. A média dos países da OCDE é de 34% da população adulta com Ensino Superior concluído. O Brasil está abaixo de outros países da região, como o Chile (21%), Colômbia (22%), Costa Rica (18%) e México (19%).

A meta 12 do PNE é dedicada a elevar a proporção da população nessa etapa de ensino. Para acompanhar os dados são utilizados três indicadores. O primeiro mede a proporção de matrículas de estudantes de 18 a 24 anos sobre o total da população nessa faixa etária: a taxa líquida da Educação Superior. Em 2017 era de 23,2%, ou

seja, menos de 1 em cada 4 dos jovens dessa idade cursavam esse nível de ensino. A meta é chegar a 33% em 2024.

O segundo indicador aponta a proporção de matrículas de estudantes no Ensino Superior, de todas as idades, sobre a população na faixa etária de 18 a 24 anos. É a taxa bruta de matrícula. Em 2015, era de 34,6%, indicando que quase a metade de nossos graduandos têm idade superior a 24 anos. Para 2024 projeta-se a taxa bruta de 50%.

O terceiro indicador mede se a proporção das novas matrículas corresponde à meta: 40% delas em instituições públicas. Esse indicador é muito relevante pois, seguindo tendência que se acentua desde os anos 1990, cresce a presença do setor privado que, agora, detém o triplo das matrículas com relação ao público. Em 2016, 75,3% dos estudantes estavam em instituições particulares enquanto as públicas atendiam a 24,7%. Em 2015 apenas 5,5% de novas vagas foram criadas no setor público.

Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior de 2016, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), não são promissores. No período entre 2006 e 2016 as matrículas nesse nível aumentaram em 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento. No entanto, entre 2015 e 2016 o crescimento foi de apenas 0,2%.

A crise econômica tem incentivado propostas contrárias ao previsto no PNE. O setor privado da Educação e economistas da corrente ortodoxa defendem aumentar a já elevada privatização da Educação Superior. A justificativa é que o expressivo ganho individual alavancado pelo diploma é razão suficiente para que o custo desse nível de ensino seja investimento privado, ainda que subsidiado por créditos públicos.

Esta visão reduz a Educação Superior à produção de diplomados, o que está longe de ser sua única razão de existência. Embora fundamental para o País, a elevação da proporção de graduados na sociedade é parte do processo de formar a inteligência crítica e criativa da nação. Mais da metade das matrículas das instituições privadas estão em empresas com fins lucrativos. Seus interesses educacionais estão restritos ao atendimento mínimo dos padrões exigidos para manter os financiamentos públicos que o PROUNI e o FIES garantem. A Educação Superior tem responsabilidade de desenvolver não apenas o ensino, mas também a pesquisa e as atividades de extensão. A pesquisa brasileira é realizada principalmente nas Universidades

públicas, assim como as atividades de extensão, a oferta de cursos de Pós-graduação e a presença em localidades de menor poder aquisitivo.

A Educação é responsabilidade do Estado e no século do conhecimento serão as universidades públicas que farão diferença, como aliás têm feito. O que seria da agricultura brasileira sem a pesquisa? Como explorar o petróleo no Pré-sal sem a tecnologia desenvolvida nas Universidades? Como avançar na compreensão das implicações do vírus da zika e a microcefalia? Esses são apenas os exemplos óbvios, mas claros o bastante para alertar o debate do futuro próximo.

As eleições de 2018 indicarão os dirigentes que estarão à frente do País quando completamos 200 anos da independência. Não será independência se, em 2022, ainda tivermos, como temos hoje, 3 milhões de crianças de 4 a 17 anos fora da escola e jovens na Educação Superior em proporções inferiores a quase todos os países da América Latina. Em nome da crise, não se pode sacrificar exatamente o que pode nos permitir superá-la: Educação de qualidade, com equidade e inclusão.

*André Lázaro, Diretor da Fundação Santillana. Integrante do LPP/UERJ e pesquisador da Flacso-Brasil.

Anexo 25 - Estado busca empresários para adotar escolas paulistas e garantir melhorias – publicado em 30/08/2016 – O Estado de São Paulo

Ideia é aproximar grupos e colégios por afinidade, destacando a ligação entre patronos e instituições, como Marinha e Igreja; apoio financeiro não é descartado
Luiz Fernando Toledo

SÃO PAULO - A Secretaria Estadual da Educação está buscando apoio de empresários, associações de classe e até da Igreja Católica para que “adotem” escolas estaduais e colaborem com a melhoria das unidades, até com recursos financeiros.

O secretário da Educação, José Renato Nalini, afirmou, em entrevista ao Estado, que tem entrado em contato com empresários e entidades privadas desde que assumiu o cargo, em janeiro. A ideia é tentar aproximar grupos e escolas por afinidade. “Pedi para a Marinha do Brasil que eles se aproximem de escolas na cidade de São Paulo com nome, por exemplo, de Almirante Tamandaré. Estou pedindo até para famílias - do Roberto Setubal e Neca (*Setubal*)”, exemplificou, citando duas escolas com o nome da família.

A Igreja Católica também entrou na procura. “Fiz isso porque tem Escola Nossa Senhora das Graças, Escola Dom Agnelo Rossi, Pio XII, João XXIII”, diz Nalini. Também foram procuradas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), associações comerciais e a Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio), entre outros órgãos.

Nalini admite que o momento de crise econômica pode afastar interessados na iniciativa, mas diz que o importante é o envolvimento. “Tenho dito que é bem-vindo um suporte material de alguma forma. Tenho até algumas sugestões: pintura, reparo no sistema de calha, se precisar, doação de equipamento de informática, incremento da sala de leitura, formação de horta escolar, aquisição de uma fanfarra. Mas deixo muito claro no pedido que o mais importante é o envolvimento afetivo”, diz.

Apesar das propostas, o secretário descarta a possibilidade de terceirizar as escolas ou propor modelos de privatização, como “voucher” (espécie de bolsa de estudos em escolas privadas) ou escola “charter” (com administração terceirizada).

Parcerias. A aproximação de grupos privados em escolas estaduais não é novidade no Estado. Desde 2005, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Parceiros da Educação, presidida pelo banqueiro Jair Ribeiro, presidente do Banco Indusval, reúne empresários que têm interesse em investir em escolas públicas do Estado. O suporte varia de R\$ 150 mil a R\$ 250 mil anuais, usados principalmente em treinamento dos professores.

Mas há também suporte pedagógico por meio de contratação de aulas de reforço para os alunos e até auxílio com materiais e infraestrutura. Neste ano devem ser investidos R\$ 7,9 milhões nas unidades selecionadas. No início do programa, só quatro recebiam recursos do tipo. Hoje, são 160, parte delas municipal.

O Estado ouviu três diretores de colégios que já participaram ou estão em parcerias. Na escola estadual de tempo integral Princesa Isabel, no Bosque da Saúde, zona sul da capital, o apoio do escritório Tozzini Freire Advogados é evidente logo na entrada, onde há um banner com as informações da parceria. A unidade atende apenas o ensino fundamental.

A parceria teve início em 2014 e já trouxe melhorias para a unidade: parte dos professores recebe cursos de aperfeiçoamento, os alunos têm reforço em Matemática e há até aulas de judô e meditação. Também há mais monitoramento das notas e metas estabelecidas pelos parceiros. Desde 2014, os índices no Idesp, medidor de qualidade da educação paulista, subiram - de 2,21 para 2,99 em 2015, mais do que a meta para o ano, mas ainda assim abaixo da média do Estado (3,06).

A unidade também recebeu suporte nos equipamentos: problemas que afetaram outras unidades da rede neste ano, como a retirada das máquinas de fotocópia por causa do fim de um contrato, não atingiram o colégio. A unidade, com recursos dos parceiros, alugou outro equipamento. O laboratório de ciências também foi reforçado, com três microscópios.

Dislexia. Na escola estadual Luís Arrobas Martins, na Vila Cruzeiro, zona leste de São Paulo, que atende só os anos iniciais (1.º ao 5.º ano), o suporte é feito pelo empresário

Carlos Jereissati, da rede de shoppings Iguatemi. Professores da unidade recebem formação diferenciada, há recuperação de alunos e também apoio à gestão.

Também houve uma capacitação para trabalhar com alunos com dislexia. Com a parceria, o colégio também evitou cortes. O recurso do projeto Horta na Escola, do governo do Estado, que ensina crianças a plantar, colher e preparar os vegetais, foi suspenso durante a crise hídrica, segundo a diretora Maria Carolina Jerônimo. “Tendo o parceiro, *(a compra de hortaliças para o projeto)* passa a fazer parte do plano. A maioria das escolas teve de andar com as próprias pernas”, diz. ‘Eles preenchem uma necessidade que o Estado não supre’

A Luís Gonzaga Travassos da Rosa, na Vila Andrade, zona sul da capital, foi a primeira a receber recursos privados neste modelo de parceria informal, que lá vigorou até 2013. Após o fim da parceria, o diretor da unidade, Celso Renato Teixeira, tem reclamado de dificuldades. “Eles preenchem uma necessidade que o Estado não supre.” O diretor afirma que faltam professores para atuar na recuperação dos alunos. “Tinha com a parceria. Agora nós não temos professor auxiliar, professor de reforço, de recuperação, o Estado cancelou. No meu ponto de vista, a escola não consegue caminhar sozinha sem a parceria”, queixa-se.

Apesar das dificuldades, o Idesp da escola tem melhorado - era de 2,56, em 2007, e hoje está em 5,83, acima da média do Estado.

Procurada, a Secretaria Estadual da Educação afirmou em nota que os alunos são acompanhados bimestralmente e a escola tem ações “pontuais” para extinção das defasagens apresentadas nas avaliações.

Anexo 26 – Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais - publicado em 02/07/2015 – Revista Veja

Novo estudo do movimento Todos pela Educação comprova gargalo nos ensinamentos fundamental e médio, o que prejudica a capacidade de compreensão e raciocínio dos jovens que saem da escola



Escola Estadual Renato de Arruda Penteado, que teve a pior nota no Ideb em 2009 - 0,40, na Brasilândia, em São Paulo (Luiz Carlos Marauskas / Folhapress)

Um novo mapeamento da educação no Brasil comprova que uma porcentagem ínfima de jovens conclui os estudos do ensino básico com os conhecimentos adequados em língua portuguesa e matemática. Tomando como base dados de 2013 divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano passado, o movimento civil e partidário Todos Pela Educação, que traçou metas para a melhoria do ensino no país até 2022, aponta que somente 9,3% dos estudantes brasileiros se formaram no Ensino Médio com aprendizado adequado em matemática no período focado pelo estudo. O índice é superior para língua portuguesa (27,2%), mas não deixa de ser preocupante. Em 2011, por exemplo, os números eram de 10,3% e 29,2%, respectivamente. Se mantida esta tendência, o país continuará a ter no futuro jovens com níveis de compreensão e raciocínio lógico irrisórios para o ingresso numa boa universidade ou para o exercício pleno de uma profissão.

Embora 93,6% da população de 4 a 17 anos de idade estejam matriculados na educação básica – o índice fica um pouco abaixo da meta intermediária de 95,4%

proposta pelo movimento -, os péssimos números registrados nos anos finais dos ensinos Fundamental (seis a 14 anos) e médio (15 a 17 anos) refletem erros cometidos ao longo de todo processo de aprendizado. Menos de um terço das crianças de 8 anos que chegam ao 3º ano escolar são capazes de desenvolver uma redação em termos satisfatórios. A proficiência nacional em leitura nesta faixa etária encontra-se em 44,5%. A proficiência em matemática, em 33,3%.

Sem fôlego, o sistema de ensino deixa de atrair os jovens em fase final de formação, sobretudo os com baixa renda familiar. A consequência é uma alta taxa de evasão nacional. Cerca de 8,1% dos alunos desistiram do Ensino Médio em todo o país no período focado pelo estudo.

Com isso, mais de 1,6 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos estão fora das escolas. Entre os matriculados no primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, o atraso de dois anos ou mais atinge 33,1%, 27,8% e 25,4% dos alunos, respectivamente. Os números, apesar de terem diminuído se comparados com os dos anos anteriores, apresentam uma triste projeção para o país. O movimento Todos Pela Educação prevê que, em 2022, apenas 76,9% concluirão o Ensino Fundamental e 65,1% se formarão no Ensino Médio com até um ano de atraso. O prognóstico fica longe das metas traçadas pelo movimento para daqui sete anos: 95% dos jovens de 16 anos com Ensino Fundamental e 90% dos que fizeram 19 anos com Ensino Médio.

Anexo 27 – Haddad inaugura campanha com debate sobre educação e visita a Lula – publicado em 16/08/2018) – Revista Veja

Candidato a vice foi ministro da área nos governos petistas entre 2005 e 2012; reunião com o candidato oficial ao Planalto será para alinhar estratégias

Por Guilherme Venaglia



Fernando Haddad segura máscara do ex-presidente Lula, durante a Convenção Nacional do PT - 04/08/2018 (Ricardo Stuckert/Divulgação)

Candidato do PT a vice-presidente da República, Fernando Haddad inaugura a campanha do partido nesta quinta-feira (16) com um debate sobre educação e uma visita ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato da legenda ao Planalto, na superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

Como Lula está preso, cumprindo pena de doze anos e um mês pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Haddad foi o escalado para ser o “representante” da candidatura do ex-presidente. Na prática, ele é visto nos bastidores como o “plano B”, que o partido colocará na rua se e quando Lula tiver a candidatura vetada pela Justiça Eleitoral.

O primeiro compromisso de Haddad é um debate sobre educação promovido pelo movimento Todos Pela Educação (TPE). Trata-se de um compromisso importante, já que ele foi ministro da área por sete anos, entre 2005 e 2012, nos governos de Lula e

da ex-presidente Dilma Rousseff e esse deve ser um ativo importante na divulgação do seu nome quando a hora de assumir a chapa chegar.

Batizado de “Diálogo Educação Já”, o evento do TPE é uma série de sabinas para que candidatos apresentem propostas para a área. Antes de Haddad, os candidatos Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) também já participaram. Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Alvaro Dias (Podemos) ainda não chegaram a um acordo a respeito da data na qual comparecerão. Os demais não foram convidados.

Na sequência, o ex-prefeito de São Paulo viaja a Curitiba para uma reunião com Lula. Registrado como advogado do ex-presidente, Haddad tem livre acesso à sala onde o petista está preso na superintendência da PF no Paraná. Na pauta, alinhamento de discurso e estratégias de campanha. Na próxima semana, o candidato a vice viajará para a Bahia, estado onde governa o mais popular dos governadores petistas, Rui Costa.

Registro

A candidatura do PT foi registrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com um ato em Brasília que reuniu, segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, dez mil manifestantes, a sua maioria formada por militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais que apoiam o ex-presidente.

Batizada de “O Povo Feliz de Novo”, a coligação também é formada pelo PCdoB e pelo Pros. Segundo o discurso do partido, quando a situação de Lula estiver definida, Haddad será substituído como candidato a vice por Manuela D’Ávila (PCdoB). A comunista deve compor a chapa com qualquer que seja o presidenciável do PT, Haddad ou Lula.

Anexo 28 - Só 12% das Famílias se Empenham na Educação dos Filhos – publicado em 06/11/2014 – Revista Veja

Estudo da ONG Todos Pela Educação mostra que maioria dos pais não se relaciona com a escola, não acompanha número de faltas, nem o dever de casa

Por Da Redação



Pesquisa traça perfil e comportamento das famílias quanto à rotina escolar de crianças e jovens brasileiros (VEJA.com/Getty Images/Getty Images)

Apenas 12% das famílias brasileiras demonstram estar totalmente comprometidas com a educação de seus filhos, revela pesquisa feita pelo Ibope e pelo Instituto Paulo Montenegro divulgada na noite desta quinta-feira. Encomendada pela ONG Todos Pela Educação e outras cinco organizações não governamentais, a pesquisa considerou mais de 2.000 entrevistas com pais, mães e outros responsáveis por estudantes de 4 a 17 anos.

O estudo envolveu famílias de alunos das redes pública e privada matriculados no ensino básico, que engloba desde a educação infantil até o ensino médio. Além disso, foram entrevistados moradores de áreas urbanas e rurais de todas as regiões do país. O objetivo do levantamento é medir o vínculo dos adultos com os estudantes e o grau de valorização da educação por parte das famílias. A partir das respostas, elas foram divididas em cinco grupos, de acordo com o nível de preocupação com a educação

demonstrado. Além do grupo de pais comprometidos (12%), a pesquisa identifica os de envolvidos (25%), vinculados (27%), intermediários (17%) e distantes (19%).

De acordo com a ONG, o primeiro grupo, dos pais considerados comprometidos, reúne aqueles que demonstraram se importar com todas as questões que envolvem a vida escolar dos estudantes, desde os aspectos mais básicos, como cobrar frequência nas aulas e conferir o dever de casa, até questões que vão além da escolarização formal. Eles também incentivam o diálogo em casa e passam mais tempo com seus filhos. Nesse grupo, 98% dos pais ou responsáveis afirmaram acompanhar a frequência na escola, 91% disseram considerar a opinião da criança ou jovem e 79% afirmaram que conversam e trocam bilhetes com os professores sobre o desenvolvimento de seus filhos na escola.

Em seguida, aparece o grupo dos envolvidos, que concentra 25% das famílias e se caracteriza por pais que valorizam o papel da escola na vida das crianças, mas que dedicam pouco tempo para atividades culturais ou esportivas na companhia de seus filhos. Já o grupo dos vinculados, que corresponde a 27% dos entrevistados, age de maneira oposta: tem alto grau de envolvimento com os filhos, mas não valoriza a escola com a mesma ênfase. O quarto grupo, dos intermediários, representa 17% das famílias e se caracteriza por pais que não reconhecem sua importância no desenvolvimento dos estudantes, deixando a tarefa apenas a cargo das escolas.

Por último, aparece o grupo dos pais considerados distantes, que são o extremo oposto dos comprometidos, e reúnem índices mais baixos de envolvimento e valorização da educação. Esse perfil se caracteriza principalmente por pais que não se relacionam com a escola e dão pouco espaço para o diálogo com seus filhos. Além disso, segundo a pesquisa, apenas 37% dos entrevistados ajudam na organização do material a ser levado para a escola e somente 20% afirmaram conversar com o estudante sobre os potenciais talentos e preferências que têm.

Aprendizado – “Atitudes como checar a lição de casa, levar à escola e ir buscar, ir às reuniões e conversar com os professores são apontadas em vários estudos como um dos fatores importantes para o aprendizado, do mesmo modo que é necessário passar mais tempo junto ao estudante e dialogar com ele sobre o que gosta de estudar e em

que deseja trabalhar no futuro”, explica Alejandra Meraz Velasco, coordenadora geral do Todos Pela Educação.

O nível de escolaridade dos pais também parece interferir na relação com a educação dos filhos: entre os mais comprometidos, mais da metade tem ensino médio ou superior completo. Já entre os distantes, 61% estudaram apenas até o ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano. A pesquisa mostra ainda que a maioria dos familiares considerados distantes são do sexo masculino, enquanto as mulheres destacam-se no grupo dos comprometidos. Considerando a amostra total de entrevistados, a principal responsabilidade pela educação e pelo contato com a escola é das mães, que representam 54% dos entrevistados.

No início do mês, o Todos Pela Educação iniciou uma campanha para envolver os pais na educação das crianças. A ação inclui a realização de pesquisas para entender o nível de comprometimento das famílias com as escolas. Além disso, o grupo também definiu cinco atitudes que os pais podem tomar para melhorar esse relacionamento. Nas escolas públicas, os pedagogos também receberão material de apoio com sugestões de atividades para aumentar a participação das famílias. O conteúdo pode ser visualizado na internet na página da campanha.

Anexo 29 - Um currículo para todos – publicado em 09/10/2015 – Revista Veja

Com décadas de atraso, o Brasil terá enfim um currículo nacional com metas para 100% das escolas do país. Se os professores o aplicarem, poderá ser um grande avanço

Por Cecília Ritto e Amanda Prado



“Alunos brasileiros: até hoje, cada escola particular teve o seu currículo; já na rede pública, às vezes não há nenhum” (Alexandre Schneider/VEJA)

O currículo escolar funciona como um roteiro para a sala de aula, demarcando o conhecimento que o professor deve passar ao aluno em cada disciplina, ano a ano. É peça básica para estabelecer metas e ambições acadêmicas, um norte sem o qual se navega no escuro, ao sabor de crenças individuais sobre o que a criança precisa saber. Muitas rodas da educação brasileira sempre torceram o nariz para a criação de um documento que fincasse objetivos em comum para todas as escolas do país. O argumento era que seria como uma camisa de força, ferindo a liberdade de ensinar. No sistema em vigor, estados e municípios ora têm o próprio currículo, ora nenhum, e os colégios particulares adotam os seus, mirando os vestibulares e o Enem. Recentemente, o Ministério da Educação soltou um texto que é ponto de partida para o primeiro currículo nacional único, iniciativa que alinha o Brasil com um sistema que já se provou essencial nos países de boa educação básica. Não havia mais como emperrar esse avanço por travas ideológicas. Que fique claro: estamos diante do passo número 1. O esforço agora deve ser para elevar o padrão da versão inicial do

MEC, aberta a debate, e trabalhar para que não vire obra de ficção, mas seja aplicada para valer pelos professores.

Elaborado por uma comissão de 116 pessoas – entre organizadores de currículos estaduais e municipais, docentes e gente ligada às universidades -, o texto passará pela apreciação de sociedades científicas e órgãos da educação em geral até chegar às mãos do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao qual cabe a palavra final até abril do próximo ano. Escolas públicas e particulares se basearão no documento. Há ainda muito o que percorrer não só na trilha das instâncias a ser consultadas como no aprimoramento do que foi apresentado. A versão trazida a público tem o mérito de ordenar pela primeira vez conteúdos e expectativas, só que se esquivava de enfrentar o desafio primordial deste século: repensar o modelo de escola à luz de um mundo em acelerada transformação que não requer mais o saber enciclopédico. “Do jeito que está, é um documento tradicional, um espelho do que já se vê nas salas de aula de hoje. Não ousa”, avalia a especialista Maria Helena Guimarães.

Ficou de fora uma menção à tão almejada reforma do ensino médio. Todos os estudantes brasileiros, independentemente de suas habilidades e pendoros, são obrigados a percorrer o mesmo caminho, pavimentado por muita matéria e pouca profundidade. É um sistema inflexível, único no mundo. O currículo em questão não inviabiliza uma futura mudança, mas, definitivamente, não a encara. “Não há ali nenhuma pista de como tornar o ensino mais atraente, sintonizado com o mundo de hoje e menos voltado para os processos de seleção”, observa Ricardo Falzetta, do movimento Todos pela Educação. Esse é um gargalo para o desenvolvimento do país, já que o sistema atual acaba expelindo a metade dos jovens da escola durante o ensino médio: são novas gerações incapazes de produzir e inovar. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (responsáveis pelo ensino médio), o catarinense Eduardo Deschamps deixa claro que é preciso revisitar o assunto com mais coragem. “Estamos analisando se é necessário manter todas as disciplinas exigidas e até ponderando se devemos fazer um esforço para mudar a lei que as torna obrigatórias”, diz ele, que vai propor ajustes ao MEC.

Há um consenso de que a primeira versão do ministério foi feita para não causar grandes celeumas entre os mais resistentes. A linguagem segue a cartilha politicamente correta – sobram termos como “pluralidade”, “inclusão”, “diversidade”. E faltam outros. Gramática, por exemplo, não é um objetivo claro (veja o quadro na pág.

ao lado). “Foram escolhidos eixos em língua portuguesa que não têm similaridade com os currículos internacionais”, lembra a pesquisadora Ilona Becskeházy. Outro motivo de estranheza foi o fato de o MEC sugerir que o currículo determine apenas 60% do que é obrigatório; os outros 40% serão estabelecidos por cada rede, de acordo com as “realidades regionais”. Comenta-se nos bastidores que a iniciativa seria fruto da pressão de sindicatos, que advogam por uma fórmula com metas mais maleáveis. Em bons países na educação, como a Finlândia e a Austrália, preservam-se o colorido e as especificidades locais, mas isso está muito longe de tomar quase a metade do tempo em sala de aula. “Não existe uma matemática mineira ou pernambucana”, resume Pedro Malagutti, da Universidade Federal de São Carlos.

Um ponto crucial para que todo o esforço não se torne inócuo é que o currículo seja de fato absorvido nas faculdades formadoras de professores: eles devem sair de lá preparados para atingir os objetivos com todo o rigor acadêmico. Hoje há pouco treinamento no lado prático do ofício – ele ocupa não mais que 20% dos cursos de pedagogia -, e a maioria pega o diploma sem saber o que nem como ensinar. “Essas faculdades ainda estão à margem da discussão. Não há como fazer algo desse porte sem chegar a um bom termo com quem forma o corpo docente”, afirma Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna. Será preciso, aí também, romper resistências. As faculdades devem acompanhar os novos tempos, assim como o material didático precisará se amoldar ao currículo. Segundo os especialistas que revisaram o texto oficial, ele ainda está prolixo e genérico em lugar de ser simples e fácil de aplicar.

No Brasil, fala-se há quase três décadas da implantação de um currículo nacional. Sua criação está sugerida, inclusive, na Constituição de 1988. Alguns passos foram dados nessa direção nos anos 90, mas as bandeiras ideológicas sempre refrearam o debate, até que o Plano Nacional de Educação (PNE) – transformado em lei pelo Congresso Nacional em 2014 – pôs esse tópico entre as estratégias para dar um salto no ensino básico. Várias entidades de peso também se manifestaram nos últimos tempos, muitas delas em torno do Movimento pela Base Nacional Comum, do qual faz parte a Fundação Lemann. Foi-se amadurecendo assim a ideia, lentamente.

De acordo com o MEC, o documento apresentado pelo então ministro Renato Janine Ribeiro não sofrerá mudanças em razão da troca de cadeiras na pasta, agora nas mãos de Aloizio Mercadante. O próprio secretário de Educação Básica, Manuel

Palácios, reconhece que essa primeira versão carece de ajustes. “Não dá para perder de vista o que consideramos ideal, mas fomos realistas e entregamos algo concreto”, diz ele, que faz uma autocrítica: “Acho que falta mais detalhamento aos objetivos das ciências humanas”. O ex-ministro Janine chegou a barrar a divulgação das metas de história, que só saíram na semana passada. Leu e não gostou. Ainda há tempo, portanto, para algo que não foi abordado pelos formuladores do texto: a inclusão, de forma explícita e clara, de competências tão requeridas na formação de um jovem do século XXI – como capacidade de produzir em equipe, abertura ao risco, resiliência e criatividade. Os melhores do mundo estão bem atentos a isso. Por que o Brasil não começa olhando para o futuro?

Anexo 30 - Bancada evangélica veta o nome de Mozart Ramos para Educação - publicado em 21/11/2018 – Valor Econômico

BRASÍLIA E SÃO PAULO - A bancada evangélica vetou a possível nomeação de Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, para o ministério da Educação do futuro governo de Jair Bolsonaro. Essa manifestação levou o presidente eleito a recuar da nomeação, que era dada como certa.

O deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), um dos líderes da chamada "bancada da Bíblia", disse ao Valor que soube da indicação pela imprensa e se dirigiu ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o governo de transição, para demonstrar seu desagrado ao futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Ele negou ter indicado qualquer outro nome. "Nós da bancada evangélica não indicamos nenhum nome, mas queremos barrar", afirmou.

Cavalcante disse considerar Ramos um "esquerdista", mas não apontou motivos que pudessem comprovar a posição ideológica do educador. Ele afirmou apenas ter ouvido o colega deputado Silvio Costa (Avante-PE) elogiar a indicação por ser "de esquerda".

Plano de ação

A pedido da equipe de transição de Bolsonaro, Ramos, chegou a entregar a Onyx, na última quarta-feira (dia 14), um diagnóstico da educação básica no Brasil com sugestões de medidas a serem tomadas no próximo governo.

O documento foi preparado por Mozart Ramos e pelo economista-chefe do instituto, Ricardo Paes de Barros. Os dois estão entre os mais respeitados estudiosos de políticas públicas de Educação do país. Ao lado de Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, e de Priscila Cruz, presidente do movimento Todos pela Educação, o diagnóstico foi apresentado a Onyx Lorenzoni e a dois técnicos do setor de educação da equipe de transição. A jornalista Joice Hasselmann, deputada eleita pelo PSL, também participou da reunião.

Foi o próprio Onyx quem telefonou diretamente para Mozart Ramos pedindo um encontro, após a vitória de Bolsonaro no pleito. Ex-reitor da Universidade Federal de

Pernambuco e ex-secretário de Educação do Estado, Ramos é um quadro técnico que transita bem pela política. É amigo e muito próximo de José Mendonça Filho, o “Mendoncinha”, de quem foi secretário.

Quando o ex-ministro da Educação, do DEM, assumiu um posto, pediu conselhos a Mozart Ramos sobre o que deveria fazer. Um deles seguiu à risca: evitar conflitos com universidades federais para que o país não entrasse num clima de greve geral. Mendoncinha tentou cumprir o cronograma de repasses da União previstos para as federais para evitar um desastre maior.

Bolsonaro não ouviu o diagnóstico preparado pela equipe técnica do Instituto Ayrton Senna e pelo Todos pela Educação na semana passada por ter outros compromissos. Apesar das especulações em Brasília, o Instituto Ayrton Senna já havia negado, em nota, que Mozart tenha sido convidado para a pasta.

Antes do segundo turno, quando o nome de Mozart chegou a ser ventilado para a pasta, ele havia dito ao Valor que haveria “possibilidade zero” de ser ministro.

O nome do especialista sofre rejeição da base de eleitores de Bolsonaro que faz coro por pautas como as do movimento Escola Sem Partido.

(Colaborou Hugo Passarelli)

Anexo 31 - Desigualdade social freia os avanços na Educação – publicado em 16/02/2016 – Valor Econômico

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acaba de divulgar um novo relatório sobre educação com boas e más notícias para o Brasil. O estudo sobre estudantes de baixo desempenho constatou que o país é um dos nove que reduziram o número de jovens com maus resultados em matemática entre 64 nações analisadas entre 2003 e 2012. O esforço, no entanto, não foi suficiente para tirar o Brasil do segundo posto em número de estudantes com baixo desempenho simultaneamente em matemática, leitura e ciências, após a Indonésia. O estudo também constatou que o Brasil está entre os dez países em que a desigualdade social mais influencia a performance dos estudantes - sinal pouco animador para o futuro.

Elaborado com dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o estudo examinou o desempenho de 15,1 milhões de estudantes com 15 anos. Dos 2,7 milhões de alunos brasileiros avaliados, 1,9 milhão tinha dificuldades em matemática básica, 1,4 milhão em leitura e 1,5 milhão em ciências; e 1,1 milhão tropeça nas três disciplinas. O resultado contrasta com o fato de o Brasil ser o terceiro país que mais investe em educação em um grupo de 38 países, com 4,7% do PIB, após o México e a Nova Zelândia, também de acordo com a OCDE.

Como nem sempre o dinheiro explica tudo, o estudo da OCDE busca analisar porque esses estudantes "ficam para trás" e como podem ser ajudados. O baixo desempenho cria um círculo vicioso que leva ao desinteresse, repetência e evasão, o que agrava os problemas e repercute no mercado de trabalho, na produtividade e na competitividade dos países.

Vários são os motivos apontados pela OCDE para justificar as notas ruins dos estudantes e provavelmente um dos mais desafiadores é o que mais prejudica os resultados do Brasil: o impacto da desigualdade social na educação. O aluno mais pobre não só tem menor chance de concluir o estudo na idade certa, não importa sua capacidade cognitiva, mas também enfrenta vários obstáculos ao longo da vida escolar. Para a diretora do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, em entrevista ao Valor (2/2), "ter uma renda baixa significa para o aluno uma situação de pobreza, de vulnerabilidade, de violência, de falta de livros, de falta de lugar para estudar, vocabulário empobrecido (...), mais tempo no transporte escolar, alimentação

pior". A situação se agrava se o aluno for negro, mulher, morar na zona rural ou na periferia das grandes cidades.

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014 confirma essas informações. O MDS apurou que a escolaridade média do jovem de 15 anos é de 6,3 anos no segmento 20% mais pobre da população e salta para 10,8 anos entre os 20% mais ricos.

Reportagem do Valor constatou que o país vem progredindo na redução da desigualdade na educação, mas os resultados ainda deixam a desejar. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é fazer com que todos os estudantes concluam o ensino fundamental até os 16 anos em 2024. Entre os 20% mais pobres, apenas 58,4% cumpriam essa meta em 2014, mais do que o dobro dos 21,6% de 2001. Mas entre os 20% mais ricos a meta está bem próxima, com 92% em 2014 em comparação com 80,2% em 2001.

A Base Nacional Comum Curricular pode contribuir para reduzir a desigualdade uma vez que vai uniformizar programas, conteúdos e práticas didáticas. As propostas do governo estão em audiência pública desde o fim de 2015 e as sugestões devem ser avaliadas em meados do ano. Milhares de alterações já foram sugeridas. As críticas mais severas foram dirigidas ao conteúdo proposto para a História no ensino médio por praticamente excluir a antiguidade. Foram apontados problemas também nos currículos sugeridos para Matemática e Português.

O Bolsa Família certamente ajuda na melhoria desses números uma vez que colabora para reduzir a desigualdade; e a OCDE encontrou iniciativas semelhantes em outras partes do mundo como Portugal, que oferece refeições nas escolas, e Chile, que injeta investimentos extras nas escolas de locais mais pobres. A solução, como aponta a OCDE, depende de um conjunto de medidas como o apoio às famílias, aos estudantes e às escolas em desvantagens não só estritamente financeiro, mas também pelo desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

Anexo 32 - Educação, a única saída – publicado em 27/04/2018 (escrito por Ana Maria Diniz, presidente do Conselho do Instituto Península) – Valor Econômico

Muito se discute sobre qual reforma, dentre as tantas necessárias no Brasil atual, o próximo presidente irá priorizar após tomar posse, em janeiro de 2019. Como se sabe, os primeiros cem dias de um governo são preciosos - um momento crucial para se emplacar grandes mudanças estruturais que poderão ditar os rumos do país não só durante o novo mandato, mas também nas próximas décadas.

No páreo, concorrendo ao primeiro lugar em termos de importância, está a reforma política, pela gritante necessidade de substituir o nosso sistema político por um que funcione e beneficie a entrada de gente boa na política, gente compromissada com os objetivos da sociedade e não com os próprios interesses. Emparelhada, está a reforma da previdência, pela urgência inequívoca do equilíbrio das contas públicas. A reforma tributária, com potencial para transformar o Brasil num país mais competitivo e turbinar o progresso, vem logo atrás.

Mas qual é a reforma-mãe? A que colocará, de fato, o Brasil em outro patamar de desenvolvimento e de inserção no mundo? Para mim, só há uma resposta: a reforma educacional. Estamos num ponto que, se não encararmos de frente o problema da educação, vamos parar no tempo. Como nos mostra a história, não há país que tenha saído de um ciclo vicioso de pobreza, corrupção e violência para outro, virtuoso, de desenvolvimento, igualdade e justiça social, sem investir em capital humano, ou seja, sem oferecer ao seu povo uma educação qualificada e digna. Temos falhado muito nesse sentido.

Desde os anos 90, nossa política educacional tem o mérito do aumento no número de vagas nas escolas. Mas não oferecemos um bom ensino. Nossos índices são sofríveis. Segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização, 55% dos alunos até o 3º ano do Ensino Fundamental não estão aptos a ler, escrever e interpretar estruturas simples. Ou seja: crianças de 9 anos não sabem responder que um porco é um porco ao olharem para uma figura de um porco. Simples e assustador assim.

Quase metade dos estudantes apresenta nível de aprendizagem abaixo do adequado, de acordo com o Pisa, condição que não se restringe aos oriundos de famílias mais humildes. Os alunos com melhor nível socioeconômico apresentam desempenho

inferior ao dos mais pobres de Macau e Vietnã. Estes dados, chocantes, são reflexo do modelo de ensino atual. E um descaso com o aprendizado dos alunos.

Algumas condições tornam a nossa educação uma das mais atrasadas do mundo. Uma delas é o mau uso do dinheiro público, fazendo com que boa parte dos 5% do PIB destinados à Educação Básica, R\$ 330 bilhões, não sejam utilizados para aquilo que faz a diferença na aprendizagem: formação de professores, material didático de qualidade e definição de um currículo que faça sentido para o jovem.

O excesso de burocracia, por sua vez, sobrecarrega a administração pública, aniquila a produtividade e prejudica a própria educação, nos prendendo a um looping de retrocesso do qual precisamos urgentemente escapar. Enfim, criamos, ao longo do tempo, um sistema educacional que está mais preocupado em manter a máquina funcionando, muitas vezes para beneficiar esse próprio sistema, do que comprometido com o quanto os alunos aprendem e de que forma aprendem melhor.

Eu, assim como especialistas na área, acredito que esta é a última chance que temos para colocar a educação em primeiro lugar no nosso país. Para isso, precisamos desenhar um plano estratégico para a educação brasileira. Um plano com etapas e passos bem definidos, não só na implementação, mas também na continuidade. Um plano desses, ambicioso, deve contemplar um horizonte de pelo menos três mandatos. Estudos do movimento Todos Pela Educação mostram que é possível mudar a cara da nossa educação em doze anos.

Este plano necessita de ingredientes nada misteriosos ou milagrosos. Para começar, a erradicação do analfabetismo. Com um projeto bem arquitetado e afinco, isso é muito possível de fazer, respeitando inclusive as diferentes realidades do Brasil. Um projeto para a valorização para valer do professor, o profissional mais importante de um país, já que os docentes formam 100% das futuras gerações. Ele deve dar conta de subir a régua para o ingresso na profissão e de atrair gente mais qualificada para a área, além de mirar uma formação inicial com um currículo moderno, focado nas didáticas de sala de aula e nas habilidades socio emocionais, e um plano de carreira que proporcione uma evolução atrelada à capacidade de fazer os alunos aprenderem e o desenvolvimento contínuo.

Uma política nacional para a Primeira Infância, já que esta etapa é, comprovadamente, a que mais faz a diferença para o sucesso de uma pessoa, também se faz necessária. Por fim, o governo central deve assumir o papel,

importantíssimo, de coordenar a ação de quem executa a educação na ponta, que são os Estados e municípios, dando os incentivos certos e fiscalizando a implementação das diretrizes para que todas as crianças do Brasil tenham acesso a um ensino de qualidade e as mesmas oportunidades de serem bem-sucedidas.

A exemplo do Chile e da Coreia do Sul, que conseguiram elevar a qualidade do ensino a ponto de impactar positivamente o desenvolvimento econômico, o Brasil deveria ter a educação no centro de suas reformas. Com os devidos esforços, em 20 anos esses dois países aumentaram a produtividade do trabalhador e hoje trilham um caminho mais próspero. No Brasil, todo o labor das últimas três décadas em torno da educação - incluindo o aumento significativo da oferta de vagas e do nível de escolaridade da população - parece ter sido inócuo. Nossa produtividade permanece estagnada em sua "soneca de 50 anos", como colocou a revista britânica *The Economist*.

Para que possamos mudar o curso da nossa história e, enfim, acordar do torpor que nos imobiliza e nos impede de evoluir como nação, não basta a crença, ainda que generalizada, de que sem educação não há progresso. Nem são suficientes o comprometimento e o empenho dos políticos que virão a assumir a direção do país, em janeiro, com a implementação de medidas para elevar a qualidade do nosso ensino. É preciso também coragem para encarar nossas fraquezas de frente, detectar onde erramos nesse processo sem titubear e, a partir daí, iniciarmos uma transformação profunda e significativa do sistema educacional, uma mudança que esteja realmente alinhada com o projeto de país que pretendemos ser.

Ana Maria Diniz é presidente do Conselho do Instituto Península.

Anexo 33 - Especialistas dizem a Onyx que novo governo não pode perseguir professores (Conteúdo Estadão) – publicado em 14/11/2018 – Isto É (Conteúdo Estadão)

Viviane Senna, irmã de Ayrton Senna e presidente do instituto que leva o nome do piloto, e outros especialistas em educação que participaram de um encontro nesta quarta-feira, 14, em Brasília, com o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, deixaram claro que o governo Jair Bolsonaro não pode ter como pauta a perseguição de professores. Quem estava presente afirmou que a conversa foi técnica, com apresentação do cenário educacional brasileiro para o futuro ministro. Não se falou sobre o cargo de ministro da Educação no encontro entre Lorenzoni e Viviane – o instituto, em nota, disse que não está nos planos dela assumir a pasta.

Ela foi enfática em afirmar que Bolsonaro deveria adotar como grandes causas a alfabetização de crianças na idade certa e a valorização do professor no País. Segundo as últimas avaliações nacionais, mais da metade das crianças de 8 anos não sabem ler e escrever de maneira satisfatória. Só 13% chegaram ao nível considerado desejável de alfabetização. Estudos internacionais têm mostrado que a qualidade do professor é determinante para o desempenho do aluno e até para sua vida adulta.

Estavam presentes ainda a presidente executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, o professor do Insper Ricardo Paes de Barros e o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves. “Foi dito que não se pode ter pautas negativas com professor nesse momento. Não pode fazer perseguição com professor”, contou Priscila.

O grupo deixou claro que não há como melhorar a qualidade da educação no País sem um plano completo para melhorar carreira docente, o que inclui formação e salário.

Viviane também deixou claro que o novo governo precisa pôr em prática políticas educacionais que tenham evidência de sucesso nacionalmente e internacionalmente. O grupo não se referiu diretamente a ideias de Bolsonaro para a área, como a defesa do projeto Escola sem Partido, que combate uma suposta doutrinação de professores, a ampliação de colégios militares e a implementação da educação a distância no ensino médio. Nenhuma dessas propostas foi adotada em países que se tornaram

modelo para a educação no mundo. “Temos que ter pauta propositiva e não pauta bomba”, afirmou Priscila.

O nome de Viviane tem aparecido como possível ministra da Educação no governo Bolsonaro. O Instituto Ayrton Senna, no entanto, divulgou nota afirmando que “não está nos planos dela aceitar o cargo”. “Eu acredito que a Educação é um desafio de toda a sociedade e não só do poder público. Cada um de nós, pessoas civis, temos a nossa parcela de contribuição. Por isso, venho dedicando esses últimos 25 anos de minha vida nesse compromisso”, disse ela, em nota.

Viviane havia sido chamada por Onyx para um encontro e foi ela quem sugeriu o formato e convidou os outros participantes. A reunião começou com uma apresentação do cenário brasileiro na educação feita por Paes de Barros. Em seguida, Priscila falou do Educação Já, um plano elaborado pela sociedade civil, com a liderança do Todos pela Educação, que recomenda 7 medidas prioritárias para a próxima gestão federal. Entre elas, estão a alfabetização das crianças, a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um novo modelo de ensino médio e a valorização do professor. Segundo quem estava na reunião, Onyx elogiou o trabalho da sociedade civil e disse concordar com as medidas propostas.

Anexo 34 - Estados e municípios pedem Fundeb permanente e mais recursos da União – publicado em 12/09/2018 – Revista Isto É

Por Gilberto Costa - Repórter da Agência Brasil Brasília

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) esperam que a próxima legislatura do Congresso Nacional, a ser eleita em 7 de outubro, torne permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para acabar em 2020.

De acordo com o vice-presidente do Consed, Fred Amancio, “existe consenso” sobre a importância do fundo e “o fim do Fundeb não é mais uma preocupação”. Segundo ele, “o fundo é uma garantia de recursos permanentes para a educação”.

Para o presidente da Undime, Alessio Costa Lima, o Fundeb é a “forma mais descentralizada” de uso de recursos da educação e assegura autonomia a estados e municípios.

Além de tornar o fundo perene, estados e municípios querem que a União aumente a complementação estabelecida em lei, como preveem duas propostas de emenda à Constituição (PECs) em discussão no Congresso Nacional, uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal.

A expectativa de estados e municípios, tratada nas discussões das duas emendas, é que a União aumente gradativamente os seus repasses e, em dez anos, a complementação suba dos atuais 10% e alcance entre 30% e 40%.

O fundo cobre toda a educação básica, da creche ao ensino médio, é a principal fonte para o pagamento dos professores da rede pública em todo o país e ainda pode ser usado para a manutenção de escolas, aquisição de material didático e capacitação dos docentes, entre outras despesas. Em 2017, o Fundeb movimentou R\$ 145,3 bilhões (dado do Tesouro Nacional).

O Fundeb é formado por dinheiro proveniente dos impostos e das transferências obrigatórias aos estados, Distrito Federal e municípios (fundos de participação constitucionais). Além desses recursos, a União faz aporte complementar em alguns estados o que, no ano passado, representou R\$ 13 bilhões. O recurso da União é

repassado quando o valor por aluno no estado não alcança o mínimo definido nacionalmente (atualmente, R\$ 3.016,17 ao ano).

Em cada estado, os recursos apurados são redistribuídos conforme o número de alunos das redes de ensino estaduais e municipais. O Fundeb foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996.

Fora da campanha

Apesar do alto volume de recursos mobilizados, da importância do Fundeb para a educação básica e do impacto nas contas da União com eventual aumento de repasse, chama a atenção dos representantes das secretarias de educação e de especialistas a ausência de debate sobre o futuro do fundo na campanha eleitoral.

“Eu ainda não vi os candidatos falarem especificamente do Fundeb”, observa Fred Amancio, do Consed.

“Os mecanismos de financiamento da educação básica deveriam ser uma das prioridades do governo federal. Por causa do vencimento em 2020, a discussão terá que ser feita em 2019. Infelizmente vem sendo pouco debatido nesse período eleitoral”, avalia Gabriel Corrêa, gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação.

Para Corrêa, “há oportunidades” para o próximo presidente da República perpetuar o Fundeb e “propor avanços na redistribuição de recursos”. Ele defende que a complementação da União e a redistribuição nos estados contemplem a situação do gasto por aluno por município. Segundo ele, a mudança tem potencial de aumentar em 30% o gasto do Fundeb nos municípios mais pobres.

Corrêa defende que a União aumente o repasse de recursos ao Fundeb, mas assinala que é preciso fazer “estudo de viabilidade” respeitando o desafio fiscal. De acordo com projeção do governo federal, em 2021, as despesas obrigatórias atingirão 98% do orçamento da União.

Controle social

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) fez estudo sugerindo que estados e municípios invistam, integralmente no Fundeb, o mínimo constitucional (25% de toda

a arrecadação) destinado a educação. Atualmente, estados e municípios já investem esse percentual em educação, mas não são obrigados a fazê-lo via Fundeb.

Segundo Camillo de Moraes Bassi, especialista do Ipea, o Fundeb precisa ganhar mais importância e o aumento de gastos investidos pelos estados e municípios teria a vantagem de fazer todo investimento local em educação básica “ganhar controle social e visibilidade”.

Alessio Costa Lima, da Undime, critica a ideia. “Essa alternativa é boa apenas para a União”, destacando que, sem mais recursos federais, não haverá como aumentar as matrículas em creches, lema de campanha de diferentes candidatos.

Edição: Lílian Beraldo

Anexo 35 - MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático – Conteúdo Estadão – publicado em 10/01/2019 – Isto É

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadão.com.br nesta quarta-feira, 9. Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental 2 (6.º a 9.º ano) e entregues em 2020.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia que os livros deveriam dar “especial atenção” ao compromisso educacional com “a agenda da não violência contra a mulher”.

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que “os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018”. Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que “não pode se responsabilizar” pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. “Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso”, afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Doria (PSDB), em São Paulo.

Segundo uma servidora disse ao jornal O Estado de S. Paulo, havia uma versão do edital sem todas essas menções em agosto. E que ela mesma pediu alterações para

que ficasse mais claro que não poderia haver erros nos livros e que as referências bibliográficas eram cruciais. Ela também requisitou que o texto deixasse mais clara a necessidade de valorização dos quilombolas e mulheres nas obras didáticas. Todas essas mudanças foram feitas e publicadas em outubro. Em dezembro, a mesma servidora pediu novas modificações, relacionadas aos arquivos de áudio, como mencionou o ex-ministro.

Em 2 de janeiro, no entanto, foi publicado no Diário Oficial um link para uma versão que não tinha as mudanças feitas em outubro, somente a modificação relacionada ao arquivo de áudio. O texto é semelhante ao que existia em agosto. Quem assina o “aviso de alteração” é um substituto do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida dos livros didáticos, Rogério Fernando Lot. O presidente do FNDE na gestão Temer, Silvio Pinheiro, já não estava mais no MEC.

A nota do ministério diz ainda que “reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. A decisão de anular as mudanças foi tomada mais de seis horas depois de o Estado revelar a medida.

Repercussão

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC foi se tornando, ao longo dos anos, muito rígido na escolha das obras, o que é elogiado no setor educacional. Por exemplo: materiais que tivessem erros em mais de 10% das páginas eram desclassificados. “O programa tem cada vez menos subjetividade da avaliação, é mais transparente, com menos ideologia. Esperamos que isso continue”, diz a diretora da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares (Abrelivros), Vera Cabral.

A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao jornal, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças

fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a “verdade” sobre o “regime de 1964”.

Os especialistas tinham considerado grave a retirada de exigência de referências bibliográficas nos livros. “Poderia se escrever que a Terra é plana e não mostrar nenhum embasamento teórico científico”, disse uma autora, que preferiu não ter o nome publicado.

“A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação”, acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

A preocupação era de que se o texto ficasse como estava poderiam ser aprovados livros de menor qualidade. O edital que havia sido mudado faz parte de um processo que começou no ano passado. O MEC já recebeu todos os livros que se candidataram para estar nas escolas em 2020 e vai fazer a avaliação neste semestre. Os que respeitarem as exigências do edital e forem aprovados ficam aptos para serem comprados para as escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Anexo 36 - Piora no Ensino marca administrações – Conteúdo Estadão – publicado em 09/09/2018 – Revista Isto É

Dos 16 governadores que tentam a reeleição, 7 registraram piora em suas redes de ensino entre 2015 e 2017. Isso aconteceu em Minas Gerais, Bahia, Roraima, Amapá, Maranhão, Amazonas e no Distrito Federal. Segundo tabulação feita pelo Estado, as redes estaduais tiveram queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no ensino fundamental ou médio. O Ideb, divulgado semana passada, é o principal indicador de qualidade do ensino brasileiro e junta notas de Português e Matemática com índice de alunos aprovados de cada Estado.

Especialistas em educação e em direito defendem o conceito de responsabilidade educacional, para que governantes sejam punidos em caso de retrocesso na área durante sua gestão. Um projeto de lei sobre o assunto está parado no Congresso.

“É muito injusto com crianças e jovens que políticos sejam reeleitos entregando a educação pior do que receberam”, diz a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz. Ela defende que haja proibição de reeleição quando um Estado piora no Ideb. “A política social deveria estar no mesmo patamar da econômica. Da mesma forma que temos responsabilidade fiscal no País, precisamos ter responsabilidade educacional.”

O Ideb prevê também a progressão das redes e, por isso, o Ministério da Educação (MEC) estipula metas bianuais. No ensino médio, apenas Pernambuco, em que o governador Paulo Câmara (PSB) tenta a reeleição, atingiu todas as metas. O Estado também aumentou o Ideb nos três níveis. Câmara é o favorito nas intenções de voto, segundo o Datafolha.

Amapá e Maranhão, além de piorarem no Ideb, não atingiram as metas em nenhuma das etapas. No primeiro, Waldez Góes (PDT) aparece em segundo lugar nas pesquisas. Em nota, o governo do Amapá reconhece que os alunos “não aprenderam o suficiente”. Informa também que, entre outras políticas, assinou um convênio com o Ceará para assessoria em programa de alfabetização. O Estado nordestino, em que Camilo Santana (PT) tenta a reeleição, tem o melhor Ideb dos 16 Estados no ciclo do 1º. ao 5º. Ano.

Já o maranhense Flávio Dino (PCdoB) tem 43% das intenções de voto no Ibope e é o primeiro colocado. Neste ano, ele aumentou os salários dos professores e o Maranhão tem o maior piso do País, de R\$ 5.740. O valor nacional é de cerca de R\$ 2.400; em São Paulo, de R\$ 2.585. Procurado, o governo informou que há poucos alunos em escolas estaduais de 1º a 5º ano, onde se deu a piora no Ideb. A maioria está na rede municipal.

“Falta no Brasil uma cultura de cobrar resultados dos gestores do setor público, como existe no privado”, diz a advogada e presidente executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti. Ela lembra que o Brasil assinou tratados internacionais em que se compromete com a progressão nas áreas sociais. “O retrocesso no Ideb é motivo para exigir questionamento sobre a má aplicação do piso em educação. Tem de haver qualidade do gasto mínimo”, completa a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo Élide Graziane Pinto.

‘Pânico’

Em campanha, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), declarou que quer a educação como “a grande marca do segundo mandato”. Mas o Estado tem o pior Ideb entre os 16 analisados no ciclo de 6º ao 9º ano e no ensino médio. “O governo Temer está semeando pânico, relevando os aspectos negativos para justificar a desastrada reforma do ensino médio. É uso eleitoreiro de um problema histórico”, disse Costa. Ele os outros governadores reclamaram de o MEC não ter incluído a nota das escolas técnicas – em geral, com melhor desempenho – no Ideb do ensino médio. O ministério alegou que isso impediria a comparação com o ano anterior.

Em meio a uma crise imigratória na fronteira com a Venezuela, a governadora de Roraima, Suely Campos (PP), enfrenta taxa de rejeição de 62% e, agora, uma queda no Ideb do ensino médio. Em nota, o governo afirmou que há “dificuldade em todo o País em manter a frequência dos jovens, tendo em vista um problema social, e não apenas educacional.”

O Distrito Federal, além de cair no médio, não atingiu a meta do 6º ao 9º ano. Rodrigo Rollemberg (PSB) subiu na última pesquisa Datafolha e está empatado em primeiro lugar com Eliana Pedrosa (PROS). Em nota, o governo diz que, mesmo com a queda, ainda tem umas das melhores notas do País. Entre as redes de governadores que tentam a reeleição, tem o 6º melhor Ideb.

O governo de Amazonino Mendes (PDT) informou que está há 10 meses no cargo e que encontrou um “cenário de professores desestimulados e desvalorizados” no Amazonas. Ele assumiu o cargo depois de novas eleições, convocadas porque José Melo (PROS) foi cassado.

Drogas e falta de professores em MG

A Escola Estadual Tancredo Neves, em Belo Horizonte, convive com violência, falta de estrutura, professores com salários atrasados e consumo de drogas. A instituição é uma das que contribuíram para a queda do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em Minas Gerais.

Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), o Estado registrou Ideb de 4,5 em 2017, ante 4,6 em 2015. A meta do governo estadual era subir a nota para 5,0. Já a escola viu seu indicador cair de 4,2, para 3,0.

Estudantes e professores apontaram a violência e as greves como principais problemas da escola. Foram 48 dias de paralisação em 2018. “Estamos bem deslocados com essa greve. A gente não vai ter tempo para ver todas as matérias do ano”, afirmou a aluna do 9º ano Bruna Fonseca, de 13 anos. Ela diz que os casos de bullying são frequentes.

Um estudante que não quis se identificar disse que foi alvo de pedradas por ser homossexual. Outros relataram que, além das brigas, é comum o tráfico de drogas. “Tem muita briga e a escola não faz nada”, relatou o aluno Taironi Nascimento Silva, de 15 anos, do 7º ano.

Alunos reclamam de ventiladores estragados a falta de professores. A docente de história havia faltado no dia em que a reportagem visitou a escola. A funcionária Iara Oliveira reclama que o governo tem atrasado os salários e faz críticas à gestão do governador Fernando Pimentel, que tenta a reeleição pelo PT. “Fizemos duas greves e ele nem olhou para a nossa causa”, diz. Apesar dos atrasos, a professora Quézia Faria afirmou que os salários aumentaram em relação à gestão de Antonio Anastasia, antecessor de Pimentel, e que tenta retornar ao governo pelo PSDB.

O diretor da escola, Itamar Martins, aponta o alto índice de reprovação, que chega a 50%, como uma das razões para a queda no Ideb, que atende 16 comunidades carentes na região. Martins reconhece que problemas com violência são frequentes e diz que convive com facções dentro da escola. Para o diretor, a tendência para os próximos anos é que o Ideb na escola continue caindo. “Está todo mundo

desmotivado, tanto aluno como professor. Até para manter a disciplina dentro de sala é difícil”. O diretor mostrou à reportagem um punhado de maconha que havia tirado de um aluno de 13 anos.

Apesar de fazer muitas críticas à gestão Pimentel, a coordenadora pedagógica da Tancredo Neves, Andreia Leal, lembrou que na gestão de Anastasia muitos benefícios dos professores foram retirados. “Ele disse que a gente receberia um bônus ao final de cada ano e nunca recebemos”. No governo petista, a coordenadora reclamou que não há investimento na formação dos professores. “Não recebemos nenhum apoio para fazer um curso de capacitação.”

Mesmo com muitas dificuldades, ela mostra com orgulho a biblioteca reformada pela escola. “Tudo que a gente fez aqui precisou da nossa iniciativa e do nosso bolso”.

Por meio de nota, o governador Fernando Pimentel afirmou que, apesar da redução do Ideb nos anos finais do fundamental, Minas teve aumento nos anos iniciais e ensino médio, além de reduzir evasão. Disse ainda que, desde 2016, o Estado implantou um acompanhamento pedagógico para estudantes do 4º ao 9º ano com dificuldade em leitura e escrita.

O candidato do PSDB Antonio Anastasia fez críticas a Pimentel. “É com tristeza que vemos indicadores cada vez piores para a educação em Minas”, afirmou, por meio de nota. De acordo com o senador, durante sua gestão, Minas esteve “no topo do ranking em qualidade da educação no País”.

Queda no Ideb em SP

O Estado de São Paulo, que tem o ex-governador Geraldo Alckmin concorrendo à Presidência, piorou seu Ideb no ensino médio (passou de 3,9 para 3,8). A rede estadual não atingiu a meta nem no médio nem do 5º ao 9º ano. O melhor resultado foi de 1º ao 5º ano, em que o Ideb subiu e atingiu a meta. Mesmo assim, ficou abaixo de Ceará e Goiás. Alckmin disse que as notas das escolas técnicas deveriam ter sido incluídas no Ideb no médio. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Anexo 37 - Parceria entre Fundação Lemann e MIT quer apoiar iniciativas de educação pública no Brasil - publicado em 16/06/2015 – O Globo

Organizações disponibilizam três bolsas a estudantes de mestrado, doutorado ou que trabalhem no país

RIO - A organização sem fins lucrativos Fundação Lemann e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) firmaram uma cooperação em 2014 para o programa de talentos Lemann Fellowship, que agora passa a apoiar pesquisadores brasileiros que queiram desenvolver seus estudos em educação.

A parceria beneficia três iniciativas que visam a melhoria da educação pública no Brasil. Elas são: o cultivo do aprendizado criativo no país, proporcionando aos jovens oportunidades para a programação, execução e aprendizagem de novas tecnologias; o apoio a estudantes brasileiros de mestrado e doutorado ou que trabalhem no Brasil com a disponibilização de três bolsas para estudar sobre educação, tecnologia educacional e áreas relacionadas; e a criação de um fundo de investimento para incentivar a pesquisa colaborativa entre o MIT e empresas, universidades e instituições de pesquisas brasileiras.

“Ao unir o foco do MIT em inovação educacional e o profundo conhecimento da Fundação Lemann sobre o sistema educacional Brasileiro, essa parceria criará excelentes oportunidades de pesquisa para nossos alunos e professores, além de ajudar a tornar a educação mais efetiva e atraente para alunos de todo o Brasil”, afirma Rafael Reif, Presidente do MIT.

Já Deniz Mizne, diretor executivo da Fundação, acredita que a cooperação é “uma excelente maneira de incentivar pesquisadores brasileiros talentosos” que estão empenhados em ajudar a promover a mudança na educação, “concentrando os seus estudos em tecnologia educacional”.

Os primeiros Lemann Fellows são Bruno Santos, candidato MBA na Sloan School of Management do MIT; Susana Cordeiro Guerra, estudante de PhD em ciência política; e Juliana Cavalcante, que também está cursando seu MBA através do MIT Sloan.

Anexo 38 - Como Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil, pretende mudar a educação no país – publicado em 10/01/2015 – Época Negócios

Costurar a criação da Ambev, adquirir o Burger King e a Heinz foram bons treinos. O desafio que Lemann se impôs agora é consertar o ensino público brasileiro



Eis o Jorge Paulo Lemann que você conhece:

O HOMEM MAIS RICO DO BRASIL, com fortuna estimada em US\$ 19,7 bilhões. O banqueiro que se transformou em um dos empresários de maior sucesso do capitalismo brasileiro. O criador de uma escola de gestão focada em metas, prazos e bônus – a única genuinamente nacional, defendem alguns. O gestor que assume empresas decadentes e as transforma em potências. O dono de marcas globais, como Heinz, Budweiser e Burger King. O sujeito que, nos fins de semana, se dedica à pesca submarina. O ex-tenista que abandonou a carreira ao perceber que era bom nas quadras, mas não o suficiente para ser um dos melhores do mundo. O líder mais admirado pelos jovens brasileiros. O amigo-colaborador-parceiro de nomes como Sam Walton, Warren Buffett e Jim Collins.

Eis o Jorge Paulo Lemann que você não conhece direito:

O EDUCADOR. Nos últimos 20 anos, o maior empresário do Brasil vem se esforçando para deixar outro legado além do método de gestão e dos conglomerados que construiu: ele também quer melhorar a educação brasileira em uma escala inédita. Desde 1991, quando criou a Fundação Estudar, com os sócios Beto Sicupira e Marcel Telles, o bilionário colocou os pés no setor. Nos últimos três anos, porém, a investida ganhou um senso de urgência.



Não que ele tenha descuidado dos outros negócios. Em agosto, o Burger King, controlado pelo 3G, comprou a rede canadense de cafés Tim Hortons por US\$ 11 bilhões. Além de aumentar o número de lojas, o negócio tende a diminuir os gastos com impostos.



Jorge Paulo Lemann: urgência nos últimos três anos para deixar um legado educacional para o Brasil - (Foto: Hélivio Romero/AE)

Falar sobre a educação brasileira é repetir as mesmas reclamações feitas há décadas: limitado orçamento, professores mal pagos, conteúdos defasados, instalações públicas aos cacos e falta de interesse dos alunos, entre tantos outros. Paradas no tempo, as escolas não conseguem acompanhar a evolução pedagógica e tecnológica dos colégios privados de elite. Mesmo no universo de colégios particulares como um todo, o número de alunos ainda é restrito – são 8,6 milhões, pelas contas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A maior parte dos alunos brasileiros, mais de 41,4 milhões, frequenta cursos do ensino fundamental à universidade em instituições públicas. O número já foi maior – ao fim da década de 90, eram mais de 45 milhões. O gap de qualidade vem desengatilhando uma migração em direção ao ensino privado. De 2010 a 2013, o número de matriculados em escolas privadas subiu 14%. Não à toa, o mercado educacional privado vive um momento dourado, nos últimos anos, com a consolidação de diversas empresas menores em grandes players com ambições globais.

Lemann não é o primeiro empresário a se preocupar com a educação. Há exemplos como a Fundação Bradesco, que atende mais de 100 mil alunos por ano em colégios próprios (só para funcionários), ou a Fundação Roberto Marinho (parte do Grupo Globo, que edita NEGÓCIOS), com conteúdo educacional pela TV que já atingiu mais de 6 milhões de alunos. Há instituições que contam com o apoio de empresários para

criar modelos pedagógicos a serem disseminados pelo Brasil, como é o caso do Instituto Ayrton Senna, cujas metodologias atingem 2 milhões de alunos por ano.

O projeto de Lemann, porém, tem um escopo muito maior, na esteira do seu mantra de que “sonhar grande custa o mesmo que sonhar pequeno”. E o ritmo do sonho aumentou nos últimos anos. Todos os entrevistados próximos a Lemann citam a pressa do empresário para levar uma qualidade de ensino melhor ao maior número de brasileiros. Fala-se em 50 milhões de pessoas impactadas, sendo um bom naco disto de estudantes. São números audaciosos, não apenas porque a atual estatística é muito abaixo disto, mas por se tratar de um quarto de toda a população brasileira, algo que nem fundações com décadas de estrada conseguiram fazer. Os métodos são os mais diversos: plataformas de ensino adaptado, algoritmos para vestibular, aulas em vídeo, bolsas de pesquisa para educadores, formações para professores e até inserções em novelas. Além disso, Lemann tem dinheiro, tecnologia, profissionais gabaritados na área e, talvez o mais importante, a admiração de todos os setores para conseguir costurar acordos entre esferas e entidades tão distintas.

O investimento em educação é feito por diferentes institutos que conversam entre si, numa malha encabeçada por Lemann que envolve empreendedores, estudantes, executivos, professores, algumas das universidades mais respeitadas do mundo e outras fundações que tentam melhorar a educação no Brasil. São quatro os pilares com funções mais ou menos definidas: a Fundação Estudar custeia bolsas de estudo para graduação e pós-graduação e oferece treinamentos; a Fundação Lemann testa tecnologias para melhorar em massa a qualidade da educação e também distribui bolsas, mas apenas para pós-graduação; o gestor Gera Venture investe em startups e compra operações educacionais que não têm dinheiro para crescer; e o centro de estudos Lemann Center, em Stanford, na Califórnia, incentiva pesquisas sobre alguns dos principais problemas do setor no Brasil. As ações abarcam ensino básico, fundamental, vestibular, graduação, pós-graduação, concursos públicos e novos métodos de ensino. Também não é preciso estar dentro da sala de aula: tecnologias para melhorar a gestão dos colégios e formar diretores ou secretários de educação fazem parte do pacote.

Cada um dos quatro pilares segue à risca a mesma filosofia agressiva criada por Lemann para transformar empresas em apuros em queridinhas da bolsa de valores. Não é porque trabalham com algo intangível e tantas vezes subjetivo como educação

que os executivos da Fundação Lemann, por exemplo, não têm metas agressivas, prazos que soam irreais – e bônus polpudos caso o trabalho seja benfeito. Nos próximos cinco anos, todas as iniciativas educacionais do projeto devem atingir mais de 30 milhões de brasileiros. Mais da metade disto será de alunos do ensino básico. O assunto se tornou tão relevante para Lemann que ocupa parte considerável da sua atual rotina de trabalho. Sua presença é constante, mesmo que passe a maior parte do ano em sua casa na Suíça. Ele participa de reuniões de conselho das fundações, faz visitas ocasionais a startups investidas, dá palestras para bolsistas das suas duas fundações, organiza e participa de viagens para centros de excelência em educação e conecta figuras que, no seu entender, podem contribuir de alguma maneira com o projeto. “Uma coisa que ele diz muito é: ‘olha, tem um cara que se formou com algum tipo de apoio, então fala com ele’”, diz Paulo Blikstein, diretor do centro de pesquisa em educação Lemann Center, na prestigiosa Universidade Stanford, na Califórnia. Tal qual suas apostas em áreas onde não tinha tanta familiaridade no Banco Garantia (a primeira de suas investidas no mundo dos negócios), Lemann se cerca de técnicos que entendem de educação. É para eles que o empresário explica suas ideias e como enxerga a evolução da educação no país. “A grande inteligência do Jorge Paulo é que ele sabe que não é educador, mas se cerca das pessoas que mais entendem disso”, diz Blikstein.

Todas as ações da iniciativa educacional do empresário podem ser divididas em quatro grupos: a base da pirâmide; as bolsas de estudo; a pesquisa; e os investimentos.



Denis Mizne - diretor da fundação Lemann

O advogado Mizne ajudou a fundar o Instituto Sou da Paz, em 1997. Por sugestão de uma amiga, marcou uma reunião com Lemann na esperança de conseguir dinheiro para seu projeto. Saiu de lá como novo líder da fundação (Foto: Arthur Nobre)

A base da pirâmide

A espinha dorsal é a Fundação Lemann, que se aventura pelos quatro grupos, embora gaste “90% do seu tempo” na sua missão de melhorar a qualidade da educação básica no Brasil, como afirma o diretor-geral da fundação, Denis Mizne. Em 2002, Jorge Paulo já era um executivo reconhecido e rico, ainda que estivesse longe das principais tacadas da sua carreira. A cultura de meritocracia gerida no banco Garantia já tinha virado um modelo de gestão. A fundação, então, nasce do desejo do empresário de promover uma mudança aos moldes da deixada na história da administração privada, mas na educação brasileira. “Se a educação é a melhor maneira de uma pessoa atingir seu potencial individual, para o Brasil atingir seu potencial como país a educação pública precisa funcionar”, diz Mizne. Nos primeiros anos, a fundação tinha

como foco ajudar a formar diretores e traduzir livros com conceitos pedagógicos interessantes. Era uma abordagem limitada. Ao fim da primeira década, Mizne se sentou para conversar com um Lemann decidido a mudar o escopo da sua fundação. Até então, o advogado Mizne não tinha planos de trabalhar com educação. Sua especialidade era a violência. Em 1997, fundou o Instituto Sou da Paz, responsável por uma campanha popular na década de 90 contra a violência, que usava celebridades posando com os polegares unidos em frente ao rosto de forma que as mãos imitassem uma pomba de asas abertas. Ao voltar ao Brasil, em 2010, após estudar nas universidades de Yale e Columbia, Mizne buscava investidores para viabilizar novos projetos dentro do instituto. Uma amiga lhe contou que Jorge Paulo Lemann buscava alguém para liderar a fundação que levava seu nome. “Fui lá conversar achando que ia tomar um dinheiro para o Sou da Paz”, diz ele.

Mizne é um executivo cordial e astuto, capaz de conduzir uma conversa sem perder por um minuto a atenção do interlocutor. Fisicamente, parece uma versão menos histriônica de Steve Ballmer, o ex-executivo da Microsoft conhecido pelos arroubos emocionais. Assumiu o posto cheio de ideias e recebeu um conselho inesperado de Lemann: “Arrume a casa. Deixe a gestão perfeita para crescer, mude de escritório e organize o jurídico. Nos primeiros seis meses não quero saber de ideia”. Elas viriam com o tempo, defendia Lemann. Para ter inspirações de como deveria ser seu trabalho, Mizne apelou para outra das estratégias conhecidas do empresário. Quando o Garantia comprou a Lojas Americanas, em 1982, os donos do banco, sem saber patavina sobre varejo, escreveram para um sujeito que conhecia muito o setor: Sam Walton, o mítico fundador do Walmart. Walton não só respondeu à carta como aceitou receber Sicupira e Lemann na sede da empresa, em Bentonville, nos EUA. Mizne também fez seus contatos pelo mundo. Foi visitar países como Cingapura e Coreia, ter reuniões com ministros da educação, conhecer escolas com propostas modernas e fundações de bilionários que, tal qual Lemann, vinham apostando em educação, como a Bill & Melinda Gates Foundation e a Open Society, do megainvestidor George Soros.

De volta ao Brasil, Mizne começou sua gestão com uma pegada mais Vale do Silício do que Oxford. Lemann tinha lhe deixado claro que o objetivo do impacto em larga escala só seria alcançado com a introdução da tecnologia na educação. Em vez de construir escolas ou criar métodos de ensino próprio, um software online de qualidade

pode ser traduzido para o português e distribuído para milhares de escolas em segundos. Mizne mapeou e entrou em contato com diversas startups e fundações responsáveis por plataformas digitais de educação. Quando fazia sentido (o que significa dizer que tem qualidade e consegue ter escala rápido), a Fundação Lemann traduzia para o português e ajudava a disseminar. Hoje, o principal exemplo é a Khan Academy, plataforma de educação digital nascida das aulas de matemática que o americano Salman Khan dava à prima pelo YouTube. Após atrair a atenção (e milhões de dólares em doações) de gente como Bill Gates e Carlos Slim, Khan montou uma tecnologia que ensina matemática, ciências e economia, entre outras áreas, com aulas gravadas e exercícios na tela do computador. Conforme o aluno vai acertando ou errando, a tecnologia identifica as áreas que ele domina e o que ele precisa estudar mais. A dificuldade dos exercícios é determinada pelo conhecimento do aluno, e não pelo ritmo de aprendizado da classe. Por isso, mesmo dentro de uma mesma sala de aula, a Kahn Academy mostra diferentes exercícios para diferentes alunos. Para professores, a tecnologia compila um relatório com as notas e o desempenho de cada aluno.

Em 2012, a Fundação Lemann fechou acordo com a Khan Academy para traduzir e aplicar a tecnologia em escolas públicas pelo Brasil. Há dois anos, eram 210 alunos na periferia de São Paulo com aulas apenas de matemática. Hoje, são mais de 70 mil, nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os colégios que aderiram contam com carrinhos com laptops que percorrem as salas onde a Khan será usada em aula. Quem compra o hardware é a escola. A fundação banca a plataforma, a formação do professor e o acompanhamento. “Hoje tem fila de escola” esperando para participar, diz Mizne. Aberta para o público em geral no começo do ano, a Khan Academy em português já atraiu mais de 700 mil usuários. Após a Khan, a Fundação Lemann foi atrás de outros projetos com escala. Em agosto de 2013, traduziu para o português dois cursos da plataforma Coursera, que agrega material de universidades como Stanford e Princeton. Com tradutores voluntários, mais 26 cursos estarão em português em setembro. Também em setembro, deve lançar o Programaê!, plataforma para ensino de programação a jovens usando conteúdos do site americano Codecademy, da própria Khan Academy e do projeto Scratch, criado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) para crianças. Em

novembro, fechou acordo com o Google para produzir um canal de conteúdo educacional para o ensino médio no YouTube chamado YouTube Edu.

Só aulas de matemática usam a Khan Academy, por exemplo. Como fazer com que a tecnologia impacte também aulas de geografia, história e português sem atrapalhar o processo de ensino? É um dos principais desafios de Mizne.



Em 278 escolas, notebooks são usados para testar como a Khan Academy se encaixa nas aulas (Foto: Arthur Nobre)

Para fazer o meio de campo

Até pelo interesse na área, a Fundação Lemann se tornou um ponto de contato entre startups que misturam tecnologia e educação. Em algumas, a fundação investiu, como é o caso da Geekie, dona de uma tecnologia de aprendizado adaptativo. Em outras, financiou os testes da ferramenta de gestão educacional criada pela startup WPensar em escolas públicas de Niterói, como parte do concurso Start-Ed. Para outras, a fundação encomenda projetos, como é o caso da plataforma de cursos Veduca. Na primeira semana de setembro, Mizne estará à frente de uma excursão para o Vale do Silício com dez empreendedores, como Carlos Souza, da Veduca, e Claudio Sasaki, da Geekie. Na pauta, reuniões com investidores, escolas e startups semelhantes. Não é a primeira: há dois anos, Mizne liderou outra viagem para Califórnia e Nova York, desta vez com gente de outras fundações e do governo.

Em alguns casos, este apoio é decisivo na formação da empresa. Foi o que aconteceu com Thiago Feijão. No dormitório do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde estudava, Feijão criou uma plataforma para professores acompanharem o desenvolvimento dos alunos em sala de aula, chamada QMágico. Sem nenhuma experiência em educação, Feijão bateu na porta da Fundação Lemann, que financiou o teste da tecnologia em quatro escolas públicas em São José dos Campos, em 2012, com profissionais próprios destacados para acompanhá-los. A equipe ainda ajudou Feijão a definir o foco da startup e como montar a equipe. Sem este empurrão, não haveria startup, diz Feijão. Pode parecer uma estratégia para “guardar lugar” na hora de investir. Não foi o caso: quando abriu para investidores, a QMágico não captou dinheiro nem da Fundação Lemann nem do Gera.

Os exemplos mostram outra faceta da Fundação Lemann, além da de financiadora que investe em diferentes plataformas: a de agregadora. Converse com qualquer fundador de startup ou executivo de ONG do setor e todos, em algum momento, vão mencionar que já se sentaram para conversar com Mizne. No papel de articulador (facilitado pela rica agenda de telefones de Lemann), a fundação se aproxima dos reguladores por trás de políticas públicas que poderiam ajudar a resolver problemas vistos de perto nas escolas apoiadas pela fundação. Por exemplo: no papel, 84% das escolas brasileiras têm internet. Na realidade, a conexão serve, em muitos casos, apenas a funções burocráticas. “Estamos pensando no que precisamos para conseguir, em cinco anos, que todos os alunos e professores do Brasil tenham internet de altíssima velocidade”, diz. É uma meta privada, com impacto e exigência de envolvimento públicos, o que obriga a fundação a se aventurar no nem sempre amigável ambiente do governo. Como “desatadora de nós”, ela se junta à discussão e, nas palavras de Mizne, cria condições (como levantar dados e conectar profissionais de diferentes perfis) para agilizar a tomada de decisão. Outra discussão é a envolvendo a Base Nacional Comum de Educação, currículo nacional a ser cobrado dos alunos no ensino fundamental. São casos onde a tríade prazo/meta/bônus, mágica no ambiente privado, pode não ser tão eficiente.



Fabio Tran - codiretor da Fundação Estudar

Quando assumiu a Fundação Estudar com Rodrigo Teles, em 2013, Tran tinha o desafio de encontrar novas fontes de renda e torná-la sustentável financeiramente. “Com mais de 20 anos, a fundação virou uma startup”, diz ele (Foto: Arthur Nobre)

As bolsas de estudos

A investida educacional mais popular de Jorge Paulo Lemann são as bolsas distribuídas pela Fundação Estudar. Historicamente, a primeira vez que o empresário pagou para que um jovem no qual via potencial estudasse fora foi na década de 80, quando um sujeito chamado Carlos Brito bateu à porta do banco Garantia pedindo dinheiro para um MBA em Stanford. Tudo era feito informalmente até 1991, quando o empresário oficializou a prática ao fundar a Fundação Estudar, com Telles e Sicupira. Nos primeiros anos, a fundação ocupava uma mesa e, quando as entrevistas precisavam ser feitas, salas de reunião dentro do Garantia. Em 23 anos, a Fundação Estudar pagou pelos estudos de mais de 570 estudantes, dentro e fora do Brasil. Trata-se de um clubinho de entrada limitada. Em 2013, mais de 31 mil inscritos enfrentaram seis etapas de seleção, de provas à temida entrevista final com o conselho, até que fossem definidos os 28 bolsistas.

O hábito de pagar bolsas de estudos surgiu da dificuldade de Lemann de encontrar gente qualificada o suficiente para tocar alguns dos negócios nos quais o Garantia e o 3G se aventuravam. A ideia era custear os estudos dos executivos e aproveitá-los assim que voltassem, algo copiado até hoje por consultorias. “Naquele momento, para um brasileiro ir para o exterior era superdifícil”, diz Lemann, em vídeo, para comemorar os 20 anos do grupo. Como um banco de investimento vive de fazer negócios no Brasil, melhorar a formação de executivos era bom para o mercado e, conseqüentemente, para o Garantia. Não há obrigação de que os beneficiados trabalhem em algumas das empresas de Lemann. Ainda assim, ali é o destino de muitos. Basta olhar o topo do organograma de Heinz, Ambev e AB InBev: Bernardo Hees, João Castro Neves e Brito, o precursor, foram bolsistas da Estudar.

Em 20 anos, a Fundação Estudar já deu 500 bolsas. Para Lemann, “é um número pequeno”. Há um ano, o grupo está ampliando seu alcance com cursos de preparação. Há uma obrigação (mais moral que formal) do estudante pagar as bolsas em até oito anos. Houve calotes, mas foram poucos. A devolução do dinheiro, em parcelas, é parte de um movimento maior que implica no reembolso por parte dos bolsistas. Não à toa, duas das etapas de seleção para a Estudar envolvem os ex-bolsistas. Na primeira, eles entrevistam os candidatos. Logo depois, se reúnem para trocar impressões sobre eles e eliminar os que não acham aptos. Aí está outro dos mantras de Lemann em ação: gente boa atrai gente boa. O contato entre quem procura e quem já ganhou uma bolsa também forma uma rede de contatos que extrapola áreas de estudo, profissões e idade. Bolsistas, ex-bolsistas, empresários e membros do conselho da Fundação Estudar se encontram anualmente. Nos primeiros anos, uma sala de reuniões do Garantia era suficiente. No início do mês passado, 350 pessoas se reuniram no hotel Unique, na Zona Sul de São Paulo. Ali, conhecidos se reveem, novas relações profissionais são formadas, quem ganhou bolsa se apresenta e quem já pagou a sua diz o que tem feito da vida. “É fenomenal o calibre das pessoas. Só tem gente interessante e apaixonada”, diz Gabriel Benarrós, manauara de 25 anos que terminou a graduação em Stanford com bolsa da fundação. Na entrevista final, ele e mais cinco pessoas passaram uma hora sendo avaliados pelo conselho da fundação – Jorge Paulo Lemann, inclusive. Passou, foi para Stanford e, no último ano da graduação, emendou um mestrado. Em uma das aulas, bolou um sistema de venda de ingressos. Voltou ao Brasil com um investimento do professor e lançou o Ingresso

em março de 2012. Hoje, com mais de R\$ 10 milhões recebido de investidores, a startup já vendeu mais de 200 mil ingressos para mais de 2 mil eventos. No mercado, a Ingresso é vista como uma potencial ameaça à dominação de Ingresso Fácil, Tickets For Fun e Ingresso.com. Três anos após receber a bolsa, Benarrós era um dos palestrantes no encontro deste ano, falando sobre empreendedorismo a quem queria entrar. O ciclo, então, recomeça.

Lemann não é o único do 3G a investir em educação. Marcel Telles fundou o Ismart em 1999 para oferecer bolsas de estudo a jovens pobres com alto potencial no ensino fundamental. Hoje, são 924 bolsistas em colégios como o Bandeirantes (SP)



Para as massas

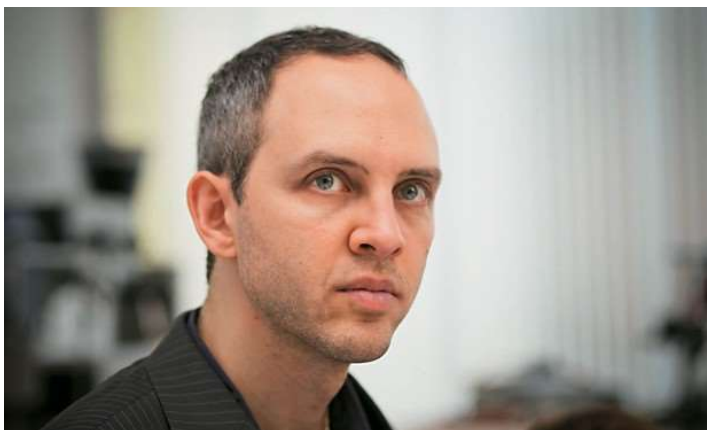
O limitado grupo cresce ao ritmo de mais ou menos 30 novos bolsistas por ano. “É um número pequeno em relação ao tamanho do país. Porque 500 jovens, em 20 anos, é nada”, diz Lemann, no vídeo. Há três anos, a Fundação Estudar tomou um novo caminho. A dupla Rodrigo Teles e Fabio Tran, dividindo a liderança a partir de janeiro de 2013, traçou um modelo para atingir mais estudantes, enquanto achava uma fonte de receita própria. Hoje, o dinheiro vem de reembolso e doações dos ex-bolsistas, dos três mantenedores (Ambev, o banco BTG Pactual e a Falconi Consultores de Resultados) e de empresas como a Cosan e o Itaú-Unibanco. “Temos buscado construir produtos que tenham receita própria e recorrente”, diz Tran. “A fórmula encontrada foram treinamentos pagos”, diz, no segundo andar do sobrado que a Fundação Estudar ocupa na Vila Madalena, em São Paulo. O modelo é parecido com o das bolsas tradicionais, com uma diferença: quem não passa na seleção paga para entrar.

Um bom exemplo é o Personal Prep, curso que ajuda estudantes do ensino médio a preparar os documentos para tentar entrar em faculdades fora do país, lançado em 2013. Ele é composto por aulas gravadas em vídeo e orientações presenciais por quem já passou pelo processo. Os mais bem posicionados na seleção feita pela Fundação Estudar fazem de graça. Quem não passou paga entre R\$ 1,5 mil e R\$ 20 mil. Parte da margem vai para a fundação, parte para financiar os custos de quem passou por mérito. O nível de sucesso é alto: metade dos alunos aprovados nas dez melhores universidades americanas neste ano saiu do curso, diz Tran. É o tipo de estatística que todo colégio adoraria trompetear para atrair mais alunos. Outros dois treinamentos são o LabX, curso de formação de liderança que dura dois fins de semana e custa até R\$ 570 por pessoa, e a conferência de carreira Ene, onde empresas pagam para que estudantes selecionados façam um “pitch” (uma apresentação falada das próprias qualificações) de si mesmo. Somadas, as três iniciativas devem atingir quase 3 mil alunos em um ano, cem vezes mais que o número de bolsas. Não é a mesma coisa que estudar em Stanford, por exemplo, mas aumenta o alcance da Fundação Estudar, como Lemann quer. Espera-se também outra consequência dos treinamentos: com mais procura, a Fundação Estudar deverá crescer de tamanho, abrindo espaço para outros jovens em ascensão. “Para viver a meritocracia, devemos ter uma organização crescendo. Se não cresce, não tem como promover as pessoas”, diz Tran. De novo, é a cartilha de Lemann em ação.

As bolsas da Estudar não são as únicas financiadas pelo executivo. Desde 1999, a Fundação Lemann distribuía bolsas exclusivamente para pós-graduações em Harvard. Nos anos seguintes, estudantes foram mandados para outras faculdades respeitadas, como Columbia, Yale e Stanford, mas ainda de forma fragmentada. Em 2011, uma das ações de Mizne foi juntar todas as bolsas sob um mesmo projeto, chamado Lemann Fellowship. Há uma sobreposição: a Fundação Estudar também distribui bolsas de pós, mas a tendência é que acabe ficando apenas com a graduação, segundo Tran. E ainda que se trate do mesmo produto – financiamento estudantil –, a Lemann Fellowship tem suas particularidades. Só ganha gente mais avançada na carreira, que esteja disposta a “dedicar suas vidas a enfrentar os principais problemas sociais brasileiros”, na definição de Mizne. Chamados de Lemann Fellows, eles vão fazer mestrados e doutorados em sete faculdades prestigiosas (Harvard, Stanford, Columbia, Oxford, Illinois, Ucla e Yale). É gente que,

de volta ao Brasil, trabalhará, em sua maioria, em qualquer esfera do governo. Não à toa, mais de 60% dos Fellows estudam gestão e políticas públicas. Eles incorporam a aposta da fundação em destravar, dentro do governo, alguns dos nós observados nas escolas. Ao contrário da política de reembolso da Estudar, os Lemann Fellows não precisam pagar a bolsa. O retorno ao Brasil, porém, é quase inegociável.

“Moralmente, eles têm de voltar. Por enquanto, estamos indo pela cenoura. Se precisar, vamos pelo porrete (risos)”, diz Mizne. Em vez da violência da piada, a fundação apelou para a agenda telefônica de Lemann. Para facilitar este retorno, Mizne organiza encontros nos quais os bolsistas recém-chegados se encontram com figuras de projeção do cenário político e econômico brasileiro. Nos últimos anos, Lemann Fellows se sentaram para conversar com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o empresário Guilherme Leal e o presidente do Banco Central Alexandre Tombini, entre outros. Não é difícil acomodá-los na mesma sala: trata-se de um grupo ainda menor que o da Fundação Estudar. No total, são cerca de 200, com quase 50 novos por ano. O plano de Mizne é formar 500 nos próximos cinco anos, sendo que 50 farão parte de uma elite ainda mais limitada: seja no setor público ou privado, eles terão a responsabilidade de encarar um problema de altíssimo impacto. É gente como o economista Leandro Costa. No começo de 2013, ele foi aceito como pesquisador convidado no Lemann Center, em Stanford. Lá, conduziu uma pesquisa para medir o impacto que o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), criado pelo governo do Ceará, teve no desempenho dos alunos. Ao fim da bolsa, voltou ao Brasil como funcionário do Banco Mundial (antes, era um prestador de serviços), onde atua como consultor de projetos educacionais com tecnologia. Quando governos têm projetos educacionais, mas não a verba para fazê-los, recorrem ao Banco Mundial, que lhes empresta dinheiro e ajuda no planejamento técnico. Entre as referências que Costa usa ao dar esta consultoria estão não apenas as pesquisas do Lemann Center mas também algumas das iniciativas da Fundação Lemann.



Paulo Blikstein - diretor do Lemann Center

Com o apoio de três pesquisadores americanos, Blikstein sugeriu a Lemann um centro de estudo focado só na educação brasileira dentro da prestigiosa Stanford. Em dez anos, o Lemann Center receberá mais de 150 brasileiros (Foto: Divulgação)

A pesquisa em Stanford

Alguns dos Lemann Fellows têm um destino especial durante a pesquisa. Em 2011, o Lemann Center foi fundado em Stanford por uma parceria entre o empresário e quatro professores de educação especializados em Brasil. Único brasileiro entre os professores, Paulo Blikstein é um sujeito magro de olhos claros e calvície pronunciada. Com os americanos Eric Bettinger, David Plank e Martin Carnoy, ele lidera estudos, organiza eventos e orienta brasileiros interessados no assunto. Cada um deles ganha uma bolsa de até US\$ 70 mil. Durante os dez anos que estão previstos no contrato que fundou o Lemann Center, 150 brasileiros passarão por lá, entre mestres, doutores, formadores de educadores e empreendedores.

Além de fortalecer seu currículo, os bolsistas desenvolvem pesquisas que, entregues aos tomadores de decisão, ajudarão na definição de políticas públicas. É o caso da cientista social Luana Marotta, bolsista por duas vezes. No mestrado, estudou o impacto da separação entre os melhores e os piores alunos no colégio. A sala de aula dos melhores tende a ter melhor desempenho, mas a qualidade na sala dos piores também cai. Luana descobriu que misturar alunos aleatoriamente faz mais bem ao desempenho geral da escola que separar os melhores dos piores. Já Tassia Cruz estuda no seu doutorado como a distribuição do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) beneficia e prejudica os estados brasileiros. Para não ficar só na teoria, o centro de estudo paga para que os bolsistas voltem ao Brasil durante as férias para trabalhar dentro de órgãos educacionais.

O centro de estudos, na sua visão, é uma ponte que mantém aberta a comunicação entre o Brasil e um dos polos de inovação em tecnologia educacional. Os Lemann Fellows que por lá passam também são “moralmente obrigados” a voltar ao Brasil. Na cabeça de Blikstein, o momento que o Brasil atravessa na educação lembra dois marcos da história recente: o plano Real e a bossa nova. Em ambos, argumenta ele durante um café nos Jardins, Zona Sul de São Paulo, o cenário estava preparado com uma massa crítica de economistas e músicos, respectivamente, com formações acadêmicas sólidas. Bastava uma fagulha para que, juntos, algo que soava impossível conseguisse ser realizado. “Às vezes, esta fagulha acontece no vácuo. Inspiração acontece o tempo todo, mas para virar um movimento, precisa ter pessoas que saibam”, diz. Seu temor era que a fagulha viesse, mas o Brasil a perdesse por falta de preparo. O Lemann Center, os Lemann Fellows e a Fundação Estudar ajudariam a evitar este vácuo.



Gabriel Benarró - fundador da Ingresso

Em 2011, o manauara Benarró quase desistiu de ir para Stanford terminar a graduação por falta de dinheiro. Só foi graças a uma bolsa da Fundação Estudar. Agora, virou mentor de outros jovens que tentam estudar fora do Brasil (Foto: Arthur Nobre)

Os investimentos

Desengatilhar negócios não passa apenas pelas cabeças, mas também pelo dinheiro necessário para fazê-los. É onde entra o Gera Venture, braço da estratégia educacional de Lemann que mais lembra os negócios que fizeram seu nome. O gestor nasceu em 2010, pela vontade das fundadoras, Duda Falcão e Rafaela Vilella, ambas com experiência no mercado financeiro, de investir em educação. Um dia, quando já tinha saído do Pactual e trabalhava na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Duda conheceu Ana Vitória, filha de Jorge Paulo, que deu a dica: “Meu pai quer fazer algumas coisas de educação, bate um papo com ele”. Ela foi, o plano caiu nas graças de Lemann e as duas fundaram a única organização educacional de Lemann com fim lucrativo. Não que eventuais ganhos voltem ao bolso de Lemann: todos os lucros do Gera são repassados à Fundação Lemann. Como a fundação financia quase todos os outros projetos, espera-se que a estratégia educacional pare de pé sozinha. Aí está outro dos mantras de Lemann: se o negócio é bom mesmo, você consegue dinheiro com outras pessoas. No molde da criação da Fundação Lemann, o primeiro ano do Gera foi de estudo e viagens. Após rodar o mundo, Duda e Rafaela definiram duas atuações claras do gestor em 2011: fazer aportes em startups de tecnologia educacional e comprar operações educacionais para acelerar seu crescimento, ambas restritas ao ensino básico. Pelo primeiro, o Gera investiu em seis startups, sendo quatro delas brasileiras: a já citada Geekie (junto à Fundação Lemann), a Rota dos Concursos, especializada em estudos para concursos públicos, a Starline, responsável por um sistema que torna a correção de provas 50% mais rápida e barata, e a MindLab, sistema de aprendizado usando jogos de tabuleiro. Nesta última, o gestor vendeu sua participação. As outras duas startups são estrangeiras: a plataforma de vídeos Kaltura e o estúdio de games educativos Mangahigh. Em todas, o Gera é minoritário.

É o modelo contrário à outra divisão. Tal qual as investidas do 3G, a parte de growth do Gera só entra em negócios quando é majoritário, e para influenciar diretamente na administração. Desde 2011, a companhia comprou dois tradicionais colégios de ensino básico do Rio de Janeiro, o Elite e o Ponto de Encontro. Ambos serviram de base para a criação da Eleva, uma holding de escolas que deverá ter “cinco ou seis espalhadas pelo Brasil” e “um número relevante de alunos”, segundo Rafaela. Faz parte do plano também desenvolver uma nova plataforma de ensino única a ser usada em todos os colégios da Eleva nos próximos anos, nos moldes de outras plataformas, como o Sistema Anglo de Ensino. “Temos uma estrutura interna que só estuda modelos pedagógicos e acadêmicos pelo mundo que estão dando certo”, diz ela. Algumas das tecnologias investidas serão acopladas à plataforma, como os algoritmos da Geekie e os games educativos da Mangahigh. Além da capital carioca, fontes próximas à operação dizem que o Gera vem negociando com colégios no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde a concorrência é menor. O Gera não confirma a informação. Quando os negócios forem fechados, porém, o modelo tende a se repetir: 100% do capital é comprado e a administração ficará a cargo de um time de gestão montado pelo Gera. Duda, uma das fundadoras, virou coCEO da Eleva com Bruno Elias, executivo com experiência nos mercados educacional e financeiro. “Nosso foco é escola para classe B e C. Hoje, elas competem em termos de aprovação no IME e no ITA com qualquer escola do Brasil, mas estamos perdendo para escolas da classe A”, diz Rafaela. O objetivo final é levar qualidade de ensino da classe A com um boleto da classe C.

De todas as iniciativas, a única criada para dar lucro é o Gera. Não que Lemann queira ficar ainda mais rico: todos os ganhos vão direto para a Fundação Lemann

A holding ainda terá um alcance limitado em termos de número de alunos. É parte, porém, de uma estratégia que deverá ganhar corpo em médio prazo e que, somadas às demais iniciativas, ajudará Lemann a chegar àquele mágico e desejado número de 50 milhões de pessoas impactadas por seus investimentos em educação. O empresário não descarta nenhuma oportunidade de levar conhecimento em grande escala aos brasileiros. No mês passado, durante a novela Geração Brasil, da Rede Globo, o ator Murilo Benício, na pele do empresário Jonas Marra, passou mais de um minuto explicando em cadeia nacional de TV o que é a Khan Academy. A cena teve influência de Lemann – funcionários da sua fundação e roteiristas da novela se

reuniram para discutir o assunto. Fazer menção na novela não é o que se espera quando se discute popularização da educação. Pode até ser motivo de risada para pedagogos mais tradicionais. Não seria uma reação inédita a algo que Lemann se propõe a fazer. Muita gente também gargalhou ao ouvir do próprio Lemann, décadas atrás, o seu sonho de virar o controlador de alguns gigantes do capitalismo global.

Com o apoio de três pesquisadores americanos, Blikstein sugeriu a Lemann um centro de estudo focado só na educação brasileira dentro da prestigiosa Stanford. Em dez anos, o Lemann Center receberá mais de 150 brasileiros

OS DIFERENTES APOIOS DE LEMANN

POR UM DOS QUATRO PILARES DA SUA ESTRATÉGIA EDUCACIONAL, O EMPRESÁRIO AJUDA, COM DINHEIRO OU SÓ COM APOIO, DIFERENTES STARTUPS DO MERCADO BRASILEIRO



GEEKIE

Sua tecnologia organiza provas e afere o conhecimento do aluno na matéria. Então, um algoritmo cria um plano de estudo customizado para cada estudante.



ROTA DOS CONCURSOS

Sua plataforma de ensino adaptado cria provas e planos de estudo para quem estiver estudando para prestar concurso público.



STARLINE

Criou um sistema que digitaliza a distribuição e correção de provas. Com ele, a aplicação de testes é 50% mais barata e rápida que o meio tradicional, alega a startup.

QUEM RECEBEU APORTES DO GERA



MINDLAB

Fundada em 1996, cria sistemas de aprendizagem para treinar habilidades sociais, emocionais e cognitivas. O Gera já vendeu sua participação na companhia.



KALTURA

A startup americana oferece uma plataforma de vídeos por onde donos de conteúdo podem veicular, monetizar e aferir a popularidade dos filmes. Pode ser usada em educação.



MANGAHIGH

A desenvolvedora de games britânica cria jogos educativos online cujo principal objetivo é facilitar o ensino da matemática a jovens entre 7 e 18 anos.

QUEM GANHOU UMA FORCINHA

WPENSAR – Ganador do concurso Start-Ed, promovido pela Fundação Lemann, cria softwares de gestão exclusivamente para colégios e escolas.

QMÁGICO – Sua tecnologia de ensino adaptado para a educação básica cria planos de estudos e monta provas a partir de um banco de conteúdo fornecido pelo colégio.

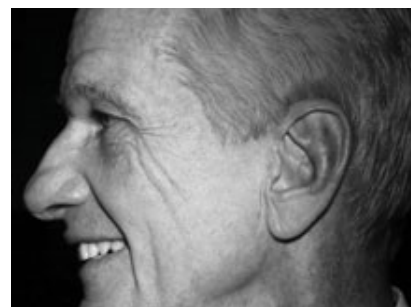
VEDUCA – O site oferece cursos online gratuitos (os MOOCs) de universidades estrangeiras e nacionais. Em 2013, lançou seu primeiro MBA com diploma certificado pelo MEC.

ELOS EDUCACIONAL – Criada em 2011 por duas educadoras, especializou-se em cursos de formação para professores ministrados pelo país.

Anexo 39 - O Legado de Lemann - O que você pode e deve aprender com Jorge Paulo Lemann, fundador do Banco Garantia, e seus inseparáveis parceiros, Beto Sicupira e Marcel Telles. Juntos, eles ergueram um império de R\$ 144 bilhões. Nesse processo, criaram uma cultura corporativa revolucionária – sem data de publicação, texto extraído do site da revista Época Negócios através do link <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR82833-8374,00.html> acessado em 28/05/2019 – Época Negócios

POR ALEXANDRE TEIXEIRA, COM CAMILA HESSEL, COLABOROU DARCIO OLIVEIRA

No fim do período letivo de 1957, como era costume na Escola Americana do Rio de Janeiro, os alunos reuniram-se para escolher os destaques do ano. Sempre em inglês, elegeram o mais amigável, o mais artístico, o mais fofo e assim por diante. Na categoria "Most likely to succeed" (algo como "com mais chances de ser bem-sucedido"), dois nomes foram lembrados. Um deles, "Jorge Lemann". Retratado no álbum da classe com pinta, topete e terninho de galã, Jorge Paulo Lemann, aos 17 anos de idade, é descrito como um dos dois veteranos que estudaram desde o jardim-de-infância na Escola



EMPREENDEDOR Jorge Paulo Lemann em foto de 2005. O fundador do Garantia criou modelo de gestão único baseado na meritocracia

Americana. "Embora aparente nunca estudar, ele sempre consegue boletins invejáveis - principalmente 'As' com uma pitada de 'Bs'", diz o Livro do Ano. Bom aluno sem fazer força, o jovem Lemann arrancava suspiros das colegas. "Ao longo dos anos, Jorge trabalhou duro para adquirir sua reputação como um sedutor - a ladies' man -, e, como verdadeiro brasileiro, seus interesses (além de tênis e pesca com arpão) são ir à praia e observar as pessoas - garotas, isso sim." Lemann era conhecido na escola por viajar muito ao exterior e por seus planos de fazer faculdade nos Estados Unidos, de preferência em Harvard. No fim daquele ano, os estudantes prepararam também a "Profecia da Turma", na qual tentavam prever como estariam seus colegas dentro de dez anos. Nela, lê-se o seguinte: "Ganhando manchetes no mundo dos esportes está

Jorge Paulo Lemann, que recentemente venceu o Campeonato Mundial de Tênis de 1967. Jorge, que administra uma importante cadeia de fábricas de enlatados no Brasil, é atualmente casado com a Miss Universo de 1967". Poucas vezes uma brincadeira de adolescentes revelou-se tão premonitória.

Lemann chegou ao topo do ranking mundial de tênis por três vezes - embora na categoria veteranos. Foi cinco vezes campeão brasileiro e defendeu tanto o Brasil como a Suíça na Copa Davis. Nem sequer namorou a Miss Universo de 1967 - a americana Sylvia Louise Hitchcock -, mas casou-se duas vezes, com mulheres bonitas e elegantes: a psicanalista Maria de Santiago Dantas Quental, morta em abril de 2005, e a educadora suíça naturalizada brasileira Susanna Lemann, dona da agência de viagens Matueté. Com cada uma delas, teve dois filhos homens e uma filha mulher. Ele tampouco é dono de uma fábrica de enlatados, a não ser que a definição da categoria seja ampla o bastante para abarcar os bilhões de latas de cerveja e refrigerante que saem anualmente das linhas de produção sob seu controle. Mas, depois de se formar economista em Harvard, conforme planejado, chegou a uma altura no mundo dos negócios que mesmo seus colegas de Escola Americana não imaginariam.

Ao lado de Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, seus parceiros de negócios há mais de três décadas, Lemann detém 25% do capital da maior cervejaria do mundo, a InBev; é dono da holding Lasa, que reúne Lojas Americanas e Blockbuster; do grupo B2W, onde estão agrupadas as lojas virtuais Submarino, Americanas.com, Ingresso.com e o canal de televendas Shoptime; e da São Carlos Empreendimentos Imobiliários. Os três estão entre os principais acionistas da maior empresa de transporte e logística da América do Sul, a ALL, e, desde dezembro, têm uma fatia de 8,3% do capital da CSX, uma das maiores ferrovias dos Estados Unidos. Somadas, essas participações valem R\$ 46,35 bilhões, o equivalente, por exemplo, ao valor de mercado da Companhia Siderúrgica Nacional. Lemann é hoje, aos 68 anos, a quinta pessoa mais rica do Brasil e a 172ª do mundo. Ele aparece, ainda, na lista dos mais ricos da Suíça - onde reside desde 1999, num subúrbio exclusivo de Zurique -, pouco atrás da herdeira grega Athina Onassis.

A cultura forjada no
Garantia nos anos 70

chegou ao varejo com a compra da Lojas Americanas, em 1982, e à indústria pela aquisição da Brahma, a partir de 1989

Mais importante do que seu império e sua fortuna, para ele e para aqueles que se interessam por questões de gestão e liderança, é seu legado para o meio empresarial brasileiro. A cultura forjada por Lemann no Banco Garantia, a partir de meados da década de 70, chegou ao varejo, por meio da Lojas Americanas, comprada em 1982; à indústria, pela aquisição da Brahma, em 1989;

influenciou virtualmente todos os bancos de investimento brasileiros e espalhou-se pelas mais de 30 empresas compradas até hoje pela GP Investimentos, fundada por Lemann, Sicupira e Telles. Da Gafisa ao Ig, passando pela Telemar.

Mais do que isso, a "cultura Garantia", baseada numa rígida meritocracia de resultados, numa preocupação obsessiva com a formação de líderes dentro de casa e com a transformação de funcionários em sócios, tornou-se referência para companhias tão afastadas da área de influência do lendário banco como Suzano e Gerdau. "O Jorge Paulo não é só um dos melhores gestores de empresas do Brasil. É um dos melhores do mundo", diz o industrial Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho da Gerdau. "A única escola de administração que surgiu no Brasil na minha geração foi a do Lemann, do Garantia", afirma Francisco Gros, ex-presidente do BNDES e atual CEO da OGX, a empresa de petróleo e gás de Eike Batista. Antonio Maciel Neto, presidente da Suzano, costuma tirar alguns dias por ano para frequentar cursos intensivos de administração em Harvard. Em fevereiro, recém-chegado de uma dessas temporadas, deu o seguinte depoimento: "Estudamos 15 cases das mais bem-sucedidas empresas do mundo. Em todos os tópicos de gestão abordados, eu sempre me lembrava do Lemann. Ele já havia feito no Brasil tudo aquilo que a escola pregava como as mais eficazes técnicas de administração".

Foto_Humberto Franco/Ag. IstoÉ; Edição de imagens_Marcelo Biscola; Ilustrações_Estúdio MY.S

1>>> DE CORRETOR A BANQUEIRO

A saga empreendedora de Lemann começa em 1971, com a compra de uma pequena corretora de valores chamada Garantia, que intermediava operações de compra e venda de papéis financeiros para clientes no Rio de Janeiro. Um negócio semelhante

ao que ele conheceu nos anos anteriores, como funcionário da corretora Invesco, que faliu em 1966, e da Libra, onde ficou até comprar a Garantia. Já nos primeiros anos, Lemann estabeleceu contato com o banco Goldman Sachs, que usava a corretora para intermediar a maior parte de seus negócios no Brasil. Aos poucos, passou a mandar gente para treinamentos e para estágios no banco americano. O Goldman era pequeno àquela altura, mas já tinha desenvolvido uma cultura baseada em atrair gente boa, remunerar bem as pessoas, avaliá-las e transformá-las em sócias. Exposto a essa cultura, Jorge Paulo vislumbrou o modelo de negócio que, acreditava ele, lhe daria vantagem no mercado brasileiro.

Em 1976, com cinco anos bem vividos no mercado, a corretora Garantia foi procurada pelo JP Morgan, maior banco do mundo em capitalização naquela época. O Morgan queria fazer um banco de investimento no Brasil em parceria com Lemann. Quando, porém, as conversas estavam perto de um desfecho, o brasileiro voltou atrás. Trocou a promessa de um futuro precocemente assegurado pelo direito de permanecer no comando de seu negócio. Injetou capital próprio na firma, obteve uma carta patente e criou o Banco Garantia. Lemann considera esta a decisão mais importante e difícil que tomou em sua longa carreira.

Àquela altura, ele já tinha a seu lado os homens que se tornariam seus mosqueteiros na arena dos negócios, ambos cariocas como Lemann. Marcel Telles fora admitido na corretora Garantia em 1972, aos 22 anos. Até então, tinha quatro anos de experiência no mercado financeiro, parte dos quais dedicados à enfadonha tarefa de conferir boletos de compra de ações para o corretor carioca Marcelo Leite Barbosa, entre meia-noite e 6 da manhã. Marcel foi indicado por amigos a Luiz Cezar Fernandes, um dos sócios fundadores do Garantia, que decidiu colocá-lo à prova. Em vez de atender aos anseios do economista recém-formado, que queria ser operador no rentável open market (onde eram negociados títulos de dívida pública), Luiz Cezar ofereceu-lhe uma vaga de liquidante - uma espécie de office boy das corretoras pré-informática, encarregado de transportar títulos e comprovantes das operações realizadas. Três meses gastando a sola dos sapatos, porém, foram suficientes para lhe franquear acesso ao almejado posto de operador.

Em 1976, a corretora
Garantia esteve perto

de se unir ao JP Morgan. Lemann preferiu abrir seu banco sozinho - e considera esta a decisão mais difícil que tomou até hoje

Carlos Alberto Sicupira, conhecido apenas como Beto, chegou à corretora Garantia no ano seguinte, 1973, convidado pelo próprio Lemann. Meses antes, ele vendera sua participação na corretora Cabral de Menezes para passar uma temporada em Londres, no Marine Midland Bank, hoje parte do HSBC. O propósito da viagem era conhecer técnicas de investimento novas, que pudessem ser aplicadas no mercado brasileiro. Ao implementar o que

aprendeu lá fora no Garantia, Sicupira seria decisivo para o crescimento do banco na década de 70.

Montado o time base e abortada a parceria com o JP Morgan, Lemann começou a pôr de pé uma cultura empresarial própria - mas muito inspirada na do Goldman Sachs. A meritocracia saiu de lá, assim como o treinamento intenso e os mecanismos para dar oportunidades às pessoas. Jorge Paulo estava apaixonado, principalmente, pelo modelo de partnership do banco americano. Ou seja, pelo processo de transformação de colaboradores em sócios pela via da distribuição de ações. "O capitalista brasileiro, naquela época, queria basicamente tudo para ele. Os 'índios eram os índios'", Lemann costuma dizer.

"No Goldman Sachs, os sócios eram escolhidos a cada dois anos", afirmam os pesquisadores Fernando Muramoto, Frederico Pascowitch e Roberto Pasqualoni em um estudo sobre o Garantia conduzido pelo Ibmec São Paulo. "Para ser candidato a sócio, o associado deveria estar trabalhando há pelo menos oito anos no Goldman (sob jornadas de trabalho que chegavam a 16, 18 horas diárias, por salários que muitas vezes ficavam abaixo da média de mercado) e ser indicado por um dos atuais sócios ao comitê executivo da sociedade."

Lemann adotou esse sistema. De início, ele próprio ia vendendo parte de suas ações aos parceiros de negócios, de modo a transformá-los em sócios. Bem de acordo com sua crença de que as pessoas exercitam apenas uma parte de seu potencial no trabalho, mas tendem a surpreender quando entram para a sociedade. Ou seja: o sujeito que se considera dono do negócio é muito melhor do que aquele que está ali porque recebe salário. Afinal, você trata melhor o seu carro ou um carro alugado?



Os parceiros Beto Sicupira (à direita). Marcel Telles (à esquerda) com Victorio de Marchi, então presidente da Antarctica, na criação da AmBev, em 2000

A engrenagem começou a girar sozinha quando os sócios antigos passaram a vender participações para novos parceiros até se desligar totalmente do banco. "No Garantia, o turnover (rotatividade) dos sócios era muito alto. Em 1980, eram 17 sócios. Desses, 13 permaneciam em 1983, e apenas cinco em 1996", diz a equipe do Ibmecc. Nos seus últimos anos, o banco tinha cerca de 300 funcionários. Lemann, Telles e Sicupira entrevistavam, eles próprios, coisa de 800 pessoas anualmente, para contratar 10 ou 15.

Do recrutamento às promoções, a preferência sempre recaiu sobre "gente que gosta de ser dona", que "entrega resultados" e "sabe avaliar o que é importante". Lemann por vezes diz que todos os homens de negócio realmente significativos que conheceu até hoje - gente como Sam Walton, do Wal-Mart, e o investidor Warren Buffett (novo homem mais rico do mundo) - tinham como característica principal a capacidade de enxergar o essencial rapidamente e encontrar um caminho para chegar lá. Em geral, de uma maneira simples.

Assim como no Goldman, os salários no Garantia eram inferiores à média do mercado. Sobretudo os dos chefes, já que quanto mais graduada a pessoa maior era a parcela de seus rendimentos atrelada aos resultados. "A cada semestre, 25% do lucro líquido do banco era dividido entre os associados de acordo com o seu cargo e o desempenho auferido", afirmam os pesquisadores do Ibmecc. O baixo clero, 80% do quadro de funcionários, brigava por 11% do total de lucros a distribuir. Candidatos a sócios (os chamados comissionados, equivalentes a 15% do pessoal) e sócios (5% da equipe) repartiam os 89% restantes. Semestralmente, os funcionários eram avaliados pelos

chefes. O bom desempenho era premiado com bônus; os melhores eram convidados a entrar na sociedade.

2>>> TALENTO POR METRO QUADRADO

Diferentemente do que se via no Goldman, no Garantia era possível virar sócio com apenas cinco anos de banco. Na média, a idade dos sócios ficava abaixo dos 35 anos. Os mais precoces chegaram lá aos 24.

José Olympio Pereira, hoje diretor do banco Credit Suisse no Brasil, entrou no Garantia em 1985 e só saiu 13 anos depois, em 1998. Quando chegou, era um engenheiro civil recém-formado que sabia que seu futuro não estava na engenharia. Ouvira falar que mercado financeiro era uma boa opção. E que o Garantia era o melhor lugar para se trabalhar. Assim que teve a chance, bateu na porta do banco e pediu emprego. "Se não me cobrarem nada para trabalhar aqui, eu topo", disse. O que mais o impressionou nos primeiros meses do Garantia foi a quantidade de pessoas inteligentes e ambiciosas por metro quadrado. E as oportunidades que se davam a elas. Um mês depois de sua chegada, Arminio Fraga desembarcou para comandar o departamento econômico. O responsável pela área de renda variável, àquela época, era ninguém menos que André Lara Resende - que logo em seguida participaria da formulação do Plano Cruzado e, quase uma década mais tarde, se tornaria um dos pais do Plano Real.

Apenas um ano se passara quando o responsável pela área de underwriting do banco (ofertas públicas de títulos em geral, incluindo ações de empresas) foi deslocado para o setor de câmbio. José Olympio, que desde o início se interessara pelo departamento, foi convidado a assumir o posto. Aos 24 anos de idade. "A regra lá era jogar no fogo e dar oportunidade para as pessoas se provarem", diz. Já àquela altura, segundo o executivo, Lemann tinha uma "aura de liderança". "O Jorge Paulo é um sedutor. Aparentemente simples, do tipo que usava calça US Top, mas infinitamente sofisticado."

Lemann, Telles e Sicupira, o trio de ferro do Garantia, se completam nos negócios. O primeiro é o estrategista; o segundo, o administrador

disciplinado, e o terceiro,
um duro operador

Uma das regras não escritas do banco - posteriormente aplicada a todas as empresas sob sua gestão - era a de que existiam dois deslizes certos

para provocar uma demissão: aparecer na revista Caras ou comprar carro importado. Para Lemann, esbanjar dinheiro ou se entregar à ostentação são pecados capitais. Seus três filhos do primeiro casamento eram motivo de piada entre os amigos da faculdade. Enquanto muitos deles, todos com menos dinheiro que os filhos de Lemann, circulavam em carros importados, os três dirigiam surrados Gols e Paratis. Jorge Paulo é um homem de hábitos, a maioria simples. Quando dá expediente no escritório de São Paulo, seu "uniforme" é camisa branca de mangas curtas, calça azul de sarja e confortáveis sapatos de camurça. No passado, era comum vê-lo pedalando sua bicicleta, a caminho da padaria. Era ele quem comprava o pão para o café-da-manhã das crianças. Até hoje, quando está no escritório de São Paulo, às vezes vai a pé até o supermercado, comprar barrinhas de cereal. Em compensação, não frequenta eventos sociais, vai pouquíssimo a restaurantes e raramente recebe em sua casa. Jura ter o mesmo peso desde os 17 anos. Às custas de um estilo de vida espartano. Acorda cedo, geralmente às 5h30, e vai dormir antes das 10 da noite. O café-da-manhã é frugal: frutas e suco, apenas. No almoço e no jantar, come pouco e só bebe água mineral. Sua dieta favorece legumes, cereais e carnes magras. Nada de doces, nada de álcool (nem mesmo cerveja...) nem de refrigerantes. Nas reuniões de conselho da Fundação Lemann, bisnaguinhas macias do tipo egg sponge são incluídas no pequeno bufê. Jorge Paulo é fã declarado, mas nunca cai em tentação. Enquanto seus companheiros de mesa tomam um cafezinho, ele beberica água mineral, direto da garrafinha.

Até hoje, na copa de seu escritório pessoal, apenas alimentos saudáveis são colocados à disposição dos funcionários. Pão, queijo branco e requeijão light são oferecidos para o café-da-manhã. Uma cesta de frutas é recebida todas as tardes. O bufê que o atende, o Nossa Casa, é o mesmo desde os tempos do Garantia. Um cardápio semanal, todo de pratos saudáveis, é oferecido aos funcionários que preferem almoçar no escritório. Encomendas individuais são pagas à parte. Quando recebe visitas, os gestos calorosos marcam mais do que o cardápio. "Na única vez em que me encontrei com Lemann, ele mesmo arrumou a mesa, fazendo questão de

servir a mim e aos outros convidados", diz Maciel Neto, da Suzano. "Achei curioso e extremamente gentil".

3>>> "NOSSA FILOSOFIA"

Arminio Fraga, também ele um financista bem-sucedido e de hábitos modestos, foi economista-chefe do Garantia entre 1985 e 1988. Depois, trabalhou para George Soros, presidiu o Banco Central no segundo governo FHC e fundou a Gávea Investimentos. Não é por falta de modelos para comparação, portanto, que ele tem Lemann e seu banco em alta conta. "Era um ambiente meritocrático, onde todo mundo se sentia sócio e aspirava a ser sócio de fato. Um ambiente de alta competência, com regras claríssimas de meritocracia", afirma. "Uma coisa totalmente diferente do que existia no Brasil naquela época."

Três frases de um documento chamado Nossa Filosofia, que era distribuído a cada novo funcionário do Garantia, resumem o ideal de Recursos Humanos de Lemann: "As pessoas devem ser de alta qualidade. Para isso, selecionamos os melhores e os treinamos bem. Todos participam dos lucros, e oportunidades estão ao dispor dos que trabalham no Garantia e se provam". O "se provam" é o "xis" da questão. Premiar os melhores funcionários e dispensar os que não dão conta do recado é um darwinismo corporativo tão velho quanto o capitalismo. Inclusive no Brasil. A inovação de Lemann foi introduzir parâmetros capazes de eliminar a subjetividade. Basicamente, isso significa medir tudo. E não se distrair com amizades ou tempo de casa na hora de distribuir bônus. "Nessa cultura não tem espaço para gato gordo", diz um ex-funcionário do Garantia, que deixou o banco há sete anos, é dono da própria empresa e, mesmo assim, só aceita falar do passado sem ser identificado. Como seu depoimento é precioso, vamos chamá-lo de Osvaldo, um nome fictício.

Osvaldo entrou no Garantia com 22 anos, recém-saído da faculdade. E definitivamente gostou do que viu. "Para mim, que era superarrogante, metido a besta, era perfeito. Finalmente estava entre meus pares", diz. "O banco (em uma aparente contradição com sua propalada austeridade) pagava passagem de primeira classe; cheguei a voar com o Jack Nicholson. Eu jantava no Nobu quando estava em Nova York. Me achava o dono do mundo." O salário era baixo. Um quarto do que a McKinsey e o Banco Indosuez ofereceram a ele na mesma época. "Meu primeiro bônus foi um lixo. O segundo deu para pagar um jantar para a minha mãe no La Tambouille

[restaurante francês em São Paulo]. Com o terceiro, comprei um Fiat Tipo. Assim foi melhorando ano a ano. Ainda vivo daquele dinheiro."

Nem tudo, porém, eram alegrias. Ainda como jovem funcionário, depois de perder três namoradas que não suportavam seu "casamento" com o banco, Osvaldo teve uma conversa séria com o pai. "Ele me perguntava: como você trabalha num lugar desses?", diz. "E tinha razão, porque eu perdia minhas próprias festas de aniversário." No Garantia não havia dias tranquilos. A frase que resume essa filosofia é a que diz que um dia é 5% do mês.

4>>>A CANETADA DE SIMONSEN

Por muito pouco o Garantia não engrossou a estatística das empresas brasileiras que morrem em seu primeiro ano de vida. Culpa de um episódio típico dos anos de muita inflação e nenhuma democracia. Preocupado com uma disparada de preços e salários, o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, expurgou quatro pontos percentuais da correção monetária. A tanga quase feriu de morte Lemann e companhia, porque o Garantia tinha posições grandes em ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). A canetada de Simonsen levou boa parte do patrimônio do banco para o buraco. Subitamente convencido de que precisava de alguém para traçar cenários econômicos e, na medida do possível, antecipar guinadas como essa, Lemann chamou o economista Cláudio Haddad, então professor da FGV, para lhe prestar consultoria. "Gostei dele [de Lemann] desde a primeira reunião. Os empresários brasileiros naquela época não tinham muita informação sobre o que acontecia lá fora. Mas o Jorge Paulo tinha visão global", afirma o economista.

Haddad estava com 30 anos. Depois de uma longa temporada de estudos nos Estados Unidos, tinha voltado de Chicago em 1974 - e viu no convite do Garantia, inicialmente, uma oportunidade de complementar a renda de professor, pressionada pela chegada do primeiro filho. "Eu não esperava, mas aquilo foi fascinante", diz. Haddad saiu da FGV e tornou-se economista-chefe do Garantia em 1979. Brillhou no mercado a ponto de o Banco Central tomá-lo emprestado de 1980 a 1982 e fazer dele o primeiro diretor de dívida pública da história da instituição. Em 1983, Haddad voltou como sócio, para montar uma área de corporate finance (serviços financeiros para grandes empresas). Mais dez anos e chegou a superintendente, cargo executivo mais alto no organograma do Garantia, onde ficou até a venda do banco, em 1998.

Poucas pessoas conhecem melhor a história do Garantia e de seus principais sócios. Segundo ele, apesar das décadas de trabalho conjunto, Lemann, Telles e Sicupira têm personalidades bem diferentes. Jorge Paulo é o estrategista, um líder nato. "Tem um raciocínio absolutamente lógico", diz Haddad. Beto, ao contrário, é um "operador do tipo trator", sempre transbordando energia. E Marcel "é o cara mais focado". No trato com funcionários, sócios e clientes, Jorge Paulo sempre foi a figura carismática. E Marcel, o boa-praça sem papas na língua. É o mais informal do trio e também o mais falante. Bem-humorado, sorridente, gosta de desafiar as pessoas, na expectativa de que se superem. "A gente joga sempre um osso maior do que se pode morder", ele costuma dizer. "Tem gente que adora isso, tem gente que fica assustada pra burro. Assustou, saiu." Beto é o menos suave. "Dos três, é o mais duro. Mas é um bom sujeito. Se gosta de você, te defende até a morte. Se não gosta, sai debaixo", diz Haddad.

Por diferentes que sejam, ao longo de 35 anos, Lemann, Telles e Sicupira tornaram-se figuras complementares. "Ao longo do tempo, pegamos confiança um no outro. Ninguém vai deixar o barco afundar. Morre junto, se for o caso", disse Marcel, em depoimento no livro *Como Fazer uma Empresa Dar Certo em um País Incerto*, publicado pelo Instituto Empreender Endeavor. Lemann é citado na mesma obra, dizendo: "Eu sou a favor de sócios. Tive sócios a vida inteira e isso me ajudou muito (...). Nós três conseguimos fazer muito mais do que conseguiríamos separados".

O estilo de liderança de Lemann talvez possa ser descrito como minimalista. Não é coincidência o fato de que ele nunca apareceu no organograma de nenhuma de suas empresas como presidente-executivo ou CEO. Ele é, tão tipicamente quanto possível, um presidente de conselho. "O Jorge Paulo não faz a empresa funcionar. Nunca teve paciência para detalhes operacionais", afirma Haddad. Seu interesse está no quadro mais amplo, na última linha do balanço. Relatórios e apresentações que chegam às suas mãos são sempre lidos de trás para a frente. Ele vai direto aos números, à conclusão. O que sugere que um elemento central da cultura de gestão que ajudou a criar - o foco nos resultados - é também um forte traço de sua personalidade. O hábito de olhar primeiro para o saldo de uma iniciativa reflete uma máxima que qualquer funcionário que tenha passado por suas empresas conhece bem: "esforço não é resultado". Não importa o quanto alguém se empenhou numa tarefa ou o que fez para cumpri-la. O que conta, ao fim e ao cabo, é se o objetivo inicial foi atingido ou não.

Dependendo dos números apresentados ao final de um balanço, aí sim, ele talvez tenha interesse em conhecer detalhes sobre o caminho percorrido para chegar até lá. Se o chefe é assim, nada mais razoável do que os executivos de suas empresas participarem de treinamentos para aprender a montar apresentações e relatórios que vão direto ao ponto. E eles participam. Até porque ser objetivo numa reunião com ele é uma necessidade. Lemann fica sonolento em reuniões muito longas. Seus olhos se fecham involuntariamente e ele chega a cabecear. "Até que abre o olho e sintetiza a resposta para o problema que está sendo discutido na mesa", afirma Fersen Lambranco, um dos sócios controladores da GP Investimentos, que teve Jorge Paulo como fundador e conselheiro entre 1993 e 2004. Um pouco por pressa, um pouco por indisponibilidade, muita coisa que passa por Lemann é resolvida por e-mail. Onde quer que esteja, ele responde rapidamente (e em pouquíssimas palavras) às mensagens. Em 2004, quando o BlackBerry ainda era pouco usado no Brasil, ele já tinha o dele, hoje um companheiro inseparável de viagens.

MOSQUETEIROS

DE

LEMANN

Dois sócios que o acompanham há 35 anos e um jovem talento transformado em CEO de sucesso são os principais parceiros de negócio do fundador do Garantia



"O CARA MAIS FOCADO"

Marcel Telles foi admitido no Garantia em 1972, aos 22 anos. É considerado excelente gestor e o mais focado dos ex-sócios do banco. Em 1989, deixou o Garantia para comandar a recém-adquirida Brahma. Marcel coordenou a fusão com a Antarctica, que criou a AmBev no ano 2000, e a união dela com a belga Interbrew, que deu origem à InBev quatro anos depois. Hoje, aos 58 anos, é um dos controladores da multinacional belgo-brasileira.



"ESTILO TRATOR"

Carlos Alberto Sicupira, conhecido como Beto, chegou ao Garantia em 1973, convidado por Lemann, seu companheiro de pesca submarina. É descrito como um "operador do tipo trator", o mais duro dos três parceiros de negócios. Foi ele o primeiro a deixar o banco para tocar uma empresa – a Lojas Americanas, em 1982. Este administrador de empresas de 59 anos hoje está engajado em levar a cultura de gestão do trio para ONGs e para o setor público.



"O INDISPENSÁVEL"

O engenheiro mecânico Carlos Brito chegou à Brahma junto com Marcel, em 1989. Logo no primeiro ano, entrou para o grupo de jovens talentos conhecidos como "os indispensáveis". Trabalhou em finanças, operações e vendas, antes de chegar à presidência da AmBev, em 2004. No ano seguinte, assumiu o comando da InBev. Hoje, aos 47 anos, é o principal responsável pela transferência da cultura de gestão nascida no Garantia para a matriz belga da multinacional.

Jorge Paulo é um globetrotter. Passe duas horas a seu lado e ele lhe contará episódios passados nas Bahamas, na China, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia... As incontáveis horas de voo são aproveitadas para leitura. Foi a bordo de seu jato executivo de 18 lugares que ele devorou, por exemplo, *The Last Tycoons: The Secret History of Lazard Frères & Co.* ("Os últimos magnatas: a história secreta do Lazard Frères & Co."), de William Cohan - um dos "livros do ano" de 2007 da lista de economia e negócios da revista *The Economist*. Ou *Billions of Entrepreneurs* ("Bilhões de empreendedores"), de Tarun Khanna, professor da Harvard Business School que ocupa a cátedra Jorge Paulo Lemann naquela faculdade. Ele compara os modelos de desenvolvimento da Índia e da China.

Lemann gostou bastante do livro *Doing What Matters* ("Fazendo o que importa"), de Jim Kilts, o executivo que consertou a Gillette e preparou-a para a venda para a Procter & Gamble. É um assunto que ele conhece por dentro. Jorge Paulo foi um dos maiores acionistas da Gillette e teve assento no conselho da companhia por cinco anos, parte deles durante a gestão de Kilts. Quando a Gillette foi vendida para a Procter & Gamble, em 2005, Kilts entregou a empresa a A.G. Lafley, CEO da P&G e autor de outro lançamento badalado: *The Game Changer* ("O virador de jogo"). Lemann acha Lafley "sem graça demais". Com a venda da Gillette, o brasileiro trocou seus papéis por ações da Procter. Na primeira oportunidade, foi assistir a uma apresentação de Lafley. Saiu convencido de que, sob o comando dele, nada de muito ruim aconteceria com a empresa. Nem nada de muito bom. Tempos depois, vendeu, na alta, todas as suas ações.

Talvez por incompreensão sobre as virtudes e limitações de Lemann, surgiram em torno dele um sem-número de mitos. Um dos mais recorrentes é o do gênio financeiro, refutado pelos que o conhecem. "A cabeça de finanças do Marcel, por exemplo, é muito melhor. O Jorge Paulo não entende nada de mesa de operações", diz Cláudio Haddad. Outro é o do investidor intuitivo que transforma negócios falidos em ouro. "O toque de Midas não existe", diz Antonio Bonchristiano, parceiro de Fersen Lambranco no comando da GP Investimentos. "O importante não é como ele decide, mas como orienta aqueles que estão abaixo para que tomem a decisão correta." Na "cultura Garantia", uma companhia não é uma pirâmide, com níveis hierárquicos que se afunilam até a inexpugnável cúpula. A arquitetura é a de um circo romano. O que

significa que o líder está no centro, onde todos podem vê-lo. E isso praticamente o obriga a liderar pelo exemplo.

"Tem empresário que faz negócios para ganhar poder, acumular patrimônio ou prestígio. O que o Jorge Paulo adora é fazer negócios pelos negócios e ganhar dinheiro com isso", afirma Bonchristiano. Para ele próprio e para seus associados. Lemann e seus sócios orgulham-se de ser os maiores criadores de milionários do Brasil. Quem não gosta dessa cultura vê os "garotos do Garantia" como versões brasileiras dos yuppies da Wall Street dos anos 80. Pessoalmente, Lemann não veste a carapuça. Diz que se diverte trabalhando, que gosta do que faz e que dinheiro é só um meio de medir o desempenho de um negócio.

Recentemente, ao fazer uma reflexão sobre sua essência, Lemann pôs no papel a seguinte definição: "Não sou um cara vidrado em poder (nunca mandei muito); não sou ligado em ser dono (sempre dividi e me associei, se fosse vantajoso); não sou ligado em dinheiro (quase não gasto, exceto para filantropia). Nenhuma dessas coisas se levam conosco. O que eu gosto mesmo é de criar coisas legais, regá-las e tentar garantir que tenham durabilidade".

6>>> ONDE OS FRACOS NÃO TÊM VEZ

Ideologia à parte, o fato é que dinheiro sempre foi o combustível de qualquer empresa de Jorge Paulo Lemann. "A divisão do lucro é insumo básico desse modelo de negócio. Ele não faz isso porque é generoso", afirma Fersen. O avanço rápido dos mais jovens e determinados é estimulado. A ordem é: aproveite enquanto está no auge da força, porque ninguém vai aliviar para você no futuro. "Você tem de saber, quando está subindo, que vai chegar sua hora de sair", diz o sócio da GP.

Se os mais jovens e aptos têm espaço para crescer e, em dado momento, atropelar a geração anterior, na "cultura Garantia" os fracos não têm vez. "É uma cultura darwinista demais. Dá para ficar muito rico trabalhando desse jeito, mas não dá para ser feliz", afirma um ex-banqueiro de investimento que chegou a concorrer com o Garantia nos anos 90, na área de private equity.

Numa estrutura enxuta como a de um banco de investimento, a seleção natural se dá com alguma tranquilidade. Uma marca da cultura Garantia é instilar nas pessoas o sentido da competição. Por vezes, isso é feito por meio de jogos. O próprio Sicupira, tempos atrás, saiu fantasiado de baiana na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro,

depois de atingir metas na Americanas, que ele presidia. Fez lembrar a célebre dança do hula-hula executada por Sam Walton em plena Wall Street, em 1983, depois que o Wal-Mart alcançou uma margem de lucro de 8%.

Lemann e seus sócios estão entre os pioneiros do movimento de globalização das empresas brasileiras. Já em 1994, a Brahma comprou cervejarias na Venezuela e na Argentina

Quando, porém, essas brincadeiras são transplantadas para grandes empresas do setor industrial, com milhares e milhares de empregados, os efeitos colaterais parecem ser inevitáveis. Com frequência, quem não se adapta à cultura sai voluntariamente ou é expelido do sistema. Por causa disso, surgem processos trabalhistas peculiares. Por exemplo, em 2005 e 2006 a AmBev chegou a ser

condenada a pagar multas de até R\$ 1 milhão sob alegação de assédio moral feita por funcionários que não atingiam metas de venda no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e em Minas Gerais. Nos processos, há fatura de relatos de episódios que foram tomados como humilhações. Coisas que vão desde proibir o empregado de baixo desempenho de se sentar durante longas reuniões a obrigar profissionais a se vestir de mulher e dançar sobre uma mesa na frente dos colegas. A AmBev sempre pagou as indenizações. Foram, de acordo com a companhia, casos isolados.

"A história da hipercompetição é contada por quem saiu das empresas do grupo", afirma Fersen. "Tem muita gente que não gosta de dizer a verdade, e tem muita gente que não gosta de ouvir a verdade [sobre seu desempenho profissional]." A discordância sobre este assunto é claramente incômoda para aqueles que adotaram como seus - e mesmo de suas famílias - os valores de Lemann. O filho de Fersen estudava numa das escolas de elite de São Paulo, que tinha um sistema de avaliação de desempenho e premiação aos melhores alunos de cada classe. Quando o colégio decidiu extinguir o prêmio, alegando que ele estimulava demais a competitividade entre as crianças, Fersen mudou o menino para uma escola onde as turmas são divididas por performance, como ele diz. "A vida é assim", afirma.

Questionamentos ao modelo de negócio do Garantia, considerado intrinsecamente superior aos demais, tendem a ser recebidos com impaciência. O próprio Marcel Telles, no entanto, já admitiu que esse regime de dedicação integral à empresa, foco nos resultados e expectativa de bônus milionários não é para todo mundo. A respeito disso, ele toma emprestado o lema dos marines americanos: "Few and Proud"

("Poucos e Orgulhosos"). "As pessoas adoram dizer que a Natura é a companhia bacana, e a AmBev é a que tira sangue", diz Bonchristiano. "Mas veja o que a Natura está passando agora, por falta de resultados financeiros mais sólidos [as ações da companhia vêm perdendo valor há meses e uma grande reestruturação foi anunciada em fevereiro]. Em contrapartida, os meninos da AmBev estão ganhando o mundo."

7>>> MUITO ALÉM DA COCADA PRETA

Ganhar o mundo é uma expressão cara a Jorge Paulo Lemann. Ele e seus sócios estão entre os pioneiros do movimento de globalização das empresas brasileiras. A convicção de que era preciso se internacionalizar veio em 1997, ainda nos tempos do Garantia. Naquele momento, o banco se via como o "rei da cocada preta". Achava que não tinha nada a ver com a crise asiática. Mas levou uma sova quando os mercados viraram lá fora. Foi um claro sinal de que as coisas marchavam para uma globalização. Lemann gosta de usar como antiexemplo a companhia mexicana Modelo. É uma cervejaria excepcional, rentável e dona da Corona, uma marca mundial. Mas está só no México. Por isso, na consolidação mundial que começa a ocorrer, seu papel vai ser pequeno. Também a AmBev poderia ter se contentado com o domínio do mercado brasileiro. Lemann e seus sócios seriam, novamente, os reis da cocada preta nacional. Mas não participariam do jogo mundial de consolidação que está acontecendo como participam hoje, em condições de fazer o que ele apelidou de "as grandes chamadas."

Já em 1994, seis anos antes da união com a Antarctica, a Brahma fez as primeiras chamadas. Comprou a Cervejaria Nacional, na Venezuela, e iniciou operações na Argentina. A partir da criação da AmBev, a internacionalização deslançou. Nos primeiros quatro anos, a empresa investiu US\$ 700 milhões e instalou-se em 11 países da América Latina.

Em 2004, uma possibilidade de fusão com a cervejaria belga Interbrew começou a ser avaliada. Num mercado que apontava para uma consolidação global, tornar-se realmente multinacional era um imperativo. E a união com os belgas revelou-se a melhor opção. Se fechassem negócio com a americana Anheuser-Busch naquela época, os brasileiros seriam engolidos. Com a Heineken, também não se trataria de uma fusão entre iguais. Já com os sul-africanos da SAB Miller até dava para conversar, mas dali nasceria uma firma composta de Brasil e África do Sul, uma

combinação indigesta para investidores internacionais - ou pelo menos era, cinco anos atrás. Costurou-se, então, a fusão com a Interbrew, que deu origem à InBev. Lemann, Telles e Sicupira trocaram os 22% de participação na AmBev, que lhes garantia o controle da empresa, por 25% do novo negócio. Trocaram, também, seu mando único, ao lado da Fundação Zerrener (Fahz), sobre a companhia brasileira por um mando compartilhado com os belgas sobre a multinacional.

Em 1982, um grupo de diretores da Americanas tentou barrar as reformas iniciadas na empresa, ameaçando ir embora. Sicupira não vacilou: demitiu todos os rebeldes

Além deste jogo de mercado, a parceria com os belgas reflete uma coincidência de interesses. Para a AmBev, que desenvolveu como nenhuma outra empresa a competência para formar jovens talentos motivados pelas oportunidades que lhes são oferecidas, a internacionalização é uma maneira de manter a fila andando. Em uma conversa com Jim Collins, consultor e autor do clássico *Feitas para Durar*, Marcel

foi questionado: "Qual o problema da empresa hoje?". Respondeu que, mantida a estrutura então existente, a falta de oportunidades internas seria um risco. A AmBev contava com jovens executivos de primeira linha, como Carlos Brito, nos melhores postos disponíveis no Brasil. E, embaixo deles, um esquadrão de diretores e gerentes bem formados e ambiciosos. Se o topo da cadeia não se movesse, o modelo de meritocracia poderia entrar em colapso. Logo, seria fundamental que houvesse uma expansão para fora do país.

Por outro lado, a Interbrew via-se dona de um portentoso portfólio com mais de 200 marcas, mas seus resultados poderiam ser melhorados. Hoje, a multinacional belgo-brasileira está presente em 32 países das Américas, da Europa e da Ásia. Marcel passa metade de seu tempo em viagens pelo exterior.

Outro fator que favorece o processo de globalização da AmBev é o capital humano. Setores associados à velha economia, como mineração, siderurgia, cimento, e a própria cervejaria, deverão cada vez mais, como se observa, ser controlados por empresas provenientes de países emergentes. A brasileira Vale, as indianas Tata e Mittal Steel e a mexicana Cemex são exemplos ilustrativos dessa tendência. Jovens de países desenvolvidos almejam trabalhar em setores tecnologicamente mais inovadores. Já seus pares oriundos de países emergentes não desprezam oportunidades na indústria tradicional. Ao contrário, para um brasileiro, um indiano ou

um chinês, promover um turnaround (uma virada para melhor) numa grande cervejaria europeia pode ser a oportunidade de uma vida.

Hoje, a regra é a mobilidade. Assim como há brasileiros na matriz belga, há expatriados estrangeiros em postos importantes na sede brasileira da AmBev. A língua oficial do grupo é o inglês. É nesse idioma que são feitas as frequentes reuniões para intercâmbio das melhores práticas alcançadas em cada país. Para muitos jovens belgas, a InBev e sua aguerrida cultura tornaram-se agora uma alternativa de emprego. Por falta de empresas com esse perfil, muitos dos formandos mais ambiciosos optavam por tentar a sorte na Inglaterra. Com todo esse movimento internacional de executivos, é fácil concluir que está se formando um valioso ativo multicultural.

Motivado pelos negócios da InBev, que tem 1 bilhão de euros investidos por lá, Lemann tem ido com frequência à China. De onde sempre volta impressionado com a ânsia do chinês por ganhar dinheiro, empreender, subir na vida. Quem já o ouviu elogiando o Partido Comunista de lá custa a crer que se trata mesmo do mais capitalista dos capitalistas brasileiros. A China, observa ele, pode não ser uma democracia, mas é, sim, uma meritocracia. Você só sobe no partido se foi um bom prefeito de Xangai, se tocou bem uma empresa estatal ou fez coisa semelhante. Jorge Paulo compara o PC à General Electric, no sentido da eficiência. E adverte quem quiser ouvir: "Competir com aqueles caras não vai ser moleza, não".

No ano passado, Lemann levou sua família para "bicicletar" pela China. Ele, cinco dos seis filhos e alguns netos. Como os casais chineses, devido à política de controle de natalidade, só podem ter um filho, a trupe de brasileiros chamava a atenção. A ponto de chineses pedirem para tirar fotografias do pequeno clã ali reunido. Choques culturais à parte, o propósito da viagem foi dar aos filhos a chance de começar já a se familiarizar com aquele que promete ser o país mais importante do futuro.

8>>>O PITBULL DO GARANTIA

Os diferentes estilos de Lemann, Telles e Sicupira revelaram-se em cores vivas quando eles migraram do ambiente ultracompetitivo de um banco de investimentos para empresas de setores mais tradicionais. Marcel era o chefe da mesa de operações do Garantia - o chamado head trader. Até fazer uma notável transição para ser CEO da Brahma, uma enorme fabricante de cervejas. "Um trader nunca é bonzinho. Numa

mesa de operações, você é um lobo entre lobos que querem te comer", afirma Cláudio Haddad. Na AmBev, Telles aprendeu a pastorear ovelhas.

Já Beto mostrou as garras logo que assumiu a Lojas Americanas - comprada por ele, Marcel e Lemann em 1982, na primeira oferta hostil da história da Bovespa. Comum nos Estados Unidos, a manobra até então inédita por aqui consiste em ir comprando, aos poucos, ações de uma empresa até formar uma posição grande o bastante para desafiar os controladores e forçá-los a abrir mão do comando. Assim foi feito na Americanas, e o choque de, do dia para a noite, ter um novo dono e uma gestão radicalmente diferente convulsionou a empresa. Ao primeiro contato com as metas, os controles de custo e a dura cobrança por resultados levados do Garantia, um grupo de diretores da rede varejista se rebelou. Numa reunião desagradável, ao final de uma manhã de trabalho, os revoltosos puseram o novo presidente contra a parede. Com uma ameaça resumida por um sonoro "se você não mudar, não dá para ficar na empresa". Beto ouviu, ponderou por algumas horas e, logo depois do almoço, demitiu todos os diretores rebeldes. "Aprendi que é preciso bater de frente - e logo - com o problema. Complacência zero, principalmente quando se está construindo a cultura da empresa", disse ele no depoimento à Endeavor.

Em se tratando do pitbull do Garantia, o desfecho não deveria surpreender. Nove anos mais novo que Lemann e carioca como ele, Carlos Alberto da Veiga Sicupira é o protótipo do self made man. Filho de um funcionário público e de uma dona de casa, descobriu o mundo dos negócios aos 14 anos, comprando e vendendo carros. O prazer de negociar o fez abandonar o sonho inicial: ser marinheiro. "Queria uma coisa que, se desse certo, eu não soubesse o limite. [Na Marinha] se fizesse tudo certo, eu sabia aonde iria parar: ocupando o cargo de almirante", afirmou ele.

Beto formou-se em administração de empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas foi no mar, praticando pesca submarina, em 1973, que ele conheceu o homem que se tornaria seu sócio por toda a vida. Talvez impressionado com o fôlego e a pontaria do recém-conhecido, Lemann o convidou para trabalhar no Garantia. Antes disso, Sicupira tinha feito carreira em corretoras e distribuidoras de valores. A primeira delas, montada do zero por ele próprio, aos 17 anos de idade - depois de emancipar-se judicialmente. Beto não sabia nada sobre corretoras. Montou o negócio já pensando em vendê-lo, como efetivamente fez um ano depois, criando um hábito que o acompanharia ao longo de toda a carreira.

Até a compra da Lojas Americanas, o lema do Garantia era "não passar da sala de visitas". Ou seja, limitar-se a investir em empresas, sem envolver-se na operação delas no dia-a-dia. Convencido do potencial de crescimento do varejo no Brasil, Sicupira começou a comprar ações da Americanas aos poucos. Quando olhou para a maneira como a empresa era administrada, teve a certeza de que precisava se envolver no negócio para fazê-lo crescer. Dada a péssima reputação da rede varejista no mercado naqueles tempos, ele convenceu Lemann e Marcel a comprar de uma vez o controle dela, e se ofereceu para deixar o banco e consertar a companhia. Assim foi feito. Beto manteve as ações do Garantia, mas abriu mão do salário que recebia. "Eu sempre quis fazer coisas que os outros não faziam. Sempre quis pegar umas bolas meio quadradas", diz ele, no livro já mencionado. Sob seu comando, o número de funcionários na Lojas Americanas cairia, nos anos 80, de 14 mil para 8 mil. Começava ali a ser criada a fama de ceifadores de empregos da turma do Garantia. Na AmBev, a redução foi de 24 mil para 14 mil colaboradores. Na ALL, de 12 mil para 1,8 mil. Ao longo dos anos, esse enxugamento foi revertido. Hoje, a Americanas emprega 14 mil funcionários, a ALL 6,5 mil e a AmBev, 35 mil, sendo 22 mil no Brasil.

9>>>NA PICAPE DE SAM WALTON

Logo depois de ser informado por Sicupira da degola geral na cúpula da Lojas Americanas, Jorge Paulo enviou seis cartas para grandes varejistas do mundo todo, pedindo auxílio para conhecer o setor. Dois responderam. Um deles era Sam Walton, convidando o brasileiro a conhecer a sede do Wal-Mart em Bentonville - então um buraco no interior do Arkansas, com não mais de 8 mil habitantes. Depois de horas intermináveis de vôo, começando num Boeing e terminando num teco-teco, Lemann e Sicupira desembarcaram em um aeroporto minúsculo. Encontraram de cara um sujeito sentado numa picape surrada, equipada com cães e um rifle de caça. "Conhece Sam Walton?", Jorge Paulo perguntou. "Sou eu mesmo, sobe aí e vamos embora."

Lemann e Sicupira acabaram ficando amigos do dono do Wal-Mart. Quando descobriu que tipo de tenista era Jorge Paulo, Walton passou a convidá-lo para formar dupla com ele e surrar adversários incautos. A lenda do varejo retribuiu a visita e, obcecado que era por ver e entender tudo por conta própria, meteu-se num entrevero com seguranças de uma loja carioca do Carrefour, ao ser flagrado medindo os espaços de

prateleiras. O episódio do aeroporto é um indício do quanto a frugalidade, que é uma marca da cultura Garantia, deve ao homem de Bentonville. Não é possível, porém, compreender um dos seus valores fundamentais sem conhecer um pouco da história dos Lemann.

Sua família paterna é da pequena cidade de Langnau, na região suíça de Emmental. Ou pelo menos está lá há mais de 600 anos, desde que foi expulsa de um vilarejo vizinho por, acredite, explodir uma fábrica de dinamite. Durante dois séculos, os Lemann foram chapeleiros. Até que encontraram sua verdadeira vocação no comércio de queijos. No início do século 20, literalmente sem espaço no negócio para abrigar uma nova geração, a família "exportou" três irmãos Lemann para a América. Um deles foi para a Argentina. Outro para os Estados Unidos. O terceiro, pai de Jorge Paulo, veio para o Brasil. E aqui fundou a fabricante de laticínios Leco, abreviatura de Lemann & Company. Mais do que práticas de negócios, porém, o que Jorge Paulo herdou da família foi a ética protestante do "Deus lhe dá o que você trabalhou para conquistar". Sua mãe, é verdade, era brasileira. Mas também filha de suíços, que se estabeleceram na Bahia para exportar cacau. "Era todo mundo linha-dura", Lemann gosta de dizer.

O pai de Jorge Paulo veio para o Brasil nos anos 20. Aqui, fundou a Leco (abreviatura de Lemann & Co.), fabricante de laticínios. Seu maior legado, porém, foi a ética protestante

Aqueles, porém, que pensam em Jorge Paulo como bom moço em tempo integral se surpreendem com um episódio de seu primeiro ano em Harvard. Em tempos inocentes, 40 anos antes do 11 de setembro, ele viajara para os Estados Unidos levando na bagagem bombas cabeça-de-negro brasileiras. Guardou-as em seu alojamento, até que um dia estourou no campus uma rebelião estudantil. Em meio ao tumulto de alunos gritando, acendendo fogueiras, pensou: "Momento ideal para soltar as bombas". E começou a jogá-las pela janela do quarto. Foi um sucesso com os rebeldes do lado de fora. De repente, Lemann acende mais uma bomba e, ao mesmo tempo, alguém acende a luz do quarto, até então às escuras. Era o reitor. E ele com a bomba acesa na mão. O jeito foi jogá-la. Dias depois, sua mãe recebeu uma carta, recomendando que o filho se ausentasse da faculdade por um ano, até que ficasse mais maduro. Jorge Paulo há tempos lhes dá razão. Ele chegara à faculdade com apenas 17 anos, saído direto do Arpoador e, sinceramente, não

gostava de Harvard naquela época. Mas como a carta apenas recomendava a suspensão, resolveu voltar às aulas e concluiu o curso em apenas mais dois anos. Resolveu voltar, é verdade, muito por influência de um tio americano, que lhe dizia que Harvard era uma maravilha, sua grande oportunidade na vida etc. Quando Lemann começou a fazer sucesso nos negócios, esse tio não perdia a chance de lhe dizer: "Tá vendo como eu te fiz bem?". A vingança chegou 20 anos depois, quando Bill Gates, famoso por ter abandonado Harvard no primeiro ano, tornou-se o homem mais rico do mundo. Jorge Paulo devolveu a provocação: "Viu quantos bilhões você me custou?".

Formado economista, Lemann foi para a Suíça, estagiar no Credit Suisse. Mas aquilo também não era para ele. "Durou pouco. Era modorrento, eu lambia selo, atendia telefone, não estava aprendendo nada", confidenciou ele uma vez. Convidado a jogar o campeonato suíço de tênis, pediu uma semana de licença ao banco. Resultado: ganhou o torneio, foi convidado a representar o país na Copa Davis e deu adeus ao estágio.

A melhor metáfora para descrever Lemann nos negócios, para muitos, é a comparação com seu estilo no tênis. "Jorge Paulo é jogador de fundo de quadra. Não se aventura a subir à rede para um voleio temerário", afirma Luiz Cezar Fernandes, sócio de primeira hora dele no Garantia. "Ele bate, rebate com efeito, nos cantos, deixando a plateia tensa e o adversário exausto. Controlado, aguarda o oponente impacientarse e perder o ponto."

10>>>FUNDO DE QUADRA

Lemann começou a jogar tênis aos 7 anos, no Country Club do Rio, levado pela mãe. Seu primeiro professor, o chileno José Agüero, era uma figura marcante, um expatriado de feições indígenas que se revelaria uma extraordinária influência. Deve-se a ele a lendária resistência de Jorge Paulo em dar entrevistas. Agüero sempre lhe dizia: "quem joga para a plateia não ganha o jogo. E o seu negócio é ganhar o jogo". Ele nunca se esqueceu da advertência. E passou a vida ganhando jogos, sobretudo no mundo dos negócios, sem dar muita bola para a audiência.

Apesar do nome, o Country Club é bem urbano. Fica em Ipanema e é tradicionalmente um dos mais exclusivos do país, àquela época frequentado principalmente por estrangeiros bons de berço. Jorge Paulo ganhou campeonatos infantis na virada dos

anos 40 para os 50 e tornou-se campeão brasileiro juvenil aos 17 anos. Depois do breve período em que brilhou na Suíça, podia ter se profissionalizado. Sua explicação de por que não seguiu carreira no esporte é reveladora de uma personalidade ambiciosa. "Pelo tanto que jogava, percebi que dificilmente estaria entre os dez melhores do mundo. Resolvi parar. Percebi que não seria um astro", disse ele, no passado, à revista Tênis Brasil. Mas Lemann não parou por ali. Jogou a Davis de 1972, dessa vez pelo Brasil, e foi cinco vezes campeão brasileiro. A última das finais que venceu, em 1975, é seu jogo favorito - a vitória sobre Fernando Gentil em uma partida de seis horas, em que este saiu perdendo por dois sets a zero, justamente no Country Club. Mais tarde, aos 47 anos, Lemann ganharia o mundial de veteranos. Com o estilo de sempre. "Ninguém consegue chegar nessa idade e continuar trocando três horas de bola com um chato como eu."

Seus parceiros de tênis o definem como um sujeito cerebral, "uma pedra de gelo na quadra", que tem como principal golpe uma "esquerda" violenta. "Ele era capaz de virar um jogo que o ginásio inteiro já dava como perdido, tamanha sua concentração na quadra", afirma o ex-tenista e atual treinador Carlos Alberto Kirmayr, amigo de longa data de Lemann. Kirmayr sentiu na pele o estilo de jogo gelado e o backhand poderoso de Lemann, na final do campeonato brasileiro de 1971. "Perdi por 3 sets a 2, num jogo de cinco horas", diz. "Dei o troco dois anos depois, devolvendo os 3 a 2 no Brasileiro de 73."

Outro colega das quadras, Nelson Aerts, ex-campeão brasileiro e panamericano de tênis, narra um episódio que retrata a obsessão por resultados do futuro banqueiro. No Rio de Janeiro dos anos 70, Lemann não encontrava sparrings à altura para treinar fundamentos. Decidiu, então, usar o bom e velho paredão para aprimorar seus golpes. "O normal seria ficar duas, três horas no paredão, mas ele passava o dia inteiro golpeando a bolinha contra o muro", afirma Aerts.

Kirmayr e Aerts são hoje parceiros de Lemann em projetos de apoio ao tênis. O primeiro toca um programa vinculado ao Instituto LOB do Tênis Feminino, cujo principal objetivo é colocar uma menina brasileira entre as 100 melhores tenistas do mundo. No Instituto Tênis, presidido por Aerts, as digitais do empresário estão em dois programas: o de desenvolvimento de crianças para a prática do tênis e o de aprimoramento de potenciais talentos do esporte.

Menos por seus dotes em quadra do que por seu mecenato fora dela, Lemann tem entre seus fãs ninguém menos que Gustavo Kuerten. O maior tenista brasileiro de todos os tempos não viu Jorge Paulo jogar. Mas o considera "de extrema importância" para a modalidade. "Ele vem investindo no tênis há muitos anos, e eu diria que é um dos principais apoiadores do esporte no país", afirma Guga.

Em 1994, Lemann sofreu um infarto. A partir daí, reduziu consideravelmente o ritmo nos esportes e no trabalho. Voltou-se mais para a família. Vive hoje numa casa ampla nos arredores de Zurique, com a mulher, Susanna, e seus filhos com ela. Até hoje, é verdade, joga tênis sempre que está em casa, na Suíça ou no Brasil, costumeiramente às 6h30 da manhã. E só viaja carregando suas raquetes - sempre da marca Wilson, atualmente do modelo K-Factor, o mesmo usado pelo suíço Roger Federer. Apesar da fortuna de quase US\$ 6 bilhões, Lemann segue desprezando o luxo exibicionista. "Ele gosta de coisa boa, mas não rasga dinheiro", afirma o tenista Cássio Motta, outro ex-campeão amigo do empresário. Riqueza para ele, é ter tempo para fazer o que gosta.

Logo depois da venda do Garantia para o Credit Suisse, em 1998, o empresário relatou à revista *Época* a seguinte história: "Há cerca de um mês, jantei em Boston com Warren Buffett [o investidor que hoje é o homem mais rico do mundo, com uma fortuna de US\$ 62 bilhões, e naquele tempo já era o segundo da lista, atrás de Bill Gates]. No jantar, ele me perguntou como me sentia em relação à negociação do Garantia. Eu disse que estava bem e preferiria tentar ser mais Warren Buffett e menos Sandy Weill, Jon Corzine ou John Reed [chefões do Travelers, Goldman Sachs e Citibank]. Buffett me perguntou por que, e eu disse que ele tinha mais senso de humor, mais domínio sobre o próprio tempo e era mais rico. Ele respondeu da seguinte forma: 'Então vou mostrar como sou rico'. Puxou do bolso a agenda, folheou algumas páginas, quase todas em branco, e disse: 'Veja como sou rico. Olhe quanto tempo tenho para fazer o que quero, quando quero.'

11>>>O GRANDE LABORATÓRIO

Os conceitos, as práticas e as idiosincrasias formuladas ao longo de anos no Garantia encontraram seu verdadeiro campo de provas na Brahma, quando a cervejaria carioca foi comprada por Lemann, Telles e Sicupira, em novembro de 1989. Àquela altura, a Brahma, embora um pouco maior, era uma companhia pior

administrada do que a Antarctica. Seu lucro antes de impostos, por exemplo, era de apenas 10%, ante 17% da rival paulista. Sua margem operacional, de meros 8%, em comparação a 26% da concorrente.

Nomeado executivo-chefe da cervejaria, Marcel deixou a segurança do banco para enfrentar o desconhecido, acompanhado de apenas quatro funcionários. De cara, cortou os carros cedidos pela empresa aos diretores. Acabaram as diferenças de classe no restaurante da empresa, as salas individuais para os executivos e as secretárias particulares. Todo funcionário passou a ser classificado em uma de quatro categorias: adequado, competente, superior ou excelente. Apesar do tamanho da empresa, em pouco tempo um jovem talento podia entrar no radar da cúpula, passando a fazer parte do grupo dos "indispensáveis".

Um dos primeiros a entrar para esse clube foi um aplicado e discreto engenheiro mecânico chamado Carlos Brito. Ele chegou com Marcel, teve alguns meses para conhecer a companhia e rapidamente foi encarregado da gerência geral da fábrica de Agudos, no interior de São Paulo, então a maior entre as 23 da Brahma. Foi considerado excelente na função e ganhou oito salários de bônus já no primeiro ano. Antes de chegar à cervejaria, Brito trabalhava na Shell e sonhava com um MBA em Stanford. Um dia, na cara dura, ligou para o Garantia e conseguiu agendar uma reunião com Lemann em pessoa. Disse que queria fazer o curso e precisava de US\$ 22 mil. O então banqueiro topou financiá-lo, marcou aquele nome em seu caderninho e lembrou dele quando começou a comprar empresas não financeiras. Brito passou dois meses na Lojas Americanas antes de entrar na Brahma. De onde nunca mais saiu. Trabalhou em finanças, operações e vendas, antes de ser nomeado presidente-executivo do que já era a AmBev, em 2004. Com a criação da InBev, naquele mesmo ano, assumiu brevemente o controle da subsidiária americana da companhia. Em 2005, chegou à presidência do grupo todo. E tratou de levar a "cultura Garantia" para a matriz, na Bélgica.

Marcel Telles, um caçador de talentos, afirma que gostaria de ser lembrado como "um cara que sempre deixou um

monte de gente melhor do que ele nos lugares por onde passou"

Hoje, nas reuniões de conselho da InBev, analisa-se pessoa a pessoa nas principais funções de comando. E apontam-se substitutos para cada posição. "Temos 85 mil funcionários, mas 250 são os que realmente fazem a diferença. Essas pessoas são geridas de modo distinto, porque nós queremos ter certeza de que estão animadas e não vão deixar a companhia", afirmou Carlos Brito, em uma palestra que proferiu em Stanford em fevereiro. "Enquanto algumas empresas preferem contratar empregados em meio de carreira, a InBev busca recém-formados e os molda para a liderança", disse ele na mesma ocasião. "Líderes podem ser formados, podem ser treinados, podem aprimorar suas habilidades." A AmBev hoje não só forma como exporta executivos. Quarenta e seis deles estão na Europa, 16 na América do Norte, cinco na Ásia e 42 nos países da América Latina onde a cervejaria está presente. Só no conselho da InBev são quatro brasileiros, incluindo Brito.

Antes de serem treinados e aprimorados, futuros líderes precisam ser recrutados - e aí está um dos diferenciais mais consistentes da política de RH inaugurada na Brahma. Todo ano, a FGV sedia a "Semana de Recrutamento", quando várias empresas se apresentam para divulgar programas de estágio. As palestras dos representantes das companhias são formais, muitas vezes chatas. Diretores engravatados e executivas de tailleur ocupam as cadeiras atrás da bancada de madeira de lei do Salão Nobre, projetam apresentações e, às vezes, vídeos corporativos. Na saída, entregam fichas de cadastro. As de Marcel Telles, em nome da Brahma, da AmBev ou da InBev, são bem diferentes - e reverberam durante dias nos corredores da faculdade. Para começar, em vez de um diretor de RH, quem se apresenta é o presidente e um dos principais acionistas. Com o auditório abarrotado por estudantes sentados ou em pé, ocupando todos os espaços livres, o empresário chega sorridente, de calça e camisa jeans, senta-se sobre a mesa e dispara algo como: "E, então, preparados para colocar o seu na reta? Porque é sobre isso que vim falar aqui. Procuramos pessoas dispostas a colocar na reta". Gargalhada geral. Marcel ganhou a plateia, que ouve atenta o desfiar de números que ele apresenta na sequência, antes de explicar o sistema de remuneração variável. As fichas de cadastro são avidamente preenchidas e a empresa está garantida por mais um ano no topo da lista das companhias em que os estudantes gostariam de trabalhar.

Quem for selecionado, não perderá Marcel de vista, enquanto estiver dando resultado. Tradicionalmente na AmBev e mais recentemente na InBev, todo mês de dezembro é marcado por um café-da-manhã em que os conselheiros da companhia recebem um grupo de trainees. Os encontros são sempre às 8 horas da manhã, antes da reunião formal do conselho de administração. Lemann, Marcel e Beto participam de todos. Se a reunião é, por exemplo, em Toronto (sede da Labatt, braço canadense da AmBev), Jorge Paulo manda levar seis ou sete estagiários para lá. Um jovem recém-formado tem de ter muita personalidade para se sair bem em um evento desse tipo. Mas Lemann gosta é de gente ambiciosa mesmo. Quem já o teve como entrevistador em um processo seletivo profissional por certo ouviu perguntas como "qual é a sua meta pessoal?" ou "onde você quer chegar?". Ele diz que, nessas ocasiões, procura o "brilho nos olhos".

Marcel, por sua vez, afirma que gostaria de ser lembrado "como um cara que sempre deixou um monte de gente melhor do que ele nos lugares por onde passou". Disse isso a *Época NEGÓCIOS* em pleno camarote da Brahma no sambódromo carioca, no domingo de Carnaval. Seu estilo é a personificação da simplicidade bem-sucedida à Garantia. Bermuda azul e a obrigatória camisa da cervejaria. Tênis de corrida sem meia. Além de bronzeado, Marcel está mais magro do que nos tempos da AmBev. Em compensação, os cabelos e a barba estão mais brancos. Vendo os desfiles das escolas de samba com os brasileiros da AmBev e os belgas da Interbrew, Marcel se faz absolutamente disponível a qualquer um - e é procurado sobretudo pelos mais jovens.

Carioca como seus dois principais sócios, aparentando bem menos que seus 58 anos, Marcel Hermann Telles é filho de um piloto da aviação civil e de uma dona de casa. Seu interesse pelas finanças foi despertado quando cursava economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Descobri que meus amigos que andavam com terno bacana e moto melhor trabalhavam no mercado financeiro", diz, no livro *Endeavor*. Recrutado por Luiz Cezar Fernandes, descobriu seu *métier* assim que teve a primeira chance numa mesa de operações. Em pouco tempo, assumiu o comando de toda a área de corretagem, que respondia pela metade dos negócios do Garantia quando este foi transformado em banco de investimento. Trader de uma casa considerada extremamente agressiva, defendia que é preciso ser ousado e tomar

decisões arriscadas, desde que se conheça profundamente o mercado onde se está atuando. Para ele, perder faz parte do jogo. Desde que se aprenda com o prejuízo. Quando assumiu a direção da Brahma, Marcel não sabia nada sobre cervejas. Seu segundo em comando, Magim Rodrigues, ex-presidente da Lacta, era fera em chocolates, mas também não estava familiarizado com malte, lúpulos e botequins. Logo nos primeiros meses, a dupla visitou as melhores cervejarias da Alemanha e dos Estados Unidos - incluindo um quase estágio, inspirador, na Anheuser-Busch, seu principal benchmark. Desde então, Marcel professa uma fidelidade quase doentia às marcas que controla. Não admite que produtos concorrentes sejam consumidos por seus funcionários nem por sua família. Antes da criação da AmBev, ele dizia aos filhos, então bem pequenos, que não tomassem Guaraná Antarctica porque a bebida tinha xixi misturado. Depois da fusão com a antiga rival, não foi fácil convencer os meninos de que o refrigerante agora era seguro. Reza a lenda que mais de um candidato a uma vaga na Brahma, convidado para um almoço-entrevista com executivos da empresa, perdeu o emprego por um deslize na hora dos pedidos. Ao inadvertidamente escolher uma Coca-Cola para acompanhar a comida, ouviu a sentença: sua entrevista acaba aqui.

12>>>QUALIDADE TOTAL

A cultura de dono tirada do Goldman Sachs, as lições do bom marketing americano e as técnicas de cervejaria alemãs não explicam todo o sucesso da Brahma. O que levou a "cultura Garantia" ao estágio seguinte e a tornou transplantável para empresas de praticamente qualquer setor foi o sistema de produção à japonesa. Quem o explica, numa conversa informal no lobby do Hotel Hilton de São Paulo, é o consultor mineiro Vicente Falconi, criador do INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial).

Formado em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Falconi fez mestrado e doutorado nos Estados Unidos na virada dos anos 60 para os 70. Voltou para o Brasil em 1972, com teses publicadas sobre controle de processos e uma paixão por modelos matemáticos supostamente capazes de melhorar o desempenho de fornos siderúrgicos. Já em sua primeira experiência prática, porém, aprendeu na Acesita que modelos matemáticos puros não funcionam, por indisciplina dentro da empresa. "Eu ainda não sabia que disciplina é gestão", diz. Por volta de 1978, Falconi começou a estudar a literatura sobre programas de qualidade, àquela altura dominada

por autores japoneses. Depois de anos batalhando uma bolsa científica, o futuro consultor finalmente pôs os pés no Japão, em 1984. Encontrou fábricas mais ou menos iguais às brasileiras. Mas descobriu um "outro mundo" em termos de sistemas. Falconi iniciou uma relação estreita com o Japão. Que o levaria a escrever cinco livros sobre o tema qualidade total, entre 1989 e 1996.

"Um belo dia, na escola de engenharia em Belo Horizonte, aparece do nada o Marcel Telles, de jeans e camiseta, procurando por mim", diz Falconi. Eram os últimos dias de 1991, época de preços controlados pelo governo Collor. Marcel acabara de voltar de uma reunião em Brasília com Dorothea Werneck, a coordenadora das Câmaras Setoriais que, entre outras coisas, geriam o famigerado "tabelamento". No encontro, Dorothea condicionou um aumento nos preços da cerveja a que o executivo fosse procurar Falconi - e tratasse de aprender alguma coisa sobre produtividade. Dias depois, o consultor fez uma apresentação, no Hotel Sheraton do Rio, para toda a cúpula da Brahma. Marcel sentou na primeira fila e ficou o dia todo. A partir de então, Falconi passou a fazer consultoria para a Brahma. E levou vários japoneses para ensinar aos cervejeiros brasileiros técnicas de qualidade total. No início de 1997, ele foi convidado por Marcel a ingressar no conselho da Brahma.

A AmBev adicionou à cultura do Garantia sistemas de qualidade total de inspiração japonesa, introduzidos na empresa por Vicente Falconi, do grupo INDG

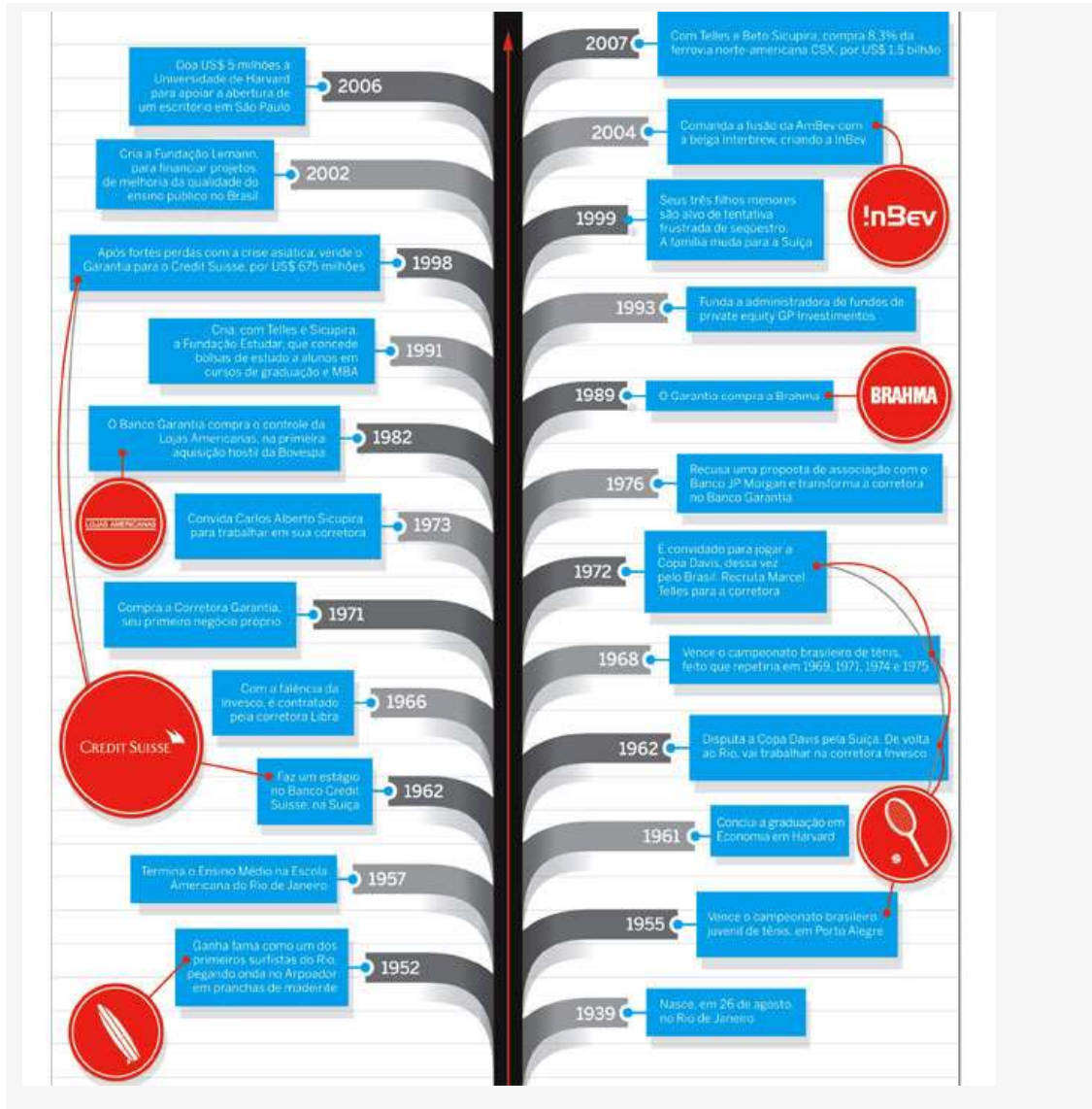
O embrião do hoje famoso Orçamento Base Zero surgiu cerca de um ano depois, com o Programa Volta às Origens, organizado em torno de uma meta de redução de custo de R\$ 100 milhões. Ao final de 1998, numa reunião de conselho, Lemann quis saber qual havia sido a economia conseguida com o tal programa. Para espanto geral, não se sabia a resposta exata. Imediatamente, Marcel acionou Falconi e o também consultor Gustavo Pierini, ex-McKinsey, ex-Garantia e ex-GP Investimentos, que mais tarde atuaria no processo de fusão da Antarctica com a Brahma. Gustavo propôs métodos de planejamento para a redução de custos das várias fábricas e da matriz. Falconi acrescentou métodos para execução e verificação das economias - "sem um sistema que em sete dias úteis te mostra o resultado do mês anterior, esqueça, não tem corte de custos", diz ele. Estava criada uma ferramenta operacional genuinamente brasileira que em dez anos estaria consagrada como modelo de excelência em controle de custos.

Tradicionalmente, as empresas costumam inspirar-se no orçamento do ano anterior e aplicar-lhe índices de redução para montar o do ano corrente, sem saber se o valor de cada despesa corresponde à realidade daquele momento. Com o Orçamento Base Zero (ou simplesmente OBZ), parte-se sempre do zero, estudando as despesas uma por uma para identificar possíveis excessos (ou carências) nos gastos de cada item. Isso vale para tudo: compra de insumos, aquisição de material de escritório ou gestão de serviços terceirizados. Não por acaso, surgiram nos escritórios da Brahma especialistas em itens como transporte, aluguel, iluminação e água. São consultores internos altamente especializados, conhecidos até hoje como Boinas Verdes. "Somos totalmente paranóicos com o controle da gestão. Mesmo nas melhores horas, estamos apertando os custos", diz Marcel, no livro *Como Fazer uma Empresa Dar Certo em um País Incerto*. "Quando ficar ruim, eu tenho certeza de que a água vai subir, mas vai afogar o outro, o competidor, antes de chegar à minha boca."

A rigidez no controle de custos fez da Brahma uma empresa excepcionalmente forte em processos. Em seus primeiros anos à frente da cervejaria, Telles fechou fábricas deficitárias, reduziu quase à metade o quadro de pessoal, redefiniu funções, fundiu atividades, agilizou a distribuição, visitou pontos-de-venda, negociou com fornecedores e parceiros e investiu pesadamente em publicidade. Em 1998, último ano antes do início do processo de fusão com a Antarctica, a Brahma havia deixado sua histórica concorrente vergonhosamente para trás. Seu lucro líquido era de R\$ 329,1 milhões, ante R\$ 64,2 milhões dos paulistas. Em 1999, um ano complicadíssimo por causa da desvalorização do real, o faturamento da Brahma foi mais do que o dobro do da Antarctica: US\$ 7 bilhões, ante US\$ 3,3 bilhões. A cervejaria, que custara US\$ 60 milhões à turma do Garantia dez anos antes, valia então R\$ 3,7 bilhões. A Antarctica, parada no tempo, foi simplesmente atropelada.

Victório de Marchi, co-presidente do conselho da AmBev desde o anúncio da fusão, era o principal executivo da Antarctica em 2000. Àquela altura, ele garante, a cervejaria paulista já iniciara uma revisão de seus métodos gerenciais familiares. "A Brahma, no entanto, começou um pouco antes. E já tinha percorrido o dobro da distância", afirma Victorio. Por exemplo: na Antarctica havia casual friday, enquanto na Brahma já não se usava terno e gravata em nenhum dia da semana.

Lemann foi surfista, tenista, corretor e banqueiro, antes de virar empresário e filantropo



Infográfico_Gabriel Silveira

13>>>SEM GRAVATA, SEM PAREDES

O executivo Magim Rodrigues, que se tornaria o primeiro presidente da Ambev, é um ótimo exemplo do que a mudança de guarda-roupa pode fazer por um executivo. Em seu tempo de Lacta, ele só era visto de paletó e gravata. Era um senhor ligeiramente

encurvado. Aparentava ser uns 20 anos mais velho do que quando ressurgiu na Brahma, no estilo mangas de camisa celebrizado pelo Garantia.

Desde o início, Lemann impôs em seu banco o predomínio do coletivo sobre o individual. A mensagem a transmitir era de que o resultado dependia igualmente de todos: dele ao menos graduado dos funcionários de retaguarda. É por isso que nunca vestiu-se terno e gravata dentro do Garantia - a não ser para reuniões com certos clientes ou parceiros. Também não devia haver no banco a figura do chefe inacessível. Por isso, os escritórios do banco eram grandes salões sem divisórias e mesmo os sócios-diretores não tinham direito a salas fechadas. No já mencionado documento Nossa Filosofia, há uma síntese de como a simplicidade era cultuada no Garantia: "Nossa organização é objetiva, simples, informal e comunicativa. Fazemos as coisas com muita objetividade. O que pode ser feito de maneira simples é melhor". Mais de 30 anos depois, Brito abordou o tema na sua palestra em Stanford: "Nós não temos jatos da companhia. Eu não tenho um escritório. Divido minha mesa com meus vice-presidentes. Eu sento com meu cara de marketing à minha esquerda, meu cara de vendas à minha direita, meu cara de finanças na minha frente".

A CULTURA GARANTIA

Como os estilos de Sam Walton e Jack Welch inspiraram um modelo de gestão dos mais influentes do país

DE ONDE VEIO GOLDMAN SACHS - De lá saíram a meritocracia e o sistema de partnership, que transforma executivos em sócios do banco

WAL-MART - Do fundador da rede, Sam Walton, Lemann absorveu a cultura da frugalidade e a atenção permanente ao corte de custos

GENERAL ELECTRIC - Os relatórios da GE eram a bíblia do Garantia. Lemann e seus sócios liam tudo o que encontravam sobre Jack Welch

O QUE É CULTURA DE DONO - A ideia é que cada funcionário deve se sentir dono da empresa. Para isso, deve ter autonomia para decidir, responsabilidade pelo resultado e participação nos lucros

SIMPLICIDADE - Salas sem paredes, roupas informais e poucos níveis hierárquicos. Tudo deve ser resolvido simples e rapidamente

PRÊMIO E CASTIGO - A meritocracia se dá pela criação de metas para tudo. Não há limites para os bônus salariais dos que as superam

CAÇA AOS GASTOS - "Ser paranóico com custos e despesas, que são as únicas variáveis sob nosso controle, ajuda a garantir a sobrevivência no longo prazo", diz um dos 18 mandamentos da "cultura Garantia"

PARA ONDE FOI A GP, firma de investimentos em participações criada por Lemann, comprou mais de 30 empresas. Da ALL ao Submarino. Todas elas praticam a "cultura Garantia"

A Brahma, comprada pelo Garantia em 1989, deu origem à AmBev e levou a cultura do banco para a indústria. Hoje, suas práticas de gestão são influentes na matriz belga da InBev

O modelo de meritocracia rigidamente medida e regidamente remunerada tornou-se padrão nos bancos de investimento brasileiros, a começar pelo Pactual, criado por um ex-sócio do Garantia

O foco no lucro do acionista, a remuneração variável de executivos e o Orçamento Base Zero hoje estão presentes no modelo de gestão de algumas das melhores empresas nacionais de capital aberto

14>>>O HOMEM QUE COPIAVA

Lemann despontou no cenário empresarial brasileiro no momento exato, os anos pré-abertura de mercado. Ou seja, no contexto histórico de um capitalismo tardio. Para Thomaz Wood Jr., professor de administração na FGV, o que sucedeu no caso da Brahma foi a migração de um estilo gerencial típico do setor financeiro e das empresas americanas de capital aberto para uma grande empresa industrial local. "O que caracteriza esse estilo gerencial é o foco no resultado de curto prazo e uma atitude racionalista sobre gestão, processos e pessoas", afirma Wood. No Brasil do início dos anos 90, isso soava novo.

Um ponto a reter quando se discute o legado de Lemann e de seus parceiros de negócios diz respeito à autoria: as ideias quase nunca são deles. "O Jorge Paulo não é um gênio numa torre de marfim", afirma Cláudio Haddad, hoje presidente do Ibmecc

São Paulo. Uma das características mais marcantes da "cultura Garantia" é sua semcerimônia em copiar bons exemplos. "A grande vantagem do Brasil é que você pode copiar o que está sendo desenvolvido em outro lugar e fazer aqui. Pode copiar tudo, não precisa ficar reinventando a roda", disse uma vez Beto Sicupira. "O que nós fizemos a vida toda? Só copiamos. Não inventamos nada, nada. Ainda bem. Inventar coisas é um perigo danado." Não por acaso, implementar (e não criar ou inovar) é a palavra preferida no circuito Garantia. "Vale muito mais uma lógica boa, uma execução boa, do que qualquer inovação brilhante", disse Lemann, anos atrás. "Você tem de se preocupar com a inovação. Mas se tem alguém fazendo bem, melhor não gastar muito tempo procurando como fazer. Vai lá, olha e adapta da sua maneira, e pronto."

No Brasil das décadas de 70 e 80, a busca de benchmarks e a replicação de boas ideias alheias não era algo trivial. Bastava a cultura da família controladora. Quando muito, traziam-se elementos operacionais de fora, mas não sistemas de governança. Transformar funcionários em acionistas, por exemplo, era uma tremenda novidade. Algo que só existia em firmas de advocacia. Uma novidade que motiva Fersen Lambranco, da GP, a fazer uma previsão ousada: "Daqui a seis séculos, quando alguém escrever um novo Raízes do Brasil, o nome do Jorge vai aparecer. Na América Latina inteira não tem meritocracia. No Brasil, graças a ele, tem. Isso vai nos diferenciar de forma brutal".

Uma coisa a reter quando se discute o legado de Lemann e seus sócios diz respeito à autoria: as ideias quase nunca são deles. A especialidade do trio é copiar bons exemplos

O desejo e a capacidade de Lemann de se destacar na arena internacional entusiasma seus admiradores. "Jorge Paulo vai ser lembrado como um dos empresários que levaram o Brasil para o mundo", diz Bonchristiano, da GP. Por outro lado, o desprendimento de homens de negócio que hoje moram fora do Brasil, têm a sede de sua principal empresa na Bélgica e fizeram história adquirindo e reformando companhias com problemas desagradados seus críticos mais severos.

"O Lemann é um comerciante. Ele é bom de comprar e vender empresas. Não sei se sabe construí-las", afirma o ex-ministro Antônio Delfim Netto. Tanto na academia como no meio industrial, há quem defenda que os homens do Garantia não merecem ser chamados de empresários. Por sua origem no mercado financeiro, seriam meros

financistas ou investidores. Especialistas em tornar lucrativas empresas mal geridas, e não em construir companhias para o futuro.

José Olympio, do Credit Suisse, discorda do uso do rótulo "financista" para descrever Lemann. "É muito estreito para ele. O Jorge Paulo é um criador de organizações", diz. Discorda, também, da ideia de que empresários para valer são apenas industriais, como os Ermirio de Moraes ou os Gerdau Johannpeter, que construíram do zero sólidos impérios de cimento e aço. "O Jorge Gerdau e o Jorge Lemann são dois dos empresários brasileiros que eu mais admiro. Para mim, são do mesmo nível", afirma. "A diferença é que o Lemann é um revolucionário. Ele promoveu uma revolução cultural dentro do capitalismo brasileiro."

Para José Olympio, Lemann já é uma figura histórica, talvez comparável ao Barão de Mauá. Do nível dele, hoje, como exemplo de empreendedorismo, só haveria um empresário: Eike Batista, dono da EBX e de uma fortuna ainda maior do que a do fundador do Garantia, avaliada pela Forbes em US\$ 6,6 bilhões. "O Eike hoje é um revolucionário, no sentido de pensar muito grande e empreender em ritmo alucinante", diz. "E nas empresas dele tem muita cultura Garantia: sistema de sociedade, atração dos melhores, aposta numa garotada muito boa."

Lemann naturalmente tem suas preferências, brasileiros pelos quais se mede. Amador Aguiar, o fundador do Bradesco, é o que mais o entusiasma. Por ter criado uma cultura empresarial fortíssima e um banco líder de mercado, que sobrevivem há décadas sem ele. Jorge Paulo o considera subestimado. Ele próprio se vê como formador de uma cultura influente para muitas empresas. E não como a maioria de seus pares no empresariado brasileiro, julgados pelo patrimônio que conseguiram construir e deixar para seus herdeiros. Mas Lemann parece ser sincero quando diz, em círculos íntimos, que não se considera dono da "cultura Garantia". E que seu maior mérito teria sido conhecer seus pontos fracos e se cercar de gente melhor do que ele para compensar tais deficiências.

Melhor, note bem. E não descendente, herdeiro ou apadrinhado. Nunca ninguém da família Lemann trabalhou nas suas empresas como executivo. Jorge Paulo tem a convicção de que, no momento em que familiares entram na meritocracia, o modelo se distorce, se corrompe.

Desde muito cedo, a "cultura Garantia" se disseminou do banco para o mercado. Beto Sicupira fez o primeiro movimento, ao levar o modelo de organização para a Lojas Americanas em 1982. No ano seguinte, Luiz Cezar Fernandes deixou o Garantia depois de 12 anos para criar seu próprio banco, o Pactual, à imagem e semelhança da instituição concebida por Lemann. A partir de então, todos os bancos de investimento brasileiros emularam, com maior ou menor ênfase, o modelo Garantia: Icatu, Bozano Simonsen, Matrix... O próprio Credit Suisse, que comprou o banco de Lemann em 1998, manteve muito de sua cultura. Folclórico, porém verdadeiro, é o caso do banco russo Renaissance Capital, que assumidamente se inspirou no brasileiro Garantia, muito antes de o termo Bric unir os dois países. Um ex-Garantia que esteve lá nos anos 90 diz que o escritório-sede, em Moscou, era idêntico ao da "matriz".

Em 1989, o mesmo software começou a rodar na Brahma - e depois na AmBev, e por fim na InBev. A influência cultural dos brasileiros na InBev é o que os especialistas chamam de "movimento reverso" - a estratégia mais rara de fusão, porque pressupõe a consciência do comprador de que o próprio modelo de gestão não é o mais adequado para o futuro. A psicóloga Betania Tanure, professora da Fundação Dom Cabral, estudou a AmBev de perto e se arrisca a dizer por que a sua cultura predominou. "A Interbrew é uma organização absolutamente vencedora. Não obstante, entendeu que corria o risco do subdesempenho", diz. "Ela tinha um estilo mais conservador, mais lento. E o mundo estava pedindo outra coisa."

Agora, o mundo parece demandar mais velocidade e foco da americana Anheuser-Busch, que aos poucos vai sendo atraída para a área de influência da InBev. Em um relatório de julho passado, analistas do setor de bebidas do Citigroup, em Nova York, estimaram em 70% a chance de uma fusão entre as duas cervejarias ocorrer nos próximos dois anos, criando um colosso com 25% do mercado mundial. "Numa união InBev-Anheuser, a nova megacervejaria se beneficiaria da agressiva equipe brasileira de vendas e marketing do diretor-presidente da InBev, o brasileiro Carlos Brito", afirmou o diário americano Wall Street Journal.

Marcel Telles vem promovendo há algum tempo um esforço de aproximação com a família Busch, que, apesar de deter apenas 4% das ações da Anheuser, ainda exerce uma tremenda influência na companhia. O principal herdeiro da Anheuser, August Busch IV, já esteve no camarote da Brahma, a convite do brasileiro, para apreciar o

Carnaval carioca. É um ritual de acasalamento promissor. Os belgas da Interbrew também frequentaram "informalmente" a Marquês de Sapucaí em 2002 e 2003. No ano seguinte, nasceu a InBev. Não há confirmação oficial do interesse de Lemann pela Anheuser. Mas quem o conhece aposta na concretização do negócio. "Ele não vai sossegar enquanto não comprar a Budweiser", diz Bonchristiano, da GP.

Amador Aguiar, o fundador do Bradesco, é o líder empresarial brasileiro mais admirado por Lemann. Ele criou uma cultura austera que prescinde dele

Se comprar uma grande empresa americana é o "sonho de consumo" de Lemann, um importante primeiro passo foi dado na virada do ano. O 3G, fundo formado com recursos dele, de Marcel e de Sicupira, comprou um naco de 8,3% da ferrovia americana CSX, com sede na Flórida, por US\$ 1,5 bilhão no final do ano passado. O parceiro deles no investimento é o TCI, The Children's Investment, fundo ativista pelos direitos dos minoritários

que ficou mundialmente conhecido por "denunciar" a incompetência dos gestores holandeses do ABN Amro e detonar o processo que culminou com o desmembramento do banco e a venda de suas partes. Conforme esperado, um questionamento similar foi lançado contra a administração da CSX, um grupo de US\$ 17 bilhões com ações pulverizadas na Bolsa de Nova York. Se a cúpula americana da empresa cair, a administração tem boas chances de parar em mãos brasileiras. O trio do Garantia já tem até o nome para assumir a companhia: Alexandre Behring, o executivo que presidiu a ALL de 1998 a 2004 e fez dela a maior operadora ferroviária da América Latina.

Parte do portfólio de investimentos pessoais de Lemann, Marcel e Beto, a ALL é um dos principais casos de sucesso da GP Investimentos, a firma de private equity que funciona como o principal vetor de disseminação da "cultura Garantia". Criada em 1993, pelo trio e por um quarto sócio chamado Roberto Thompson, a GP nasceu para replicar em empresas de médio porte as experiências da Lojas Americanas e da Brahma. O grupo inicial de sócios captou meio bilhão de dólares no exterior, com o objetivo de comprar empresas em dificuldades, saneá-las e vendê-las com lucro. Um dos exemplos da fase inicial foi a rede de supermercados Sé, comprada e vendida em 1997.

Assim como o Garantia, a GP foi moldada de acordo com o conceito de partnership, uma sociedade na qual os funcionários poderiam se tornar sócios. Ao longo dos anos,

os sócios-fundadores foram reduzindo sua participação na firma, até encerrá-la em outubro de 2004. Na época, os investimentos de private equity da GP somavam US\$ 1,3 bilhão. Eles haviam comprado participações em 32 empresas - entre elas ALL, Gafisa, Ig e Telemar -, das quais já haviam vendido 18. Uma nova geração, liderada por Fersen e Bonchristiano, assumiu o controle. Segundo a dupla, a cultura da companhia não mudou nada desde então. "A GP diferencia-se dos outros fundos de private equity porque tem a tecnologia de gestão Garantia", diz José Olympio, do Credit Suisse. "A empresa que vende participação à GP não quer só dinheiro. Quer know-how de administração."

Por fim, há o INDG, de Vicente Falconi, que funciona como um braço de consultoria da AmBev. O instituto tem hoje cerca de mil consultores, sendo 250 no exterior, onde está 25% de seu faturamento. E, assumidamente, não faz outra coisa que não difundir o que lá se chama "cultura AmBev". A Sadia - que não por acaso tem Falconi como conselheiro - é uma das empresas que, sob orientação do INDG, está trabalhando, já há mais de dois anos, para montar sistemas semelhantes de meritocracia. Marcel gosta da ideia e abriu a AmBev para que a Sadia a visite e estude seus processos. Ele e Beto Sicupira fazem parte do conselho do instituto, ao lado de empresários como Jorge Gerdau e o próprio Walter Fontana, da Sadia.

Sicupira e Gerdau lideram um grupo de empresários engajados em introduzir métodos gerenciais de ponta no setor público. "Meritocracia, remuneração variável, Orçamento Base Zero, tudo isso está sendo levado para governos", diz Falconi. A administração estadual de Minas Gerais está mais adiantada nesse processo, mas os governos do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Alagoas, Sergipe e Pernambuco estão trabalhando com gestão, seleção de pessoas, redução de custos e melhoria da arrecadação por meio de sistemas. No início de fevereiro, o governo federal contratou o INDG para reduzir gastos em todos os ministérios. O instituto de Falconi tem 15 meses para apresentar propostas que possibilitem uma economia de R\$ 600 milhões.

16>>>DEVOLVER À SOCIEDADE

Alinhando-se a uma tradição muito americana de grandes filantropos, Lemann, Telles e Sicupira acreditam que é seu papel devolver à sociedade, como pessoas físicas, o que elas ofereceram enquanto empresários. Nos últimos anos, cada um dos componentes do trio tratou de criar fundações para organizar as doações de suas respectivas famílias. Marcel foi o primeiro a pôr o bloco na rua. Criou, em 1999, o Instituto Social Maria Telles (Ismart), batizado em homenagem a sua mãe. Seu objetivo é promover o desenvolvimento acadêmico de jovens talentosos e de baixa renda. No ano 2000, foi a vez de a família Sicupira criar a Fundação Brava, que investe em projetos de melhoria da gestão pública e de ONGs. Entre as organizações beneficiadas estão a Fundação Pró-Tamar, a AACD e o Banco da Providência. Jorge Paulo, por sua vez, mantém, desde 2002, a Fundação Lemann, que investe principalmente em projetos de melhoria da educação pública. A mais conhecida incursão filantrópica do trio Garantia é conjunta, existe desde 1991 e chama-se Fundação Estudar. Seu objetivo é conceder bolsas de estudo para estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação, que cursam administração, economia, engenharia e relações internacionais. Bernardo Hees, o jovem presidente da ALL, foi o primeiro bolsista da Fundação Estudar. Depois de formado economista pela PUC do Rio, Bernardo trabalhou no ramo de petróleo e no mercado financeiro, antes de partir para um mestrado na Inglaterra. De volta ao Brasil, em 1998, foi trabalhar na América Latina Logística, de onde não saiu mais. Agora na presidência, está colocando sob um mesmo guarda-chuva todas as iniciativas de responsabilidade social da companhia. Neste mês de abril será anunciada a criação do Instituto ALL. "Estou fechando o ciclo", diz ele.

Em outra de suas atividades extra-empresariais, Lemann, Marcel e Beto dedicam-se a turbinar a carreira de empreendedores brasileiros. Fazem isso por meio do Instituto Empreender Endeavor, uma entidade americana trazida para o Brasil por Sicupira. "Lemann, Marcel e Beto trouxeram o melhor do mundo dos negócios para o mundo



O FILANTROPO Jorge Paulo em uma rara aparição pública. O empresário mantém a Fundação Lemann desde 2002, para investir em projetos de melhoria da educação pública no Brasil

das ONGs", afirma Paulo Veras, coordenador do instituto. "Muita gente contenta-se em defender uma causa nobre. Mas para eles não basta estar fazendo algo positivo para o país." Há cobrança por resultados, por recrutar gente boa, por levantar recursos etc. Há também avaliação de desempenho por metas. No caso da Endeavor, por exemplo, o valor de mercado das empresas apoiadas tem de crescer 40% ao ano. Fica difícil reclamar quando se sabe que Lemann aplica os mesmíssimos princípios dentro de casa. Tanto no seu escritório pessoal como nas suas residências, todos os empregados têm metas, passam por avaliações e recebem remuneração variável. Isso vale para copeiras, motoristas, pilotos... Em seu escritório, as equipes de serviço (copa, faxina e recepção) são avaliadas pelos funcionários atendidos por elas a cada três meses.

17>>>BOOOOM-DÍÍÍIAAAA!

Quem conhece os feitos empresariais de Lemann e os métodos de gestão implantados em suas empresas se espanta quando o encontra pessoalmente. Não há traço de arrogância em seu jeito afável e bem-humorado.

Quando está em São Paulo, Lemann pode ser visto desde cedo no escritório onde hoje estão concentradas as sedes de todas essas fundações, além da equipe encarregada dos investimentos do trio. Ele caminha a passos largos pelos corredores, distribuindo bons-dias a quem encontra pelo caminho. Não aquela saudação protocolar dos ambientes corporativos. Com sua voz forte, Jorge Paulo estende as vogais em cumprimentos quase musicados: "boooooom-díííiaaaa!". Outra característica é a fala com sotaque carioca, com erres e esses pronunciados. Isso quando ele fala, porque este é um homem de poucas palavras, extremamente objetivo, que aprecia pessoas igualmente objetivas. Mas que guarda o senso de humor típico de um Rio de Janeiro mais romântico, é tremendamente articulado e dono de um vocabulário rico que de vez em quando se apoia em palavras em inglês - sempre com pronúncia impecável, nunca com pedantismo. Atento a características individuais e dono de uma memória excepcional, brinca com uns, faz graça com outros e assim diminui a distância entre ele, o mito, e seus colaboradores. Como a funcionária gourmet que uma tarde foi flagrada por ele na copa, atracada com uma sobremesa que sobrara intacta do almoço, e nunca mais deixou de ouvir comentários divertidos sobre doces e gulodices.

Seu escritório pessoal, na zona sul de São Paulo, reflete o apreço pela discrição. Não há, na recepção do edifício que o abriga, nenhuma pista de que ali se encontra o QG de Lemann. Os crachás dos funcionários contam apenas com uma foto, seu nome e o número do andar. Mesmo quando se desembarca do elevador, não há logomarca ou placa de nenhuma espécie identificando o escritório, dividido em duas alas, com entradas independentes. À direita da recepção, um extenso corredor, com paredes de madeira clara, dá acesso às salas de reunião. Assim, as visitas nunca veem os funcionários trabalhando, e estes nunca sabem quem aparece no escritório para reuniões. Apenas Jorge Paulo, Marcel, Beto e o sócio Roberto Thompson têm salas individuais, localizadas num dos extremos do andar.

Lemann sempre apareceu publicamente o mínimo possível, mas tornou-se quase invisível a partir de 1999, depois de uma dramática tentativa de sequestro de seus três filhos menores em São Paulo - o carro blindado que os conduzia foi metralhado. Foi quando, contrariado, mudou-se com a família do Brasil para a Suíça. Os amigos mais chegados devem sentir falta das lendárias festas juninas que Jorge Paulo organizava em sua casa no Jardim Europa. Festas para valer, com fogueira, pau-de-sebo, comidas típicas e uma grande quadrilha, para a qual ele e Susanna se paramentavam como autênticos noivos caipiras. Até hoje, Bianca Telles, a mulher de Marcel, criada no sul da Bahia, é a única participante que, atestadamente, chegou ao topo do pau-de-sebo.

Tanto no escritório pessoal de Lemann como nas suas duas residências, os empregados têm metas, passam por avaliações periódicas e recebem remuneração variável

Lemann está fora do país pelos filhos menores. Na Suíça, eles vão para a escola sozinhos, andam de trem, viajam pela Europa e passeiam de bicicleta sem maiores problemas. No Brasil, a família teria duas opções: a irresponsabilidade de não ter seguranças ou o desconforto de viver cercado por eles. A decisão foi deixar as crianças crescerem em Zurique. Mais tarde, quando estiverem na idade de ir para a faculdade, elas terão liberdade de escolher onde querem viver. Jorge

Paulo, então, voltará para o Brasil.

Mesmo tendo acumulado uma fortuna estimada em US\$ 5,8 bilhões, de acordo com a mais recente lista de bilionários globais da revista Forbes, Lemann encara perguntas sobre uma eventual aposentadoria quase como ofensa. Mais de uma vez, já admitiu

que nunca se considerará totalmente realizado. Não basta, por exemplo, ter a maior cervejaria do mundo. É preciso também ser o melhor. Não por acaso, o atual slogan da InBev é from biggest to best, "de maior a melhor". No encerramento da carta que publicou no relatório anual de 2003 da Fundação Lemann, ele escreve: "Tenho a sensação de estar no rumo certo, apesar de saber que nunca se chega totalmente lá". Em depoimento ao livro Como Fazer uma Empresa Dar Certo em um País Incerto, ele diz: "Estou sempre querendo chegar lá, conquistar mais alguma coisa. Essa é a graça. No dia em que eu tiver realizado o meu sonho, morri".

Já há algum tempo, as famílias da santíssima trindade do Garantia estão sendo preparadas em conjunto para suceder Lemann, Marcel e Sicupira. Suas mulheres estudam contabilidade juntas; os filhos fazem em grupo o treinamento de gestão. Jorge Felipe, filho caçula do primeiro casamento de Lemann, mais conhecido no mercado como Pipo, é o único herdeiro a frequentar os pregões brasileiros. Desde 2003, ele é dono da corretora Flow. Seu pai é sócio minoritário da firma, com menos de 10% das ações. Paulo, o irmão mais velho, também tem participação, mas seu negócio é uma firma de gestão de recursos em Nova York. Além de conselheiro da Fundação Lemann, ele é o responsável por investir o dinheiro que Jorge Paulo doou à entidade e não entrou nos orçamentos anuais - o chamado endowment. Esses recursos têm a finalidade de garantir a continuidade do trabalho da fundação depois da morte de Lemann. Até lá, ele realiza doações anuais, de acordo com o orçamento aprovado para cada ano.

Jorge Paulo Lemann gosta de pensar, segundo quem o conhece bem, que sua maior contribuição pessoal ao meio empresarial brasileiro terá sido a cultura do "sonho grande". O estímulo aos homens e mulheres de negócio que desejam construir algo excepcional e que se movem por esse ideal. Se o sonho é pequeno, ele costuma dizer, você se perde no meio do caminho. Com picuinhas. Daí uma das raras frases de efeito que se atribuem a este capitalista de muita ação e poucas palavras: "Pensar pequeno e pensar grande dá o mesmo trabalho. Mas pensar grande te liberta dos detalhes insignificantes".

FIM DO GARANTIA, GOLPEADO PELA CRISE

Atingido pela bancarrota asiática de 1997, o banco de investimentos mais influente do país acabou vendido

Ao longo de duas décadas de negócios, o Banco Garantia só perdeu dinheiro em dois anos: o primeiro, 1976, e o último, 1998. O prejuízo inicial pode ser creditado a uma arbitrariedade tirada do saco de maldades do governo militar. Mário Henrique Simonsen, então ministro da Fazenda, expurgou quatro pontos percentuais da correção monetária e quase quebrou o banco de Jorge Paulo Lemann. O último foi barbearagem. Excesso de confiança.

Em meados de 1997, quando estourou a crise cambial nos países do Sudeste Asiático, o Garantia foi duramente atingido pela fuga de capitais dos países emergentes, mas demorou a entender a extensão dos danos. Quando a Tailândia sofreu um ataque especulativo, em julho, o banco aguentou firme, esperando uma virada. Em outubro, quando Hong Kong caiu e todo o Sudeste Asiático foi contaminado, era tarde demais para recuar. O lucro do Garantia em 2007 caiu a um décimo do registrado em 1996. O patrimônio de seus fundos de investimento caiu pela metade. O banco entrou 1998 sangrando e, em maio, foi vendido por US\$ 800 milhões - baratíssimo por qualquer critério que se analise - para o Credit Suisse.

O Garantia, ficou claro então, fora muito bem-sucedido como máquina de ganhar dinheiro, mas não era capaz de sobreviver porque a cultura empresarial de seu início se perdeu em algum momento. A venda forçada do banco é, assumidamente, a maior frustração de Lemann. Sua visão sobre o assunto é dura consigo próprio e, sobretudo com a geração que estava no comando durante a crise. A autocrítica é de que ele não percebeu que seu time se tornara focado demais em bônus e pouco preocupado com a construção de empresa perene. O Garantia estava nas mãos de uma nova geração. Cláudio Haddad pensava em fazer algo com educação (que resultou no Ibmecc São Paulo). "Outros sócios mais próximos do topo da hierarquia tinham ganho muito dinheiro e preferiram vender a prosseguir na construção. Na venda, alguns sócios mais jovens se ressentiram porque gostariam de ter continuado o trabalho de perenizar o Garantia", diz Lemann em círculos restritos. Esse desvio da rota original coincide com o período em que Lemann se afastou do dia-a-dia do banco, depois do infarto que sofreu em 1994. Beto estava longe havia anos, pilotando a Lojas Americanas. E Marcel, desde 1989, era presidente da Brahma.

Durante o processo que culminou com a venda para o Credit Suisse, o Garantia foi alvo de críticas por parte de cotistas de seus fundos de investimento. Nos casos mais leves, eles se diziam desinformados sobre o nível de risco a que estiveram expostos. Nos mais pesados, acusavam o banco de empurrar prejuízos de sua tesouraria para os fundos de

investimento. O piloto Raul Boesel, à época na Fórmula Indy, ganhou manchetes dentro e fora do Brasil ao declarar que perdera metade dos US\$ 3 milhões que tinha aplicados e reclamar dos gestores do Garantia. "O banco não foi claro comigo sobre no que eles estavam investindo. Não explicavam o risco que eu estava correndo", diz Boesel hoje em dia. Segundo ele, sua carteira de investimentos deveria ser "superconservadora". Mas, quando a crise asiática estourou, ele descobriu que as aplicações eram "alavancadas" (as apostas dos gestores eram maiores que o patrimônio do fundo).

Cláudio Haddad, superintendente do Garantia à época, diz que se lembra do caso de Boesel, mas prefere não falar sobre ele. "O que posso dizer é que esse fundo dava 30%, 40% ao ano de ganho, ano após ano. É claro que tinha alavancagem. Ou você acha que o dinheiro nascia em árvores?", afirma. "Nossos clientes eram investidores qualificados. Não tinha nenhuma viúvinha que tirou a poupança do Bradesco e botou no Garantia."

Se o episódio da venda do Garantia foi o primeiro a expor Lemann, a união da AmBev com a belga Interbrew, anunciada seis anos depois, é até hoje o mais usado contra ele. A aliança que deu origem à InBev foi firmada por meio da troca de participações entre os acionistas controladores da Ambev (Lemann, Telles e Sicupira) e da Interbrew (as três famílias belgas que controlavam a cervejaria europeia). Os brasileiros converteram suas ações, que representavam 22% do capital total da AmBev, em 25% do capital da InBev. Lemann e seus parceiros se comprometeram legalmente a não vender sua participação por 20 anos e ficaram com 50% do controle da nova empresa.

Por determinação da Lei das S/As, que rege as companhias listadas na Bovespa, a Interbrew teve de fazer uma oferta pública para comprar as ações ordinárias restantes. Ofereceu aos donos desses papéis ações da Interbrew ou o equivalente a 80% dos ganhos que os controladores tiveram ao vender suas participações. O direito, porém, não é estendido aos detentores de ações preferenciais, sem direito a voto, que viram os preços de seus papéis desabar após a divulgação do acordo. Dez dias depois do comunicado da operação, as preferenciais acumulavam perdas de 32%. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Previ, detinha cerca de 14% dessas ações e chegou a perder mais de R\$ 800 milhões. Posteriormente, o preço das ações voltou a subir. Daquele episódio até 20 de março último, segundo a companhia, os papéis valorizaram cerca de 200%.

O assunto é explosivo nos meios próximos a Lemann. "Nada me revoltou mais do que a reação dos minoritários quando ele [Jorge Paulo] fechou o negócio com a Interbrew", afirma José Olympio. Ele chama os acionistas que se rebelaram de "investidores vestindo-se de vestais e reclamando porque o microondas que compraram não passava a novela das 8". Explica-se: "Se você comprou ação preferencial, tem de saber que ela paga 10% mais, mas não tem tag along (direito de venda conjunta com o controlador). Se comprou ordinária, é o contrário. O que não dá é querer que um papel cumpra o que se espera do outro". Reservadamente, o próprio Lemann costuma fazer comparação semelhante. "O cara comprou um Fiat, sabendo que era um Fiat, e depois achou que talvez tivesse uma Ferrari na garagem."

Na mesma ocasião, o grupo controlador da AmBev foi atacado por supostamente vender o controle da empresa aos belgas. Carlos Lessa, então presidente do BNDES, chamou Lemann, Telles e Sicupira de "vendilhões do templo". Na ocasião, disse: "esses três rapazes (...) são qualquer coisa, menos brasileiros". Lemann nunca respondeu publicamente, mas, privadamente, acusou o golpe. "Não estão reconhecendo o nosso valor", disse. "Falam bem de jogador de futebol que vai jogar na Europa e nos dão pancada, quando na realidade somos bem mais do que apenas jogadores. Somos donos, também."

Anexo 40 - Quer mudar a educação no país? A Fundação Lemann abriu inscrições para novos projetos – publicado em 13/05/2015 – Época Negócios

Entidade disponibiliza editais para empreendedores com ideias inovadoras

Se acha que sua empresa tem tudo para melhorar a educação no Brasil, pode ter chegado a hora de mostrar. A Fundação Lemann abriu dois editais para tecnologias inovadoras na área. Segundo a entidade, o objetivo é apoiar empreendedores a se tornarem líderes de alto impacto, melhorando seus projetos e ganhando escala com o maior número de estudantes possível. Em ambos programas, as equipes selecionadas terão apoio financeiro, orientação de mentores, oficinas, acesso a profissionais da área e interação com outros empreendedores.

Start-Ed Lab

O programa dá oportunidade a empreendedores nas fases iniciais de desenvolvimento e distribuição de seus produtos. A intenção é contribuir para o desenvolvimento de um ambiente empreendedor e de inovação no setor educacional, segundo Anna Laura Schmidt, coordenadora de projetos da Fundação Lemann, em comunicado. Em 2014, foram mais de 170 startups inscritas. As seis empresas selecionadas na edição passada apresentaram em dezembro suas iniciativas para representantes de companhias que investem no setor. As inscrições vão até 5 de junho.

Engajamento de pais na educação

O programa, realizado em parceria com a empresa Omidyar Network, busca

Anexo 40 - Lemann, um bilionário na educação – publicado em 11/09/2015 – Revista Isto É

Com quatro projetos que movimentam o ensino, empresário criou a Fundação que leva seu nome para massificar o aprendizado com tecnologia e inovação para salas de aula da rede pública



O nome de Jorge Paulo Lemann é lembrado pelas agressivas tacadas no mundo dos negócios. Nos últimos anos, o 3G Capital, seu fundo de investimento em sociedade com Marcel Telles e Beto Sicupira, criou a Ab-InBev, empresa que controla 15% do mercado global de cervejas, com as marcas Budweiser, Stella Artois, Brahma, entre outras, adquiriu a rede de fast food Burger King e se associou ao megainvestidor americano Warren Buffett para comprar a Kraft Foods e a Heinz e formar o terceiro maior conglomerado do setor de alimentos dos Estados Unidos e o quinto em escala mundial. Com uma fortuna estimada em US\$ 22,1 bilhões, o homem mais rico do Brasil e um dos 30 maiores do mundo ainda tem um sonho: ser lembrado pelo seu papel de educador.

PUBLICIDADE



GAROTA, EU VOU PRA CALIFÓRNIA: Jorge Paulo Lemann (acima) em sala de aula e seu núcleo de estudos direcionado aos problemas do Brasil, na Universidade Stanford (abaixo)

Aos 76 anos, Lemann é um exemplo de empresário que tem participação ativa na transformação social. A educação não está na sua lista de negócios lucrativos, mas ele não se importa. É com o ensino que Lemann espera colher seu melhor fruto. Seus quatro projetos movimentam o ensino básico, fundamental, vestibular, graduação, pós-graduação e novas metodologias de ensino. A Fundação Estudar, criada em 1991 com seus sócios Telles e Sicupira, custeia bolsas de graduação e pós-graduação; a Fundação Lemann testa novas tecnologias para melhorar em massa a qualidade da educação; a Gera Venture foi criada para investir em startups voltadas à educação; e o Lemann Center é um núcleo de estudos em Stanford, na Califórnia, voltado às pesquisas sobre alguns dos principais problemas do Brasil. “As pessoas apareciam no escritório e eu dava bolsas. Devo ter dado umas 500 bolsas e não tinha mais noção de quem estava ajudando”, disse Lemann, em evento promovido pela consultoria Falconi, há dois anos. “A Fundação Estudar surgiu para organizar esse trabalho e hoje é um centro que ajuda as pessoas a voarem mais alto e a contribuir com o País.”

A Estudar marca o início de sua atuação no universo da educação, mas é a fundação que leva seu nome a responsável pela grande transformação. Criada em 2002 com recursos da família, a Fundação Lemann atua na melhoria da qualidade da educação brasileira com projetos inovadores. Só no ano passado, as atividades da instituição atingiram quatro milhões de pessoas (em 25 anos a Estudar financiou menos de mil bolsistas). Para Lemann, é pouco. Nos próximos três anos, ele quer que esse número

chegue a 30 milhões. Como presidente do Conselho da Fundação, Lemann acompanha o trabalho de perto. Participa de reuniões e eventos, e de todo o planejamento estratégico. “Temos um acompanhamento de projetos muito profissional, com metas, gerenciamento de resultados, além de uma equipe bem escolhida e muito motivada”, diz a diretora de projetos Camila Pereira.

A organização se empenha, entre várias ações, em desenvolver plataformas de ensino à distância e aplicativos para conectar pais e professores, em capacitar docentes para publicarem suas aulas no YouTube e ganharem visibilidade, em apoiar empreendedores e em fazer parcerias com sites que oferecem cursos. A exigência é que sejam sempre gratuitos, online e disponíveis para todo o mundo. Com a plataforma Khan Academy, a Fundação Lemann traduziu para o português as lições de matemática do professor americano Salman Khan e colocou ao alcance de mais de 50 mil alunos de escolas públicas em 44 redes municipais. O uso da tecnologia nas salas de aula é visto como um apoio fundamental para a personalização do aprendizado – o conceito é que cada aluno aprende num ritmo e de um jeito diferente. A plataforma ajuda os professores a lidarem com a heterogeneidade das turmas. Assim como ferramentas como Facebook, Netflix e Google, que guardam um perfil do usuário, a Khan Academy aprende com o comportamento do aluno. “A plataforma sugere novos desafios a partir de erros, acertos e da maneira como ele resolve os exercícios”, afirma Camila. O professor acompanha a turma em tempo real, identifica as dificuldades e adapta seus métodos.

Impacto social

*Os principais
números do
projeto de
Lemann*

*As iniciativas da
Fundação Lemann
atingiram 4
milhões de
brasileiros em 2014*

*Mais de 200
pessoas já
receberam bolsas
de estudo
patrocinadas pelo
Lemann Fellowship*

*Com mais de 24
mil aulas, o
YouTube Edu foi
acessado 4,9
milhões de vezes e
levou
gratuitamente a
alunos de todo o
País conteúdos dos
ensinos
Fundamental e
Médio*

*Mais de 5 mil
professores,
diretores e
coordenadores
pedagógicos foram
formados para
gestão da escola e
da sala de aula*

*Em 44 redes
municipais de
ensino, mais de 50
mil alunos usaram
a Khan Academy
regularmente em
2014*

*Até 2018,
espera-se que
soluções
inovadoras estejam
presentes no
cotidiano da
educação de 30
milhões de
pessoas*

Mas o uso da tecnologia na sala de aula tem uma barreira. As escolas precisam ter internet banda larga com acesso sem fio. Esse ainda é o gargalo que impede a adoção desses recursos em larga escala. Por isso, a Fundação Lemann precisa colocar em prática uma outra estratégia, a de influenciar as políticas públicas. Os encontros com secretários estaduais de educação, parlamentares, ministros e diretores de agências regulatórias são frequentes.

Se a massificação com a qualidade de ensino der resultado, os alunos podem sonhar em ser futuros líderes, com apoio da própria Fundação. O Lemann Fellowship distribui bolsas de pós-graduação em universidades americanas como Harvard, Stanford e Yale para quem quiser dedicar a carreira a resolver problemas sociais no Brasil seja no setor público, privado ou no terceiro setor. Ricardo Terra é um deles. Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo, ele foi para Harvard, em 2012, graças ao programa. Hoje é um dos coordenadores do Instituto do Câncer de São Paulo e impacta diariamente a vida de centenas de pessoas. Lemann costuma repetir que sonhar grande ou pequeno tem o mesmo preço. Na educação, ele segue firme a sua lição.

GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Diferença de renda entre trabalhadores que cursaram Ensino Superior e os que não cursaram - Fonte: OECD (*Education at a Glance*, 2016)

Gráfico 2: Perfil dos alunos do PROUNI em 2005 – Fonte: Sisprouni 06/01/2015

Gráfico 3: Bolsistas por categoria administrativa – Fonte: 06/01/2015

Gráfico 4: Crescimento do número de estudantes de Ensino Superior – Público e Privado (milhares) - Fonte: Inep/MEC

Gráfico 5: Piso dos professores em 2018 – Fonte: Secretarias estaduais e sindicatos da categoria

Gráfico 6: Salário-hora médio nas 10 ocupações mais empregadoras e professores – Brasil, 2017 – Fonte: PNAD contínua 2017. Elaboração: IDados. 2018

Tabela 1: Os 12 maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil – 2013 - Fontes: Tabela elaborada com dados de Hoper (apud MAIA, 2014, p. 39).

Tabela 2: Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE - Fonte: Martins, Erika Moreira, 2013, p. 38